

Prospecto de Distribuição Pública de Debêntures Simples da Quarta Emissão da



CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 89.723.993/0001-33

Rua Florianópolis nº 1.000 - Estância Velha - RS

50.000 DEBÊNTURES SIMPLES

PREÇO DA OFERTA: R\$ 1.000,00 POR DEBÊNTURE NA DATA DE EMISSÃO

R\$ 50.000.000,00

A Construtora Sultepa S.A. ("Sultepa", a "Companhia" ou a "Emissora") está ofertando 50.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais, em série única, da espécie com garantia flutuante, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) na data da emissão ("Debêntures"), perfazendo o montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

A presente emissão foi aprovada conforme deliberações da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 28 de dezembro de 1999, cuja ata foi publicada no Jornal do Comércio de Porto Alegre e na Gazeta Mercantil/Regional São Paulo, em 07 de janeiro de 2000.

Registro da presente emissão na Comissão de Valores Imobiliários - CVM:
Número: CVM/SRE/DEB/2000/005, em 25 de fevereiro de 2000.

"O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento, sobre a qualidade da companhia Emissora, bem como sobre as Debêntures a serem distribuídas."

"Este prospecto foi preparado com base em informações prestadas pela companhia Emissora, visando o atendimento dos padrões mínimos de informação, estabelecidos para a colocação e distribuição pública de títulos e valores mobiliários definidos pelo Código de Auto-Regulação da ANBID para as Operações de Colocação e Distribuição Pública de Títulos e Valores Mobiliários no Brasil, o que não implica, por parte da ANBID, em garantia de veracidade das informações ou em julgamento, sobre a qualidade da Companhia Emissora, das instituições participantes e/ou dos títulos e valores mobiliários objeto da distribuição."

A Seção "Fatores de Risco" descreve certos fatores que, em conjunto com as outras informações constantes deste Prospecto, devem ser analisadas com relação à aquisição das Debêntures.

Coordenador



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



A data deste Prospecto é 24 de fevereiro de 2000

Índice

INFORMAÇÕES SOBRE O LANÇAMENTO

• DEFINIÇÕES	3
• TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA (INFORMAÇÕES RELATIVAS À INSTRUÇÃO CVM Nº 13/80)	7
• SUMÁRIO DA OFERTA	15
– A EMISSORA	17
– DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS	17
– A OFERTA	18
• FATORES DE RISCO	21
• DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	25

INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA

• CAPITALIZAÇÃO	3
• INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS	7
• ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E OS RESULTADOS OPERACIONAIS	11
• A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL	21
– O GRUPO SULTEPA	23
• ATIVIDADES DA EMISSORA	25
• AS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	33
• OPERAÇÕES ATRAVÉS DE CONSÓRCIOS	37
• ACIONISTAS E ADMINISTRAÇÃO	41
• TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	45
• INFORMAÇÕES REFERENTES À INSTRUÇÃO CVM Nº 202/93	
– INFORMAÇÕES ANUAIS – IAN	49
– INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR	
– 1º TRIMESTRE/99	59
– 2º TRIMESTRE/99	67
– 3º TRIMESTRE/99	81
• DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996, 1997 E 1998	93

ANEXOS

• DOCUMENTOS SOCIETÁRIOS	
– ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SULTEPA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 1999	5
– ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA SULTEPA, REALIZADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 1999	6
– ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SULTEPA, REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2000	7
– ESTATUTO SOCIAL DA SULTEPA	9
• INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA CONSTRUTORA SULTEPA S.A.	15



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



INFORMAÇÕES SOBRE O LANÇAMENTO
(INSTRUÇÃO CVM Nº 13/80)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

DEFINIÇÕES



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, as definições adiante listadas nesta seção, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, têm o seguinte sentido:

ABRASCA	Associação Brasileira das Companhias Abertas.
Agente Fiduciário	Agente Fiduciário da presente Emissão de Debêntures, qual seja, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliárias Ltda.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Artsul	Artsul Mineração Artefatos de Cimento, Britagem e Construção Ltda.
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto.
Banco Mandatário	Banco Itaú S.A.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
CETIP	Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos.
Coligada(s)	A sociedade que participa, com dez por cento ou mais, do capital da outra, sem controlá-la.
Companhia, ou Emissora, ou Sultepa	Construtora Sultepa S.A.
Concessionárias	As sociedades que operam e exploram as concessões rodoviárias do Pólo Metropolitano, Pólo Lajeado e Pólo Caxias do Sul, a saber, Metrovias, Sulvias e Convias.
Contesa	Contesa Engenharia Ltda., Controlada da Emissora. (Ver seção "O GRUPO SULTEPA").
Contrato de Concessão	Os contratos de outorga de concessão celebrados entre o Estado do Rio Grande do Sul, através do DAER-RS, e as Concessionárias.
Controlada(s)	A sociedade na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.
Convias	Convias S.A., sociedade que opera e explora a concessão rodoviária Pólo Caxias do Sul.
Coordenador	Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
DAER-RS	Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens do Rio Grande do Sul.
Data de Emissão	Data de emissão das Debêntures, qual seja, 03 (três) de janeiro de 2000.
Data de Vencimento	Data de vencimento das Debêntures, qual seja, 30 (trinta) de abril de 2003.
Debêntures	São as Debêntures objeto da presente Emissão.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



Demonstrações Financeiras	Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora, relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 1998, 31 de dezembro de 1997 e 31 de dezembro de 1996.
DNER	Departamento Nacional de Estradas e Rodagem.
EBITDA	"Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization", ou, em português, Lucro antes dos Juros, Imposto de Renda e Contribuição Social, Depreciação e Amortização (LAJIDA).
Escritura	Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples da Construtora Sultepa S.A.
FIERGS	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.
FINAME	Agência Especial de Financiamento Industrial.
Grupo Sultepa	Grupo econômico formado pela Emissora e pelas suas empresas Controladas e Coligadas. O termo Grupo não é utilizado, neste Prospecto, na mesma acepção do art. 264 da Lei nº 6.404/76 e sim no sentido de definir o conjunto de empresas nas quais a Sultepa possui participação relevante.
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
Metrovias	Metrovias S.A., sociedade que opera e explora a concessão rodoviária do Pólo Metropolitano.
PCHs	Pequenas Centrais Hidroelétricas.
Pedrasul	Pedrasul Construtora Ltda., Controlada da Emissora. (Ver seção "O GRUPO SULTEPA").
PN Turismo	PN Turismo Ltda., Controlada da Emissora. (Ver seção "O GRUPO SULTEPA").
Prospecto	O presente prospecto de distribuição pública de Debêntures Simples da Quarta Emissão da Construtora Sultepa S.A.
SINICON	Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada.
SND	Sistema Nacional de Debêntures.
SPE	Sociedade de Propósito Específico.
Sulbrape	Sulbrape Construtora Ltda., Controlada da Emissora. (Ver seção "O GRUPO SULTEPA").
Sulcat	Sulcaterinense Mineração, Artefato de Cimento, Britagem e Construção Ltda., Controlada da Emissora. (Ver seção "O GRUPO SULTEPA").
Sulmat	Sulmat Materiais de Construção Ltda., Controlada da Emissora. (Ver seção "O GRUPO SULTEPA").
Sulvias	Sulvias S.A., sociedade que opera e explora a concessão rodoviária Pólo Lajeado.
TJLP	Taxa de Juros a Longo Prazo.



TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA
(Informações Referentes à Instrução CVM nº 13/80)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Instrução CVM nº 13/80 - Anexo I

CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Companhia Aberta
 CNPJ/MF nº 89.723.993/0001-33
 Rua Florianópolis nº 1.000
 CEP: 93.600-000 - Estância Velha - RS




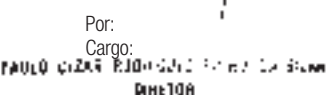

Coordenador da Oferta
BANIF PRIMUS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

CNPJ/MF 33.753.740/0001-58
 Avenida República do Chile nº 230 - 9º andar
 CEP: 20.031-170 - Rio de Janeiro - RJ

Emissão pública de 50.000 (cinquenta mil) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais, em série única, da espécie com garantia flutuante (as "Debêntures"), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) na data de emissão, perfazendo o montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Esta emissão foi aprovada conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária ("AGE") da Construtora Sultepa S.A. (a "Emissora"), realizada em 28 de dezembro de 1999, cuja Ata encontra-se arquivada no Registro do Comércio, tendo sido publicada dia 07 de janeiro de 2000 no Jornal do Comércio de Porto Alegre e na Gazeta Mercantil, edição regional São Paulo.

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS".

Registro na CVM sob o nº CVM/SRE/DEB/2000/005, em 25/02/2000.

 <hr/> CONSTRUTORA SULTEPA S.A.	 <hr/> BANIF PRIMUS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.
Por: Cargo:	Por: Cargo:
	
	

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA
(Informações Referentes à Instrução CVM nº 13/80)

1. RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA SEDE DA EMISSORA

Construtora Sultepa S.A.
Rua Florianópolis nº 1.000
Estância Velha – Rio Grande do Sul

2. DELIBERAÇÃO SOBRE A EMISSÃO

A presente emissão foi autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 28 de dezembro de 1999.

3. REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

nº CVM/SRE/DEB/2000/005
Data: 25/02/2000.

4. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL EM 30 DE ABRIL DE 1999

<u>Espécie e classe das ações</u>	<u>Subscrito e integralizado</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>Valor (R\$)</u>
Ordinárias	7.489.720	53.289.952,22
Preferenciais	5.110.280	36.360.047,78
Total	<u>12.600.000</u>	<u>89.650.000,00</u>

5. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA EMISSÃO

	<u>Quantidade</u>	<u>Preço de emissão (R\$)</u>	<u>Montante (R\$)</u>
Debêntures Simples	50.000	1.000,00	50.000.000,00
		Custo máximo da distribuição:	<u>457.870,00</u>
		Montante líquido para a Emissora:	<u>49.542.130,00</u>

6. DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO**6.1. Comissionamento:**

6.1.1. A Emissora pagará ao Coordenador, a título de remuneração pelos serviços prestados, as seguintes comissões:

- uma comissão de coordenação de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), incidente sobre o valor total da emissão; e
- uma comissão de colocação de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento), incidente sobre o valor total de emissão das Debêntures efetivamente colocadas pelo Coordenador.

6.1.2. A Emissora arcará com as despesas decorrentes do registro da emissão na CVM calculadas à razão de 0,30% (zero vírgula trinta por cento) sobre o valor da emissão limitado a 100.000 (cem mil) UFIR's, referente à taxa de registro cobrada pela CVM.

6.1.3. A Emissora também arcará com outros custos estimados em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), relativos a despesas com assessoria jurídica, publicações, impressões, agentes e demais despesas necessárias à conclusão da presente Emissão.

6.2. Custo Unitário do Lançamento:

<u>Preço por Debênture (R\$)</u>	<u>Custo por Debênture (R\$)</u>	<u>Montante Líquido (R\$)</u>
1.000,00	9,16	990,84

7. CONDIÇÕES E PRAZO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

7.1. A colocação e/ou subscrição das Debêntures somente terá início após a data da expedição do Registro de Distribuição pela CVM e da publicação do 2º (segundo) Anúncio de Início de Distribuição Pública, conforme o Artigo 26 da Instrução CVM nº 13/80.

7.2. O Coordenador da distribuição terá o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para promover a colocação das Debêntures no mercado de balcão, contados a partir da data da expedição do Registro de Distribuição pela CVM.

7.3. As Debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal acrescido dos juros remuneratórios acumulados, e não pagos, desde a Data de Emissão ou da data da última parcela de pagamento dos juros remuneratórios, até a data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures. A integralização dar-se-á à vista, em moeda corrente nacional ou em créditos contra a Companhia representados por debêntures da primeira, segunda e terceira emissões da Companhia, no ato da subscrição.

8. CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DAS DEBÊNTURES

8.1. O Coordenador da operação é a Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio S.A.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

- 8.2. O Coordenador envidará seus melhores esforços na colocação junto ao público, das Debêntures, não se responsabilizando todavia, pela eventual sobra de Debêntures não adquiridas pelo público no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a que se refere o item 7.2. As Debêntures não colocadas junto ao público, findo o prazo do item 7.2., deverão ser canceladas.
- 8.3. Outras instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários poderão participar do lançamento das Debêntures, mediante adesão aos termos e condições do Contrato de Distribuição das Debêntures em instrumento específico, desde que com anuência do Coordenador e da Emissora.

9. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

9.1. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 50.000 (cinquenta mil) Debêntures.

9.2. Valor Nominal Unitário

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) ("Valor Nominal"), na Data de Emissão.

9.3. Séries

A Emissão das Debêntures será realizada em uma única série.

9.4. Forma e Conversibilidade

As Debêntures serão nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, em série única, servindo para o debenturista como comprovante de titularidade das Debêntures, para todos os fins e efeitos, o Relatório de Posição de Ativos expedido pelo Sistema Nacional de Debêntures da CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira e Títulos ("CETIP") e a cópia autenticada do Livro de Debêntures Nominativas.

9.5. Espécie

9.5.1. As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante.

9.5.1.1. Tendo em vista que as Debêntures contarão com garantia flutuante, o valor total da presente emissão não poderá ultrapassar o equivalente a 70% (setenta por cento) do valor contábil do ativo da Companhia diminuído do montante das dívidas garantidas por direitos reais, nos termos do disposto no parágrafo 1º, alínea "B" do artigo 60 da Lei nº 6.404/76.

Conforme demonstrado abaixo, o valor contábil dos ativos da Companhia diminuído do total das dívidas garantidas por direitos reais é suficiente para atender ao referido limite legal:

Valor total da emissão (R\$)	50.000.000,00
Valor contábil do ativo (R\$)	512.927.000,00
Valor Total das Dívidas garantidas por direitos reais.	34.279.000,00
Porcentagem do valor da emissão sobre o valor contábil dos ativos diminuídos do valor total das dívidas garantidas por direitos reais	10,4%

9.6. Data de Emissão

A data de emissão das Debêntures será 03 (três) de janeiro de 2000.

9.7. Data de Vencimento

A data de vencimento das Debêntures será 30 (trinta) de abril de 2003.

9.8. Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal acrescido dos Juros Remuneratórios acumulados, e não pagos, desde a Data de Emissão ou da data da última parcela de pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures.

9.8.1. A integralização dar-se-á à vista, em moeda corrente nacional ou em créditos contra a Companhia representados por debêntures da primeira, segunda e terceira emissões da Companhia, no ato da subscrição.

9.9. Atualização do Valor Nominal

O Valor Nominal das Debêntures não será atualizado.

9.10. Juros Remuneratórios

As Debêntures farão jus ao recebimento de juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, equivalentes a 105% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) e no Jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, doravante denominada "Taxa DI", incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures ("Juros Remuneratórios").

Onde:

- a) "Período de Capitalização" - intervalo de tempo que se inicia na data de emissão das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

O pagamento de juros referente ao primeiro Período de Capitalização será devido em 30/04/2001, sendo os demais pagamentos efetuados semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, até o seu vencimento, de acordo com a tabela abaixo:

2º Pagamento:	30/10/2001
3º Pagamento:	30/04/2002
4º Pagamento:	30/10/2002
5º Pagamento:	30/04/2003

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

- b) "Subperíodo de Capitalização" ("Subperíodo") – prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:
- (i) O primeiro Subperíodo de Capitalização inicia-se na data de emissão das Debêntures e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data;
 - (ii) Os Subperíodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do Subperíodo anterior, e entendendo-se o prazo desta taxa como o novo Subperíodo corrente, sendo que o último Subperíodo de Capitalização terá seu vencimento na mesma data de vencimento do Período de Capitalização; e
 - (iii) As taxas dos Subperíodos são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, por dias úteis, se necessário, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VN \times \left[(a_1 \times a_2 \times \dots \times a_j) \times \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}} - 1 \right]$$

onde:

J = Valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização.

VN = Valor Nominal da Debênture no início do Período de Capitalização.

aj = Fator de variação da Taxa DI relativo ao Subperíodo "j".

(a1 x a2 x ... x aj) = produto dos fatores aj no Período de Capitalização.

spread = 0 (zero).

n = número de dias corridos do Período de Capitalização.

Os termos a₁, a₂, ... a_j serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

onde:

$$a_j = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \frac{FM}{100} \right\} + 1$$

Taxa DI_j = Taxa DI divulgada pela CETIP, na forma percentual ao ano.

FM = Fator multiplicador a ser aplicado sobre a Taxa DI, correspondente a 105.

Para fins de elaboração dos cálculos a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais, divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

9.10.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão ("Escritura"), será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização, acrescida do Fator Multiplicador e do *spread*, se houver, até a data do cálculo. Não serão devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização.

9.10.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI, por prazo superior a 05 (cinco) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o agente fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definição, de comum acordo com a Emissora, do parâmetro a ser aplicado.

9.10.3.1. Até a deliberação do parâmetro a ser aplicado será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI, acrescida do Fator Multiplicador e do *spread*, se houver, até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

9.11. Pagamento do Principal e dos Juros Remuneratórios

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou, na hipótese de debenturista não estar vinculado à CETIP; (ii) na sede da Emissora; ou, conforme o caso, (iii) pela instituição financeira contratada para este fim.

9.12. Juros Moratórios e Multa Moratória

9.12.1. No caso de impuntualidade da Emissora no pagamento de qualquer das parcelas do Principal e dos Juros Remuneratórios, nas datas em que forem devidos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, será devida adicionalmente às Debêntures uma taxa de juros de 1% (hum por cento) ao mês ("Juros Moratórios"), calculada desde a data do vencimento da obrigação não cumprida até a data da regularização dessa obrigação, incidente sobre as parcelas não pagas, sem prejuízo do direito do agente fiduciário declarar o vencimento antecipado das Debêntures, na forma do disposto no item 9.14.

9.12.2. Além dos Juros Moratórios, a Emissora estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da obrigação não cumprida ("Multa").

9.13. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 9.12 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias da Emissora com relação às Debêntures, nas datas previstas na Escritura, ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de Juros Moratórios, atualização monetária e Multa, no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

9.14. Vencimento Antecipado

9.14.1. O agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do seu Valor Nominal acrescido dos Juros Remuneratórios acumulados, e não pagos, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor global exceda R\$ 100.000,00 (cem mil reais), salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, (ii) for cancelado o protesto ou (iii) forem prestadas garantias em juízo no prazo máximo de 03 (três) dias da ocorrência do protesto;
- b) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora;
- c) liquidação ou decretação de falência da Emissora; e
- d) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso por escrito, enviado pelo agente fiduciário.

9.15. Resgate Antecipado

9.15.1. A Emissora reserva-se o direito de, conforme decisão do seu Conselho de Administração, a contar da data do primeiro dia após o início da distribuição pública, e respeitando o prazo legal mínimo, se houver, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, promover o resgate das Debêntures em circulação, mediante o pagamento de seu Valor Nominal acrescido dos Juros Remuneratórios acumulados, e não pagos, respeitado o disposto no artigo 55, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio amplamente divulgado na imprensa, com a presença do agente fiduciário.

9.15.2. A Emissora deverá comunicar o resgate antecipado das Debêntures aos debenturistas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mediante publicação de aviso nos termos do item 9.18. deste Anexo.

9.16. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, respeitado o prazo legal mínimo, se houver, adquirir no mercado as Debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu Valor Nominal acrescido dos Juros Remuneratórios acumulados, e não pagos, observado o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures, objeto desse procedimento, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou serem novamente colocadas no mercado.

9.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de quaisquer obrigações previstas ou decorrentes da Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, sem a incidência de qualquer acréscimo nos valores a serem pagos, se o vencimento coincidir: (i) no caso de pagamentos a serem efetuados na sede da EMISSORA, com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de Estância Velha, Estado do Rio Grande do Sul, e (ii) no caso de pagamentos a serem realizados pela CETIP ou pela instituição financeira contratada para o pagamento das DEBÊNTURES, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional.

9.18. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da emissão das Debêntures, que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser veiculados, na forma de aviso, no Jornal do Comércio de Porto Alegre e na Gazeta Mercantil, edição regional São Paulo.

9.19. Procedimento da Distribuição

9.19.1. O lançamento das Debêntures será público, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para distribuição no mercado de balcão, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição, de acordo com o disposto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

9.19.2. As instituições participantes da Emissão farão a colocação das Debêntures, no mercado de balcão não-organizado, mediante o atendimento preferencial aos seus clientes, atendendo à ordem cronológica dos pedidos, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos.

9.20. Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto ("Andima") e operacionalizado pela CETIP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

10. AGENTE FIDUCIÁRIO

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliárias Ltda., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 500, bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-33.

11. BANCO MANDATÁRIO

Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista nº 176, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04.

12. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A receita proveniente desta Emissão será destinada à amortização e liquidação de obrigações da Emissora ainda não vencidas, o que resultará em benefícios financeiros para a SulTEpa. Essa aplicação de recursos propiciará o alongamento do perfil da dívida.

13. CONTRATO DE GARANTIA DE LIQUIDEZ

Não foi firmado contrato de garantia de liquidez.

14. RELACIONAMENTO DA EMISSORA COM O COORDENADOR DA DISTRIBUIÇÃO

Não há nenhum outro relacionamento comercial relevante entre a Emissora e o Coordenador, salvo os usuais praticados no mercado financeiro.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Quaisquer informações complementares sobre a Emissora e a distribuição das Debêntures poderão ser obtidas junto ao Coordenador ou na CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

SUMÁRIO DA OFERTA



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

SUMÁRIO DA OFERTA

A Emissora

O texto abaixo é um sumário das informações constantes deste Prospecto. As informações apresentadas nesta Seção encontram-se descritas com maiores detalhes nas demais seções deste Prospecto e nas Demonstrações Financeiras aqui anexadas.

A Sultepa foi constituída na Cidade de Esteio, no Estado do Rio Grande do Sul, em 1956, originalmente, voltada exclusivamente para as atividades de terraplenagem e pavimentação.

Em 1962, passou à condição de sociedade por ações, continuando ainda suas atividades básicas. Nas décadas seguintes, a Sultepa diversificou sua produção, ampliando sua participação no mercado da construção civil pesada, com a execução de portos, aeroportos, barragens, pontes, túneis, linhas férreas, pavimentação de vias urbanas, obras de saneamento em geral, infra-estrutura industrial urbanizada com loteamentos, conjuntos residenciais, canais de abastecimento de água, etc.

Atualmente, depois de 44 anos, a Sultepa lidera a pavimentação rodoviária no sul do país, com mais de 4.000 km de estradas pavimentadas e construídas.

A Sultepa é a maior companhia de construção pesada da Região Sul do país, com larga experiência em obras públicas de grande e médio porte. Nacionalmente, tomando por base a receita bruta, a Sultepa está colocada na 17ª posição do ranking nacional do setor de Construção Civil, segundo a revista "O Empreiteiro", edição de 1999. Se considerarmos a formação de pessoal e a diversificação de atuação, a Sultepa se coloca entre as três melhores empresas do segmento, o que comprova o respeitável acervo técnico que a Companhia possui (revista "O Empreiteiro", edição de 1999).

A Sultepa está entre as nove empresas de construção pesada com ações listadas em bolsa de valores e, dentre estas, é a única sediada na Região Sul do país.

O quadro a seguir exhibe, resumidamente, as principais informações cadastrais da Emissora.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

Identificação	A Sultepa é uma sociedade por ações devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 89.723.993/0001-33, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob NIRE nº 43.300.002.357.
Sede	A sede da Sultepa está localizada na Cidade de Estância Velha, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Florianópolis nº 1.000.
Diretor de Relações com Investidores	O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Ângelo Lúcio Villarinho da Silva, com escritório na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Travessa Francisco Leonardo Truda nº 40 e 98/ 11º andar.
Auditor Independente	IBS – Auditores Independentes S/C.
Agente Escriturador das Ações	Banco Itaú S.A.
Local de Negociação das Ações	As ações da Sultepa são negociadas na BOVESPA.
Controle Acionário	Sultepa Participações Ltda.
Jornais nos quais Divulga Informações	As informações referentes à Sultepa são divulgadas no Jornal do Comércio de Porto Alegre e na Gazeta Mercantil/edição regional São Paulo.

Dados Financeiros Selecionados

As Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1998 e dos períodos encerrados em 30 de setembro de 1998 e 30 de setembro de 1999, foram, respectivamente, auditadas e revisadas por IBS Auditores Independentes S/C.

Os resultados das operações do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 1999, não são, necessariamente, indicativos dos resultados das operações, a serem esperados para todo o exercício financeiro a encerrar-se em 31 de dezembro de 1999. As presentes informações deverão ser analisadas no contexto das Demonstrações Financeiras da Emissora, que são parte integrante do presente Prospecto.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Demonstrativo de Resultados (mil R\$)	Período findo em 30/09/98	Período findo em 30/09/99
Receita Operacional Bruta	161.030	139.470
Deduções da Receita	(24.373)	(14.310)
Receita Líquida	136.657	125.160
Custos Operacionais	(105.409)	(76.157)
Lucro Bruto	31.248	49.003
Despesas Operacionais	(14.568)	(15.320)
Resultado da Atividade	16.680	33.683
Despesa Financeira	(17.245)	(43.216)
Receita Financeira	4.030	4.283
Outros Resultados Operacionais	6.400	980
Resultado Operacional	9.865	(4.270)
Resultado não Operacional	258	340
Demonstrativo de Resultados (mil R\$)		
Lucro antes do IR	10.123	(3.930)
IR e Contribuição Social	(1.016)	(1.046)
Lucro antes das Participações	9.107	(4.976)
Participação dos Acionistas Minoritários	-	-
Lucro Líquido do Exercício	9.107	(4.976)
Balanço Patrimonial Ativo		
Total do Ativo	268.157	512.927
Ativo Circulante	158.468	173.054
Ativo Permanente	62.733	185.960

A Oferta

Abaixo, encontra-se um quadro com o sumário dos termos e condições constantes do Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples da Construtora Sultepa S.A., anexo a este Prospecto.

Emissora	Construtora Sultepa S.A.
Autorização da Emissão	AGE da Companhia em 28 de dezembro de 1999.
Valor Total da Emissão	R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).
Valor Nominal de Cada Debênture	R\$ 1.000,00 (um mil reais) na Data da Emissão.
Número Total de Debêntures	50.000 (cinquenta mil).
Data de Emissão	03 de janeiro de 2000.
Data de Vencimento	30 de abril 2003.
Forma	Simples, nominativas, escriturais. O Banco Itaú prestará o serviço de escrituração das Debêntures.
Espécie	Garantia Flutuante.
Conversibilidade	As Debêntures não serão conversíveis.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Utilização dos Recursos	Os recursos obtidos com a emissão de Debêntures, depois do pagamento das respectivas despesas, serão utilizados no alongamento do perfil da dívida da Companhia.
Juros Remuneratórios	As Debêntures pagarão, semestralmente, a partir de 30 de abril de 2001, juros equivalentes à 105% da taxa DI do período, observada a sistemática constante da Escritura.
Preço de Subscrição e Integralização	As Debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios na forma prevista na Escritura, calculados pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente ou em créditos contra a Companhia, representados por debêntures da primeira, segunda e terceira emissões da Companhia, no ato da subscrição.
Vencimento Antecipado	O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal acrescido dos Juros Remuneratórios acumulados e não pagos até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência de certos eventos descritos na Escritura.
Resgate Antecipado	A Emissora reserva-se o direito de, conforme decisão do seu Conselho de Administração, a contar da data do primeiro dia após o início da distribuição pública, e respeitando o prazo legal mínimo, se houver, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, promover o resgate das Debêntures em circulação, mediante o pagamento de seu Valor Nominal acrescido dos Juros Remuneratórios acumulados, e não pagos, respeitado o disposto no artigo 55, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio amplamente divulgado na imprensa, com a presença do agente fiduciário.
Aquisição Facultativa	A Emissora poderá, a qualquer tempo, respeitado o prazo legal mínimo, se houver, adquirir no mercado as Debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu Valor Nominal acrescido dos Juros Remuneratórios acumulados, e não pagos, observado o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures, objeto desse procedimento, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou serem novamente colocadas no mercado.
Agente Fiduciário	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Banco Mandatário e Escriturador	Banco Itaú S.A.
Foro	Foi eleito o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir as questões porventura oriundas desta Emissão.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

FATORES DE RISCO



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco descritos a seguir.

Concentração de Atividades no Setor Público

Existe uma grande concentração da carteira de contratos da Companhia em obras contratadas com o setor público. Essa concentração deixa a Companhia potencialmente vulnerável a alterações no cenário político, e ainda à eventual escassez de recursos do órgão contratante, o que pode ocasionar – e ocasionou no passado recente - a diminuição do faturamento da Companhia, em virtude de atrasos nos pagamentos, paralisações ou cancelamentos de obras.

Devido a fatores como a falta de recursos dos estados, várias obras foram paralisadas em 1999 por decisão unilateral do ente público contratante, afetando significativamente o faturamento da Companhia naquele período. Encontram-se presentemente paralisadas 03 obras, cujo faturamento estimado totaliza R\$ 12,2 milhões, correspondendo a 4,86% do total do volume de receita financeira da carteira de contratos da Emissora. Assim sendo, o faturamento da Companhia está diretamente ligado aos investimentos dos governos federal e estaduais.

Apesar das faturas serem corrigidas em caso de atraso, na maioria das vezes ocorre impasse quanto aos valores a serem recebidos pela Companhia. Em ocorrendo uma disputa judicial entre a Companhia e a administração pública haverá, em caso de vitória da Companhia, o recebimento dos valores devidos por intermédio de precatórios, o que constitui usualmente procedimento demorado, alongando ainda mais o horizonte de ingresso de tais receitas.

Endividamento de Curto Prazo

No curso dos últimos anos, a Companhia aumentou significativamente o seu endividamento de curto prazo, principalmente, no sentido de obter recursos de capital de giro.

A Companhia possuía, em 30 de setembro de 1999, R\$ 85 milhões de passivo com vencimento de curto prazo, dos quais 87% correspondem a empréstimos tomados junto a instituições financeiras. (Ver seção “CAPITALIZAÇÃO”).

A geração de caixa prevista para a Companhia não é suficiente para saldar sua dívida de curto prazo. O EBITDA da companhia nos últimos três anos se situou na faixa de R\$ 30 milhões. Assim, a Companhia deverá buscar opções de alongamento do perfil de seu endividamento. Caso o cenário de 2000 permaneça desfavorável, a Companhia terá grande dificuldade de amortizar estes financiamentos. Vale lembrar que em 1998 foram pagos juros (balanço consolidado) de R\$ 21 milhões, tendo sido R\$ 13 milhões pela Companhia.

Não se pode garantir que a Companhia terá condições de amortizar sua dívida de curto prazo nos prazos originalmente contratados, ou refinanciá-la em condições favoráveis.

Concorrência

Os setores em que a Companhia atua são altamente competitivos, e incluem competidores de grande porte. A retração de obras públicas em todas as esferas, em decorrência da falta de recursos para investimento pelo setor público vem aumentando essa concorrência. Ainda, a Companhia vem atuando crescentemente em atividades vinculadas à outorga de concessão para exploração de determinado serviço, como é o caso das concessões para pedágios em rodovias, em que há concorrentes com expertise específica, demandando a estruturação de alianças e parcerias. A Companhia enfrenta a concorrência baseando-se primordialmente (i) em sua forte presença regional, e (ii) em sua capacidade de articulação com os órgãos do setor público e com os demais integrantes desse setor. As perspectivas futuras da Companhia dependem, em grande parte, de sua capacidade de assegurar e incrementar tais vantagens competitivas. Recentemente a Companhia começou a enfrentar crescente concorrência de outras empreiteiras no mercado gaúcho de obras públicas. Embora essa concorrência não tenha resultado até o momento em resultado negativo para a Companhia, não é possível assegurar que tal não venha a acontecer no futuro.

Regulamentação

O setor de construção civil pesada, em que atua a Companhia, sobretudo no que diz respeito a contratos com entidades do setor público, está sujeito à extensa regulamentação que emana de diversas autoridades federais, estaduais e municipais, e que afeta tanto a obtenção de novos contratos, quanto a prestação dos serviços objeto dos mesmos, e ainda a forma de ingresso de receitas em decorrência dos mesmos. Ainda, as atividades vinculadas à outorga de concessão para exploração de determinado serviço, como é o caso das concessões para exploração de pedágios em rodovias, estão também sujeitas à extensa regulamentação. Existe a possibilidade de serem adotados novos regulamentos ou novas leis, ou de as leis e regulamentos serem interpretados ou prevalecerem de forma que afete desfavoravelmente os resultados de operações da Companhia ou o nível de fluxo de caixa necessários para a Companhia fazer face às suas obrigações. A Companhia acredita que essas leis e regulamentos não causam atualmente impacto significativo sobre seus negócios ou os resultados de suas operações. Nada garante, entretanto, que não venham a ocorrer alterações de sorte a afetar adversa e substancialmente a Companhia.

Dependência dos Atuais Administradores

A capacidade da Emissora de manter sua posição competitiva no mercado, sobretudo tendo em vista a concentração de suas atividades junto ao setor público, depende, em grande parte, da atuação de sua atual equipe de administradores, a qual inclui membros da família que atualmente controla a SulTEPA. A eventual saída de qualquer dessas pessoas da administração da Companhia, ou a incapacidade de atrair para a administração, pessoal sênior com a necessária expertise, poderá ter efeito negativo substancial sobre os resultados da Emissora. Embora (i) parte desses administradores pertença à família que controla a Emissora, e ainda (ii) a maioria esteja vinculada à SulTEPA há bastante tempo, nenhuma dessas pessoas está vinculada à Emissora por contratos de trabalho de longo prazo, nem por acordos de não-concorrência. Não se pode assegurar que, caso necessário, a Emissora será bem sucedida em atrair e reter esse pessoal qualificado sênior para gerenciamento.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Informações sobre a Performance do Grupo Sultepa

Excetuada a Sultepa, as demais sociedades do Grupo Sultepa são sociedades não registradas como companhias abertas junto à CVM, a maior parte delas organizadas na forma de sociedades por quotas de responsabilidade limitada, e outras como sociedades por ações de capital fechado. (Ver seção “O GRUPO SULTEPA”).

Embora as controladas e consórcios sejam auditadas por auditorias independentes, há pouca informação pública disponível para os investidores acerca dos negócios e da situação financeira dessas sociedades e consórcios que integram o Grupo Sultepa.

Questões políticas relativas às concessões no Estado do Rio Grande do Sul

Com a mudança de governo estadual em 1999, um momento político de indefinição se instalou no Rio Grande do Sul, particularmente no tocante a serviços públicos concedidos.

No caso específico da concessão rodoviária, e das Concessionárias Metrovias, Convias e Sulvias, tal questão política se manifestou em desconto imposto às tarifas de pedágio, unilateralmente pelo governo, contrariamente ao que dispõe o próprio contrato de concessão. Esta situação durou de 04 de abril de 1999 até 16 de agosto de 1999, quando o desconto foi reconhecido ilegal pela justiça. Este episódio teve um impacto no planejamento financeiro dos consórcios, ocasionando uma diminuição de 25% na receita de pedágio, o que acabou por obrigar as Concessionárias a recorrerem a empréstimos junto a instituições financeiras e a aportes financeiros de seus acionistas.

Não obstante a situação supra referida tenha cessado, não há garantias de que não haverá, no futuro, nova interferência governamental nos contratos da Emissora, o que pode ocasionar nova diminuição na receita da Companhia, o que pode afetar sua situação financeira e, conseqüentemente, o pagamento das Debêntures. (Ver seção “AS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS”).

Desempenho do Grupo Sultepa

A verificação de mau desempenho das sociedades integrantes do Grupo Sultepa poderá afetar as Debêntures. Tal situação resulta do fato de que o mau desempenho das Controladas poderá acarretar na deterioração da capacidade de pagamento da Companhia, por conta de eventual resultado negativo de equivalência patrimonial. (Ver seção “O GRUPO SULTEPA”).

Exposição à Variação da Taxa de Juros

As dívidas da Emissora estão sujeitas à variação das taxas de juros. Assim, na hipótese de elevação das taxas de juros, serão aumentados os custos e pagamentos do serviço da dívida da Emissora. Neste caso, os negócios da Emissora, sua condição financeira e o resultado de suas operações poderão ser afetados negativamente pela incorrência em maiores despesas financeiras. (Ver seção “CAPITALIZAÇÃO”).

Validade da Estipulação da Taxa de Juros

A Súmula nº 176, editada em 1996 pelo Superior Tribunal de Justiça, enuncia que é nula a cláusula contratual que sujeita o devedor ao pagamento de juros de acordo com a taxa divulgada pela ANBID ou pela CETIP.

Apesar de a referida Súmula não vincular as decisões do poder Judiciário existe a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a validade da estipulação da Taxa DI, divulgada pela CETIP, vir a ser questionada. No entanto, a CVM, investida das atribuições de agência reguladora e fiscalizadora do mercado de capitais, entende ser válida a utilização dessa taxa em distribuições para o mercado nacional.

Regulamentação Ambiental

As companhias de construção civil pesada geram resíduos no processo produtivo que podem apresentar perigo de dano ao meio ambiente. As companhias que desenvolvem esse tipo de atividade, incluindo a Sultepa, estão sujeitas à rígida legislação ambiental federal, estadual e municipal relacionadas com, dentre outros, a saúde humana, a poluição atmosférica e das águas e à manipulação e escoamento de resíduos sólidos e gasosos. Adicionalmente, a empresa Pedrasul, controlada pela Sultepa, desenvolve atividades de mineração que requerem atendimento de regulamentação ambiental específica. A Sultepa já realizou investimentos substanciais, a fim de atender às normas ambientais e acredita estar cumprindo as leis e regulamentos ambientais. No entanto, a eventual não observação por parte da companhias, das regras ambientais aplicáveis, poderá acarretar sanções administrativas, civis e penais contra a Companhia.

Informações Acerca do Futuro da Sultepa

Este Prospecto contém informações acerca das perspectivas do futuro da Sultepa e de seu grupo econômico que refletem as opiniões da Emissora com relação a desenvolvimentos futuros o que, como em qualquer atividade econômica, envolve riscos e incertezas. Embora a Sultepa acredite que as informações acerca das perspectivas do seu futuro sejam baseadas em convicções e expectativas razoáveis, não pode haver garantia de que o desempenho futuro seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção e em outras seções deste Prospecto. As expressões “acredita que”, “espera que” e “antecipa que” e outras expressões similares identificam informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações sobre o futuro da Sultepa e a não tomar decisões de investimento unicamente baseadas em previsões futuras ou expectativas. A Sultepa não assume qualquer obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seu futuro.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A receita proveniente desta Emissão será destinada à amortização e liquidação de obrigações da Emissora ainda não vencidas, o que resultará em benefícios financeiros para a Sultepa. Essa aplicação de recursos propiciará o alongamento do perfil da dívida.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA
(INSTRUÇÃO CVM Nº 202/93)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

CAPITALIZAÇÃO



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

CAPITALIZAÇÃO

O quadro a seguir exibe o endividamento da Emissora e sua capitalização total (i) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1998, bem como no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 1999; e (ii) conforme ajustado para descrever o efeito pro forma da emissão e venda das Debêntures, assumindo (a) a colocação integral das Debêntures e (b) a utilização dos recursos obtidos com as Debêntures para pagamento de parte do endividamento da emissora.

Disponibilidades (mil R\$)	31/12/98	30/09/99 Realizado	30/09/99 Ajustado
Disponibilidades	10.694	2.808	2.808
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	60.570	74.270	28.027
Debêntures de Curto Prazo	4.298	3.757	-
Operações com Consórcios de Curto Prazo	287	273	273
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	10.140	10.266	10.266
Debêntures Longo Prazo	22.400	24.639	74.639
Operações com Consórcios de Longo Prazo	1.982	22.288	22.288
Capital Social Realizado	86.500	120.984	120.984
Reservas de Capital	-	10.578	10.578
Capitalização Total	186.177	167.055	267.055

Abaixo encontram-se destacadas as principais características da estrutura e das operações de capitalização da Emissora:

- Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional estão sujeitos a uma taxa de juros média ao mês de TR + 2,00% (dois por cento).
- Os empréstimos em moeda estrangeira (resolução nº 63) estão sujeitos a uma taxa de juros média de Variação Cambial + 1,60% (hum vírgula sessenta por cento). Atualmente, não existe operação com base na Resolução nº 63.
- Em garantia dos empréstimos na modalidade capital de giro, foram oferecidas hipotecas de propriedades da Companhia.
- Quanto aos financiamentos na modalidade FINAME, foi oferecida em garantia a alienação de máquinas.
- Nas operações de financiamento em dólar, as garantias foram dadas por Notas Promissórias. Atualmente, não existem operações de financiamento em dólar.

Endividamento

O quadro a seguir exibe o endividamento da Emissora, enfocando os passivos com vencimento de curto e longo prazo.

Dívida Total (milhões R\$)	1996		1997		1998		9 meses/99	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Instituições Financeiras	5,7	6,3	14,2	5,8	60,6	10,1	74,2	10,3
Debêntures	2,6	23,7	6,0	24,2	4,3	22,4	3,7	24,6
Operações c/ Consórcios	0,5	0,2	10,1	0,2	0,3	21,6	0,3	22,3
Credores Diversos	10,7	1,6	13,2	5,4	8,2	23,8	6,8	55,9
Total	19,5	31,8	43,5	35,6	73,4	77,9	85,0	113,1

Abaixo, descreve-se operação realizada pelas Concessionárias que, por seu reflexo no resultado consolidado da Emissora, merece destaque.

Com o objetivo de financiar as atividades de exploração das concessões rodoviárias, as três Concessionárias, Convias, Metrovias e Sulvias, em conjunto, firmaram dois contratos "pontes" de financiamento, um com o BNDES e outro com o Banco Santander, na qualidade de agente financeiro do BNDES em um valor total de R\$ 18.442.500,00 (dezoito milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais). Estes empréstimos são remunerados pela TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil mais 7% de *spread*, ao ano.

Para este financiamento foram oferecidos como garantias (i) penhor de ações de emissão das Concessionárias, (ii) recebíveis decorrentes da exploração e cobrança de pedágio na proporção do saldo devedor e (iii) fiança prestada, de forma solidária, pela Sultepa e demais consorciadas.

O vencimento deste financiamento está previsto para o dia 15 de abril de 2000, quando deverá ser substituído por um contrato de financiamento definitivo.

Informações Acerca dos Títulos e Valores Mobiliários Emitidos

A Emissora foi transformada em sociedade por ações em 1962. Em 1986, passou a ter suas ações negociadas em bolsas de valores no Brasil, dentre as quais a Bovespa.

O capital social da Emissora está dividido em 7.489.720 (sete milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil setecentas e vinte) ações ordinárias e 5.110.280 (cinco milhões, cento e dez mil duzentas e oitenta) ações preferenciais, integralmente subscritas e integralizadas, cujas características encontram-se descritas na seção "ATIVIDADES DA EMISSORA - Capital Social e Previsões Estatutárias", abaixo.

Embora tenha ações negociadas em bolsas de valores, a Companhia nunca realizou oferta pública de ações.

O volume de negociações das ações preferenciais da Emissora é bastante baixo. Os principais investidores institucionais detentores de ações preferenciais da Sultepa são a Dynamo Puma, a Rally International Fund e a 20 20 Latin America Fund.

Emissões de Debêntures

A Sultepa já realizou três emissões de Debêntures, sendo que a segunda emissão já foi totalmente resgatada. As Debêntures da 1ª e 3ª emissões ainda não foram totalmente resgatadas e possuem as seguintes características:

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

a) 1ª Emissão/ 1ª Série

Nº do Registro CVM	DERER/GERER/DEB-93/008
Série emitida	01
Tipo de Emissão	Conversível
Data de emissão	11/11/1992
Data de vencimento	01/11/2000
Espécie da debênture	Garantia Real
Condição de remuneração vigente	TR + 12% a.a.
Prêmio/deságio	ANBID + 1% a.a
Valor nominal (Reais)	1.000,00
Montante emitido (Reais Mil)	6.000
Quantidade de títulos emitidos (unidade)	6.000
Títulos em circulação (unidade)	6.000
Títulos em tesouraria (unidade)	-
Títulos resgatados (unidade)	-
Títulos convertidos (unidade)	-
Títulos a colocar (unidade)	-

b) 1ª Emissão/ 2ª Série

Nº do Registro CVM	SEP/GER/DEB-94/008
Série emitida	02
Tipo de Emissão	Conversível
Data de emissão	01/11/1992
Data de vencimento	01/12/2000
Espécie da debênture	Garantia Real
Condição de remuneração vigente	TR + 12% a.a.
Prêmio/deságio	ANBID + 1% a.a.
Valor nominal (Reais)	1.000,00
Montante emitido (Reais Mil)	4.000
Quantidade de títulos emitidos (unidade)	4.000
Títulos em circulação (unidade)	4.000
Títulos em tesouraria (unidade)	-
Títulos resgatados (unidade)	-
Títulos convertidos (unidade)	-
Títulos a colocar (unidade)	-

c) 3ª Emissão

Nº do Registro CVM	SEP/GER/DEB-97/106
Série emitida	01
Tipo de Emissão	Simple
Data de emissão	15/07/1997
Data de vencimento	15/07/2007
Espécie da debênture	Garantia Real
Condição de remuneração vigente	TR + 12% a.a.
Prêmio/deságio	ANBID – 6,7% a.a.
Valor nominal (Reais)	5.117,56
Montante emitido (Reais Mil)	12.026
Quantidade de títulos emitidos (unidade)	2.350
Títulos em circulação (unidade)	2.350
Títulos em tesouraria (unidade)	-
Títulos resgatados (unidade)	-
Títulos convertidos (unidade)	-
Títulos a colocar (unidade)	-



INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

As informações a seguir devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia apresentadas neste Prospecto, levantadas em 30 de setembro de 1999, contendo informações do período de nove meses, de janeiro a setembro, dos anos de 1999 e 1998, bem como de 31 de dezembro de 1998, além de informações de 31 de dezembro dos anos de 1996 e 1997.

De acordo com o disposto na Instrução CVM Nº 247/96, as sociedades controladas em conjunto – Contesa, Pedrasul, Sulcatarinense, Sulmat, Sulbrape, Metrovias, Sulvías e PN Turismo, são consolidadas proporcionalmente conforme a participação da Sultepe em cada uma das controladas. Na consolidação foram eliminadas todas as participações da empresa controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos ativos e passivos, receitas e custos, despesas e lucros, não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as mesmas.

Algumas outras informações financeiras e operacionais selecionadas são também apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras e as informações financeiras selecionadas da Companhia, apresentadas adiante, foram preparadas de acordo com os Princípios Contábeis previstos na Legislação Societária (Lei nº 6.404/76) e as regulamentações e determinações da CVM.

Demonstrativo de Resultados (mil R\$)	31/12/96	31/12/97	31/12/98	30/09/98	30/09/99
Receita Operacional Bruta	153.956	171.743	222.057	161.030	139.470
Deduções da Receita	(21.836)	(28.268)	(30.840)	(24.373)	(14.310)
Receita Líquida	132.120	143.475	191.577	136.657	125.160
Custos Operacionais	(91.150)	(107.164)	(151.635)	(105.409)	(76.157)
Lucro Bruto	40.970	36.311	39.942	31.248	49.003
Despesas Operacionais	(13.361)	(13.190)	(23.860)	(14.568)	(15.320)
Resultado da Atividade	27.609	22.821	16.082	16.680	33.683
Despesa Financeira	(23.755)	(19.685)	(29.146)	(17.245)	(43.216)
Receita Financeira	760	4.217	7.625	4.030	4.283
Outros Resultados Operacionais	3.202	872	9.428	6.400	980
Resultado Operacional	7.717	8.177	3.351	9.865	(4.270)
Resultado não Operacional	248	1.071	521	258	340
Lucro antes do IR	7.965	9.248	3.872	10.123	(3.930)
IR e Contribuição Social	(2.551)	(60)	(99)	(1.016)	(1.046)
Lucro antes das Participações	5.414	9.188	3.773	9.107	(4.976)
Participação dos Acionistas Minoritários	1.796	581	(1.581)	-	-
Lucro Líquido do Exercício	7.210	9.188	3.773	9.107	(4.976)
Balanco Patrimonial (mil R\$)					
Caixa e Aplicações Financeiras	3.117	1.690	10.694	2.533	2.808
Créditos	115.557	138.757	138.085	148.943	161.362
Estoques	3.305	5.576	10.367	6.585	8.285
Ativo Circulante	122.121	146.274	160.511	158.468	173.054
Realizável a Longo Prazo	10.740	38.655	132.617	46.956	153.913
Ativo Permanente	59.741	60.933	185.038	62.733	185.960
Total do Ativo	192.602	245.862	478.166	268.157	512.927
Fornecedores	3.583	4.346	22.322	6.879	10.907
Instituições Financeiras e Debêntures CP	8.374	20.208	64.868	17.200	78.027
Tributos e outros Débitos CP	27.784	36.663	31.984	53.934	49.254
Passivo Circulante	39.741	61.217	119.174	71.134	127.281
Instituições Financeiras e Debêntures LP	30.018	29.963	32.540	37.135	34.905
Tributos e outros Débitos LP	11.373	18.156	57.116	21.729	96.866
Exigível a Longo Prazo	41.391	48.119	89.656	58.864	131.771
Resultado de Exercícios Futuros	3.272	20.395	97.284	21.598	87.897
Patrimônio Líquido	100.745	106.295	151.400	116.561	165.978
Total do Passivo	192.602	245.862	478.166	268.157	512.927
Outros Dados Financeiros (milhões R\$)					
Depreciação e Amortização	2.942	1.537	2.307	1.121	1.674
Margem Bruta (%)	31,0	25,3	20,8	22,9	39,3
Dívida Onerosa/Patrimônio Líquido (%)	38,1	47,2	64,3	48,3	68,4
Liquidez Corrente	3,1	2,4	1,3	2,2	1,3
EBITDA	32.013	25.230	27.817	24.201	36.337
Dívida Onerosa (Financiamentos + Debêntures)	38.392	50.171	97.408	54.335	112.932
Dívida Líquida	35.275	48.481	86.714	51.802	110.124
EBITDA/Receita líquida (%)	24,2	17,6	14,5	17,7	29,0
Dívida Onerosa/EBITDA	1,1X	2,0X	3,5X	2,2X	1,0X
EBITDA/Juros (Despesa Financeira)	1,3X	1,3X	0,9X	0,6X	0,8X

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO A RESPEITO DA CONDIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS OPERACIONAIS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO A RESPEITO DA CONDIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS OPERACIONAIS

As informações a seguir devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia apresentadas neste Prospecto, levantadas em 30 de setembro de 1999, contendo informações do período de nove meses de janeiro a setembro de 1999 e 1998 ("período de nove meses") e 31 de dezembro de 1998, além de informações de 31 de dezembro de 1997 e 1996.

De acordo com o disposto na Instrução CVM Nº 247/96, as sociedades controladas em conjunto Contesa, Pedrasul, Sulcatarinense, Sulmat, Sulbrape Construtora Ltda. Metrovias, Sulvias e PN Turismo Ltda., são considerados proporcionalmente conforme a participação da Controladora em cada uma das Controladas. Na consolidação foram eliminadas todas as participações da Controladora nos patrimônios líquidos das Controladas, bem como os saldos ativos e passivos, receitas e custos, despesas e lucros, não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as mesmas. (Ver seção "TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS").

Resultados Relativos ao Período de Nove Meses de 1999, Comparado com o Período de Nove Meses de 1998**Receita Líquida**

No período de nove meses de 1999, a receita líquida consolidada da Companhia alcançou R\$ 125,1 milhões, apresentando uma redução de 8,4% em relação a igual período do ano anterior, quando totalizou R\$ 136,6 milhões. A redução da receita ocorreu, principalmente, devido à paralisação de algumas das obras contratadas com o governo federal e com os governos estaduais e municipais. Além disso, as empresas controladas que atuam no segmento de concessão de rodovias no Estado do Rio Grande do Sul tiveram suas atividades afetadas pela política do governo estadual de intervir, a partir de abril de 1999, reduzindo o valor das tarifas cobradas pelas Concessionárias. Essa situação foi normalizada em agosto de 1999, quando as tarifas retornaram aos valores anteriores, (ver seção "FATORES DE RISCO – Questões Políticas Relativas às Concessões no Estado do Rio Grande do Sul"). A perda de receita nesse período alcançou o montante de R\$ 3,9 milhões.

O quadro comparativo abaixo apresenta a discriminação da receita operacional líquida:

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Set/98 (mil R\$)	%	Set/99 (mil R\$)	%
Receita de obra por empreitada	122.674	89,77	93.453	74,67
Receita com vendas de materiais	4.774	3,49	4.639	3,71
Receita com vendas de terrenos	1.731	1,27	1.525	1,22
Receita com operação de consórcio	7.478	5,47	1.835	1,47
Receita com pedágios	-	-	23.708	18,94
TOTAL	136.657	100,00	125.160	100,00

Até o mês de setembro de 1999 existiam três obras paralisadas, com receitas estimadas em aproximadamente R\$ 12.217.701,73 (doze milhões, duzentos e dezessete mil setecentos e um reais e setenta e três centavos). O valor da carteira de contratos em setembro de 1998 era de R\$ 165,8 milhões, contra R\$ 251,3 milhões em setembro de 1999.

Custos Operacionais

No período de nove meses de 1999 os custos operacionais totalizaram R\$ 76,2 milhões contra R\$ 105,4 milhões dos nove meses de 1998, com queda de 27,7%. Esta variação foi reflexo da redução de custos imposta pela Companhia, principalmente os custos com mão-de-obra, bem como pela redução de obras contratadas, após a mudança de governo do Estado do Rio Grande do Sul, em janeiro de 1999.

Os custos referentes a obras por empreitada responderam por cerca de 76,1% e 89,7% dos custos operacionais nos períodos de nove meses dos anos de 1999 e 1998, respectivamente.

CUSTOS DE OBRAS POR EMPREITADA	Set/98 (mil R\$)	%	Set/99 (mil R\$)	%
Mão-de-obra e encargos	26.665	28,22	13.811	23,84
Materiais	30.229	31,99	22.132	38,20
Equipamentos e Veículos	16.430	17,39	7.651	13,21
Subempreiteiros	14.322	15,16	9.137	15,77
Transportadores	4.721	5,00	3.705	6,40
Outros	2.128	2,25	1.497	2,58
TOTAL	94.495	100,00	57.933	100,00

Os outros custos operacionais foram: custos com vendas, custos com venda de terrenos e imóveis, custos com operações com consórcios e custos com pedágios. Nos nove meses de 1999, estes custos representaram 1,9%, 1,6%, 2,2% e 18,2%, respectivamente, do custo operacional total.

Nos nove meses de 1998, estes mesmos custos representaram 0,7%, 1,2% e 8,4%, respectivamente. Nesse período, não foram contabilizados os custos com pedágio.

Resultado Bruto

O resultado bruto do período de nove meses de 1999 totalizou R\$ 49,0 milhões, o que representou um crescimento de 57,0% em relação ao período de nove meses de 1998. O programa de redução de custos foi o principal responsável por essa variação, além de ganhos de produtividade oriundos de treinamentos e a utilização de equipamentos de última geração. Em 1998, a Companhia investiu R\$ 7,7 milhões em novos equipamentos pesados e, principalmente, foram substituídos equipamentos rodoviários das décadas de 70/80 por equipamentos mais modernos. Além disso, está sendo implantado o Sistema "SAP", que possibilitou a integração de todas as unidades da Companhia, o que está racionalizando as operações, resultando na redução custos administrativos e operacionais.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Despesas com Vendas

As despesas de vendas atingiram, no período de nove meses de 1999, o montante de R\$ 0,6 milhões, o que representou um decréscimo de 13,6% em relação ao igual período do ano anterior, devido à redução das atividades, principalmente no primeiro trimestre de 1999. Em relação à receita líquida da Companhia, as despesas com vendas representaram 0,5% no período de nove meses, tanto no ano de 1998, quanto no ano de 1999.

As despesas com vendas referem-se, principalmente, a pagamentos de comissões e publicidade da Sulmat, relativos às suas atividades.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais (incluindo despesas gerais e administrativas, honorários, despesas com vendas, depreciação e despesas tributárias) atingiram, no período de nove meses de 1999, o montante de R\$ 15,3 milhões, contra o montante de R\$ 14,6 milhões atingido no período de nove meses de 1998, o que representou um acréscimo de 5,2%. Esta variação foi ocasionada pela implantação do Sistema de Gestão Empresarial SAP R/3, bem como pelas despesas oriundas da Certificação ISO 9002. A administração da Sultepa acredita que estes investimentos proporcionarão, no futuro, uma significativa redução dos custos operacionais da Companhia.

As despesas gerais e administrativas, detalhadas no quadro abaixo, foram responsáveis por 83,7% e 77,4% das despesas operacionais (excluído o saldo financeiro), no período de nove meses de 1999 e de 1998, respectivamente.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	Set/98		Set/99	
	(mil R\$)	%	(mil R\$)	%
Salários e encargos	6.812	60,20	6.866	53,64
Serviços profissionais	1.789	15,81	1.884	14,72
Serviços médicos	471	4,16	409	3,20
Programas sociais	262	2,32	280	2,19
Propaganda e publicidade	197	1,74	230	1,80
Aluguéis e condomínios	297	2,62	340	2,66
Locações e arrendamento mercantil	392	3,46	691	5,40
Comunicações	298	2,63	287	2,24
Previdência privada	390	3,45	490	3,83
Taxas diversas	123	1,09	328	2,56
Diversos	285	2,52	994	7,77
TOTAL	11.316	100,00	12.799	100,00

Geração de Caixa Operacional (EBITDA), em português LAJIDA = Lucro Antes dos Juros, Imposto de Renda e Contribuição Social, Depreciação e Amortização.

A geração de caixa operacional (EBITDA) da Companhia atingiu o valor de R\$ 36,3 milhões, o que representou um crescimento 50,0% em relação ao igual período do ano passado, refletindo uma margem do EBITDA sobre a receita líquida de 29,0% e 17,7% nos nove meses de 1999 e 1998, respectivamente. O principal responsável pelo crescimento foi a redução dos custos operacionais, em especial os gastos com pessoal.

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida nos nove meses de 1999 foi de R\$ 38,9 milhões contra R\$ 13,2 milhões no mesmo período do ano anterior. Este acréscimo foi ocasionado pelo aumento do endividamento e pela desvalorização cambial ocorrida no primeiro trimestre do período. O impacto da desvalorização do Real foi de R\$ 9,6 milhões, integralmente reconhecida no período, sendo que o efeito do ajuste cambial foi basicamente nas Concessionárias Metrovias e Sulvias. Este efeito negativo foi ocasionado pelo impacto da desvalorização cambial em um empréstimo com cláusula de reajuste pela variação cambial contratado pelas Concessionárias com o Banco Santander S.A., já quitado, e no preço dos produtos, principalmente os de asfalto, combustível e lubrificantes o que refletiu nos contratos com os fornecedores destes materiais.

Deve ser observado que, isoladamente, a evolução do Resultado Financeiro da Emissora dos nove meses de 1999 comparando com os nove meses de 1998, evoluiu aproximadamente 24%, ou seja, um resultado mais favorável do que o Resultado Consolidado.

Abaixo está descrito o endividamento de curto e longo prazo:

ENDIVIDAMENTO – CURTO PRAZO	Set/98		Set/99	
	(mil R\$)	%	(mil R\$)	%
Fornecedores	6.879	9,67	10.907	8,57
Instituições Financeiras	13.920	19,57	74.270	58,35
Capital de Giro	12.407	-	71.773	-
Finame	1.513	-	2.497	-
Debêntures	3.280	4,61	3.757	2,95
Impostos a Pagar	8.501	11,95	13.302	10,45
Contribuição de Previdência a Pagar	2.991	4,20	6.632	5,21
Salários e Ordenados a Pagar	1.022	1,44	2.672	2,10
Dividendos a Distribuir	125	0,18	686	0,54
Credores Diversos	9.949	13,99	6.806	5,35
Provisão de Férias	3.618	5,09	2.838	2,23
Operação com Consórcios	17.054	23,97	273	0,21
Títulos a Pagar	55	0,08	902	0,71
Provisão Custo Orçado	3.738	5,25	3.693	2,90
Adiantamento de Clientes	2	0,003	543	0,43
TOTAL	71.134	100,00	127.281	100,00

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ENDIVIDAMENTO – LONGO PRAZO	Set/98	%	Set/99	%
	(mil R\$)		(mil R\$)	
Empresas Controladas e Coligadas	1.949	3,31	1.837	1,39
Instituições Financeiras	11.800	20,05	10.266	7,79
Capital de Giro	5.866	-	5.453	-
Finame	5.934	-	4.813	-
Debêntures	25.335	43,04	24.639	18,70
Impostos a Pagar	12.960	22,02	11.790	8,95
Dividendos a Distribuir	-	-	-	-
Provisão de IR e Contribuição Social	-	-	4.243	3,22
Retenções de Subempreiteiro	767	1,30	823	0,62
Credores Diversos	3.780	6,42	55.885	42,41
Operação com Consórcios	2.273	3,86	22.288	16,91
TOTAL	58.864	100,00	131.771	100,00

O perfil dos empréstimos e financiamentos consolidados está demonstrado abaixo:

Dívidas (mil R\$)	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Curto Prazo	Longo Prazo	Total
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo			
Capital de Giro	71.773	5.453	-	-	71.773	5.453	77.226
Finame	2.255	4.616	242	197	2.497	4.813	7.310
Debêntures	3.757	24.639	-	-	3.757	24.639	28.396
Operação com consórcios	273	22.288	-	-	273	22.288	22.561
Credores Diversos	6.806	55.885	-	-	6.806	55.885	62.691
TOTAL	84.864	112.881	242	197	85.106	113.078	198.184

A Companhia possui contratos de leasing no montante de R\$ 207 mil, que não estão incluídos dentro dos financiamentos demonstrados na tabela anterior. O pagamento do leasing é contabilizado diretamente nos custos dos serviços prestados.

Capital de Giro e Finame

A maior parte dos financiamentos de capital de giro e Finame estão alocados na contabilidade da Sultepa e das empresas Controladas Sulvias e Metrovias, conforme tabela abaixo:

Empresas (mil R\$)	Set/98		Set/99	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
SULCAT	427	465	1.159	239
Capital de Giro	-	-	796	-
Finame	427	465	363	239
CONTESA	135	64	820	118
Capital de Giro	17	26	665	16
Finame	118	38	155	102
PEDRASUL	500	-	103	-
Capital de Giro	500	-	103	-
Finame	-	-	-	-
SULMAT	-	-	202	-
Capital de Giro	-	-	202	-
Finame	-	-	-	-
SULTEPA	12.858	11.271	22.998	8.425
Capital de Giro	11.890	5.840	21.019	5.437
Finame	968	5.431	1.979	2.988
SULVIAS	-	-	24.179	693
Capital de Giro	-	-	24.179	-
Finame	-	-	-	693
METROVIAS	-	-	24.809	791
Capital de Giro	-	-	24.809	-
Finame	-	-	-	791
TOTAL	13.920	11.800	74.270	10.266

Credores Diversos

A evolução da conta classificada no exigível de longo prazo foi de R\$ 3.780 mil em setembro de 1998 para R\$ 55.885 mil em setembro de 1999, refere-se a débitos decorrentes da prestação de serviços de obras de infra-estrutura, asfaltamento e sinalizações contraídos pelas empresas Concessionárias Metrovias e Sulvias junto ao Consórcio Univias, no montante de R\$ 52.171 mil. Os restantes R\$ 3.714 mil, referem-se a compromissos assumidos pela Controlada Contesa com empresas prestadoras de serviços.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

O quadro abaixo demonstra o grupo de credores diversos da Companhia e de suas controladas:

Empresas (mil R\$)	Set/98		Set/99	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
SULTEPA	7.175	-	3.428	-
Serviços Profissionais	928	-	1.680	-
Transportadores	527	-	456	-
Subempreiteiros	5.676	-	1.283	-
Outros	4	-	9	-
SULCATARINENSE	1.191	-	1.288	-
Serviços Profissionais	7	-	68	-
Subempreiteiros/Transportadores	1.184	-	1.220	-
CONTESA	1.360	3.780	1.819	3.714
Serviços Profissionais	-	-	18	-
Subempreiteiros	76	-	295	-
Credores para aquisição de Imóveis	1.284	3.780	1.506	3.714
SULMAT	67	-	36	-
Serviços Profissionais	-	-	6	-
Transportadores	67	-	30	-
METROVIAS S.A.	-	-	-	23.041
SULVIAS S.A.	-	-	-	29.130
TOTAL	9.949	3.780	6.806	55.885

Operações com Consórcios

A Companhia participa, com outras empresas do ramo, em empreendimentos ligados à construção pesada através de consórcios, administrados de forma independente.

Nas Demonstrações Financeiras da Companhia (Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado), estas operações, estão consignadas sob a rubrica denominada "Operações com Consórcios".

Nesta rubrica estão representados os valores transportados dos Balanços e Balançetes apurados pelos consórcios e reconhecidos na contabilidade da Companhia, de acordo com a participação no empreendimento. Ou seja, a Companhia, através desse procedimento, reconhece em suas demonstrações os resultados apurados pelos consórcios de acordo com sua participação nestes empreendimentos.

Os Consórcios constituídos e consignados no balanço são:

Consórcio Conesul (Construção dos Centros de Apoio Integral à Criança – CAIC), constituído pela Sultepa com participação de 42%, Brasília Guaíba Obras Públicas com 32% e Construtora Pelotense Ltda. com 26%.

Consórcio TSB (Execução dos serviços de terraplenagens do complexo industrial da fábrica da GM, no Município de Gravataí, no Estado do Rio Grande do Sul), constituído por Toniolo, Busnelo Ltda., com participação de 37,5%, Sultepa, com participação de 37,5% e Brasília Guaíba Ltda. com participação de 25%.

Em dezembro de 1998, os valores de curto prazo oriundos do Consórcio TSB foram reclassificados para longo prazo para adequação de conceito contábil, devido à mudança da expectativa de conclusão das obras realizadas por este Consórcio.

A evolução da conta de Operações com Consórcios, no exigível a longo prazo, de R\$ 2.273 mil em setembro de 1998 para R\$ 22.288 mil em setembro de 1999, foi ocasionada, também, pelo início de operação dos pólos rodoviários explorados pelas Concessionárias Metrovias, Sulvias e Convias uma vez que a Companhia também participa do Consórcio Univias e do Consórcio Construtor do Sul que prestam serviços para as Concessionárias.

Debêntures

Foram emitidas pela Companhia, até hoje, um total de 12.350 Debêntures, sendo que 10.000 Debêntures conversíveis em ações com vencimento programado para novembro do ano 2000 e 2.350 Debêntures simples com vencimento programado para julho do ano de 2007.

A movimentação das Debêntures ao longo dos últimos anos, está descrita abaixo:

Descrição (R\$)	ANOS			
	1996	1997	1998	Set/1999
(+) Saldo Inicial	15.994.940,00	26.334.993,40	30.195.015,54	26.698.479,55
(+) Captações	8.175.222,10	12.011.667,00	-	-
(+) Atualizações e Juros	4.480.370,40	3.834.155,98	6.364.895,64	4.369.882,81
(+) Prêmios até 01/04/97	1.394.645,40	344.367,00	-	-
(-) Pagamentos	3.710.184,50	12.330.167,84	9.861.431,63	2.672.224,19
(=) Saldo Final	26.334.993,40	30.195.015,54	26.698.479,55	28.396.138,17

Para maiores informações acerca das características das anteriores emissões de Debêntures da Emissora, verificar a seção "CAPITALIZAÇÃO DA EMISSORA".



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Cronograma de Amortização

O cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos consolidados para o período do quarto trimestre de 1999 e para os próximos quatro anos estão demonstrados conforme o quadro abaixo:

Período (milhões R\$)	4º Trim/99	2000	2001	2002	2003
Valores	40,6	35,7	4,3	3,6	0,3

Do valor de R\$ 40,6 milhões de parcela de amortização programada para ocorrer no 4º trimestre de 1999, apenas R\$ 5,6 milhões foram amortizados, sendo o restante renegociado.

Devido ao aumento da dívida com perfil de curto prazo, a Companhia deverá buscar opções de alongamento do perfil de seu endividamento. Contudo, caso as condições do mercado não permitam que a reestruturação seja efetuada com sucesso, o fluxo de caixa da Companhia poderá não ser suficiente para o pagamento dos financiamentos de curto prazo, principalmente os oriundos de capital de giro. A Emissora deverá obter alternativas de financiamentos com perfil de longo prazo, sendo que o insucesso nessas tentativas podem levar a Emissora a apresentar dificuldades em realizar a amortização de alguns desses financiamentos.

Resultado Não-Operacional

O resultado não operacional apresentado no período foi positivo em R\$ 0,3 milhões. Este resultado refere-se a vendas de ativo fixo. Nos nove meses de 1998, o resultado não operacional contabilizado foi, também, de R\$ 0,3 milhões, referente à venda de ativos.

Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

As provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social são efetuadas de acordo com as normas do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 3.000, de 26 de março de 1999), sendo a Companhia tributada pelo critério de Lucro Real.

Com relação à provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social de Longo Prazo sobre contratos governamentais relacionados a obras por empreitada, a Companhia realiza diferimento da tributação dos resultados até sua realização, conforme o artigo 409 do Regulamento do Imposto de Renda.

A Companhia possui valores a compensar, de prejuízos de exercícios anteriores, relativos ao Imposto de Renda, sendo:

Exercício de 1998: R\$ 49,8 milhões

Exercício de 1997: R\$ 51,4 milhões

Para a compensação de Contribuição Social, a Companhia possui valores de exercícios anteriores, sendo:

Exercício de 1998: R\$ 12,8 milhões

Exercício de 1997: R\$ 15,1 milhões

As compensações ocorrem à razão de 30% sobre a base líquida positiva apurada no período, conforme as leis: nº 8.981/95, artigo 42, nº 9.065/95, artigo 12 e 15 e Instrução Normativa RF nº 11/96, artigo 35.

Em 30 de setembro de 1998, a Companhia realizou a reavaliação de alguns de seus ativos e constituiu provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social como consequência dessas reavaliações, conforme faculta os artigos 34 e 35 da Deliberação nº 183 da CVM. Os valores representativos, no Patrimônio Líquido, na Reserva de Reavaliação e Ativo Próprio estão demonstrados abaixo:

Reserva de Reavaliação	Milhões R\$
Valor da Reserva	62,9
(-) Provisão de Imposto de Renda	(2,4)
(-) Provisão Contribuição Social	(1,9)
Valor Líquido da Reserva	58,6

Resultado Líquido

O resultado líquido no período de nove meses de 1999, como descrito anteriormente, foi afetado, principalmente, pela elevação das despesas financeiras, fato este que contribuiu para a apuração de um resultado negativo de R\$ 4,9 milhões, contra um resultado positivo de R\$ 9,1 milhões do igual período do ano anterior. Deve-se destacar que, isoladamente, o resultado da Companhia no período de nove meses de 1999 foi de R\$ 4,007 milhões, positivo.

Resultados Relativos aos Anos Findos em 31 de Dezembro de 1998, 1997 e 1996**Receita Líquida**

A receita líquida consolidada da Companhia em 1998 atingiu R\$ 191,6 milhões, representando um aumento de 33,5% em relação ao igual período do ano anterior, quando totalizou R\$ 143,5 milhões. O aumento da receita ocorreu devido a maior atuação nos projetos de concessões no Estado do Rio Grande do Sul.

Comparando o ano de 1997 com o ano de 1996, a receita líquida da Sultepa apresentou um aumento de 8,6%, passando de R\$ 132,1 milhões para R\$ 143,5 milhões. O crescimento da receita foi ocasionado pelo aumento de obras realizadas e iniciadas.

O valor dos contratos em carteira, em dezembro de 1998, era de R\$ 243,5 milhões, contra R\$ 235,8 milhões de 1997 e R\$ 252,8 milhões em dezembro de 1996.



A formação da receita consolidada da Sultepa nos últimos três anos está descrita no quadro abaixo:

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Dez/96	%	Dez/97	%	Dez/98	%
	(mil R\$)		(mil R\$)		(mil R\$)	
Receita de obra por empreitada	120.453	91,17	125.938	87,78	163.855	85,53
Receita com vendas de materiais	5.268	3,99	5.817	4,05	5.130	2,68
Receita com vendas de terrenos	868	0,66	517	0,36	1.873	0,98
Receita com operação de consórcio	5.531	4,19	11.203	7,81	10.481	5,47
Receita com pedágios	-	-	-	-	10.238	5,34
TOTAL	132.120	100,00	143.475	100,00	191.577	100,00

Custos Operacionais

Os custos operacionais da Companhia em 1998 foram de R\$ 151,6 milhões contra R\$ 107,2 milhões no ano de 1997, o que representou um acréscimo de 41,4%. Da mesma forma, no período 1997, quando comparado com ano de 1996, os custos operacionais apresentaram um crescimento de 17,6%, sendo que estes, no ano de 1996, alcançaram R\$ 91,1 milhões. Os aumentos de custos verificados nos três períodos foi ocasionado pelo aumento do número de obras contratadas.

Em 1998, os custos de obras por empreitada foram responsáveis por 84,0% dos custos operacionais totais. Em 1997 e 1996 estes custos responderam por 90,7% e 95,0% do total, respectivamente.

CUSTOS DE OBRAS POR EMPREITADA	Dez/96	%	Dez/97	%	Dez/98	%
	(mil R\$)		(mil R\$)		(mil R\$)	
Mão-de-obra e encargos	28.905	33,39	28.302	29,13	27.118	21,30
Materiais	47.231	54,56	29.074	29,93	39.931	31,37
Equipamentos e Veículos	4.308	4,98	17.804	18,33	24.152	18,97
Subempreiteiros	1.855	2,14	16.493	16,98	26.916	21,15
Transportadores	1.823	2,11	4.302	4,43	7.208	5,66
Outros	2.444	2,82	1.177	1,21	1.964	1,54
TOTAL	86.566	100,00	97.152	100,00	127.289	100,00

Devido à natureza de longo prazo dos trabalhos de construção, a Companhia utiliza a estratégia de vincular os contratos de pagamento às receitas, compatibilizando, desse modo, as contas a receber com as contas a pagar. Os valores a receber são corrigidos geralmente por uma cesta de índices e, historicamente, têm sido pagos. Desta forma, os custos operacionais apresentam uma forte correlação com a evolução do faturamento.

Resultados dos Exercícios Futuros

Em 1998, a Companhia possuía estoques de imóveis à venda em forma de loteamentos. A contabilização das operações de vendas segue as normas do Decreto-Lei 1.598/77. Nas vendas a prazo, o registro de Receitas e Custos são reconhecidos em Resultados de Exercícios Futuros e transferidos para o resultado, proporcionalmente, de acordo com a receita recebida no período.

Os valores representativos da conta Resultados de Exercícios Futuros, relacionados a transações de imóveis, em 31 de dezembro de 1998 eram: Receita a Apropriar de R\$ 1.134,2 mil e Custos a Apropriar de R\$ 697,6 mil.

Está também registrado em Resultados de Exercícios Futuros, um crédito decorrente de uma ação movida pela SINECON, em favor da Companhia, contra o DNER. O valor reconhecido em 31 de dezembro de 1998 foi de R\$ 73.810,3 mil. (Ver Seção "ATIVIDADES DA EMISSORA – Pendências Judiciais").

Além disso, com a paralisação do empreendimento, no Consórcio Conesul, no qual a Companhia participa com 42%, foi consignado no Ativo Realizável a Longo Prazo, na conta Crédito com Clientes, o valor representativo de sua participação no empreendimento junto ao governo federal, em virtude do contrato Administrativo nº CO.06/91 de 13 de novembro de 1991, que permite o crédito do valor correspondente em contrapartida no grupo Resultado de Exercícios Futuros. O valor reconhecido em 31 de dezembro de 1998 foi de R\$ 2.963,2 mil.

Resultado Bruto

O resultado bruto dos anos de 1998, 1997 e 1996 totalizou R\$ 39,9 milhões, R\$ 36,3 milhões e R\$ 40,9 milhões, respectivamente. Estes resultados proporcionaram uma margem bruta de 20,8% em 1998, 25,3% em 1997 e 31,0% em 1996. A queda da margem bruta foi ocasionada pelo aumento da concorrência, que afetou os preços cobrados por obras, proporcionando uma menor rentabilidade.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais atingiram R\$ 23,8 milhões em 1998, contra R\$ 13,2 milhões em 1997 e R\$ 13,4 milhões em 1996. O forte crescimento verificado no período de 1998 ocorreu, principalmente, em função dos gastos com o programa de ISO 9002 e a implantação do Sistema "SAP" que absorveu recursos da ordem de R\$ 1,7 milhão e, principalmente, dos custos com indenizações referentes à redução do quadro de funcionários.

Em 1998, as despesas gerais e administrativas responderam por 86,6% do total das despesas operacionais, contra 89,4% do ano anterior. No ano de 1996 as despesas gerais e administrativas representaram 80,6% do total das despesas operacionais.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

<u>DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS</u>	<u>Dez/96</u>		<u>Dez/97</u>		<u>Dez/98</u>	
	<u>(mil R\$)</u>	<u>%</u>	<u>(mil R\$)</u>	<u>%</u>	<u>(mil R\$)</u>	<u>%</u>
Salários e encargos	9.160	44,49	7.351	62,14	6.936	64,19
Serviços profissionais	5.631	27,35	1.892	15,99	1.795	16,61
Serviços médicos	537	2,61	263	2,22	-	-
Programas sociais	1.077	5,23	479	4,05	394	3,65
Propaganda e publicidade	895	4,35	275	2,32	406	3,76
Aluguéis e condomínios	459	2,23	208	1,76	395	3,66
Locações e arrendamento mercantil	697	3,39	276	2,33	298	2,76
Comunicações	490	2,38	295	2,49	324	3,00
Previdência privada	640	3,11	408	3,45	-	-
Taxas diversas	230	1,12	-	-	-	-
Diversos	772	3,75	382	3,23	257	2,17
TOTAL	20.588	100,00	11.829	100,00	10.805	100,00

Geração de Caixa Operacional (EBITDA), em português LAJIDA = Lucro Antes dos Juros, Imposto de Renda e Contribuição Social, Depreciação e Amortização.

A geração de caixa operacional (EBITDA) da Companhia, no ano de 1998, atingiu o valor de R\$ 27,8 milhões, o que representou um crescimento 10,3% em relação ao igual período do ano passado, ou seja R\$ 25,2 milhões. Em 1996, o EBITDA apurado foi de R\$ 32,0 milhões. Contudo, estes valores, assim como a margem bruta, refletiram numa queda na margem do EBITDA, atingindo 24,2%, 17,6% e 14,5% nos anos de 1996, 1997 e 1998, respectivamente.

Resultado Financeiro

O endividamento consolidado nos últimos três anos vem apresentando crescimento, conforme demonstra a tabela abaixo:

<u>ENDIVIDAMENTO – CURTO PRAZO</u>	<u>1996</u>		<u>1997</u>		<u>1998</u>	
	<u>(mil R\$)</u>	<u>%</u>	<u>(mil R\$)</u>	<u>%</u>	<u>(mil R\$)</u>	<u>%</u>
Fornecedores	3.583	9,02	4.346	7,10	22.322	18,73
Instituições Financeiras	5.737	14,44	14.185	23,17	60.570	50,82
Capital de Giro	4.881	-	13.231	-	58.493	-
Finame	856	-	954	-	2.077	-
Debêntures	2.637	6,64	6.023	9,84	4.298	3,61
Impostos a Pagar	5.347	13,45	8.038	13,13	11.785	9,89
Contribuição Previdenciária a Pagar	8.351	21,01	2.011	3,29	3.914	3,28
Salários e Ordenados a Pagar	678	1,71	859	1,40	1.556	1,31
Dividendos a Distribuir	409	1,03	722	1,18	468	0,39
Credores Diversos	10.741	27,03	13.238	21,62	8.207	6,89
Provisão de Férias	1.709	4,30	1.695	2,77	1.982	1,66
Operação com Consórcios	549	1,38	10.100	16,50	287	0,24
Títulos a Pagar	-	-	-	-	846	0,71
Provisão para Custo Orçado	-	-	-	-	2.939	2,47
Adiantamento de Clientes	-	-	-	-	-	-
TOTAL	39.741	100,00	61.217	100,00	119.174	100,00
<u>ENDIVIDAMENTO – LONGO PRAZO</u>						
Empresas Controladas e Coligadas	-	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	6.320	15,27	5.791	12,03	10.140	11,31
Capital de Giro	-	-	1.641	-	4.892	-
Finame	6.320	-	4.150	-	5.248	-
Debêntures	23.698	57,25	24.172	50,23	22.400	24,98
Impostos a Pagar	9.315	22,50	12.069	25,08	10.227	11,41
Dividendos a Distribuir	-	-	-	-	677	0,76
Provisão para IR e Contribuição Social	-	-	-	-	-	-
Retenções de Subempreiteiro	259	0,63	483	1,00	770	0,86
Credores Diversos	1.637	3,95	5.442	11,31	23.827	26,58
Operação com Consórcios	162	0,39	162	0,34	21.615	24,11
TOTAL	41.391	100,00	48.119	100,00	89.656	100,00

Apesar do aumento do endividamento, as despesas financeiras líquidas apresentaram oscilação. Em 1996, o valor alcançado foi de R\$ 23,0 milhões, passando para R\$ 15,5 milhões em 1997. Em 1998, a despesa financeira líquida voltou a apresentar crescimento, alcançando, no período, R\$ 21,5 milhões. Esta oscilação foi ocasionada pelo comportamento dos índices de correção dos financiamentos.

Resultado Não-Operacional

Os resultados não operacionais da Companhia foram insignificantes. Em 1998, o resultado não operacional apresentado totalizou R\$ 0,5 milhão. Em 1997, o valor contabilizado correspondeu a um saldo positivo de R\$ 1,1 milhão, contra R\$ 0,2 milhão de 1996.

Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 1998, a Companhia realizou uma provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social de R\$ 1,6 milhão e uma reversão do provisionamento de R\$ 1,5 milhão. Da mesma forma, no ano de 1997 o valor provisionado foi de R\$ 2,6 milhões com uma reversão do imposto de R\$ 2,5 milhões.

No ano de 1996, o valor provisionado de Imposto de Renda e Contribuição Social foi de R\$ 2,6 milhões.

Participação dos Minoritários

O valor pago aos acionistas minoritários leva em consideração as normas da Lei nº 6.404/76, quando é destacado no balanço a participação dos minoritários no resultado do exercício. Estes minoritários são provenientes de aportes de capitais realizados em exercícios anteriores.

Nos exercícios de 1998, 1997 e 1996, as participações de minoritários estão alocadas nos resultados líquidos dos exercícios, sendo:

1998 - R\$ 1.581 mil

1997 - R\$ 581 mil

1996 - R\$ 1.796 mil

Obs.: Na publicação do balanço de 1998, foi indevidamente incluído um "parênteses" no valor que representava o pagamento aos acionistas minoritários; portanto, não deve ser considerado o valor de R\$ 1.581 mil negativo.

Resultado Líquido

Como consequência dos fatores descritos anteriormente, o resultado líquido da Companhia em 1998 foi um lucro de R\$ 3,8 milhões contra um resultado positivo de R\$ 9,2 milhões de 1997. Em 1996, o resultado apresentado foi um lucro de R\$ 7,2 milhões.

A queda do resultado apresentado no exercício de 1998, foi ocasionada pelo aumento das despesas financeiras líquidas e principalmente pela queda da margem bruta e do EBITDA.



A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL

O setor de construção civil é representado por construtoras, incorporadoras e cooperativas, contribuindo com cerca de 7% (sete por cento) na formação do Produto Interno Bruto do país. As construtoras são responsáveis pelo processo de construção da obra, contratação de serviços, tais como mão-de-obra e aquisição de materiais.

No ano de 1998, a receita das empresas de construção subiu 21,5%, um resultado excepcional, se comparado com o aumento de 4,6% que a indústria de construção registrou no ano anterior. Entre os fatores que influenciaram esse desempenho, podemos citar (i) os baixos rendimentos das ações e dos títulos de renda fixa e (ii) o fim do monopólio nas telecomunicações e a concorrência na telefonia celular, que fizeram com que as novas operadoras investissem pesado, contratando obras de infra-estrutura, para cumprir as metas de expansão assumidas com o governo.

Por se tratar de um setor dependente do crédito, uma variação ainda que não muito acentuada nas taxas de juros e o aumento da inadimplência fazem com que os investimentos nesse setor oscilem consideravelmente.

O PIB gerado pelo setor apresentou uma queda de quase 4% no terceiro trimestre de 1999 se comparado a igual período do ano anterior. Juntamente com o desempenho negativo das indústrias de transformação (queda de aproximadamente 2%), estes setores acabaram por contribuir para a variação negativa de 0,31% no PIB global do país.

Pelas projeções realizadas pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em seu Boletim Conjuntural de Outubro de 1999, o PIB da construção civil deverá sofrer uma retração de 3,5% no ano de 1999.

O resultado do setor de construção civil no ano de 1999 não foi muito satisfatório. Entretanto, o mercado imobiliário, apesar do ambiente pouco atrativo devido as altas taxas de juros, falta de financiamentos e queda na renda familiar, apresentou resultados favoráveis.

O principal fator de contribuição para esse resultado insatisfatório do setor é a queda na contratação de obras públicas e industriais. Este segmento é responsável por mais de 70% dos postos de trabalho da construção civil. O índice de desemprego do setor aumentou 5,5%. A causa da redução da contratação de obras públicas é a atual crise das finanças públicas que atinge a União.

O agravamento da inflação poderá fazer com que as taxas de juros demorem a declinar. Isto ocasionará um efeito negativo no nível de atividade da economia, e do setor, especificamente. As perspectivas do setor vão depender de como será o comportamento de algumas importantes variáveis macroeconômicas como a inflação e a taxa de juros.

A viabilidade de um novo ciclo de crescimento sustentado, vai depender de avanço nas reformas estruturais e na aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, as quais, proporcionarão condições favoráveis à obtenção de um ajuste fiscal permanente.

A adoção de uma política industrial voltada para o setor de construção civil, tanto na esfera federal, quanto estadual, teria como resultado uma revitalização da economia a partir do efeito multiplicador que os acréscimos na demanda final da atividade de construção gerariam em termos de emprego, produto, renda, impostos e outras variáveis.

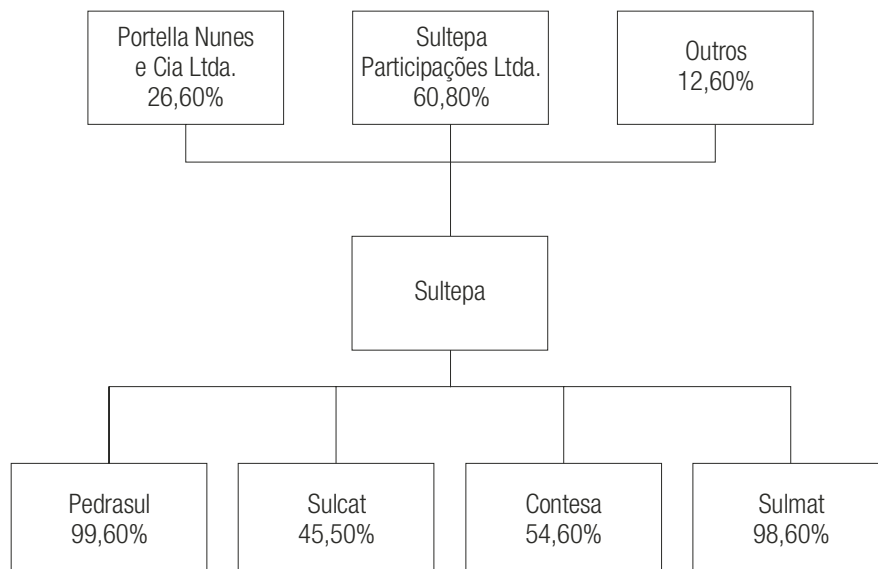
Vale chamar a atenção, que o desenvolvimento do setor de construção civil geraria um benefício para a sociedade através da infra-estrutura social, como habitação para classes de baixa renda, saneamento básico, escolas, hospitais, estradas, etc.

O programa do governo federal de desenvolvimento denominado Avança Brasil também dará um novo fôlego para o setor. O programa aponta para a existência de 365 oportunidades de investimentos públicos e privados em seis setores estratégicos: desenvolvimento social, meio ambiente, informação e conhecimento, telecomunicações, energia e transporte. Dentre as principais oportunidades para o setor de construção civil destacam-se algumas como: duplicação da BR 101, no trecho Natal – Aracaju e da rodovia Belo Horizonte – Uruguiana - Jaguarão, obras para o desenvolvimento da Ferronorte, Ferrovia Norte – Sul, BR 020, BR 163, BR 230; hidrovias (Araguaia – Tocantins, do Madeira, do São Francisco e do Parnaíba). Está incluída ainda a revitalização de alguns portos entre eles o de Salvador, Recife, Rio Grande e Ilhéus.

Segundo o governo, estão previstos para esse projeto um orçamento de R\$ 27 bilhões para investimentos em habitação, saneamento, e transportes. O programa total deverá gerar um total de 8,5 milhões de empregos diretos e indiretos.

O GRUPO SULTEPA

O quadro abaixo apresenta (i) a participação da Sultepla no capital votante das quatro empresas do Grupo Sultepla que, atualmente, encontram-se em operação, (ii) assim como as participações de seus principais acionistas:



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

A Sultepe controla, além das quatro empresas indicadas acima, outras três empresas não ativas: Artsul, PN Turismo e Sulbrape. Além disso, a Companhia controla a Concessionária Metrovias e tem participação significativa na Concessionária Sulvias. As empresas foram estrategicamente adquiridas e constituídas com o objetivo de (i) aumentar a integração vertical da Companhia, (ii) ampliar sua base de operações e sua área geográfica de atuação e (iii) facilitar a penetração do Grupo Sultepe em mercados fora do Estado do Rio Grande do Sul (iv) atender as exigências legais da exploração das concessões rodoviárias.

Abaixo, encontra-se um breve resumo descritivo tanto das empresas operacionais integrantes do Grupo Sultepe, como das controladas inativas e das Concessionárias.

Pedrasul

A Sultepe controla 99,6% da Pedrasul, empresa sediada no Rio Grande do Sul. A empresa foi adquirida em 1965 devido à sua posição estratégica, que permitiu à Sultepe ampliar sua base de operações em áreas nas quais não atuava. Esta iniciativa fortaleceu as duas empresas, que hoje operam conjuntamente em posições estratégicas.

A Pedrasul é a controlada mais ativa da Emissora atuando em diversos consórcios com a Emissora (Ver "AS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS") e isoladamente. A Pedrasul é líder do consórcio RIOEST que explora concessões de garagens subterrâneas na Cidade do Rio de Janeiro, uma das novas atividades do Grupo Sultepe.

Sulcatarinense

A Sultepe controla 45,50% da Sulcat. O restante é de propriedade da PN Turismo (controlada por José Portella e sua família). A Sulcat tem sede em Santa Catarina e sua atividade é voltada para projetos de construção nessa região.

Contesa

A Sultepe controla 54,60 % da Contesa. O restante é de propriedade de quatro pessoas físicas, os Srs. Clóvis Araújo, Edson Lamarca, José Simeão Soeiro de Souza e Ricardo Lins Portella Nunes, que participam da Diretoria da Contesa. A empresa tem sede no Rio de Janeiro e, se dedica a projetos de construção civil de menor escala e projetos de manutenção, tanto no Rio de Janeiro quanto no Rio Grande do Sul.

Sulmat

A Sultepe controla 98,6 % da Sulmat. A sede da empresa é no Rio Grande do Sul. A Sulmat atua na venda de materiais de construção, exploração de minerais e produção e comercialização de produtos de cimento.

Artsul

A Sultepe controla 99,8 % da Artsul. A empresa está, atualmente, inativa. A Diretoria Executiva da Sultepe não planeja a retomada das operações num futuro próximo.

PN Turismo

A Sultepe controla 45,00 % da PN Turismo. A empresa está, atualmente, inativa. A Diretoria Executiva da Sultepe não planeja a retomada das operações num futuro próximo.

Sulbrape

A Sultepe controla 42,00 % da Sulbrape. A empresa está, atualmente, inativa. A Diretoria Executiva da Sultepe não planeja a retomada das operações num futuro próximo.

As Concessionárias Sulvias, Convias e Metrovias. (Ver seção "As Concessões Rodoviárias").

Para cumprir determinados requisitos legais e licitatórios relativos a projetos de exploração rodoviária mediante concessões, a Emissora e seus consorciados no projeto, foram obrigadas a constituir sociedades por ações com o propósito específico de explorar as concessões outorgadas. Dessa forma, foram constituídas, em janeiro de 1998, a Metrovias, Convias e Sulvias.

Na Metrovias, por força do processo licitatório, a Sultepe teve que assumir o controle do capital votante com 51,00% das ações com direito à voto. Já a participação no capital social total é de 26,58%.

Na Sulvias, a Sultepe não é controladora, mas detém 26,47% do capital social total.

Na Convias a Sultepe não possui qualquer participação. Nesta empresa o Grupo Sultepe está representado pela Pedrasul, que detém 26,74% do capital social total da empresa.

As Concessionárias não constam do organograma da sociedade devido à sua situação e natureza diferenciada, e são tratadas de forma detalhada em tópico separado deste Prospecto. Para maiores informações a respeito, verificar o tópico "AS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS".



ATIVIDADES DA EMISSORA



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ATIVIDADES DA EMISSORA

Introdução

A Sultepa foi constituída na Cidade de Esteio, no Estado do Rio Grande do Sul, em 1956, quando seus sócios fundadores, os Srs. José Portella Nunes, Dagoberto Lobo da Silveira e Athos Pinto Cordeiro, identificaram a carência de estradas para que o estado e o país escoassem suas produções.

Originalmente, voltada exclusivamente para as atividades de terraplenagem e pavimentação, a Companhia passou a ser conhecida no mercado regional pela sua idoneidade e capacidade de produção.

Em 1962, passou à condição de sociedade por ações, continuando ainda suas atividades básicas.

Em 1965, seus principais Diretores adquiriram o controle acionário da Pedrasul, permitindo assim maior flexibilidade de desenvolvimento dos negócios.

No fim da década de 60, a Sultepa já era a maior empresa construtora de estradas do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1969, a Sultepa passou a atuar no mercado de obras aeroportuárias, executando diversas obras de pavimentação. Destaque especial deve ser dado às obras da pista de rolamento (taxi-way) da Base Aérea de Canoas, RS, que foi pavimentada em placas de concreto protendido em juntas de 120 em 120 metros.

Por volta de 1970, as dificuldades econômico-financeiras pelas quais atravessava o país, mostraram à Sultepa a necessidade de diversificar sua produção. Neste sentido, formou-se uma estrutura departamentalizada para atuação em obras de concreto, ampliando assim sua participação no mercado da construção civil pesada, com a execução de portos, aeroportos, barragens, pontes, túneis, linhas férreas, pavimentação de vias urbanas, obras de saneamento em geral, infra-estrutura industrial urbanizada com loteamentos, conjuntos residenciais, canais de abastecimento de água, etc.

Com a evolução em seu quadro técnico, a Sultepa ingressou também no mercado portuário. A Companhia já realizou várias obras portuárias, entre elas a reconstrução dos molhes leste e oeste do Porto de Rio Grande, onde foram empregadas 500 mil toneladas de blocos de rocha e 10 unidades de tetrápodes de concreto de 08 toneladas.

Em 1977, a Companhia iniciou a captação de obras no setor de água e saneamento e já em 1979 contratava a execução de sua maior obra nesse setor, o sistema de abastecimento de água do Distrito Industrial e do Super Porto de Rio Grande/RS, tornando-se, à época, a maior empresa construtora de obras de saneamento do sul do país.

Naquela época, a Sultepa utilizou técnicas até então inéditas no Brasil, como rebaixamento de lençol freático de avanços sucessivos na construção do canal adutor enterrado, de seção retangular, com 5 km de extensão; trem metálico especialmente projetado e construído para a execução do canal adutor de seção trapezoidal de 15 km de extensão; a execução de 1.600 tirantes em areia, por perfuração a jato d'água com injeção de nata de cimento de forma contínua, numa produção de um tirante de 12 m por minuto.

Nos anos seguintes, a Sultepa foi uma das primeiras construtoras de porte a entrar no mercado de obras urbanas. Destaque especial deve ser dado às obras do Trem Metropolitano de Porto Alegre, que compreendeu a construção de um complexo de viadutos em dois ipsilons justapostos e duas estações subterrâneas com galerias de acesso também subterrâneas a 4 m de profundidade na zona central da Cidade de Porto Alegre. No trecho Sapucaia - São Leopoldo foi instalada uma fábrica de pré-moldados no canteiro de obra para confecção das vigas de 20 metros de comprimento da super estrutura do viaduto de 2,5 km de extensão sobre o centro da Cidade de Sapucaia e as placas e vigas da estrutura das estações Unisinos e de São Leopoldo.

Já na década de 80, a Sultepa iniciou a construção de unidades populares. Um dos projetos utilizou casas de concreto moldado "in loco" com uma única forma, dentro da qual eram colocadas, previamente, as tubulações de água e de luz e os marcos das esquadrias. Em 1982, a Sultepa iniciou suas atividades nos mercados de obras industriais, hospitais e redes de escolas públicas que faziam parte de um projeto do governo federal para oferecer educação integral para a população carente. Estas escolas eram construídas em estrutura de concreto pré-moldado, exigindo a implantação de um dos maiores canteiros de pré-moldados do país, tanto em concreto protendido como em argamassa armada.

Atualmente, depois de 44 anos, a Sultepa continua liderando a pavimentação rodoviária no sul do país, com mais de 4.000 km de estradas pavimentadas e construídas.

A Sultepa é a maior companhia de construção pesada da Região Sul do país, com larga experiência em obras públicas de grande e médio porte. Nacionalmente, tomando por base a receita bruta, a Sultepa está colocada na 17ª posição do ranking nacional do setor de Construção Civil, segundo a revista "O Empreiteiro", edição de 1999. Se considerarmos a formação de pessoal e a diversificação de atuação, a Sultepa se coloca entre as três melhores empresas do segmento, o que comprova o respeitável acervo técnico que a Companhia possui (revista "O Empreiteiro", edição de 1999). A Sultepa está entre as nove empresas de construção pesada com ações listadas em bolsa de valores e, dentre estas, é a única sediada na Região Sul do país.

Entre os grupos empresariais atuantes no Rio Grande do Sul, a Sultepa e suas controladas, em 1998, compunham o 36º maior grupo econômico do estado (Revista Amanhã, julho/99).

Objeto Social

Conforme descrito em seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto (i) a indústria da construção, englobando estudos, projetos, cálculos, administração e execução de obras públicas e privadas, nacionais e internacionais, do ramo de engenharia em geral; (ii) montagens e eletromecânicas, e trabalhos conexos; (iii) montagem industrial; (iv) execução de obras públicas em geral, que possam ter seu custeio privatizado, inclusive sob regime de concessão, autorização ou permissão, inclusive para cobrança de pedágio, na forma da lei aplicável; (v) incorporação imobiliária; (vi) compra e venda de imóveis; (vii) representação; (viii) importação e exportação de materiais correlatos ao ramo da construção civil; (ix) prestação de serviços de terceiros, inclusive com uso de explosivos; (x) pesquisa, mineração, exploração e aproveitamento de jazidas minerais; e a (xi) extração, britagem e comércio de pedra britada.

Capital Social e Previsões Estatutárias

O capital social autorizado é de R\$ 193.986.000,00 (cento e noventa e três milhões, novecentos e oitenta e seis mil reais), dividido em 17.400.000 (dezessete milhões e quatrocentas mil) ações sem valor nominal, como a seguir é discriminado:

a) Valor já subscrito e realizado:

R\$ 89.650.000,00 (oitenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), representados pelas seguintes ações:

a.1) Ordinárias:

7.489.720 (sete milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil setecentas e vinte) ações;

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

a.2). Preferenciais:

5.110.280 (cinco milhões, cento e dez mil duzentas e oitenta) ações.

b) Valor a realizar, dentro do limite autorizado:

R\$ 104.336.000,00 (cento e quatro milhões, trezentos e trinta e seis mil reais), representado por 4.800.000 (quatro milhões e oitocentas mil) ações preferenciais, a ser subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, ou mediante conversão de Debêntures e conferência de bens, ou, ainda, através de incorporação de reservas.

O Estatuto Social da Emissora prevê que cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais realizadas pelos acionistas da Sultepa, enquanto as ações preferenciais não têm direito a voto.

As ações preferenciais gozam das seguintes vantagens e preferências: (i) prioridade na percepção do dividendo mínimo obrigatório, à razão de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado; (ii) prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade e (iii) percepção de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que aqueles atribuídos às ações ordinárias.

As ações têm a forma nominativa, sendo mantidas pela Companhia em conta de depósito, em nome de seus titulares, junto ao Banco Itaú S.A.

Dividendo Mínimo Obrigatório

Os acionistas de sociedades por ações têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no Estatuto Social da companhia. O Estatuto Social de uma companhia pode estabelecer o dividendo como porcentagem do lucro ou do capital social, ou fixar outros critérios para determiná-lo, desde que sejam regulados com precisão e minúcia, e não sujeitem os acionistas minoritários ao arbítrio dos órgãos de administração ou da maioria acionária.

De acordo com o Estatuto Social da Sultepa, as ações ordinárias farão jus à percepção do dividendo obrigatório mínimo equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Descrição dos Negócios

A atividade da Companhia compreende uma extensa gama de serviços dentro do setor da construção civil, o que inclui a construção de estradas, pontes, viadutos, túneis, linhas férreas, metrô, portos, barragens, aeroportos, usinas hidrelétricas e petroquímicas, obras de saneamento, infra-estrutura elétrica de geração de energia e montagem eletromecânica, infra-estrutura industrial, urbanização, loteamentos, edificações residenciais, comerciais e industriais.

O foco principal da atuação da Companhia é a execução de obras públicas de grande e médio porte, (ver seção "FATORES DE RISCO"). Neste contexto, a Sultepa presta seus serviços, basicamente, por meio de empreitadas, que incluem, além dos serviços de construção em geral, a administração e o gerenciamento de obras.

Em virtude da magnitude das obras e de circunstâncias estratégicas, muitas das obras em que a Companhia participa são executadas através de consórcios, especialmente constituídos para cada obra.

Os parceiros usuais da Companhia neste tipo de associação são outras grandes empreiteiras da Região Sul do país, como a Toniollo, Busnello S.A., Brasília Guala S.A. e Construtora Castilho de Porto Alegre S.A., e de outras regiões do país, como a Construtora Andrade Gutierrez S.A., Construtora Camargo Corrêa S.A. e Construtora Norberto Odebrecht S.A.

A Sultepa presta, também, eventualmente, serviços na qualidade de subempreiteira. Este tipo de serviço é normalmente contratado junto aos vários consórcios dos quais a Companhia participa.

Por se tratar principalmente de obras públicas, a "comercialização" dos serviços acontece através de processos licitatórios, notadamente nas modalidades de concorrência pública e tomada de preço. A Companhia possui larga experiência em processos licitatórios, além de um acervo técnico e uma capacidade industrial e financeira que a habilita a participar da maior parte das concorrências públicas em curso no país.

Ademais de sua atividade tradicional, a Companhia vem buscando direcionar sua atuação para novas atividades. Esta diversificação passa atualmente por quatro focos principais: (i) Concessões Públicas, especialmente as rodoviárias, (ii) Saneamento Básico, (iii) Inspeção Veicular e (iv) Energia Elétrica.

(i) Concessões Rodoviárias

A Sultepa faz parte de três consórcios que em pouco mais de seis meses recuperaram ou construíram mais de 1.200 (hum mil e duzentos) quilômetros de rodovias no Estado do Rio Grande do Sul e as operam mediante concessões, com cobrança de pedágios. (Ver seção "CONCESSÕES RODOVIÁRIAS").

(ii) Saneamento Básico

A Companhia entende que a área de saneamento populacional representa uma grande oportunidade de negócios a partir de 1999. Existem aproximadamente 20 milhões de brasileiros sem acesso a abastecimento de água, e outros 70 milhões que não têm acesso ao sistema de esgoto. Estima-se que são necessários investimentos na ordem de R\$ 40 bilhões, no decorrer dos próximos 15 anos, para garantir os serviços mínimos para a demanda atual e para acompanhar o aumento da população. A previsão é de que o capital para os investimentos necessários se origine no setor privado, através de concessões.

Acredita-se que a forma de participação no setor se dará através da privatizações de companhias já existentes ou através de concessões municipais.

Outra área de grande interesse, dentro do setor de saneamento básico, é o saneamento industrial, especificamente, os sistemas de tratamento de efluentes. Estima-se que serão necessários investimentos na ordem de R\$ 10 bilhões, no decorrer dos próximos 10 anos, para garantir o atendimento às normas de proteção ao meio ambiente.

A Sultepa tem considerável experiência em projetos de abastecimento de água e saneamento no Brasil, tendo inclusive participado nas seguintes obras:

- Canal de abastecimento de água de 12/m³/s entre Pelotas e Rio Grande (24 km), com estações bombeadoras e uma estação de tratamento de água em Rio Grande;
- Estação de tratamento de efluentes para o Complexo Petroquímico Sul no Rio Grande do Sul, inclusive tratamento primário, secundário e terciário e disposição final;
- Estação de tratamento de esgoto em Camboriú (Santa Catarina); e
- Estação de tratamento de água em Florianópolis (Santa Catarina).

A companhia também acredita ter potencial para vencer licitações de projetos de construção no nordeste do Brasil, relacionados com o projeto de irrigação no rio São Francisco.

(iii) Inspeção Veicular

Para atender às novas regulamentações federais, os governos estaduais precisarão implementar programas anuais de inspeção de veículos, enfocando a segurança dos veículos, sua documentação e licenciamento, o roubo de veículos e questões ambientais. Proprietários terão de submeter seus veículos à inspeção anual, a um custo que a Companhia estima em, aproximadamente, R\$ 50,00 (cinquenta reais) por automóvel padrão.

A Sultepa tem um acordo de exclusividade com a empresa sueca AB Svensk Bilprovningen e a empresa finlandesa SAUR, que permitirá à Companhia participar da concorrência para concessões de postos de inspeção veicular no Brasil.

A AB Svensk Bilprovningen, que pertence majoritariamente ao governo da Suécia, é a segunda maior empresa de inspeção veicular do mundo, inspecionando 5 milhões de veículos por ano. A SAUR é uma empresa líder na Finlândia no segmento de inspeção veicular, inspecionando cerca de 1 milhão de veículos por ano. Estas empresas auxiliarão a Sultepa na elaboração de documentos técnicos exigidos nos processos de licitação e oferecerá tecnologia e know-how (inclusive equipamento, especificações técnicas utilizadas para a inspeção, entre outros), treinamento para o pessoal da Sultepa e assistência técnica para a instalação, operação e manutenção de postos de inspeção veicular. Com este constante apoio técnico e seu profundo conhecimento no setor de construção civil, além de sua experiência com processos de licitação, a Sultepa acredita estar bem posicionada para vencer as concessões de licenças para operar postos de inspeção veicular.

A Sultepa tem investido e se preparado, nos últimos três anos, para atuar neste novo segmento. Neste sentido, a Companhia estruturou um departamento técnico próprio e altamente qualificado, desenvolveu estudos sobre as melhores tecnologias aplicáveis, estudos regionais sobre o volume de inspeção, e realizou o mapeamento das regiões estratégicas onde a Companhia planeja atuar.

A Sultepa calcula que a inspeção veicular vá movimentar R\$ 1,5 bilhão por ano. A legislação vigente autoriza a uma única empresa deter até 10% (dez por cento) do mercado nacional.

(iv) Energia Elétrica

A Companhia entende que a área de energia elétrica apresenta excelentes oportunidades de negócios, devido à carência de oferta no país, especialmente, na construção de PCHs, em razão da sua experiência nesse tipo de obra.

Descrição dos Fatores Macroeconômicos

A atividade da Emissora, está diretamente relacionada com o desempenho da economia brasileira, mais especificamente, com o desenvolvimento econômico das regiões onde a Emissora atua. (Ver seção "FATORES DE RISCO").

Produtos em Desenvolvimento

Em decorrência da natureza da atividade da Emissora, não existem produtos ou serviços em desenvolvimento.

Fornecedores

Abaixo, encontram-se descritos os principais fornecedores da Companhia.

Razão Social	Produto fornecido	Volume médio de compras (R\$)
Betunel Indústria e Comércio Ltda.	Asfaltos e emulsões	1.156.034,52
Cimento Rio Branco S.A.	Cimento	353.884,27
Jacuí – Com	Combustíveis	947.366,20
Linck S.A.	Máquinas e equipamentos	1.436.000,00
Formac – Fornecedora de Máquinas Ltda.	Máquinas e equipamentos	1.001.430,00

Clientes

A Sultepa atua primordialmente junto a órgãos da administração pública direta e indireta, no nível municipal, estadual e federal, nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Maranhão e Brasília. (Ver seção "FATORES DE RISCO").

Em nível federal, os clientes mais importantes são o DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem) e o DP (Departamento de Portos).

Na esfera estadual, os clientes mais relevantes são, no Rio Grande do Sul, o DAER (Departamento Autônomo Estadual de Estradas de Rodagem) e a CORSAN (Companhia de Abastecimento de Água e Saneamento do Rio Grande do Sul); em Santa Catarina, o DER (Departamento Estadual de Estradas e Rodagem) e a CELESC (Companhia de Energia Elétrica de Santa Catarina); no Rio de Janeiro, a SERLA (Superintendência Estadual de Abastecimento de Água).

Em nível municipal, os principais clientes são prefeituras de vários estados do país. Um dos principais clientes nesta esfera é o DMAE (Departamento Municipal de Águas e Esgotos) na Cidade de Porto Alegre, para quem a Companhia executa obras de saneamento, de abastecimento de águas e de sistemas de esgoto.

Além dos clientes na administração pública, a Sultepa já prestou significativos serviços junto à iniciativa privada: tais como hospitais, supermercados, condomínios residenciais e imóveis empresariais. Cabe mencionar, entre os mais relevantes e recentes, obras executadas para a General Motors.

Posicionamento no Mercado e Concorrentes

A Sultepa é líder em seu segmento na região sul. Isto se deve, principalmente, à diversificação em suas atividades como: concessões rodoviárias, obras privadas (civis e montagens), inspeção veicular e construção civil.

No Rio Grande do Sul, suas principais concorrentes são: Toniolo Busnello S.A., com faturamento de R\$ 84.757.871,00 (oitenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e sete mil oitocentos e setenta e um reais) e Patrimônio Líquido de R\$ 41.818.505,00 (quarenta e um milhões, oitocentos e dezoito mil quinhentos e cinco reais) e Brasília Gualaiba Obras Públicas com faturamento de R\$ 47.000.289,00 (quarenta e sete milhões, duzentos e oitenta e nove reais) e Patrimônio Líquido de R\$ 47.719.477,00 (quarenta e sete milhões, setecentos e dezenove mil quatrocentos e setenta e sete reais).



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

As principais concorrentes no segmento são: Norberto Odebrecht com faturamento de R\$ 1.028.960.000,00 (hum bilhão, vinte e oito milhões, novecentos e sessenta mil reais) e Patrimônio Líquido de R\$ 1.448.431.000,00 (hum bilhão, quatrocentos e quarenta e oito milhões, quatrocentos e trinta e hum mil reais), Andrade Gutierrez com faturamento de R\$ 803.626.000,00 (oitocentos e três milhões, seiscentos e vinte e seis mil reais) e Patrimônio Líquido de R\$ 2.127.300.000,00 (dois bilhões, cento e vinte e sete milhões e trezentos mil reais) e CBPO com faturamento de R\$ 756.357.000,00 (setecentos e cinquenta e seis milhões, trezentos e cinquenta e sete mil reais) e Patrimônio Líquido de R\$ 694.116.000,00 (seiscentos e noventa e quatro milhões, cento e dezesseis mil reais).

Contratos Relevantes

A carteira de contratos da Sultepa, assim definida como o conjunto de projetos já licitados e cujos contratos já foram assinados, estava avaliada no valor total de R\$ 251.295.456,69 (duzentos e cinquenta e um milhões, duzentos e noventa e cinco mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e nove centavos) em setembro de 1999, conforme quadro abaixo:

Valor das Obras a Faturar em Carteira por Estado	Estado	Saldo a Faturar 1996 (mil R\$)	Saldo a Faturar 1997 (mil R\$)	Saldo a Faturar 1998 (mil R\$)	Saldo a Faturar 1999 (mil R\$)
Total Paraná	PR	12.318,6	7.390,4	2.067,5	796,8
Total Maranhão	MA	5.294,3	3.432,9	13.563,2	12.277,6
Total Rio de Janeiro	RJ	22.825,2	22.547,4	6.778,8	6.778,8
Total Rio Grande do Sul	RS	183.747,5	182.981,7	218.982,5	231.040,6
Total Santa Catarina	SC	28.662,8	19.467,7	2.095,3	402,2
TOTAL	-	252.848,4	235.820,0	243.487,3	251.296,0

- 66,85% (sessenta e seis vírgula oitenta e cinco por cento), equivalentes a R\$ 167.990.694,83 (cento e sessenta e sete milhões, novecentos e noventa mil seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta e três centavos), dos contratos tinham seu andamento normal, ou seja, obedeciam o cronograma estipulado no contrato tanto em relação à execução do serviço como em relação ao pagamento por parte do órgão contratante, ou, tinham o andamento desacelerado por única e exclusiva responsabilidade do órgão contratante, seja por atraso ou falta de pagamento ou mesmo a pedido do próprio órgão.
- 28,29% (vinte e oito vírgula vinte e nove por cento), equivalentes a R\$ 71.087.060,13 (setenta e um milhões, oitenta e sete mil sessenta reais e treze centavos), dos contratos estavam em processo de início ou reinício de execução.
- 4,86% (quatro vírgula oitenta e seis por cento), equivalentes a R\$ 12.217.701,73 (doze milhões, duzentos e dezessete mil setecentos e um reais e setenta e três centavos) estavam paralisados por iniciativa do órgão contratante.

As principais obras acabadas no ano de 1999 foram as seguintes: Rodovia São Marcos/Caxias (DNER/RS), obra portuária Molhes de Rio Grande (Ministério dos Transportes/RS), saneamento (despoluição) do rio Guaíba – Pró Guaíba (CORSAN/RS), duplicação da Estrada de Campinho (RIOURB/RJ), construção da Rodovia entre Santa Helena e Governador Nunes Freire-Maranhão (DER/MA), pavimentação e drenagem de Vila Norma (SERLA/RJ), construção do acesso à Cachoeirinha (DAER/RS), construção da Rodovia Taquara/Sapiranga-Lote 1 (DAER/RS), terraplenagem GM Contrato 01 (DAER/RS) e construção do Complexo Viário Leste (PM Caxias do Sul-RS).

Dependência do Mercado Nacional ou Internacional

O foco de atuação da Sultepa está voltado principalmente para obras do setor público. Assim, o impacto do desempenho do mercado nacional ou internacional tem efeito apenas indireto no negócio da Sultepa, à medida que afeta a capacidade do setor público de contratar obras.

Regulamentação Específica

A atividade da Emissora está submetida a uma série de regulamentações, seja no âmbito federal, estadual ou municipal. Cumpre mencionar, devido à importância no negócio principal da Emissora, a lei nº 8.666/93, que regula o procedimento de licitação e os contratos administrativos. (Ver seção "Fatores de Risco – Regulamentação").

Marcas e Patentes

A Emissora detém e explora a marca nominativa Sultepa, que está devidamente registrada no INPI.

Pendências Judiciais

A Emissora avalia que, de acordo com sua assessoria jurídica interna, não existe nenhuma ação judicial em curso que possa, individualmente, causar um impacto substancialmente adverso nas suas atividades, se julgada contrariamente aos seus interesses.

(j) Aspectos Cíveis

A Emissora possui um crédito, judicialmente reconhecido, contra o DNER decorrente de uma ação de cobrança relativa à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados entre a Emissora e as empresas de seu grupo econômico. A parte que cabe à Sultepa do crédito reconhecido de R\$ 189.532.349,64 (cento e oitenta e nove milhões, quinhentos e trinta e dois mil trezentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) é R\$ 146.532.349,64 (cento e quarenta e seis milhões, quinhentos e trinta e dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos). Esse crédito, apesar de já estar judicialmente reconhecido, permanece pendente de execução judicial.

Encontra-se, também, em curso na Justiça, uma ação referente ao encerramento do contrato do Programa dos CAIC's (Consórcio Conesul) que poderá resultar, se julgada procedente a demanda, em um crédito para a Emissora na ordem de R\$ 16.800.000,00 (dezesseis milhões e oitocentos mil reais).

Encontra-se contabilizado no ativo realizável a longo prazo da Companhia, o valor de R\$ 73.810.000,00 (setenta e três milhões, oitocentos e dez mil reais), referente a uma ação movida pelo SINICON –RJ contra o DNER. Essa inclusão se deve ao fato de que o referido crédito já encontra-se incluído na proposta orçamentária do exercício do ano 2000.

(ii) Aspectos Trabalhistas

Segundo informações do Departamento Jurídico da Companhia, existe hoje um total de 344 reclamações trabalhistas ajuizadas contra empresas do Grupo Sultepa, que visam o pagamento de horas extras, adicional noturno, integração de horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade, horas "in itinere", e que se distribuem conforme o quadro abaixo:

Grupo Sultepa	Total de ações trabalhistas
Sultepa	250
Contesa	38
Sulmat	1
Pedrasul	2
Sulcat	53
TOTAL	344

O departamento jurídico da Companhia estima a contingência trabalhista em aproximadamente R\$ 700.000,00, (setecentos mil reais) não havendo, todavia, qualquer provisão contábil para tais valores.

Segundo informações do Departamento Jurídico da Companhia, as reclamações trabalhistas ajuizadas por sindicatos contra empresas do Grupo Sultepa são apenas duas, de valor irrisório.

O Grupo Sultepa é fiscalizado pelos inspetores do Ministério do Trabalho; segundo informações do Departamento Jurídico da Companhia, há presentemente apenas 4 (quatro) autos de infração pendentes, referentes a atraso de pagamento de salários em razão do inadimplemento do Poder Público, os quais estão sendo contestados na esfera administrativa. Os pagamentos de salários da Companhia, que deram causa aos autos de infração, já foram sanados, e os salários, atualmente, estão rigorosamente em dia.

O Grupo Sultepa não possui qualquer débito junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social e a Caixa Econômica Federal, quanto às contribuições sociais e aos depósitos fundiários.

(iii) Aspectos Tributários

Segundo a administração da Companhia, não há, no presente momento, qualquer aspecto tributário relevante.

Recursos Humanos

O Grupo Sultepa conquistou o certificado ISO 9002 em 20 de abril de 1999, concedido em razão de recente modernização nas áreas de Recursos Humanos, Segurança e Medicina do Trabalho e Treinamento de Pessoal.

Em 01 de dezembro de 1999, a força de trabalho da Companhia era composta de 1.161 empregados, e o total de empregados das empresas do Grupo Sultepa era 2.025 empregados, divididos da seguinte forma:

Grupo Sultepa	Nº de empregados
Sultepa	1.161
Contesa	482
Sulmat	18
Pedrasul	34
Sulcat	330
TOTAL	2.025

Em 1998, entretanto, o Grupo Sultepa possuía quase 4.000 empregados, tendo reduzido o seu quadro funcional em vista de alguns fatores, tais como: (i) modernização dos equipamentos e maior qualificação dos empregados, e (ii) diminuição do número de contratos em obras públicas.

O Grupo Sultepa atua com um escritório centralizado em Porto Alegre, reunindo 88 empregados da Sultepa, 04 da Pedrasul e 02 da Sulmat. Possui ainda escritórios distribuídos nos Estados do Paraná, Brasília, Maranhão, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

A Emissora acredita que os empregados do Grupo Sultepa usufruem de remuneração dentro da média praticada no setor de construção civil, além de diversos benefícios, tais como, plano de saúde, seguro de vida, transporte gratuito, cesta básica.

Os empregados do Grupo Sultepa são representados em sua maioria pelo sindicato dos trabalhadores da construção pesada. A Emissora acredita que o relacionamento com os sindicatos dos empregados é extremamente satisfatório, nunca tendo havido movimentos grevistas de empregados.

No caso das empresas do Grupo Sultepa sediadas no Rio Grande do Sul, o sindicato representativo é o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada no Estado do Rio Grande do Sul. Embora nem todos os empregados sejam sindicalizados, a empresa sempre cumpriu com todos os benefícios previstos na convenção coletiva. A data-base para negociações ocorre em maio, período em que são discutidas as novas condições laborais.

O acordo coletivo atualmente em vigor prevê diversos direitos: (i) aumento salarial de 3 a 4%; (ii) adicional de horas extras de 80% acima de 40 horas extras prestadas ao mês e 100% acima deste limite; (iii) regime de compensação de jornada de trabalho com autorização de implementação de sistema de banco de horas e (iv) aviso prévio de 40 dias aos empregados com tempo de serviço superior a 3 anos.



A Emissora informa que os empregados do Grupo Sultepa raramente prorrogam a jornada de trabalho, dando conhecimento que a Sultepa celebrou acordos coletivos com os sindicatos da categoria profissional estabelecendo um sistema de compensação de jornada através de banco de horas quadrimestrais em algumas das obras em andamento. Tal benefício alcança um total aproximado de 380 empregados.

O Grupo Sultepa não tem como prática a terceirização de serviços tais como limpeza e vigilância, o que elimina eventual responsabilidade subsidiária do Grupo Sultepa em ações trabalhistas.

As empresas do Grupo Sultepa têm cumprido com todas as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, mantendo programas de prevenção de acidentes de trabalho e de controle médico de saúde ocupacional atualizados, que atendem os altos padrões estabelecidos pelo certificado ISO 9002. O resultado desse programa tem sido o baixo número de empregados afastados por acidente de trabalho (aproximadamente 15 empregados).

Seguros

A Companhia adota uma política de seguros em que considera a concentração de riscos e relevância de seus ativos. Basicamente são segurados seus veículos, equipamentos e instalações. O valor total da cobertura de seguro contratada é de R\$ 11.163.206,00 (onze milhões, cento e sessenta e três mil duzentos e seis reais).

Com relação às Concessionárias, estas são obrigadas, por força do Contrato de Concessão, a contratar um extenso e abrangente plano de seguros, de modo a mitigar os riscos da exploração da concessão.

Outras Atividades

A Companhia é associada à ABRASCA e em 1997 foi homenageada com o prêmio "Top de Marketing" da ADVB em 1997, uma das instituições mais reconhecidas do país.

A Emissora atualmente tem um perfil moderno, buscando cada vez mais a integração entre os seus diversos setores, bem como com o mercado e a comunidade.

Neste sentido, investimento importante, iniciado no exercício de 1998, foi feito na área de informática, com a implantação do sistema "SAP", um software de gestão corporativa, integrando todas as unidades da empresa, com o objetivo de racionalizar operações, reduzindo custos administrativos e operacionais.

Também neste contexto, significativos são os investimentos feitos na adequação da empresa às exigências de obtenção do certificado NBR ISO-9002 em recursos humanos, treinamento e segurança. Além disto, a Emissora participa do "Programa Gaúcho de Qualidade", promovido pela FIERGS, onde tem se destacado anualmente.

É relevante mencionar também os investimentos que a Sultepa faz em educação. A Emissora patrocina o já reconhecido "Projeto Pescar" de formação profissional de jovens carentes buscando se integrar com a comunidade. O "Projeto Pescar", iniciado em 1991, consiste em um curso preparatório de mecânica básica e operação de máquinas de terraplenagem. Os alunos do "Projeto Pescar" são em sua maioria crianças abandonadas de 14 a 18 anos, que recebem gratuitamente, além do curso, alimentação, transporte, material didático e encaminhamento ao mercado de trabalho. A Emissora acredita que já qualificou profissionalmente, aproximadamente, 141 adolescentes desde o início do projeto.

Todos estes fatores, a administração entende, caracterizam uma empresa moderna, bem posicionada em seu mercado e capaz de apresentar um bom desempenho nos próximos anos.



AS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

AS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Com a escassez de recursos para investir em infra-estrutura, o governo brasileiro viu-se obrigado a buscar novas alternativas de investimento. Dentro deste contexto, o poder público deu início a um ambicioso plano de privatizações e concessões públicas.

No tocante à desgastada malha rodoviária, o governo vem adotando a estratégia de concessões. Para garantir a conservação e melhoria da malha rodoviária, o governo federal autorizou a privatização de 15% de todas as rodovias do país. Nesse sentido, o governo do Rio Grande do Sul instituiu o Programa Estadual de Concessão Rodoviária para permitir a outorga de concessões para explorar as rodovias no estado.

Segundo este programa, as obrigações das concessionárias incluem o alargamento e criação de novas pistas, construção de novas entradas e saídas, instalação de sinalização e iluminação adequadas, instalação de telefones de emergência, serviço rodoviário 24 horas, ajardinamento e limpeza dos acostamentos e instalações, e a manutenção e operação da rede de pedágios. Em contrapartida, a concessionária tem direito a receber as receitas oriundas da cobrança dos pedágios.

Em seguimento à implementação do Programa Estadual de Concessão Rodoviária, foram licitadas para a concessão e exploração por empresas privadas as áreas denominadas Pólo Metropolitano, Pólo de Caxias do Sul e Pólo Lajeado, conhecidas como Polinhos, que englobam trechos de rodovias dentro do Estado do Rio Grande do Sul.

A concorrência do Pólo Metropolitano foi vencida por um consórcio liderado pela Sultepe e, as outras duas, Pólo de Caxias do Sul e Pólo Lajeado, foram vencidas pelo consórcio Toniolo-Brasília.

Estas empresas associaram-se em consórcio à Construtora Castilho de Porto Alegre S.A., visando unificar e otimizar a operação de exploração das concessões rodoviárias para explorar as concessões rodoviárias outorgadas pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Seguindo a determinação do edital de licitação das concessões para cada pólo rodoviário objeto de concessão, foi constituída uma SPE. Para essas SPEs foram outorgadas, pelo DAER-RS, as referidas concessões.

As Concessionárias são a Metrovias, que explora o Pólo Metropolitano, a Convias, que explora o Pólo Caxias do Sul e a Sulvias, que explora o Pólo Lajeado.

Abaixo descreve-se brevemente cada uma das empresas Concessionárias e as características da concessão:

Pólo Metropolitano

Contratante:	DAER – RS
Prazo Concessão:	15 anos
Concessionária:	Metrovias
Participação Sultepe*:	26,53%

Pólo Caxias do Sul

Contratante:	DAER – RS
Prazo Concessão:	15 anos
Concessionária:	Convias
Participação Sultepe*:	26,53%

Pólo Lajeado

Contratante:	DAER – RS
Prazo Concessão:	15 anos
Concessionária:	Sulvias
Participação Sultepe*:	26,53%

*A participação inclui a parcela detida pela Pedrasul. (Ver seção "O GRUPO SULTEPA").

O Consórcio Univias

Com o objetivo de concentrar a operação das concessões e integrar as Concessionárias foi constituído um novo consórcio, sem personalidade jurídica na forma do art. 278 da Lei nº 6.404/76, de nome Univias, composto pela Metrovias, com 34% do consórcio, pela Convias, com 33% do consórcio, e pela Sulvias, com 33% do consórcio.

O consórcio Univias é administrado pelos diretores eleitos das Concessionárias e tem por objetivo a operação da concessão e a viabilização de uma estrutura técnico-administrativa única, que resulte em redução de custos. Os benefícios de escala e a racionalização do projeto deverão ser, segundo a administração da Companhia, bastante significativos.

O Consórcio Construtor do Sul

Para a execução das obras decorrentes da operação da concessão foi constituído o Consórcio Construtor do Sul. Este consórcio, também constituído na forma do art. 278 da Lei nº 6.404/76, é composto pelas mesmas empresas acionistas das empresas Concessionárias.

A exemplo do que ocorre em outros empreendimentos da Emissora, (ver seção "ATIVIDADES DA EMISSORA"), esta estrutura permite que a Sultepe preste serviços para os consórcios em que participa. Ou seja, além de participar como consorciada, auferindo receita da exploração das concessões, a Companhia se torna prestadora de serviço ao consórcio, recebendo o pagamento correspondente.

A Sultepe participa neste consórcio em 24,5% e a Pedrasul em 2,03%, e executam as obras que são subcontratadas ao consórcio na proporção de suas participações.

Representatividade para a Companhia de Concessão Rodoviária

As concessões rodoviárias representam um dos principais objetivos dentro da política de diversificação de negócios da Companhia. Assim, o fato de já ser concessionária de rodovias no Estado do Rio Grande do Sul oferece à Sultepe uma grande vantagem competitiva.

Além disso, em termos de faturamento, as concessões devem representar para o próximo ano uma receita de R\$ 18 milhões para a Sultepe, o que significaria um percentual estimado de 14% no faturamento da Companhia.

Perspectivas

Tendo em vista o recente sucesso da Emissora em concessões rodoviárias e sua política de investimento nesta área, a Companhia acredita que suas possibilidades futuras em novas concessões são promissoras, ainda mais se considerado que apenas uma pequena parte das rodovias do país foi objeto de concessão.

A Empresa acredita ter boas perspectivas de participar da exploração de outras concessões dentro do Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, entende que existem boas possibilidades de parcerias com outras grandes empresas do setor, que permitiriam à Sultepe penetrar em mercado de outros estados com grande potencial, como São Paulo e Santa Catarina.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

OPERAÇÕES ATRAVÉS DE CONSÓRCIOS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

OPERAÇÕES ATRAVÉS DE CONSÓRCIOS

A Sultepa participa de empreendimentos na forma de consórcios com outras empresas com o objetivo de executar obras civis e terraplenagens. (Ver seção "ATIVIDADE DA EMISSORA"). Este tipo de associação é muito comum no setor de atuação da Emissora e viabiliza a participação da Companhia em empreendimentos que seriam inviáveis ou muito custosos para que a Companhia participasse isoladamente.

Atualmente, os principais consórcios constituídos são:

Consórcio Conesul

No consórcio Conesul, a Companhia participa com 42% do empreendimento, que tem como objetivo a execução das edificações dos centros de Apoio Integral à Criança – CAIC. Atualmente, o empreendimento está paralisado por iniciativa do contratante.

Consórcio TSB

Já no consórcio TSB, a empresa participa com 37,5% do empreendimento. O consórcio tem como objetivo executar os serviços de terraplenagem do complexo automotivo da GM, em Gravataí, no RS. A partir de janeiro de 1999 foi reduzido o ritmo das obras do complexo GM, em Gravataí-RS, em função da indefinição da política de investimentos do atual governo estadual.

Consórcio Univias – Consórcio Construtor do Sul

A Companhia participa, também, dos consórcios Univias e Construtor do Sul, cujas atividades estão diretamente relacionadas à exploração das concessões rodoviárias dos Pólos Metroviário, Caxias do Sul e Lajedo no Estado do Rio Grande do Sul. (Ver "AS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS").



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ACIONISTAS E ADMINISTRAÇÃO



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ACIONISTAS E ADMINISTRAÇÃO

Acionistas

A tabela abaixo apresenta determinadas informações a respeito de acionistas que detêm participação igual ou superior a 5,00 % (cinco por cento) sobre a quantidade total das ações com direito a voto em 30 de abril de 1999.

<u>Acionistas</u>	<u>Participação em R\$</u>	<u>Capital Votante %</u>	<u>Capital Total %</u>
Sultepla Participações Ltda.	32.426.405,00	60,85	36,17
Portella Nunes e Cia. Ltda.	14.092.980,00	26,45	15,72

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembléia Geral dos acionistas da Emissora. Todos têm um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição ao final do período, devendo os eleitos serem, necessariamente, acionistas da Emissora. As obrigações do Conselho de Administração incluem a definição da orientação geral dos negócios da Emissora, a eleição dos diretores e a supervisão da administração. O Conselho de Administração é formado atualmente pelos seguintes membros, todos com mandato até 2001:

<u>Conselho de Administração</u>	<u>Função</u>	<u>Data de Eleição</u>
José Portella Nunes	Presidente	30/04/1998
Astir Brasil Santos e Silva	Conselheiro	30/04/1998
Antonio Salvador	Conselheiro	30/04/1998
Beno Luiz Kroeff	Conselheiro	30/04/1998
Jacy Irena Veit	Conselheiro	30/04/1998
Paulo Cesar Battastini	Conselheiro	30/04/1998
Sérgio Octávio Lins	Conselheiro	30/04/1998

Diretoria

Os diretores são responsáveis pela representação da Emissora, executando as decisões do Conselho de Administração e administrando diretamente a Sultepla S.A. A Diretoria é composta por 08 (oito) membros, eleitos ou reeleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos. Os atuais Diretores são os seguintes:

<u>Diretoria</u>	<u>Função</u>	<u>Data de Eleição</u>
José Portella Nunes	Diretor Presidente	30/04/1998
Ricardo Lins Portella Nunes	Dir. Superintendente de Produção	30/04/1998
José Carlos Portella Nunes	Dir. Superint. Adm. Financeiro	30/04/1998
Roberto Lins Portella Nunes	Dir. Superint. Comercial	30/04/1998
Ângelo Lúcio Villarinho da Silva	Dir. Controller Administrativo e Dir. de Relações com o Mercado	30/04/1998
Astir Brasil Santos e Silva	Diretor Financeiro	30/04/1998
Pompílio Vieira Loguércio	Diretor de Obras	30/04/1998
Waldemar Barreto Júnior	Diretor de Planejamento	30/04/1998

Experiência Profissional e Formação Acadêmica dos Conselheiros e Diretores da Construtora Sultepla S.A.**José Portella Nunes**

Data de Nascimento: 21/12/24

Engenheiro Civil e de Minas, diplomado pela Escola Nacional de Minas e Metalúrgica da Universidade do Brasil em dezembro de 1949. Diretor Presidente e Fundador Sultepla; Presidente do Conselho de Administração da Sultepla e da Pedrasul; Ex-Presidente do Sindicato da Indústria de Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral no RS; Diretor do Centro das Indústrias do RS e Conselheiro do SENAI, setor do RS.

José Carlos Portella Nunes

Data de Nascimento: 13/09/52

Engenheiro Civil, formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do RS em 20/07/1975. Diretor Superintendente Regional e Responsável Técnico da Sultepla, desde 1986 e Diretor responsável por todas as obras em execução no Estado de Santa Catarina.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Roberto Lins Portella Nunes

Data de Nascimento: 19/07/54

Arquiteto, formado pela Escola de Engenharia da Universidade do RS em 20/07/1975. Diretor Superintendente Regional Responsável Técnico da Sultepa, desde 1986; Diretor Administrativo a partir de 1985; arquiteto, Diretor Presidente da STE-Serviços Técnicos de Engenharia S.A. até 1984 e Presidente do Conselho de Administração da STE em 1985.

Ricardo Lins Portella Nunes

Data de Nascimento: 03/03/57

Engenheiro Civil, formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do RS em 1980. Diretor Superintendente Regional Responsável Técnico da Sultepa, desde 1986; Sócio Gerente da Sulcatarinense; Diretor da Pedrasul; Diretor da Sultepa Materiais de Construção Ltda.; Vice-Presidente do Sindicato Patronal – SICEPOT; Vice-Presidente do Instituto Liberal do Rio Grande do Sul; Diretor do YPO; Sócio do IEE; Coordenador do Grupo Temático FIERGS/CIERGS e indicado pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul para Conselheiro do DAER.

Ângelo Lúcio Villarinho da Silva

Data de Nascimento: 13/09/46

Contador e Administrador de Empresas, diplomado pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, com pós-graduação em Ciências Contábeis e Administração e Planejamento Estratégico, também pela ULBRA. Diretor Controller Administrativo da Sultepa desde 1986 e de Relações com Mercado desde 1998; 03 anos como Diretor Administrativo Financeiro em indústria de grande porte; ex-professor de Análise Contábil e Financeira; Membro Efetivo da Associação Gaúcha da Qualidade; Representante Avaliador do Programa Gaúcho da Qualidade; Membro Efetivo do Sindicato Patronal – SICEPOT; Coordenador do Programa Treinamento Projeto Pescar; Membro do Conselho Regional de Contabilidade; Membro do Conselho Regional de Administração e Membro do Trade's Club da Espanha.

Astir Brasil Santos e Silva

Data de Nascimento: 03/05/40

Administrador de Empresas, diplomado pela Pontifícia Universidade Católica do RS, com curso de pós-graduação em Administração pela Faculdade Porto Alegre de Ciências Contábeis e Administrativa/Instituto de York em 1978. Diretor Financeiro da Sultepa, respondendo por todos os assuntos relacionados com área financeira da empresa e coligadas, desde 1986; Conselheiro da Sultepa e Membro da Comissão Financeira do Sindicato Patronal – SICEPOT do RS.

Waldemar Barreto Júnior

Data de Nascimento: 13/11/37

Engenheiro Civil, formado pela Pontifícia Universidade Católica do RS em dezembro de 1964. Diretor de Planejamento e Desenvolvimento da Sultepa, desde 1986; Gerente de Obras da Sultepa de 1984 a 1986; Responsável Técnico da Sultepa de 1968 a 1984.

Pompílio Vieira Loguércio

Data de Nascimento: 02/06/41

Engenheiro Civil, formado pela Universidade Federal do RS em 1965. Diretor de Obras e Responsável Técnico da Sultepa, desde 1986 e engenheiro auxiliar na Hidrelétrica de Passo Fundo-DNOS, de 1966 a 1971.

Sérgio Octávio Lins

Data de Nascimento: 08/03/25

Engenheiro Civil, diplomado pela Escola de Engenharia da Universidade do Brasil em 1949. Conselheiro da Sultepa.

Jacy Irena Veit

Data de Nascimento: 13/02/28

Contadora formada pela Pontifícia Universidade Católica do RS. Conselheira da Sultepa.

Beno Luiz Kroeff

Data de Nascimento: 16/0/23

Engenheiro Civil, Mecânico e Eletricista, diplomado pela Universidade Federal do RS.
Conselheiro da Sultepa.

Paulo Cesar Battastini

Data de Nascimento: 16/08/54

Engenheiro Civil, diplomado pela Universidade Federal do RS, em 1978. Conselheiro da Sultepa; Conselheiro do Grupo Temático de Transportes – FIERGS 1998; Representante da Comissão Expansão, 1999 – SIPORE e Representante da Comissão BIRD, 1999 - SICEPOT.

Antônio Salvador

Data de Nascimento: 16/09/33

Economista diplomado pela Pontifícia Universidade Católica do RS, em 1962.



TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia realiza operações de compra e venda de material em sistema de conta corrente com algumas de suas Controladas. Essas operações, embora usuais, são efetuadas em condições de mercado e, por seu valor pouco significativo, não apresenta relevância material em relação à Emissora.

A Companhia também realizou mútuos com as Concessionárias de modo a viabilizar o início das operações de exploração das concessões. Estes empréstimos já foram quase integralmente quitados e o saldo remanescente pode ser considerado imaterial em relação à Companhia.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

IAN – INFORMAÇÕES ANUAIS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES, RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01303-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONSTRUTORA SULTEPA S.A.	3 - C.G.C. 89.723.993/0001-33
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL CONSTRUTORA SULTEPA S.A.		5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR
		6 - NIRE 4330002357

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO, Nº E COMPLEMENTO) RUA FLORIANÓPOLIS Nº 1000							2 - BAIRRO OU DISTRITO RINCÃO GAÚCHO	
3 - CEP 93600-000	4 - MUNICÍPIO ESTÂNCIA VELHA			5 - UF RS				
6 - DDD 51	7 - TELEFONE 225-0358	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX 513069	11 - DDD 51	12 - FAX 221-3971	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL Sultepa@pro.via-rs.com.br								

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

1 - NOME ÂNGELO LÚCIO VILLARINHO DA SILVA						2 - CARGO DIR. CONTR. ADM. E REL. COM MERCADO		
3 - ENDEREÇO COMPLETO TRAV. FCO. LEONARDO TRUDA, 40 - 11º ANDAR				4 - BAIRRO OU DISTRITO CENTRO		5 - CEP 90010-050		
6 - MUNICÍPIO PORTO ALEGRE	7 - UF RS	8 - DDD 51	9 - TELEFONE 225-0358	10 - TELEFONE -	11 - TELEFONE -	12 - TELEX 513069		
13 - DDD 51	14 - FAX 221-3971	15 - FAX -	16 - FAX -	17 - E-MAIL Sultepa@sultepa.com.br				

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

18 - ITEM	19 - MUNICÍPIO	20 - UF	21 - DDD	22 - TELEFONE	23 - TELEFONE

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME ÂNGELO LÚCIO VILLARINHO DA SILVA				2 - ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO, Nº E COMPLEMENTO) TRAV. FCO. LEONARDO TRUDA, 40 11º ANDAR				
3 - BAIRRO OU DISTRITO CENTRO			4 - CEP 90010-050	5 - MUNICÍPIO PORTO ALEGRE		6 - UF RS		
7 - DDD 51	8 - TELEFONE 225-0358	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX 513069	12 - DDD 51	13 - FAX 221-3971		
14 - FAX -	15 - FAX -	16 - E-MAIL Sultepa@pro.via-rs.com.br						

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 01/01/1998	2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 31/12/1998
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 01/01/1999	4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 31/12/1999
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR IBS - AUDITORES INDEPENDENTES S/C	6 - CÓDIGO CVM 00222-4

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO <input type="checkbox"/> [1] BVBAAL <input checked="" type="checkbox"/> [2] BVES <input type="checkbox"/> [3] BVMSB <input type="checkbox"/> [4] BVPP <input type="checkbox"/> [5] BVPR <input type="checkbox"/> [6] BVRG <input type="checkbox"/> [7] BVRJ <input type="checkbox"/> [8] BVSP <input type="checkbox"/> [9] BVST	2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO BOLSA
3 - TIPO DE SITUAÇÃO OPERACIONAL	4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE 1050200 - CONSTRUÇÃO PESADA
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS	

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO PRIVADA NACIONAL	
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA. <input checked="" type="checkbox"/> [1] AÇÕES <input type="checkbox"/> [2] AÇÕES RESGATÁVEIS <input checked="" type="checkbox"/> [3] DEBÊNTURES SIMPLES <input type="checkbox"/> [4] DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES <input type="checkbox"/> [5] PARTES BENEFICIÁRIAS <input type="checkbox"/> [6] BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO	

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs. 26/03/1999	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs. -
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs. 29/03/1999	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 30/03/1999

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF	1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	GAZETA MERCANTIL	SP			
02	ZERO HORA	RS			

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

1 - DATA 10/06/1999	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------



2.1 – COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

Item	Nome do Administrador / CPF	Data da Eleição	Prazo do Mandato	Código Tipo do Administrador*	Função
01	José Portella Nunes 001.088.120-49	30/04/1998	03 Anos	3	Diretor Presidente
02	Ricardo Lins Portella Nunes 209.918.940-49	30/04/1998	03 Anos	1	Dir. Superintendente de Produção
03	José Carlos Portella Nunes 157.265.250-00	30/04/1998	03 Anos	1	Dir. Superint. Adm. Financeiro
04	Roberto Lins Portella Nunes 184.376.560-87	30/04/1998	03 Anos	1	Dir. Superint. Comercial
05	Ângelo Lúcio Villarinho da Silva 073.821.110-91	30/04/1998	03 Anos	1	Dir. Controller Administrativo
06	Astir Brasil Santos e Silva 017.788.030-91	30/04/1998	03 Anos	3	Diretor Financeiro
07	Pompílio Vieira Loguércio 010.018.920-20	30/04/1998	03 Anos	1	Diretor de Obras
08	Waldemar Barreto Júnior 004.016.840-91	30/04/1998	03 Anos	1	Diretor Planejamento
09	Antonio Salvador 001.072.120-72	30/04/1998	03 Anos	2	Assessor da Diretoria
10	Beno Luiz Kroeff 006.752.700-06	30/04/1998	03 Anos	2	Engenheiro Administrativo
11	Jacy Irena Veit 010.343.160-87	30/04/1998	03 Anos	2	Encarregada Contas a Pagar
12	Paulo Cesar Battastini 295.620.150-68	30/04/1998	03 Anos	2	Engenheiro Supervisor

* Código: 1 – Pertence Apenas à Diretoria;
2 – Pertence Apenas ao Conselho de Administração;
3 – Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração.

2.2 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

JOSÉ PORTELLA NUNES

Data de Nascimento: 21/12/24

Formação Acadêmica

Engenheiro Civil e de Minas, diplomado pela Escola Nacional de Minas e Metalúrgica da Universidade do Brasil, em julho de 1948.

Experiência Profissional

Diretor Fundador da Construtora Sultepa S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Pedrasul ; Ex- Diretor do Centro das Indústrias do RS, Conselheiro do SENAI, setor do RS;

Ex-presidente do sindicato da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral.

JOSÉ CARLOS PORTELLA NUNES

Data de Nascimento: 12/09/52

Formação Acadêmica

Engenheiro Civil, formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do RS em 20/07/1975.

Experiência Profissional

Diretor responsável por todas as obras em execução no Estado de Santa Catarina;

Diretor responsável pela pesquisa e Mineração de Ouro em Desenvolvimento no Estado de Santa Catarina através da empresa coligada da ARTSUL Mineração Art. Cimento e Britagem Ltda.

ROBERTO LINS PORTELLA NUNES

Data de Nascimento: 19/06/54

Formação Acadêmica

Arquiteto, formado pela Escola de Engenharia da Universidade do RS em 20/07/1975.

Experiência Profissional

Arquiteto, Diretor Presidente da STE-Serviços Técnicos de Engenharia S.A. até 1984;

Presidente do Conselho de Administração em 1985 na STE;

Diretor Administrativo em 1985, na Construtora Sultepa S.A.

RICARDO LINS PORTELLA NUNES

Data de Nascimento: 03/03/57

Formação Acadêmica

Engenheiro Civil, formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do RS em 1980.

Experiência Profissional

Engenheiro Civil, responsável por obras rodoviárias e obras de infra-estrutura de concreto;

Diretor da Pedrasul;

Diretor da Sultepa Materiais de Construção Ltda.

ÂNGELO LÚCIO VILLARINHO DA SILVA

Data de Nascimento: 13/09/46

Formação Acadêmica

Contador e Administrador de Empresas, diplomado pela Faculdade Canoense de Ciências Contábeis e Administração de Empresas.

Experiência Profissional

10 anos como contador, 03 anos como auditor, 03 anos como Diretor Administrativo Financeiro em indústria de porte grande, ex-professor de Análise de Controle Financeiro.

ASTIR BRASIL SANTOS E SILVA

Data de Nascimento: 03/05/40

Formação Acadêmica

Administrador de Empresas, diplomado pela Pontifícia Universidade Católica do RS, com curso de pós-graduação em Administração pela Faculdade Porto Alegrense de Ciências Contábeis e Administrativa Instituto de York em 1978.

Experiência Profissional

Iniciou suas atividades na Construtora Sultepa S.A. em 1958, e Diretor Financeiro, respondendo por todos os assuntos relacionados com a área financeira da empresa e coligadas.

WALDEMAR BARRETO JÚNIOR

Data de Nascimento: 13/11/37

Formação Acadêmica

Engenheiro Civil, formado pela Pontifícia Universidade Católica do RS em dezembro de 1964.

Experiência Profissional

Iniciou suas atividades na empresa em 1966, exercendo a chefia de diversas obras ligadas ao setor rodoviário, instalações industriais e britagem. Desde 1978 atua como Diretor na área de Planejamento.

POMPÍLIO VIEIRA LOGUÉRCIO

Data de Nascimento: 02/06/41

Formação Acadêmica

Engenheiro Civil, formado pela Universidade Federal do RS em 1965.

Experiência Profissional

Engenheiro Auxiliar de Hidrelétrica de Passo Fundo-DNOS;

Engenheiro Residente - DNO - ELETROSUL;

Engenheiro Chefe de Obras - Construtora Sultepa S.A.;

Diretor da Pedrasul - Pedra Britada e Construtora Sultepa S.A.

3.2 – POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO

Item	Nome / Razão Social CPF / CGC Nacionalidade / UF	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações		Composição Capital Social	Part. no Acordo de Acionistas	Con- trolla- dor
		(Mil)	%	(Mil)	%	(Mil)	%			
01	Sultepa Participações Ltda. 91.172.825-0001/49 Brasileira / RS	4.557	61,00	-	-	4.557	36,00	02/09/1986	Não	Não
02	Portella Nunes e Cia. Ltda. 91.186.593-0001/88 Brasileira / RS	1.981	23,00	197	4,00	2.178	17,00	02/09/1986	Não	Não
03	Outros	952	16,00	4.913	96,00	5.865	47,00		Não	
99	Total	7.490	100,00	5.110	100,00	12.600	100,00			

3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Item	Controladora / Investidora	Ações Ordinárias / Cotas		Ações Preferenciais		Ações/Cotas Total		Composição do Capital Social
		(Unidades)	%	(Unidades)	%	(Unidades)	%	
01	SULTEPA PARTICIPAÇÕES LTDA.							02/09/1986
0101	Portella Nunes e Cia. Ltda. 91.186.593-0001/88 Brasileira / RS	315.536	77,00	-	-	315.536	77,00	02/09/1986
0102	Bolivar Soares da Rocha 001.080.570-20 Brasileira / RS	27.849	7,00	-	-	27.849	7,00	
0103	Outros	68.115	16,00	-	-	68.115	16,00	
0199	Total	411.500	100,00	-	-	411.500	100,00	

4.1 – COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1) Data da Última Alteração: 30/04/1998

Item	Espécie das Ações	Nominativa ou Escritural	Valor Nominal (Reais)	Quantidade de Ações (Mil)	Subscrito (Reais Mil)	Integralizado (Reais Mil)
01	Ordinárias	Nominativa	-	7.489.720	53.289.952	53.289.952
02	Preferenciais	Nominativa	-	5.110.280	36.360.048	36.360.048
99	Totais	-	-	12.600.000	89.650.000	89.650.000

4.2 – CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Item	Data da Alteração	Valor do Capital Social (Reais Mil)	Valor da Alteração (Reais Mil)	Origem da Alteração	Quantidade de Ações Emitidas (Mil)	Preço da Ação na Emissão (Reais)
01	02/05/1996	732.208.393	924.393	Correção Monetária	-	-
02	06/06/1997	78.921.000	5.712.607	Reserva de Lucro	-	-
03	30/04/1998	86.500.000	7.579.000	Reserva de Lucro	-	-
04	30/04/1999	89.650.000	3.150.000	Reserva de Lucro	-	-

4.3 – BONIFICAÇÃO / DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Item	Data da Aprovação	Valor Nominal por Ação antes da Aprovação (Reais)	Valor Nominal por Ação depois da Aprovação (Reais)	Quantidade de Ações antes da Aprovação (Mil)	Quantidade de Ações depois da Aprovação (Mil)
01	06/06/1997	-	-	12.600.000	12.600.000
02	30/04/1998	-	-	12.600.000	12.600.000
03	30/04/1999	-	-	12.600.000	12.600.000

4.4 – CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

Quantidade (Mil)	Valor (Reais Mil)	Data da Autorização
17.400.000	193.986.000	30/04/1999

4.5 – COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

Item	Espécie	Classe	Quantidade de Ações Autorizadas à Emissão (Mil)
01	Ordinárias	-	7.489.720
02	Preferenciais	-	5.110.280

6.1 – PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Item	Provento	Aprovação da Distribuição Evento	Data da Aprovação Distribuição	Término Exercício Social	Lucro ou Prej. Líquido no Período (Reais Mil)	Valor do Provento por Ação	Espécie das Ações	Classe das Ações	Montante do Provento (Reais Mil)	Data de Início de Pagamento
01	Dividendo	AGEO	06/06/1997	31/12/1996	4.265.455	0,0800000000	Preferencial	-	408.822	01/07/1997
02	Dividendo	AGEO	30/04/1998	31/12/1997	7.484.645	0,1410000000	Preferencial	-	720.549	15/05/1998
03	Dividendo	AGEO	30/04/1999	31/12/1998	4.797.082	0,0904000000	Preferencial	-	508.285	15/07/1999

6.3 – DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

Item	Espécie da Ação	Classe da Ação	% do Capital Social	% Tipo Dividendo Fixo	% Tipo Dividendo Mínimo	% Tipo Dividendo Cumulativo	Base de Cálculo	Prev. Reembolso de Capital	Prêmio	Direito a Voto
01	Preferencial	P	40,56	-	25,00	-	Baseado no Lucro	Não	Não	Não
02	Ordinária	-	59,44	-	25,00	-	Baseado no Lucro	Não	Não	Sim



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

7.1 – REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

Participação dos Administradores no Lucro	Valor da Remuneração Global dos Administradores (Reais Mil)	Periodicidade
Não	100.000	Mensal

8.1 – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

01	Item	1	2	3
02	Nº Ordem	1	1	3
03	Nº Registro na CVM	DERER/GERER/DEB-93/008	SEP/GER/DEB-94/008	SEP/GER/DEB-97/106
04	Data do Registro CVM	11/11/97	11/12/97	01/12/97
05	Série Emitida	1	2	UN
06	Tipo de Emissão	Convertível	Convertível	Simplex
07	Natureza Emissão	Particular	Particular	Particular
08	Data da Emissão	01/11/92	01/11/92	15/07/97
09	Data de Vencimento	01/11/00	01/12/00	15/07/07
10	Espécie da Debênture	Real	Real	Real
11	Condição de Remuneração Vigente	TR+12% a.a.	TR+12% a.a.	TR+12% a.a.
12	Prêmio/Deságio	ANBID+1% a.a.	ANBID+1% a.a.	ANBID-6,7% a.a.
13	Valor Nominal (Reais)	1.000,00	1.000,00	5.117,56
14	Montante Emitido (Reais Mil)	6.000	4.000	12.026
15	Q. Títulos Emitidos (Unidade)	6.000	4.000	2.350
16	Título Circulação (Unidade)	6.000	4.000	2.350
22	Data do Próximo Evento	-	-	15/07/07

9.1 – BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

A Construtora Sultepa S.A., foi constituída na Cidade de Esteio, no Estado do Rio Grande do Sul, em 1956, quando seus sócios fundadores sentiram a carência que o estado e o país tinham então, no escoamento de suas produções.

Voltada exclusivamente à terraplenagem e pavimentação, a empresa passou a ser conhecida no mercado regional, pela idoneidade de capacidade de produção.

Em 1962, passou à condição de Sociedade Anônima, continuando ainda suas atividades básicas.

Em 1965, seus principais acionistas adquirem o controle acionário da Pedrasul S.A., permitindo assim maior flexibilidade de desenvolvimento dos negócios.

Por volta de 1970, as dificuldades econômico-financeiras que atravessa o país, mostram à Sultepa a necessidade de diversificar sua produção. Neste sentido, forma uma estrutura departamentalizada para atuação em obras de concreto, aumentando assim sua participação no mercado da construção civil pesada, com execução de portos, aeroportos, barragens, pontes, túneis, linhas férreas, pavimentação de vias urbanas, obras de saneamento em geral, infra-estrutura industrial urbanizada com loteamentos, conjuntos residenciais, canais de abastecimento de água etc.

9.2 – CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Trata-se de uma atividade a céu aberto que exige a utilização de um grande e diversificado número de equipamentos, tanto para movimentação de materiais, como também para a industrialização e beneficiamento de materiais naturais.

Assim sendo, pela multiplicidade das atividades da empresa nos setores rodoviários, de mineração, de transporte urbanos, de infra-estrutura de loteamentos, de obras de arte especiais e de construção civil, podemos classificar o nosso processo de produção como sendo mecanizado, utilizando ainda, uma grande quantidade de mão-de-obra que representa 20% do nosso custo de produção.

9.3 – PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

Realizando suas atividades a céu aberto, a empresa sofre, em função do regime de chuvas, pequenas oscilações no seu faturamento, diretamente proporcional à intensidade (número de dias), do fator climático.

No entanto, à medida em que a empresa passou a atuar em outras regiões do país, esta variável incontrolável passa a ter cada vez menor influência no faturamento global, uma vez que sua ocorrência é diferenciada e de fácil previsibilidade.

10.1 – PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

Item	Principais Produtos e/ou Serviços	% Receita Líquida
01	Rodovias	41,00
02	Linhas Férreas	29,00
03	Portos	9,00
04	Infra-Estrutura	9,00
05	Outros	12,00



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

10.2 – MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

Item	Matéria Prima	Im- por- tação	Valor da Importação (Reais Mil)	Disponível		Nome do Fornecedor	Tipo de Fornecedor	% de Fornecimento sobre o Total das Compras da Cia.
				Local	Externo			
01	Asfalto	Sim	2.410.698	Sim	Sim	Ipiranga Asfaltos S.A.	Não Ligado	9,00
02	Asfalto	Sim	1.965.432	Sim	Não	Petrobrás Distribuidora S.A.	Não Ligado	7,00
03	Material de Construção	Sim	10.212.103	Sim	Não	Diversos	Não Ligado	31,00
04	Aço	Sim	1.460.491	Sim	Não	Siderúrgica Riograndense S.A.	Não Ligado	7,00

10.3 – CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

Item	Item	Nome do Produto / Nome do Cliente	% de Participação do Cliente na Receita Líquida
001		Estradas	
001	001	Daer/RS - Dep. Autônomo Estr.Rodagens-Rs	18,00
002		Metrô	
002	002	Trensurb - Trens Urbanos	29,00
003		Obras Portuárias	
003	003	Dep. de Portos e Hidrovias	9,00
004		Estradas	
004	004	Dner - Dep. Nacional de Estr. Rodagens	17,00
005		Infra-Estrutura	
005	005	Prefeituras Municipais	9,00
006		Diversos	
006	006	Diversos	18,00

10.4 – PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Item	Descrição dos Pedidos	Valor dos Pedidos no Último Exercício (Reais Mil)	Valor dos Pedidos no Penúltimo Exercício (Reais Mil)	Valor dos Pedidos no Antepenúltimo Exercício (Reais Mil)
01	Rodovias/Terraplenagens/Ferrovias	189.216	198.843	117.689
02	Edificações e Saneamentos	12.577	8.905	2.990
03	Outros	41.694	27.659	30.715
99	Total	243.487	235.407	151.394

11.1 – PROCESSO DE PRODUÇÃO

Considerando-se os 03 últimos exercícios, informamos que a capacidade operacional da empresa teve, em média, uma ociosidade de 43%.

As instalações e equipamentos pesados, bem como, a frota de veículos estão devidamente segurados, levando em consideração os valores de reposição e eventuais prejuízos de uma paralisação superior a 5 dias. Os principais equipamentos têm, em média, 08 anos de vida útil. A empresa adota a sistemática de manutenção preventiva, sendo que as reformas gerais dos equipamentos são efetuados a cada 2 anos. Destacamos que a Companhia tem uma eficiente oficina de manutenção pesada, com técnicos em seu quadro treinados nas indústrias que produzem tais equipamentos.

A busca por uma maior produtividade e sempre um melhor serviço, faz com que a companhia promova eventos e participações em temas como "Qualidade Total" - "CCQ" e afins.

A atualização e treinamento do corpo de funcionários da empresa é uma constante. Recentemente a empresa implantou o "Centro de Lucros" com sucesso.

Após uma longa etapa de programas de melhorias desenvolvidos pela empresa, visando a certificação da ISO-9002, informamos que a empresa foi auditada nos escopos de Segurança, Treinamento e DRH.

Posteriormente à conclusão desta auditoria, a certificadora nos informou que a empresa atendeu a todos os requisitos da norma.



11.2 – PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO*11.02.01 - Comercialização*

A Sultepa, pela sua atividade, presta serviços por empreitada, administração e construção em geral. A comercialização acontece através de concorrência pública e tomada de preço.

11.02.02 - Distribuição

Não aplica-se à companhia.

11.02.03 - Mercados

A Construtora Sultepa S.A. atua em nível Municipal, Estadual e Federal, nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Maranhão e Brasília.

11.02.4 - Exportação

Não aplica-se à Companhia.

11.3 – POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

A CONSTRUTORA SULTEPA é líder em seus segmentos na Região Sul devido, principalmente, à diversificação em suas atividades como: concessões rodoviárias, obras privadas (civis e montagens) inspeção veicular e construção civil.

No exercício de 1998, comparado a 1997, a empresa teve um crescimento da Receita Bruta de 26%, originando principalmente, da participação nos mercados nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Maranhão e Rio de Janeiro.

No Rio Grande do Sul suas principais concorrentes são: TONILO BUSNELLO S.A., com faturamento de R\$ 84.757.871 MIL e Patrimônio Líquido de R\$ 41.818.505 MIL e BRASÍLIA GUAÍBA OBRAS PÚBLICAS com Faturamento de R\$ 47.000.289 MIL e Patrimônio Líquido R\$ 47.719.477 MIL.

No Ranking Nacional, conforme divulgado na revista o EMPREITEIRO, as 500 GRANDES DA CONSTRUÇÃO edição 1998, a empresa ocupa o 24º o lugar e as principais concorrentes no segmento são: NORBERTO ODEBRECHT com Faturamento de R\$ 1.028.960 MIL e Patrimônio Líquido de R\$ 1.448.431 MIL, ANDRADE GUTIERREZ com Faturamento de R\$ 803.626 MIL e Patrimônio Líquido de R\$ 2.464.829 e CBPO com Faturamento de R\$ 756.357 MIL e Patrimônio Líquido de R\$ 694.116 MIL.

12.1 – PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

Não se aplica à companhia.

14.2 – INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

A Cia. apresenta alguns indicadores relativo à estrutura de capital, indicadores de liquidez e responsabilidade relativo ao balanço patrimonial encerrado em 31/12/1998.

1. Indicadores de Estrutura de Capital

- 1.1. Endividamento geral 31%
- 1.2. Capital de terceiros em relação capital próprio 66%

2. Indicadores de Liquidez

- 2.1. Liquidez Corrente 2,91%
- 2.2. Liquidez Geral 2,04%

3. Rentabilidade (margens)

- 3.1. Margem Líquida 4%
- 3.2. Margem Operacional 4%
- 3.3. Margem Bruta 17%

14.3 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A Construtora Sultepa S.A. continua com o objetivo de atingir novos mercados, bem como novas áreas de atuação. Em 1995, entrou no mercado de Minas Gerais e, em início de 1996 venceu licitação no Estado do Paraná.

Com estes novos mercados, a Companhia está atuando nos seguintes Estados: RS, SC, RJ, MA, DF e PR.

15.1 – PROBLEMAS AMBIENTAIS

Não ocorrem.

16.1 – AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

Não se aplica à companhia.

17.1 – OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

As operações que a controladora mantém com a controlada Pedrasul Construtora Ltda., referem-se a serviços prestados com subempreiteira em contratos de execução de obras.

Os montantes de participantes da controladora nas operações, situam-se em torno de 80% dos valores contratados.

Os recebimentos dos serviços efetuados pela controladora, estão atrelados aos pagamentos realizados pelos órgãos contratantes junto à controlada.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ITR – INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - 1º TRIMESTRE/99



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES, RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

1.1 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01303-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONST SULTEPA SA	3 - C.G.C. 89.723.993/0001-33	4 - NIRE 43300002357
---------------------------	--	----------------------------------	-------------------------

1.2 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO RUA FLORIANÓPOLIS Nº 1000		2 - BAIRRO OU DISTRITO RINCÃO GAÚCHO						
3 - CEP 93600-000	4 - MUNICÍPIO ESTÂNCIA VELHA		5 - UF RS					
6 - DDD 51	7 - TELEFONE 225-0358	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX 513069	11 - DDD 51	12 - FAX 221-3971	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL sultepa@pro.via-rs.com.br								

1.3 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME ÂNGELO LÚCIO VILLARINHO DA SILVA			2 - ENDEREÇO COMPLETO TRAV. FCO. LEONARDO TRUDA, 40-11º ANDAR				
3 - BAIRRO OU DISTRITO CENTRO		4 - CEP 90010-050	5 - MUNICÍPIO PORTO ALEGRE			6 - UF RS	
7 - DDD 51	8 - TELEFONE 225-0358	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX 513069	12 - DDD 51	13 - FAX 221-3971	
14 - FAX -	15 - FAX -	16 - E-MAIL sultepa@pro.via-rs.com.br					

1.4 - REFERÊNCIA DO ITR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/1999	31/12/1999	1	01/01/1999	31/03/1999	4	01/10/1998	31/12/1998

1.5 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

NÚMERO DE AÇÕES (MIL)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/1999	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/1998	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/1998
DO CAPITAL INTEGRALIZADO			
1 - ORDINÁRIAS	7.490	7.490	7.490
2 - PREFERENCIAIS	5.110	5.110	5.110
3 - TOTAL	12.600	12.600	12.600
EMTESOURARIA			
4 - ORDINÁRIAS	-	-	-
5 - PREFERENCIAIS	-	-	-
6 - TOTAL	-	-	-

1.6 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras	2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional	4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1050200 - Construção Pesada
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS	6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado
7 - TIPO DE RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva	

1.7 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CGC	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

1.8 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO

1.9 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (REAIS MIL)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (REAIS MIL)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (MIL)	7 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (REAIS)
01	30/04/1998	86.500	7.579	Reserva de Lucro	12.600	-

1.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

1 - DATA 15/05/1999	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Petran

2.1 – BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/03/1999</u>	<u>31/12/1998</u>
1	Ativo Total	339.794	332.980
1.01	Ativo Circulante	123.213	111.429
1.01.01	Disponibilidades	2.321	3.120
1.01.01.01	Caixa	12	12
1.01.01.02	Banco Conta Corrente	2.118	2.845
1.01.01.03	Valores Vinculados Mercado Aberto	162	255
1.01.01.04	Operações c/ Consórcios - Disponível	29	8
1.01.02	Créditos	118.402	105.597
1.01.02.01	Créditos a Receber de Clientes	87.966	76.829
1.01.02.02	Cauções e Retenções Contratuais	55	55
1.01.02.03	Adiantamentos Diversos	622	757
1.01.02.04	Impostos a Recuperar	825	777
1.01.02.05	Devedores Diversos	22.146	20.398
1.01.02.06	Operações c/ Consórcios - Créditos	6.788	6.781
1.01.03	Estoques	2.394	2.404
1.01.03.01	Materiais e Peças	929	907
1.01.03.02	Terrenos a Comercializar	1.465	1.497
1.01.04	Outros	96	308
1.01.04.01	Seguros Vincendos	86	92
1.01.04.03	Importação em Andamento	10	216
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	97.064	97.495
1.02.01	Créditos Diversos	85.807	85.811
1.02.01.01	Depósitos Judiciais	738	717
1.02.01.02	Empréstimo Compulsório	409	397
1.02.01.03	Operações c/ Consórcios	4.355	4.392
1.02.01.04	Contas a Receber	73.810	73.810
1.02.01.05	Letras Financeiras	6.495	6.495
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	9.127	9.518
1.02.02.02	Com Controladas	5.501	6.034
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	3.626	3.484
1.02.03	Outros	2.130	2.166
1.02.03.01	Despesas com Debêntures	2.090	2.130
1.02.03.02	Seguros Vincendos	40	36
1.03	Ativo Permanente	119.517	124.056
1.03.01	Investimentos	25.816	29.475
1.03.01.02	Participações em Controladas	25.478	29.185
1.03.01.02.01	Pedrasul Construtora Ltda.	8.742	8.882
1.03.01.02.02	Contesa Engenharia Ltda.	2.555	2.475
1.03.01.02.03	Sulcatarinense Ltda.	5.910	6.801
1.03.01.02.04	Sulmat Ltda.	393	572
1.03.01.02.05	PN Turismo Ltda.	4.429	4.429
1.03.01.02.06	Sulbrape Ltda.	2.452	2.452
1.03.01.02.07	Metrovias S.A.	532	1.490
1.03.01.02.08	Sulvias S.A.	465	2.084
1.03.01.03	Outros Investimentos	338	290
1.03.01.03.01	Participação Outras Empresas	45	45
1.03.01.03.02	Participação Incentivos Fiscais	149	149
1.03.01.03.03	Títulos de Capitalização	144	96
1.03.02	Imobilizado	93.097	94.045
1.03.02.01	Imóveis	44.210	44.210
1.03.02.02	Máquinas e Equipamentos Pesados	68.154	67.998
1.03.02.03	Veículos	7.202	7.255
1.03.02.04	Móveis e Utensílios	2.672	2.662
1.03.02.05	Direito ao Uso Telefone	55	55
1.03.02.06	(-) Depreciações	(55.155)	(54.049)
1.03.02.08	Operações c/ Consórcios - Imobilizado	223	223
1.03.02.09	Direito ao Uso de Lavras	25.736	25.691
1.03.03	Diferido	604	536
1.03.03.02	Despesas Pré-Operacionais	604	536

2.2 – BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/03/1999</u>	<u>31/12/1998</u>
2	Passivo Total	339.794	332.980
2.01	Passivo Circulante	49.309	38.290
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	20.006	11.824
2.01.02	Debêntures	4.229	4.298
2.01.03	Fornecedores	2.832	2.389
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	15.601	12.787
2.01.04.01	Impostos Diversos	12.087	10.488
2.01.04.02	Contribuições Previdenciárias	3.514	2.299
2.01.05	Dividendos a Pagar	464	468
2.01.06	Provisões	1.285	1.174
2.01.06.01	Provisão de Férias	1.084	1.174
2.01.06.02	Provisão 13º Salário	201	-
2.01.08	Outros	4.892	5.350
2.01.08.01	Salários a Pagar	592	541
2.01.08.02	Credores Diversos	3.578	3.976
2.01.08.03	Títulos a Pagar	666	776
2.01.08.04	Operações c/ Consórcios	56	57
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	63.937	63.979
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.965	8.255
2.02.01.01	Empréstimo Capital de Giro	4.626	4.870
2.02.01.02	Finame	3.339	3.385
2.02.02	Debêntures	23.232	22.400
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.949	1.949
2.02.04.01	PN Turismo Ltda.	1.949	1.949
2.02.05	Outros	30.791	31.375
2.02.05.01	Impostos a Pagar	7.922	8.895
2.02.05.02	Ret. Subempreitada	197	188
2.02.05.03	Dividendos a Distribuir	677	677
2.02.05.04	Operações c/ Consórcios	21.995	21.615
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	77.227	77.210
2.05	Patrimônio Líquido	149.321	153.501
2.05.01	Capital Social Realizado	86.500	86.500
2.05.03	Reservas de Reavaliação	63.001	63.779
2.05.03.01	Ativos Próprios	60.206	60.956
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	2.795	2.823
2.05.04	Reservas de Lucro	240	240
2.05.04.01	Legal	240	240
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(420)	2.982



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

3.1 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

Código	Descrição	01/01/1999	01/01/1999	01/01/1998	01/01/1998
		a 31/03/1999	a 31/03/1999	a 31/03/1998	a 31/03/1998
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	24.509	24.509	35.818	35.818
3.02	Deduções da Receita Bruta	(3.383)	(3.383)	(5.541)	(5.541)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	21.126	21.126	30.277	30.277
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(15.504)	(15.504)	(21.142)	(21.142)
3.05	Resultado Bruto	5.622	5.622	9.135	9.135
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(9.842)	(9.842)	(5.239)	(5.239)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(1.942)	(1.942)	(3.092)	(3.092)
3.06.02.01	Despesas Administrativas	(1.678)	(1.678)	(1.843)	(1.843)
3.06.02.02	Honorários	(192)	(192)	(169)	(169)
3.06.02.03	Depreciação	(19)	(19)	(18)	(18)
3.06.02.04	Despesas Tributárias	(53)	(53)	(1.062)	(1.062)
3.06.03	Financeiras	(5.212)	(5.212)	(5.464)	(5.464)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	334	334	1.157	1.157
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(5.546)	(5.546)	(6.621)	(6.621)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	1.060	1.060	3.065	3.065
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(41)	(41)	(94)	(94)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(3.707)	(3.707)	346	346
3.07	Resultado Operacional	(4.220)	(4.220)	3.896	3.896
3.08	Resultado Não Operacional	40	40	122	122
3.08.01	Receitas	145	145	777	777
3.08.02	Despesas	(105)	(105)	(655)	(655)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(4.180)	(4.180)	4.018	4.018
3.11	IR Diferido	-	-	(1.259)	(1.259)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(4.180)	(4.180)	2.759	2.759
	Número Ações, Ex-Tesouraria (Mil)	12.600	12.600	12.600	12.600
	Lucro por Ação	-	-	0,21897	0,21897
	Prejuízo por Ação	(0,33175)	(0,33175)	-	-

4.1 – NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS

A CONSTRUTORA SULTEPA S.A., é uma empresa de capital aberto com sede em Estância Velha – Rio Grande do Sul, com administração central em Porto Alegre. A Companhia tem por objeto a construção em geral, inclusive estudos, projetos e administração de obras de engenharia pública e privada.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis deste trimestre, estão sendo apresentadas na forma da Legislação Societária conforme Instrução Normativa nº 248 da Comissão de Valores Mobiliários.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Apurado pelo regime de competência, inclui rendimentos, variações monetárias ou cambiais e encargos contratuais incidentes sobre os ativos e passivos.

b) APLICAÇÃO DE LIQUIDEZ IMEDIATA

Estão demonstrados pelo custo de aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes até a data de encerramento do trimestre.

c) ESTOQUES

Estão demonstrados ao custo médio ou produção, que não excedem ao valor do mercado.

NOTA 4 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social autorizado da companhia, importa em R\$ 193.986.111,00 dividido em 17.400.000 ações sem valor nominal.

O Capital Subscrito e Realizado, passou de R\$ 78.921.000,00 para R\$ 86.500.000,00, mediante a incorporação das seguintes contas:

Reserva Legal	374.232,00
Lucros Acumulados	7.204.768,00
Conforme AGO-E de 30/04/1998.	

NOTA 5 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL

A composição do capital subscrito e realizado da companhia é o seguinte:

Ações Ordinárias	7.489.720
Ações Preferenciais	5.110.280
TOTAL	12.600.000

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

NOTA 6 - RESERVAS DE REAVALIAÇÕES

A Companhia reconhece as Realizações das Reservas de Reavaliações de seus ativos próprios, bem como os ativos reavaliados de empresas controladas. Os valores realizados estão demonstrados conforme abaixo:

	(R\$1,00)
	<u>No trimestre</u>
Bens Próprios	750.534
Bens de Controladas	27.774

NOTA 7 - EMPRÉSTIMO – LONGO PRAZO

São empréstimos que se destinam a capital de giro FINAME, contratados em moeda estrangeira e nacional.

Os empréstimos em moeda estrangeira (Resolução nº 63) estão sujeitos a uma taxa média mensal de 1,60%+Variação Cambial.

Os empréstimos em moeda nacional estão sujeitos a uma taxa mensal de 2%+TR.

Os empréstimos de curto e longo prazo em setembro/98 estão assim constituídos:

	(R\$1,00)			
	<u>Moeda Nacional</u>		<u>Moeda Estrangeira</u>	
<u>Empréstimos</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>
Cap. Giro	17.822.441	4.625.595	-	-
Finame	1.909.635	3.082.493	274.297	257.160
Total	19.732.076	7.708.088	274.297	257.160

NOTA 8 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não possui instrumentos financeiros que envolvem operações com a finalidade de reduzir as exposições a riscos de mercado, moeda e taxas de juros.

As aplicações financeiras são realizadas por prazos inferiores a 60 dias e as taxas pactuadas são as de mercado no final do período.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/03/1999, não são diferentes no que se refere a valores de mercado, bem como quanto os registrados.

NOTA 9 - OPERAÇÕES COM CONSÓRCIOS

A empresa participa em empreendimentos na forma de consórcios com outras empresas, com o objetivo de executar obras civis e terraplenagens. Os consórcios constituídos são:

a) Consórcio Conesul

A empresa participa com 42% no empreendimento, que tem por objetivo a execução das edificações dos Centros de Apoio Integral à Criança – CAIC.

b) Consórcio TSB

Consórcio constituído para os serviços de terraplenagens do complexo automotivo GM no município de Gravataí no RS.

A participação da empresa neste empreendimento é de 37,5%.

O Consórcio Conesul está com suas atividades paralizadas em razão do não prosseguimento, por parte do Governo Federal, nas obras dos CAIC's.

NOTA 10 - EFEITOS CAMBIAIS

Em meados de janeiro de 1999, houve a alteração da política cambial pelo Banco Central do Brasil, passando a vigorar o livre mercado do câmbio.

Os reflexos nas operações da empresa, vinculadas ao dólar norte-americano, não foram substanciais, pois os empréstimos em dólar americano que a empresa possui são baixos. Quanto aos valores das matérias-primas, todas elas são adquiridas no mercado doméstico.

O resultado, no 1º trimestre da variação cambial nos empréstimos em moeda estrangeira (US\$) importa em R\$ 90.154,00.

NOTA 11 - CONTENCIOSO CONTÁBIL JUNTO À CVM

A Construtora Sultepa S.A., bem como sua controlada Pedrasul Construtora Ltda. reconheceram em sua contabilidade um crédito oriundo de processo movido contra o DNER-Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (processo nº 930012984.8 na 17ª Vara Federal do Distrito Federal). Os valores registrados importam em R\$ 74.658.750,00 e R\$ 8.841.854,00 respectivamente.

Os registros contábeis a crédito foram reconhecidos em conta de Resultados de Exercícios Futuros. Tal procedimento foi movido pelo entendimento de que os pagamentos a serem efetuados pela União serão por meio de precatórios. Tão logo estes precatórios sejam liberados, a companhia e sua controlada reconhecerão no resultado os valores acima registrados.

Se houvesse o reconhecimento imediato deste processo como receita, o caixa da empresa seria afetado pelo recolhimento antecipado (sem que houvesse a disponibilidade) de impostos e dividendos.

Entretanto, a CVM-Comissão de Valores Mobiliários discorda do registro contábil deste crédito, no qual determina que o mesmo seja reconhecido em conta de resultado. Esta decisão da CVM está sendo questionada através do Processo Administrativo CVM.RJ nº 1159 de 29.04.99, pendente até a data de emissão deste ITR.

Os dividendos seriam provisionados em aproximadamente R\$ 17 milhões.

No que se refere a resultado de equivalência patrimonial, o valor que a controladora teria sobre o valor provisionado de sua controlada importaria em R\$ 8 milhões.

Os valores de impostos seriam aproximadamente:

PIS	-	R\$ 542.700,00
COFINS	-	R\$ 1.670.000,00
IRPJ/C.S.	-	R\$ 19.200.000,00

5.1 – COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

O 1º Trimestre/99, no segmento de atuação da empresa, sofreu reflexos normais de início de mandato dos novos governadores estaduais, além do ajuste fiscal em nível Federal.

No entanto, a direção da empresa tomou medidas drásticas em relação aos custos (mão-de-obra e custos operacionais) e com estas medidas conseguiu buscar o equilíbrio econômico-financeiro.

Durante este trimestre, pelos motivos expostos, houve redução na execução das obras e até paralização de outras obras.

Com este cenário, a companhia não conseguiu, neste 1º trimestre, um desempenho positivo em suas operações. É de se esperar que a partir do 2º trimestre as atividades comecem a pleno e a partir do 3º trimestre, a economia seja aquecida com novos investimentos por parte do Governo Federal, até mesmo para minimizar o alto nível de desemprego a que chegou o país. A carteira de obras em 31/03/1999 foi de 244 milhões.

O resultado negativo da Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 3.407.000,00, foi o item maior do prejuízo do período; o valor principal negativo em relação à Equivalência Patrimonial é originário das Concessões Rodoviárias (Univias, Sulvias e Metrovias).

Estes resultados são de certa forma normais devido às concessionárias estarem somente com 10 meses de operações, sendo que neste período os investimentos são maiores que as receitas de cobrança de pedágios.

As expectativas das concessionárias são de obterem o equilíbrio econômico-financeiro já a partir do 3º Trimestre do corrente ano.

10.1 – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1	Item	1	2	3
2	Nº Ordem	1	1	3
3	Nº Registro na CVM	DERER/GERER/DEB-93/008	SEP/GER/DEB-94/008	SEP/GER/DEB-97/106
4	Data do Registro CVM	11/12/97	11/12/97	11/12/97
5	Série Emitida	1	2	UN
6	Tipo de Emissão	Conversível	Conversível	Simplex
7	Natureza Emissão	Particular	Particular	Particular
8	Data da Emissão	01/12/92	01/11/92	15/07/97
9	Data de Vencimento	01/11/00	01/11/00	15/07/07
10	Espécie da Debênture	Real	REAL	REAL
12	Prêmio/Deságio	ANBID+1% a.m.	ANBID+1% a.m.	ANBID-6% a.m.
13	Valor Nominal (Reais)	1.000,00	1.000,00	5.117,56
14	Montante Emitido (Reais Mil)	6.000	4.000	12.026
15	Q. Títulos Emitidos (Unidade)	6.000	4.000	2.350
16	Título Circulação (Unidade)	6.000	4.000	2.350

17.1 – RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL – SEM RESSALVA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO ESPECIAL

Ilmo. Senhores

Administradores e Acionistas de
CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

1. Efetuamos nossa revisão das informações trimestrais (ITR) de CONSTRUTORA SULTEPA S.A., referente ao trimestre findo em 31 de março de 1999, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, o relatório de desempenho e as informações relevantes, expressas em valores nominais, conforme a Legislação Societária.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Contadores-IBRACON, em conjunto com Conselho Federal de Contabilidade, e constitui principalmente de:
 - a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pela área contábil, financeira e operacional da companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais; e
 - b) revisão das informações e dos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da companhia.
3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas, para que as mesmas estejam de acordo com os princípios de contabilidade que fundamentam as demonstrações financeiras, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários especificamente aplicáveis à elaboração das informações trimestrais.

Porto Alegre, 20 de maio de 1999.

IBS Auditores Independentes S/C
CGCMF nº 89.550.271/0001-24
CRCRS nº 2232

Renato Domingos Ginnari Sanzi
Contador – CRCRS nº 25061

19.1 – DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Inclusão de uma Nota Explicativa.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



ITR – INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - 2º TRIMESTRE/99



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES, RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

1.1 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01303-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONST SULTEPA SA	3 - C.G.C. 89.723.993/0001-33	4 - NIRE 43300002357
---------------------------	--	----------------------------------	-------------------------

1.2 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO RUA FLORIANÓPOLIS Nº 1000						2 - BAIRRO OU DISTRITO RINCÃO GAÚCHO	
3 - CEP 93600-000	4 - MUNICÍPIO ESTÂNCIA VELHA					5 - UF RS	
6 - DDD 51	7 - TELEFONE 225-0358	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX 513069	11 - DDD 51	12 - FAX 221-3971	13 - FAX -
14 - FAX -							
15 - E-MAIL sultepa@pro.via-rs.com.br							

1.3 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME ÂNGELO LÚCIO VILLARINHO DA SILVA				2 - ENDEREÇO COMPLETO TRAV. FCO. LEONARDO TRUDA, 40-11º ANDAR			
3 - BAIRRO OU DISTRITO CENTRO			4 - CEP 90010-050	5 - MUNICÍPIO PORTO ALEGRE			6 - UF RS
7 - DDD 51	8 - TELEFONE 225-0358	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX 513069	12 - DDD 51	13 - FAX 221-3971	
14 - FAX -		15 - FAX -		16 - E-MAIL sultepa@pro.via-rs.com.br			

1.4 - REFERÊNCIA DO ITR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/1999	31/12/1999	2	01/04/1999	30/06/1999	1	01/01/1999	31/03/1999

1.5 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

NÚMERO DE AÇÕES (MIL)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/1999	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/1999	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/1998
DO CAPITAL INTEGRALIZADO			
1 - ORDINÁRIAS	7.490	7.490	7.490
2 - PREFERENCIAIS	5.110	5.110	5.110
3 - TOTAL	12.600	12.600	12.600
EMTESOURARIA			
4 - ORDINÁRIAS	-	-	-
5 - PREFERENCIAIS	-	-	-
6 - TOTAL	-	-	-

1.6 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	2 - TIPO DE SITUAÇÃO OPERACIONAL
3 - NATUREZA DO CONTROLE AÇONÁRIO Privada Nacional	4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1050200 - CONSTRUÇÃO PESADA
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS	6 - TIPO DE CONSOLIDADO PARCIAL
7 - TIPO DE RELATÓRIO DOS AUDITORES SEM RESSALVA	

1.7 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CGC	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
01	00.108.484/0001-97	PN Turismo Ltda.

1.8 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	---------------	--------------------------------

1.9 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (REAIS MIL)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (REAIS MIL)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (MIL)	7 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (REAIS)
01	30/04/1999	89.650	3.150	Reserva de Lucro	12.600	-

1.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

1 - DATA 16/08/1999	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Petran

2.1 – BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>30/06/1999</u>	<u>31/03/1999</u>
1	Ativo Total	348.772	339.794
1.01	Ativo Circulante	131.551	123.213
1.01.01	Disponibilidades	252	2.321
1.01.01.01	Caixa	13	12
1.01.01.02	Banco Conta Corrente	54	2.118
1.01.01.03	Valores Vinculados Mercado Aberto	137	162
1.01.01.04	Operações c/ Consórcios - Disponível	48	29
1.01.02	Créditos	128.746	118.402
1.01.02.01	Créditos a Receber de Clientes	98.177	87.966
1.01.02.02	Cauções e Retenções Contratuais	55	55
1.01.02.03	Adiantamentos Diversos	634	622
1.01.02.04	Impostos a Recuperar	334	825
1.01.02.05	Devedores Diversos	22.679	22.146
1.01.02.06	Operações c/ Consórcios - Créditos	6.867	6.788
1.01.03	Estoques	2.409	2.394
1.01.03.01	Materiais e Peças	915	929
1.01.03.02	Terrenos a Comercializar	1.494	1.465
1.01.04	Outros	144	96
1.01.04.01	Seguros Vincendos	82	86
1.01.04.03	Importação em Andamento	62	10
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	98.230	97.064
1.02.01	Créditos Diversos	85.802	85.807
1.02.01.01	Depósitos Judiciais	750	738
1.02.01.02	Empréstimo Compulsório	420	409
1.02.01.03	Operações c/ Consórcios	4.327	4.355
1.02.01.04	Contas a Receber	73.810	73.810
1.02.01.05	Letras Financeiras	6.495	6.495
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	10.348	9.127
1.02.02.01	Com Coligadas	3.642	-
1.02.02.02	Com Controladas	6.706	5.501
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	-	3.626
1.02.03	Outros	2.080	2.130
1.02.03.01	Despesas com Debêntures	2.046	2.090
1.02.03.02	Seguros Vincendos	34	40
1.03	Ativo Permanente	118.991	119.517
1.03.01	Investimentos	25.868	25.816
1.03.01.02	Participações em Controladas	25.507	25.478
1.03.01.02.01	Pedrasul Construtora Ltda.	9.430	8.742
1.03.01.02.02	Contesa Engenharia Ltda.	2.494	2.555
1.03.01.02.03	Sulcatarinense Ltda.	4.357	5.910
1.03.01.02.04	Sulmat Ltda.	310	393
1.03.01.02.05	PN Turismo Ltda.	4.429	4.429
1.03.01.02.06	Sulbrape Ltda.	2.452	2.452
1.03.01.02.07	Metrovias S.A.	1.090	532
1.03.01.02.08	Sulvias S.A.	945	465
1.03.01.03	Outros Investimentos	361	338
1.03.01.03.01	Participação Outras Empresas	45	45
1.03.01.03.02	Participação Incentivos Fiscais	149	149
1.03.01.03.03	Títulos de Capitalização	167	144
1.03.02	Imobilizado	92.107	93.097
1.03.02.01	Imóveis	44.212	44.210
1.03.02.02	Máquinas e Equipamentos Pesados	67.950	68.154
1.03.02.03	Veículos	7.155	7.202
1.03.02.04	Móveis e Utensílios	2.664	2.672
1.03.02.05	Direito ao Uso Telefone	55	55
1.03.02.06	(-) Depreciações e Exaustão	(55.902)	(55.155)
1.03.02.07	Imobiliz. em Processo	17	-
1.03.02.08	Operações c/ Consórcios - Imobilizado	220	223
1.03.02.09	Direito ao Uso de Lavras	25.736	25.736
1.03.03	Diferido	1.016	604
1.03.03.02	Despesas Pré-Operacionais	1.016	604

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

2.2 – BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>30/06/1999</u>	<u>31/03/1999</u>
2	Passivo Total	348.772	339.794
2.01	Passivo Circulante	53.767	49.309
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	20.916	20.006
2.01.02	Debêntures	4.099	4.229
2.01.03	Fornecedores	2.674	2.832
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	17.382	15.601
2.01.04.01	Impostos Diversos	13.446	12.087
2.01.04.02	Contribuições Previdenciárias	3.936	3.514
2.01.05	Dividendos a Pagar	464	464
2.01.06	Provisões	1.412	1.285
2.01.06.01	Provisão de Férias	1.023	1.084
2.01.06.02	Provisão 13º Salário	389	201
2.01.08	Outros	6.820	4.892
2.01.08.01	Salários a Pagar	849	592
2.01.08.02	Credores Diversos	5.233	3.578
2.01.08.03	Títulos a Pagar	684	666
2.01.08.04	Operações c/ Consórcios	54	56
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	62.209	63.937
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.000	7.965
2.02.01.01	Empréstimo Capital de Giro	3.836	4.626
2.02.01.02	Finame	3.164	3.339
2.02.02	Debêntures	23.754	23.232
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.949	1.949
2.02.04.01	PN Turismo Ltda.	1.949	1.949
2.02.05	Outros	29.506	30.791
2.02.05.01	Impostos a Pagar	7.125	7.922
2.02.05.02	Ret. Subempreitada	201	197
2.02.05.03	Dividendos a Distribuir	-	677
2.02.05.04	Operações c/ Consórcios	22.180	21.995
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	77.176	77.227
2.05	Patrimônio Líquido	155.620	149.321
2.05.01	Capital Social Realizado	89.650	86.500
2.05.03	Reservas de Reavaliação	61.660	63.001
2.05.03.01	Ativos Próprios	59.455	60.206
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	2.205	2.795
2.05.04	Reservas de Lucro	677	240
2.05.04.01	Legal	-	240
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	677	-
2.05.05	Lucro*Prejuízos Acumulados	3.633	(420)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

3.1 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

Código	Descrição	01/04/1999 a 30/06/1999	01/01/1999 a 30/06/1999	01/04/1998 a 30/06/1998	01/01/1998 a 30/06/1998
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	30.950	55.459	46.655	82.473
3.02	Deduções da Receita Bruta	(4.995)	(8.378)	(6.604)	(12.145)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	25.955	47.081	40.051	70.328
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(11.680)	(27.184)	(27.478)	(48.620)
3.05	Resultado Bruto	14.275	19.897	12.573	21.708
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(8.541)	(18.383)	(1.275)	(6.514)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(1.870)	(3.812)	(2.204)	(5.296)
3.06.02.01	Despesas Administrativas	(1.591)	(3.269)	(1.921)	(3.756)
3.06.02.02	Honorários	(196)	(388)	(178)	(347)
3.06.02.03	Depreciação	(13)	(32)	(14)	(32)
3.06.02.04	Despesas Tributárias	(70)	(123)	(91)	(1.161)
3.06.03	Financeiras	(4.684)	(9.896)	(1.814)	(7.278)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	329	663	2.737	3.894
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(5.013)	(10.559)	(4.551)	(11.172)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	182	1.242	2.417	5.482
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(42)	(83)	(76)	(170)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(2.127)	(5.834)	402	748
3.07	Resultado Operacional	5.734	1.514	11.298	15.194
3.08	Resultado Não Operacional	96	136	120	242
3.08.01	Receitas	164	309	1.206	1.983
3.08.02	Despesas	(68)	(173)	(1.086)	(1.741)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	5.830	1.650	11.418	15.436
3.11	IR Diferido	(208)	(208)	(5.171)	(6.430)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	5.622	1.442	6.247	9.006
	Número Ações, Ex-Tesouraria (Mil)	12.600	12.600	12.600	12.600
	Lucro por Ação	0,44619	0,11444	0,49579	0,71476

4.1 – NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 - REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO 2º TRIMESTRE 1999.

Por determinação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, conforme FAX/CVM GEA-2 nº 824/99 a companhia está reapresentando o 2º ITR/1999.

NOTA 2 - ATIVIDADES OPERACIONAIS

A CONSTRUTORA SULTEPA S.A., é uma empresa de capital aberto com sede em Estância Velha – Rio Grande do Sul, com administração central em Porto Alegre. A companhia tem por objeto a construção em geral, inclusive estudos, projetos e administração de obras de engenharia pública e privada.

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis deste trimestre, estão sendo apresentadas na forma da Legislação Societária conforme Instrução Normativa nº 248 da Comissão de Valores Mobiliários.

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Apurado pelo regime de competência, inclui rendimentos, variações monetárias ou cambiais e encargos contratuais incidentes sobre os ativos e passivos.

b) APLICAÇÃO DE LIQUIDEZ IMEDIATA

Estão demonstrados pelo custo de aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes até a data de encerramento do trimestre.

c) ESTOQUES

Estão demonstrados ao custo médio ou produção, que não excedem ao valor do mercado.

NOTA 5 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social autorizado da companhia, importa em R\$ 193.986.111,00 dividido em 17.400.000 ações sem valor nominal.

O Capital Subscrito e Realizado, passou de R\$ 78.921.000,00 para R\$ 86.500.000,00, mediante a incorporação das seguintes contas:

Reserva Legal	374.232,00
Lucros Acumulados	7.204.768,00
Conforme AGO-E de 30/04/1998.	

NOTA 6 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL

A composição do capital subscrito e realizado da companhia é o seguinte:

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Ações Ordinárias	7.489.720
Ações Preferenciais	5.110.280
TOTAL	12.600.000

NOTA 7 - RESERVAS DE REAVALIAÇÕES

A Companhia reconhece as Realizações das Reservas de Reavaliações de seus ativos próprios, bem como os ativos reavaliados de empresas controladas.

Os valores realizados estão demonstrados conforme abaixo:

	(R\$1,00)	
	<u>No trimestre</u>	<u>No período</u>
Bens Próprios	71.233	217.744
Bens de Controladas	32.266	96.797

NOTA 8 - EMPRÉSTIMO – LONGO PRAZO

São empréstimos que se destinam a capital de giro FINAME, contratados em moeda estrangeira e nacional.

Os empréstimos em moeda estrangeira (Resolução nº 63) estão sujeitos a uma taxa média mensal de 1,95%.

Os empréstimos em moeda nacional estão sujeitos a uma taxa mensal de 2,8%.

Os empréstimos de curto e longo prazo em setembro/98 estão assim constituídos:

Empréstimos	(R\$1,00)			
	<u>Moeda Nacional</u>		<u>Moeda Estrangeira</u>	
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>
Cap. Giro	19.265	-	-	3.836
Finame	1.416	2.941	235	223
Total	20.681	2.941	235	4.059

NOTA 9 - RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Empresa	Períodos		
	<u>01/01/99 a 31/03/99</u>	<u>01/04/99 a 30/06/99</u>	<u>01/01/99 a 30/06/99</u>
Contesa Engenharia Ltda.	80.089	(614.422)	(534.333)
Pedrasul Construtora Ltda.	(140.413)	(2.251.312)	(2.391.725)
Metrovias S.A.	(957.539)	293.109	(664.430)
Sulcatarinense Ltda.	(890.914)	(1.062.981)	(1.953.895)
Sulmat Ltda.	(179.257)	95.362	(83.895)
Sulvias S.A.	(1.619.475)	1.413.638	(205.837)
Resultado	(3.707.509)	(2.126.606)	(5.834.115)

NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PARTICIPAÇÕES

Apresentamos abaixo os patrimônios líquidos e percentuais de participações da Empresa em suas controladas em 30/06/1999:

Empresa	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>% Participação</u>
Contesa Engenharia Ltda.	4.561.416	54,67
Pedrasul Construtora Ltda.	9.466.740	99,61
Metrovias S.A.	4.000.837	27,27
Sulcatarinense Ltda.	9.681.398	45,00
Sulmat Ltda.	310.015	99,61
Sulvias S.A.	3.568.231	26,47

NOTA 11 - PROVISÃO DE IMPOSTOS

A empresa é tributada pelo lucro real, no curto prazo. A empresa apurou base de cálculo negativa para Contribuição Social e Imposto de Renda.

No longo prazo, o valor da Provisão de Imposto de Renda e contribuição importa em:

Imposto de Renda	R\$ 164.352,00
Contribuição Social	R\$ 44.398,00

A tributação destes impostos ocorrerão quando houver a liquidação dos títulos por parte do poder público.



NOTA 12 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As operações entre a controladora Construtora Sultepa S.A. e suas controladas ocorrem através de fornecimento de materiais e prestação de serviços conforme abaixo:

CONTROLADA: CONTESA ENGENHARIA LTDA.

TRANSAÇÃO: a controlada adquire da controladora tubos e meio-fios para utilização em suas obras.

PREÇO: valor de mercado

PRAZO: 50 dias (é o que torna a operação competitiva para a controlada).

CONTROLADA: PEDRASUL CONSTRUTORA LTDA.

TRANSAÇÃO: a controlada adquire da controladora tubos, meio-fios e britas para utilização em suas obras.

PREÇO: valor de mercado

PRAZO: 50 dias.

CONTROLADA: METROVIAS S.A.

TRANSAÇÃO: a controlada executa serviços de infra-estrutura para à controladora.

PREÇO: conforme concorrência pública.

PRAZO: definido em contrato.

CONTROLADA: SULCATARINENSE LTDA.

TRANSAÇÃO: a controlada cobra aluguel de equipamento junto à controladora.

PREÇO: valor de mercado.

PRAZO: 50 dias.

CONTROLADA: SULMAT LTDA.

TRANSAÇÃO: a controladora vende à controlada excedentes de brita de sua produção para comercialização no mercado.

PREÇO: valor de mercado com desconto de 25%.

PRAZO: 45 dias.

CONTROLADA: SULVIAS S.A.

TRANSAÇÃO: a controladora executa serviços de sub empreitada para a controlada, serviços estes relacionados à manutenção de pistas e sinalizações.

PREÇO: conforme contratos.

PRAZO: 45 dias após a execução do serviço.

NOTA 13 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não possui instrumentos financeiros que envolvem operações com a finalidade de reduzir as exposições a riscos de mercado, moeda e taxas de juros.

As aplicações financeiras são realizadas por prazos inferiores a 60 dias e as taxas pactuadas são as de mercado no final do período.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos em 30/09/1998, não são diferentes no que se refere a valores de mercado, bem como quanto os registrados.

NOTA 14 - OPERAÇÕES COM CONSÓRCIOS

A empresa participa em empreendimentos na forma de consórcios com outras empresas, com o objetivo de executar obras civis e terraplenagens. Os consórcios constituídos são:

a) Consórcio Conesul

A empresa participa com 42% no empreendimento, que tem por objetivo a execução das edificações dos Centros de Apoio Integral à Criança – CAIC.

b) Consórcio TSB

Consórcio constituído para os serviços de terraplenagens do complexo automotivo GM no município de Gravataí no RS.

A participação da empresa neste empreendimento é de 37,5%.

NOTA 15 - INFORMAÇÕES REFERENTES ÀS INSTRUÇÕES Nº 276 DE 08/05/98 E Nº 293 DE 30/10/98 DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Item I – Natureza e os montantes dos gastos e investimentos efetuados no período e os que deverão ser ainda efetuados.

A empresa vem trabalhando desde 1996 na preparação de seus sistemas para o ano 2000, através de sua equipe interna de informática e de empresas contratadas. Em março de 1998 estas iniciativas foram formalizadas no documento "Projeto Y2K, adequação da área de Tecnologia de Informação ao problema do bug do milênio", onde foi estabelecida a metodologia de abordagem da questão, a análise e quantificação dos riscos envolvidos e estabelecido o cronograma das atividades. Neste documento foi apresentado o inventário dos componentes de hardware e software da empresa, detalhando a situação de cada um e as medidas corretivas necessárias. Foram investidos desde o início do projeto aproximadamente R\$ 109.500,00 em serviços de terceiros e R\$ 108.000,00 em mão-de-obra alocada internamente, exclusivamente nos trabalhos de adequação dos sistemas existentes.

Em janeiro de 1999, com o objetivo primordial de integrar suas operações e disponibilizar informação melhor qualificada em menores prazos, a empresa iniciou um projeto de implantação de software de gestão empresarial, tendo sido contratado o sistema R/3 da SAP. Esta implantação, iniciada em março de 1999, tem como meta o início de operação do novo sistema em outubro de 1999, a um custo total de aproximadamente R\$ 1.100.000,00 incluindo-se software, hardware e consultoria de implantação. Mesmo com a substituição dos sistemas existentes já agendada, o trabalho de adequação dos mesmos prosseguiu, visando mantê-los como solução de contingência, tendo sido cumpridos os prazos e objetivos estabelecidos no plano de adequação.

Item II – As medidas adotadas para ajustamento dos sistemas e o andamento dos trabalhos correspondentes.

A maioria dos sistemas utilizados na empresa foram desenvolvidos internamente, utilizando o banco de dados e linguagem de 4ª geração ZIM, utilizando a versão 4.20. Este banco de dados armazena internamente as datas no formato YYYYMMDD, ou seja, 4 dígitos para o ano, dois para o mês e dois para o dia. Por isso não é necessário efetuar nenhuma conversão de arquivos, o trabalho de adequação consiste em localizar as telas de entrada de dados que utilizem máscaras onde o ano seja tratado com dois dígitos e modificá-las, além de inspecionar os programas em busca de rotinas não-padrão, de manipulação de datas. Este trabalho foi realizado nos sistemas cujos fontes são propriedade da empresa, que são Folha de Pagamento, Contas a Pagar, Tesouraria, Gestão de Estoques, Compras e Custos, encerrando-se em 15 de julho de 1999. Os sistemas de Contabilidade, Ativo Imobilizado e Apuração de Frequência, que são produtos de terceiros, foram adequados por seus respectivos fornecedores, tendo sido o último deles o sistema de Contabilidade, que foi atualizado para a versão 4.0 em 20 de março de 1999.

Item III – Os possíveis efeitos nos negócios e os riscos envolvidos.

A empresa atua no ramo da construção pesada, com foco principal nas obras rodoviárias. Suas operações têm reduzido o nível de automatização, com uso limitado de tecnologia de informação, apresentando desta forma, um baixo nível de exposição aos problemas do bug do milênio. Mesmo na ocorrência de um cenário catastrófico de falha geral dos sistemas, falta de energia e telecomunicações, a execução das obras prosseguiria com pequeno impacto nas operações. Tendo em vista o trabalho desenvolvido e o planejamento de contingência, acreditamos que a empresa se encontre muito bem posicionada para enfrentar a virada do milênio, com riscos mínimos.

Item IV – Inventário de informações relativas a equipamentos e programas de informática.

O inventário dos componentes relacionados à Tecnologia de Informação foi desenvolvido e publicado em março de 1998, no documento "Projeto Y2K, adequação da área de Tecnologia de Informação ao problema do bug do milênio", onde estão detalhados os componentes, sua classificação de risco e as medidas corretivas quando necessárias. Este documento pode ser obtido pela internet, no endereço <ftp://ibmserver.sultepe.com.br> com o nome y2kport.doc, em format MS-Word 8.0.

Item V - Plano de testes e cronograma de implantação:

Nº	Tarefa	Data início	Data Fim
01	Definição do escopo	02/03/1998	10/03/1998
02	Definição dos níveis de risco	11/03/1998	17/03/1998
03	Levantamento dos componentes (inventário)	18/03/1998	28/04/1998
04	Análise de impacto	29/04/1998	19/05/1998
05	Planejamento das correções	20/05/1998	09/06/1998
06	Correção dos sistemas corporativos	10/06/1998	15/07/1999
07	Testes sistemas corporativos	31/12/1998	20/08/1999
08	Correção sistemas departamentais	02/10/1998	11/06/1999
09	Testes sistemas departamentais	15/01/1999	15/08/1999
10	Correção componentes de hardware	01/01/1999	27/05/1999
11	Testes componentes de hardware	19/04/1999	15/06/1999

NOTA 16 - PROVISÃO DE IMPOSTOS/RESERVA DE REAVALIAÇÃO

A companhia provisionou Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Saldo da Reserva de Reavaliação, sendo que os valores provisionados estão abaixo demonstrados:

Imposto de Renda	R\$ 11.246.590
Contribuição Social	R\$ 5.399.323
TOTAL	R\$ 16.645.913

Os valores provisionados estão registrados no passivo de longo prazo e retificando Reservas de Reavaliação.

NOTA 17 - CONTENCIOSO CONTÁBIL JUNTO À CVM

A Construtora Sultepe S.A., bem como sua controlada Pedrasul Construtora Ltda. reconheceram em sua contabilidade um crédito oriundo de processo movido contra o DNER-Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (processo nº 930012984.8 na 17ª Vara Federal do Distrito Federal). Os valores registrados importam em R\$ 74.658.750,00 e R\$ 8.841.854,00 respectivamente.

Os registros contábeis a crédito foram reconhecidos em conta de Resultados de Exercícios Futuros. Tal procedimento foi movido pelo entendimento de que os pagamentos a serem efetuados pela União serão por meio de precatórios. Tão logo estes precatórios sejam liberados, a companhia e sua controlada reconhecerão no resultado os valores acima registrados.

Se houvesse o reconhecimento imediato deste processo como receita, o caixa da empresa seria afetado pelo recolhimento antecipado (sem que houvesse a disponibilidade) de impostos e dividendos.

Entretanto, a CVM-Comissão de Valores Mobiliários discorda do registro contábil deste crédito, no qual determina que o mesmo seja reconhecido em conta de resultado. Esta decisão da CVM está sendo questionada através do Processo Administrativo CVM.RJ nº 1159 de 29.04.99, pendente até a data de emissão deste ITR.

Os dividendos seriam provisionados em aproximadamente R\$ 17 milhões.

No que se refere a resultado de equivalência patrimonial, o valor que a controladora teria sobre o valor provisionado de sua controlada importaria em R\$ 8 milhões.

Os valores de impostos seriam aproximadamente:

PIS	-	R\$ 542.700,00
COFINS	-	R\$ 1.670.000,00
IRPJ/C.S.	-	R\$ 19.200.000,00

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

5.1 – COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE**COMPORTAMENTO DO TRIMESTRE**

Neste 2º trimestre de 1999, a Cia. obteve resultados positivos, graças às gradativas retomadas de obras pelos governos federal, estadual e municipal.

Obras antes paralisadas, principalmente, pelas mudanças do governos, que iniciaram mandato em 01/01/99, começaram a dar continuidade. É de se esperar que os níveis das atividades econômicas do País comecem a ser impulsionados a partir do 3º trimestre, com novas obras contratadas e execução de todas as anteriormente contratadas.

A carteira de obras contratadas em 30/06/1999 é de R\$ 255.067.049,57 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, sessenta e sete mil quarenta e nove reais e cinquenta e sete centavos).

Os indicadores de liquidez e margens da Cia. tiveram os seguintes resultados no 2º trimestre de 1999:

Liquidez Circulante	2,45%
Liquidez Geral	1,98%
Margem Bruta	42,26%
Margem Operacional	3,22%
Margem Líquida	3,06%



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

6.1 – BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>30/06/1999</u>	<u>31/03/1999</u>
1	Ativo Total	499.198	491.100
1.01	Ativo Circulante	165.718	163.719
1.01.01	Disponibilidades	1.740	4.166
1.01.01.01	Caixa	15	12
1.01.01.02	Banco Conta Corrente	624	3.263
1.01.01.03	Valores Vinculados ao Mercado Aberto	655	473
1.01.01.04	Operações c/ Consórcios - Disponível	446	418
1.01.02	Créditos	155.261	151.197
1.01.02.01	Créditos a Receber de Clientes	119.999	115.515
1.01.02.02	Cauções e Retenções Contratuais	401	450
1.01.02.03	Adiantamentos Diversos	1.150	1.353
1.01.02.04	Impostos a Recuperar	913	1.212
1.01.02.05	Devedores Diversos	25.521	24.987
1.01.02.06	Operações c/ Consórcios	7.277	7.680
1.01.03	Estoques	7.666	7.530
1.01.03.01	Materiais e Peças	1.691	1.769
1.01.03.02	Terrenos a Comercializar	5.975	5.761
1.01.04	Outros	1.051	826
1.01.04.01	Seguros Vincendos	584	315
1.01.04.02	Importação em Andamento	62	-
1.01.04.03	Juros Antecipados	51	92
1.01.04.04	Operações c/ Consórcios	354	419
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	148.880	144.618
1.02.01	Créditos Diversos	141.747	137.494
1.02.01.01	Depósitos Judiciais	761	748
1.02.01.02	Empréstimo Compulsório	428	415
1.02.01.03	Operações c/ Consórcios	4.327	32.931
1.02.01.04	Contas a Receber	86.941	86.941
1.02.01.05	Letras Financeiras	6.495	6.495
1.02.01.06	Imposto a Recuperar	-	2.503
1.02.01.07	Adtos. a Fornecedores	3.112	1.950
1.02.01.08	Devedores Diversos	39.683	5.511
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	5.053	4.994
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	5.053	4.994
1.02.03	Outros	2.080	2.130
1.02.03.01	Despesas com Debêntures	2.045	2.090
1.02.03.02	Seguros Vincendos	35	40
1.03	Ativo Permanente	184.600	182.763
1.03.01	Investimentos	2.690	1.160
1.03.01.03	Outros Investimentos	2.690	1.160
1.03.01.03.01	Participações em Outras Empresas	2.360	853
1.03.01.03.02	Participações Incentivos Fiscais	163	163
1.03.01.03.03	Títulos de Capitalização	167	144
1.03.02	Imobilizado	180.858	180.932
1.03.02.01	Imóveis	50.768	50.766
1.03.02.02	Máquinas e Equipamentos Pesados	85.590	84.915
1.03.02.03	Veículos	8.651	8.723
1.03.02.04	Móveis e Utensílios	3.179	3.177
1.03.02.05	Direito ao Uso Telefone	141	143
1.03.02.06	(-) Depreciações e Exaustão	(72.245)	(71.033)
1.03.02.07	Imobilizado em Processo	372	347
1.03.02.08	Operações c/ Consórcios - Imobilizado	220	223
1.03.02.09	Imobilizado - Concessões Rodoviárias	78.328	77.817
1.03.02.10	Direito ao Uso de Lavras	25.854	25.854
1.03.03	Diferido	1.052	671
1.03.03.01	Despesas Organização e Métodos	1.013	604
1.03.03.02	Despesas Operações c/ Consórcios	39	67



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

6.2 – BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>30/06/1999</u>	<u>31/03/1999</u>
2	Passivo Total	499.198	491.100
2.01	Passivo Circulante	131.140	137.842
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	73.278	75.865
2.01.02	Debêntures	4.100	4.230
2.01.03	Fornecedores	15.640	22.395
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	21.296	18.950
2.01.04.01	Impostos Diversos	14.733	13.503
2.01.04.02	Contribuições Previdenciárias	6.563	5.447
2.01.05	Dividendos a Pagar	464	464
2.01.06	Provisões	2.471	2.127
2.01.06.01	Provisão de Férias	1.800	1.778
2.01.06.02	Provisão 13º Salário	671	349
2.01.08	Outros	13.891	13.811
2.01.08.01	Salários a Pagar	1.349	1.755
2.01.08.02	Credores Diversos	9.891	8.517
2.01.08.03	Títulos a Pagar	711	722
2.01.08.04	Operações c/ Consórcios	582	473
2.01.08.05	Adto. Clientes	373	323
2.01.08.06	Provisão Custo Orçado	985	2.021
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	115.733	104.650
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.793	10.270
2.02.01.01	Empréstimo Capital de Giro	6.862	4.626
2.02.01.02	Finame	1.931	5.644
2.02.02	Debêntures	23.754	23.231
2.02.05	Outros	83.186	71.149
2.02.05.01	Impostos a Pagar	8.628	9.377
2.02.05.02	Retenção Subempreitada	809	801
2.02.05.03	Dividendos a Distribuir	-	677
2.02.05.04	Operações c/ Consórcios	22.180	21.995
2.02.05.05	Credores Diversos	51.569	38.299
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	90.624	93.968
2.05	Patrimônio Líquido	161.701	154.640
2.05.01	Capital Social Realizado	121.704	113.020
2.05.02	Reservas de Capital	497	410
2.05.03	Reservas de Reavaliação	66.189	67.212
2.05.03.01	Ativos Próprios	63.984	64.417
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	2.205	2.795
2.05.04	Reservas de Lucro	677	2.340
2.05.04.01	Legal	-	240
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos não Distribuídos	677	-
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-	2.100
2.05.04.07.01	Adto. p/ Aumento de Capital	-	2.100
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(27.366)	(28.342)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

7.1 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

Código	Descrição	01/04/1999	01/01/1999
		a 30/06/1999	a 30/06/1999
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	47.972	93.650
3.02	Deduções da Receita Bruta	(5.864)	(10.174)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	42.108	83.476
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(25.677)	(54.195)
3.05	Resultado Bruto	16.431	29.281
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(14.529)	(40.060)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(5.575)	(10.843)
3.06.02.01	Despesas Administrativas	(4.910)	(9.556)
3.06.02.02	Honorários	(318)	(631)
3.06.02.03	Depreciação	(28)	(87)
3.06.02.04	Despesas Tributárias	(319)	(569)
3.06.03	Financeiras	(8.958)	(29.795)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.953	3.031
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(10.911)	(32.826)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	46	661
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(42)	(83)
3.07	Resultado Operacional	1.902	(10.779)
3.08	Resultado Não Operacional	115	158
3.08.01	Receitas	209	374
3.08.02	Despesas	(94)	(216)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	2.017	(10.621)
3.11	IR Diferido	-	(208)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	2.017	(10.829)
	Número Ações, Ex-Tesouraria (Mil)	12.600	12.600
	Lucro por Ação	0,16008	-
	Prejuízo por Ação	-	(0,85944)

8.1 – COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

COMENTÁRIO DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO TRIMESTRE

Ao encerrar o 2º trimestre de 1999, o resultado consolidado apresenta resultados negativos em razão do peso dos prejuízos apresentados pelas empresas concessionárias de rodovias no Rio Grande do Sul, do qual a Construtora Sultepa participa.

Os resultados negativos destas empresas, são em grande parte oriundos de redução de tarifa imposta, unilateralmente, pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Atualmente, os preços das tarifas voltaram a ser cobradas pelos valores anteriormente praticados, por decisão judicial.

Com a regularização das tarifas de pedágio, os resultados destas empresas apresentarão gradativas melhorias. Tal comportamento pode ser percebido na demonstração de resultado de 01/04/99 a 30/06/99, no qual o resultado final consolidado importa em R\$ 2.017 mil.

10.1 – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1	Item	1	2	3
2	Nº Ordem	1	1	3
3	Nº Registro na CVM	DERER/GERER/DEB-93/008	SEP/GER/DEB-94/008	SEP/GER/DEB-97/106
4	Data do Registro CVM	11/12/97	11/12/97	11/12/97
5	Série Emitida	1	2	UN
6	Tipo de Emissão	Conversível	Conversível	Simplex
7	Natureza da Emissão	Particular	Particular	Particular
8	Data da Emissão	01/12/92	01/11/92	15/07/97
9	Data de Vencimento	01/11/00	01/11/00	15/07/07
10	Espécie da Debênture	Real	REAL	REAL
12	Prêmio/Deságio	ANBID+1% a.m.	ANBID+1% a.m.	ANBID+1% a.m.
13	Valor Nominal (Reais)	1.000,00	1.000,00	5.117,56
14	Montante Emitido (Reais Mil)	6.000	4.000	12.026
15	Q. Títulos Emitidos (Unidade)	6.000	4.000	2.350
16	Título Circulação (Unidade)	6.000	4.000	2.350

17.1 – RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL – COM RESSALVA**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO ESPECIAL**

Ilmo.Senhores

Administradores e Acionistas de
CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

1. Efetuamos nossa revisão das informações trimestrais (ITR) de CONSTRUTORA SULTEPA S.A., referente ao trimestre findo em 30 de junho de 1999, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, o relatório de desempenho e as informações relevantes, expressas em valores nominais, conforme a Legislação Societária.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Contadores-IBRACON, em conjunto com Conselho Federal de Contabilidade, e constitui principalmente, de:
 - a) indagação e discussão, com os administradores responsáveis pela área contábil, financeira e operacional da companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais; e
 - b) revisão das informações e dos subseqüentes que tenham ou possam vir a Ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da companhia.
3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas para que as mesmas estejam de acordo com os princípios de contabilidade que fundamentam as demonstrações financeiras, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários especificamente aplicáveis a elaboração das informações trimestrais.

Porto Alegre, 05 de agosto de 1999.

IBS Auditores Independentes S/C
CGCMF nº 89.550.271/0001-24
CRCRS nº 2232

Renato Domingos Ginnari Sanzi
Contador – CRCRS nº 25061

19.1 – DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Inclusão de uma Nota Explicativa.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ITR – INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - 3º TRIMESTRE/99



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES, RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

1.1 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01303-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONST SULTEPA SA	3 - C.G.C. 89.723.993/0001-33	4 - NIRE 43300002357
---------------------------	--	----------------------------------	-------------------------

1.2 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO RUA FLORIANÓPOLIS Nº 1000						2 - BAIRRO OU DISTRITO RINCÃO GAÚCHO		
3 - CEP 93600-000	4 - MUNICÍPIO ESTÂNCIA VELHA		5 - UF RS					
6 - DDD 051	7 - TELEFONE 225-0358	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX 513069	11 - DDD 051	12 - FAX 221-3971	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL sultepa@pro.via-rs.com.br								

1.3 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME ÂNGELO LÚCIO VILLARINHO DA SILVA			2 - ENDEREÇO COMPLETO TRAV. FCO. LEONARDO TRUDA, 40-11º ANDAR					
3 - BAIRRO OU DISTRITO CENTRO		4 - CEP 90010-050		5 - MUNICÍPIO PORTO ALEGRE			6 - UF RS	
7 - DDD 051	8 - TELEFONE 225-0358	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX 513069	12 - DDD 051	13 - FAX 221-3971		
14 - FAX -	15 - FAX -	16 - E-MAIL sultepa@pro.via-rs.com.br						

1.4 - REFERÊNCIA DO ITR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/1999	31/12/1999	3	01/07/1999	30/09/1999	2	01/04/1999	30/06/1999
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR IBS - AUDITORES INDEPENDENTES S/C				10 - CÓDIGO CVM 00222-4			
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO RENATO DOMINGOS GINNARI SANZI				12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 141.029.000-04			

1.5 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

NÚMERO DE AÇÕES (MIL)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/1999	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/1999	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/1998
DOCAPITAL INTEGRALIZADO			
1 - ORDINÁRIAS	7.490	7.490	7.490
2 - PREFERENCIAIS	5.110	5.110	5.110
3 - TOTAL	12.600	12.600	12.600
EMTESOURARIA			
4 - ORDINÁRIAS	-	-	-
5 - PREFERENCIAIS	-	-	-
6 - TOTAL	-	-	-

1.6 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	2 - TIPO DE SITUAÇÃO OPERACIONAL
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO PRIVADA NACIONAL	4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1050200 - CONSTRUÇÃO PESADA
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS	6 - TIPO DE CONSOLIDADO PARCIAL
7 - TIPO DE RELATÓRIO DOS AUDITORES SEM RESSALVA	

1.7 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM 01	2 - CGC 00.108.484/0001-97	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PN Turismo Ltda.
----------------	-------------------------------	--

1.8 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	---------------	--------------------------------

1.9 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM 01	2 - DATA DA ALTERAÇÃO 30/04/1999	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (REAIS MIL) 89.650	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (REAIS MIL) 3.150	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO Reserva de Lucro	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (MIL) 12.600	7 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (REAIS) -
----------------	-------------------------------------	---	---	---	--	---

1.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

1 - DATA 16/11/1999	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------



2.1 – BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>30/09/1999</u>	<u>30/06/1999</u>
1	Ativo Total	355.195	348.772
1.01	Ativo Circulante	134.194	131.551
1.01.01	Disponibilidades	283	252
1.01.01.01	Caixa	13	13
1.01.01.02	Banco cta. Corrente	218	54
1.01.01.03	Valores Vinculados Merc.Aberto	23	137
1.01.01.04	Operações c/ Consórcios - Disponível	29	48
1.01.02	Créditos	131.147	128.746
1.01.02.01	Créditos a Receber de Clientes	99.162	98.177
1.01.02.02	Cauções e Retenções Contratuais	55	55
1.01.02.03	Adiantamentos Diversos	1.072	634
1.01.02.04	Impostos a Recuperar	583	334
1.01.02.05	Devedores Diversos	23.381	22.679
1.01.02.06	Operações c/ Consórcios - Créditos	6.894	6.867
1.01.03	Estoques	2.527	2.409
1.01.03.01	Materiais e Peças	998	915
1.01.03.02	Terrenos a Comercializar	1.529	1.494
1.01.04	Outros	237	144
1.01.04.01	Seguros Vincendos	65	82
1.01.04.03	Importação em Andamento	62	62
1.01.04.04	Juros Diferidos	110	-
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	99.488	98.230
1.02.01	Créditos Diversos	85.796	85.802
1.02.01.01	Depósitos Judiciais	763	750
1.02.01.02	Empréstimo Compulsório	427	420
1.02.01.03	Operações c/ Consórcios	4.301	4.327
1.02.01.04	Contas a Receber	73.810	73.810
1.02.01.05	Letras Financeiras	6.495	6.495
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	11.537	10.348
1.02.02.01	Com Coligadas	3.737	3.642
1.02.02.02	Com Controladas	7.800	6.706
1.02.03	Outros	2.155	2.080
1.02.03.01	Despesas com Debêntures	2.058	2.046
1.02.03.02	Seguros Vincendos	97	34
1.03	Ativo Permanente	121.513	118.991
1.03.01	Investimentos	28.703	25.868
1.03.01.02	Participações em Controladas	28.355	25.507
1.03.01.02.01	Pedrasul Construtora Ltda.	8.506	9.430
1.03.01.02.02	Contesa Engenharia Ltda.	875	2.494
1.03.01.02.03	Sulcatarinense Ltda.	6.977	4.357
1.03.01.02.04	Sulmat Ltda.	767	310
1.03.01.02.05	PN Turismo Ltda.	4.429	4.429
1.03.01.02.06	Sulbrape Ltda.	2.452	2.452
1.03.01.02.07	Metrovias S.A.	1.847	1.090
1.03.01.02.08	Sulvias S.A.	2.502	945
1.03.01.03	Outros Investimentos	348	361
1.03.01.03.01	Participação Outras Empresas	45	45
1.03.01.03.02	Participação Incentivos Fiscais	149	149
1.03.01.03.03	Títulos de Capitalização	154	167
1.03.02	Imobilizado	91.318	92.107
1.03.02.01	Imóveis	44.212	44.212
1.03.02.02	Máquinas e Equip. Pesados	67.729	67.950
1.03.02.03	Veículos	7.407	7.155
1.03.02.04	Móveis e Utensílios	2.658	2.664
1.03.02.05	Direito ao Uso Telefone	56	55
1.03.02.06	(-) Depreciações e Exaustão	(56.723)	(55.902)
1.03.02.07	Imobiliz.em Processo	17	17
1.03.02.08	Operações c/ Consórcios - Imobilizado	226	220
1.03.02.09	Direito ao Uso de Lavras	25.736	25.736
1.03.03	Diferido	1.492	1.016
1.03.03.01	Sistema e Métodos	1.482	-
1.03.03.02	Despesas Pré-Operacionais	10	1.016

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

2.2 – BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>30/09/1999</u>	<u>30/06/1999</u>
2	Passivo Total	355.195	348.772
2.01	Passivo Circulante	53.311	53.767
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	22.998	20.916
2.01.02	Debêntures	3.757	4.099
2.01.03	Fornecedores	2.903	2.674
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	16.330	17.382
2.01.04.01	Impostos Diversos	11.709	13.446
2.01.04.02	Contribuições Previdenciárias	4.621	3.936
2.01.05	Dividendos a Pagar	217	464
2.01.06	Provisões	1.686	1.412
2.01.06.01	Provisão de Férias	1.132	1.023
2.01.06.02	Provisão 13º Salário	554	389
2.01.08	Outros	5.420	6.820
2.01.08.01	Salários a Pagar	1.091	849
2.01.08.02	Credores Diversos	3.428	5.233
2.01.08.03	Títulos a Pagar	852	684
2.01.08.04	Operações c/ Consórcios	49	54
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	71.995	62.209
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.425	7.000
2.02.01.01	Empréstimo Capital de Giro	5.437	3.836
2.02.01.02	Finame	2.988	3.164
2.02.02	Debêntures	24.639	23.754
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.949	1.949
2.02.04.01	PN Turismo Ltda.	1.949	1.949
2.02.05	Outros	36.982	29.506
2.02.05.01	Impostos a Pagar	10.249	7.125
2.02.05.02	Ret. Subempreitada	202	201
2.02.05.04	Operações c/ Consórcios	22.288	22.180
2.02.05.05	Provisão IRPJ s/ Reavaliação	2.357	-
2.02.05.06	Provisão Contrib.Social s/ Reavaliação	1.886	-
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	77.146	77.176
2.05	Patrimônio Líquido	152.743	155.620
2.05.01	Capital Social Realizado	89.650	89.650
2.05.03	Reservas de Reavaliação	56.374	61.660
2.05.03.01	Ativos Próprios	54.421	59.455
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	1.953	2.205
2.05.04	Reservas de Lucro	677	677
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos não Distribuídos	677	677
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-	-
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	6.042	3.633



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

3.1 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

Código	Descrição	01/07/1999	01/01/1999	01/07/1998	01/01/1998
		a 30/09/1999	a 30/09/1999	a 30/09/1998	a 30/09/1998
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	23.683	79.142	37.383	119.855
3.02	Deduções da Receita Bruta	(3.226)	(11.604)	(9.726)	(21.870)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	20.457	67.538	27.657	97.985
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(12.024)	(39.208)	(27.909)	(76.529)
3.05	Resultado Bruto	8.433	28.330	(252)	21.456
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(5.199)	(23.582)	2.547	(10.397)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(1.978)	(5.790)	(2.341)	(7.637)
3.06.02.01	Despesas Administrativas	(1.628)	(4.897)	(845)	(5.762)
3.06.02.02	Honorários	(198)	(586)	(190)	(537)
3.06.02.03	Depreciação	(21)	(53)	(18)	(50)
3.06.02.04	Despesas Tributárias	(131)	(254)	(1.288)	(1.288)
3.06.03	Financeiras	(4.592)	(14.488)	(4.431)	(11.709)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	136	799	(697)	3.197
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(4.728)	(15.287)	(3.734)	(14.906)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	555	1.797	8.713	7.765
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(25)	(108)	(51)	(221)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	841	(4.993)	657	1.405
3.07	Resultado Operacional	3.234	4.748	2.295	11.059
3.08	Resultado não Operacional	169	305	(1)	241
3.08.01	Receitas	764	1.073	158	2.141
3.08.02	Despesas	(595)	(768)	(159)	(1.900)
3.09	Resultado antes Tributação/Participações	3.403	5.053	2.294	11.300
3.11	IR Diferido	(838)	(1.046)	(1.016)	(1.016)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	2.565	4.007	1.278	10.284
	Número Ações, Ex-Tesouraria (Mil)	12.600	12.600	12.600	12.600
	Lucro por Ação	0,20357	0,31802	0,10143	0,81619
	Prejuízo por Ação				

4.1 – NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS

A CONSTRUTORA SULTEPA S.A., é uma empresa de capital aberto com sede em Estância Velha – Rio Grande do Sul, com administração central em Porto Alegre. A companhia tem por objeto a construção em geral, inclusive estudos, projetos e administração de obras de engenharia pública e privada.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 - Demonstrações contábeis pela legislação societária

As demonstrações da companhia foram elaboradas de acordo com as leis das sociedades por ações, Lei nº 6.404/76 e normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que através da instrução nº 248/96 tornou facultativa a divulgação das demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante, em função da eliminação da correção monetária de balanço a partir de 01 de janeiro de 1996 através da lei nº 9.249/95.

2.2 - Demonstrações contábeis consolidadas

Foram elaboradas conforme previsto na lei das sociedades por Ações bem como pelas normas emanadas pela CVM, e incluem todas as empresas controladas. Na consolidação foram eliminadas as participações da empresa controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados decorrentes de transações efetuadas entre as mesmas.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Apurado pelo regime de competência, inclui rendimentos, variações monetárias ou cambiais e encargos contratuais incidentes sobre os ativos e passivos.

b) APLICAÇÃO DE LIQUIDEZ IMEDIATA

Estão demonstrados pelo custo de aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes até a data de encerramento do trimestre.

c) ESTOQUES

Estão demonstrados ao custo médio ou produção, que não excedem ao valor do mercado.

NOTA 4 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social autorizado da companhia, importa em R\$ 193.986.111,00 dividido em 17.400.000 ações sem valor nominal.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

O Capital Subscrito e Realizado, passou de R\$ 86.500.000,00 para R\$ 89.650.000,00, mediante a incorporação das seguintes contas:

Reserva Legal	239.854,00
Lucros Acumulados	2.910.146,00
Conforme AGO-E de 30/04/1999.	

NOTA 5 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL

A composição do capital subscrito e realizado da companhia é a seguinte:

Ações Ordinárias	7.489.720
Ações Preferenciais	5.110.280
TOTAL	12.600.000

NOTA 6 - REALIZAÇÕES DA RESERVAS DE REAVALIAÇÕES

A Companhia reconhece as Realizações das Reservas de Reavaliações de seus ativos próprios, bem como os ativos reavaliados de empresas controladas.

Os valores realizados estão demonstrados conforme abaixo:

<u>REALIZAÇÕES</u>	(REAIS MIL)	
	<u>01/07/99</u> <u>a 30/09/99</u>	<u>01/01/99</u> <u>a 30/09/99</u>
Ativos Próprios	791	2.292
Ativos de Controladas	252	870
TOTAL	1.043	3.162

NOTA 7 - DEMONSTRAÇÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Saldo Reserva de Reavaliação 30.06.99	61.660
Realização da Reserva(nota 6)	1.043
Provisão de Impostos(nota 14)	(4.243)
Saldo Reserva de Reavaliação 30.09.99	56.374

NOTA 8 - EMPRÉSTIMO – LONGO PRAZO

São empréstimos que se destinam a capital de giro FINAME, contratados em moeda estrangeira e nacional.

Os empréstimos em moeda estrangeira (Resolução nº 63) estão sujeitos a uma taxa média mensal de 1,95%.

Os empréstimos em moeda nacional estão sujeitos a uma taxa mensal de 2,8%.

Os empréstimos de curto e longo prazo em setembro/98 estão assim constituídos:

<u>Empréstimos</u>	<u>Moeda Nacional</u>		<u>Moeda Estrangeira</u>	
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>
	(R\$1,00)			
CAP.GIRO	21.019.273	5.437.374	-	-
FINAME	1.737.493	2.790.977	241.716	196.418
TOTAL	22.756.766	8.228.351	241.716	196.418

NOTA 9 - RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Apresentamos abaixo os valores dos Resultados de Equivalência Patrimonial no trimestre/99 bem como o acumulado no exercício.

<u>EMPRESA</u>	(REAIS MIL)	
	<u>01/07/99</u> <u>a 30/09/99</u>	<u>01/01/99</u> <u>a 30/09/99</u>
Contesa Engenharia Ltda.	(716)	(1.250)
Pedrasul Construtora Ltda	(84)	(2.476)
Metrovias S A	(201)	(806)
Sulcatarinense Ltda	2.129	175
Sulmat Ltda	(222)	(305)
Sulvias Ltda	(65)	(271)
Resultado	841	(4.993)



NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PARTICIPAÇÕES

Apresentamos abaixo os patrimônios líquidos e percentuais de participações da Empresa em suas controladas em 30/06/1999.

<u>Empresa</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>% Participação</u>
Contesa Engenharia Ltda.	3.251.569	54,67
Pedrasul Construtora Ltda.	9.382.442	99,61
Metrovias S A.	3.262.729	27,27
Sulcatarinense Ltda.	14.412.963	45,00
Sulmat Ltda.	592.891	98,89
Sulvias S A.	3.323.360	26,47

NOTA 11 - PROVISÃO DE IMPOSTOS

A empresa é tributada pelo lucro real, no curto prazo, a empresa apurou base de cálculo negativa para Contribuição Social e Imposto de Renda.

No longo prazo o valor da Provisão de Imposto de Renda e contribuição importa em:

Imposto de Renda	R\$ 636.860
Contribuição Social	R\$ 408.905

As provisões referem-se à receita não recebida do poder público referente a contratos de obras por empreitada.

NOTA 12 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não possui instrumentos financeiros que envolvem operações com a finalidade de reduzir as exposições a riscos de mercado, moeda e taxas de juros.

As aplicações financeiras são realizadas por prazos inferiores a 60 dias e as taxas pactuadas são as de mercado no final do período.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos em 30/09/1999, não são diferentes no que se refere a valores de mercado bem como quanto os registrados.

NOTA 13 - OPERAÇÕES COM CONSÓRCIOS

A empresa participa em empreendimentos na forma de consórcios com outras empresas, com o objetivo de executar obras civis e terraplenagens. Os consórcios constituídos são:

a) Consórcio Conesul

A empresa participa com 42% no empreendimento, que tem por objetivo a execução das edificações dos Centros de Apoio Integral à Criança – CAIC.

b) Consórcio TSB

Consórcio constituído para os serviços de terraplenagens do complexo automotivo GM no município de Gravataí no RS.

A participação da empresa neste empreendimento é de 37,5%.

NOTA 14 - PROVISÃO DE IRPJ E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO

A companhia constituiu Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Reavaliações efetuadas sobre ativos fixo, conforme artigos 34 e 35 da Deliberação nº 183 da CVM. Os valores provisionados importam em:

R\$ 2..57.163,00
R\$ 1.885.730,00

Os valores provisionados destes impostos, estão reconhecidos na contabilidade a Crédito de PROVISÃO IRPJ S/REAVALIAÇÃO e PROVISÃO CONTRIB.SOCIAL S/REAVALIAÇÃO no Passivo Exigível do Longo Prazo e a Débito no Patrimônio Líquido – RESERVA DE REAVALIAÇÃO (RETIFICADORA).

NOTA 15 - INFORMAÇÕES REFERENTES ÀS INSTRUÇÕES Nº 276 DE 08/05/98 E Nº 293 DE 30/10/98 DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS.

Item I – Natureza e os montantes dos gastos e investimentos efetuados no período e os que deverão ser ainda efetuados.

A empresa vem trabalhando desde 1996 na preparação de seus sistemas para o ano 2000, através de sua equipe interna de informática e de empresas contratadas. Em março de 1998 estas iniciativas foram formalizadas no documento “Projeto Y2K, adequação da área de Tecnologia de Informação ao problema do bug do milênio”, onde foi estabelecida a metodologia de abordagem da questão, a análise e quantificação dos riscos envolvidos e estabelecido o cronograma das atividades. Neste documento foi apresentado o inventário dos componentes de hardware e software da empresa, detalhando a situação de cada um e as medidas corretivas necessárias. Foram investidos desde o início do projeto aproximadamente R\$ 109.500,00 em serviços de terceiros e R\$ 108.000,00 em mão de obra alocada internamente exclusivamente nos trabalhos de adequação dos sistemas existentes.

Em Janeiro de 1999, com o objetivo primordial de integrar suas operações e disponibilizar informação melhor qualificada em menores prazos, a empresa iniciou um projeto de implantação de software de gestão empresarial, tendo sido contratado o sistema R/3 da SAP. Esta implantação, iniciada em março de 1999, tem como meta o início de operação do novo sistema em outubro de 1999, a um custo total de aproximadamente R\$ 1.100.000,00 incluindo-se software, hardware e consultoria de implantação. Mesmo com a substituição dos sistemas existentes já agendada, o trabalho de adequação dos mesmos prosseguiu, visando mantê-los como solução de contingência, tendo sido cumpridos os prazos e objetivos estabelecidos no plano de adequação.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Item II – As medidas adotadas para ajustamento dos sistemas e o andamento dos trabalhos correspondentes.

A maioria dos sistemas utilizados na empresa foram desenvolvidos internamente utilizando o banco de dados e linguagem de 4ª geração ZIM, utilizando a versão 4.20. Este banco de dados armazena internamente as datas no formato YYYYMMDD, ou seja, 4 dígitos para o ano, dois para o mês e dois para o dia. Por isso não é necessário efetuar nenhuma conversão de arquivos, o trabalho de adequação consiste em localizar as telas de entrada de dados que utilizem máscaras onde o ano seja tratado com dois dígitos e modificá-las, além de inspecionar os programas em busca de rotinas não-padrão de manipulação de datas. Este trabalho foi realizado nos sistemas cujas fontes são propriedade da empresa, que são Folha de Pagamento, Contas a Pagar, Tesouraria, Gestão de Estoques, Compras e Custos, encerrando-se em 15 de julho de 1999. Os sistemas de Contabilidade, Ativo Imobilizado e Apuração de Frequência, que são produtos de terceiros, foram adequados por seus respectivos fornecedores, tendo sido o último deles o sistema de Contabilidade, que foi atualizado para a versão 4.0 em 20 de março de 1999.

Item III – Os possíveis efeitos nos negócios e os riscos envolvidos.

A empresa atua no ramo da construção pesada, com foco principal nas obras rodoviárias. Suas operações têm reduzido nível de automatização, com uso limitado de tecnologia de informação, apresentando desta forma um baixo nível de exposição aos problemas do bug do milênio. Mesmo na ocorrência de um cenário catastrófico de falha geral dos sistemas, falta de energia e telecomunicações, a execução das obras prosseguiria com pequeno impacto nas operações. Tendo em vista o trabalho desenvolvido e o planejamento de contingência, acreditamos que a empresa se encontre muito bem posicionada para enfrentar a virada do milênio, com riscos mínimos.

Item IV – Inventário de informações relativas a equipamentos e programas de informática.

O inventário dos componentes relacionados à Tecnologia de Informação foi desenvolvido e publicado em março de 1998, no documento "Projeto Y2K, adequação da área de Tecnologia de Informação ao problema do bug do milênio", onde estão detalhados os componentes, sua classificação de risco e as medidas corretivas quando necessárias. Este documento pode ser obtido pela internet, no endereço <ftp://ibmserver.sultepe.com.br> com o nome y2kport.doc, em format MS-Word 8.0.

NOTA 16 - CONTENCIOSO CONTÁBIL JUNTO À CVM

A Construtora Sultepa SA, bem como sua controlada Pedrasul Construtora Ltda reconheceram em sua contabilidade um crédito oriundo de processo movido contra o DNER-Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (processo nº 930012984.8 na 17ª Vara Federal do Distrito Federal). Os valores registrados importam em R\$ 74.658.750,00 e R\$ 8.841.854,00 respectivamente.

Os registros contábeis a crédito, foram reconhecidos em conta de Resultados de Exercícios Futuros. Tal procedimento foi movido pelo entendimento de que os pagamentos a serem efetuados pela União serão por meio de precatórios. Tão logo estes precatórios sejam liberados a companhia e sua controlada reconhecerão no resultado os valores acima registrados.

Se houvesse o reconhecimento imediato deste processo como receita, o caixa da empresa seria afetado pelo recolhimento antecipado(sem que houvesse a disponibilidade) de impostos e dividendos.

Entretanto, a CVM-Comissão de Valores Mobiliários discorda do registro contábil deste crédito, no qual determina que o mesmo seja reconhecido em conta de resultado. Esta decisão da CVM, está sendo questionada através do Processo Administrativo CVM.RJ nº 1159 de 29.04.99, pendente até a data de emissão deste ITR.

Os dividendos seriam provisionados em aproximadamente R\$ 17 milhões.

No que se refere a resultado de equivalência patrimonial, o valor que a controladora teria sobre o valor provisionado de sua controlada importaria em R\$ 8 milhões.

Os valores de impostos seriam aproximadamente.

PIS	-	R\$ 542.700,00
COFINS	-	R\$ 1.670.000,00
IRPJ/C.S.	-	R\$ 19.200.000,00

5.1 – COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

COMPORTAMENTO DO TRIMESTRE

Continuando com a política de controle geral de gastos e com gradativas retomadas de obras antes paralisadas pelos governos municipais, estaduais e federal, a companhia obteve resultados positivos neste trimestre.

Os indicadores abaixo indicam o bom desempenho, neste trimestre, da companhia.

	<u>2º Trimestre</u>	<u>3º Trimestre</u>
Liquidez Circulante	2,45%	2,52%
Liquidez Geral	1,98%	1,87%
Margem Bruta	42,26%	41,94%
Margem Líquida	3,06%	5,93%

A carteira de obras contratadas em 30/09/1999 é de R\$ 251.295.456,69.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

6.1 – BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>30/09/1999</u>	<u>30/06/1999</u>
1	Ativo Total	512.927	499.198
1.01	Ativo Circulante	173.054	165.718
1.01.01	Disponibilidades	2.808	1.740
1.01.01.01	Caixa	28	15
1.01.01.02	Banco Conta Corrente	1.001	624
1.01.01.03	Valores Vinculados ao Mercado Aberto	895	655
1.01.01.04	Operações c/ Consórcios - Disponível	884	446
1.01.02	Créditos	161.362	155.261
1.01.02.01	Créditos a Receber de Clientes	124.398	119.999
1.01.02.02	Cauções e Retenções Contratuais	417	401
1.01.02.03	Adiantamentos Diversos	1.551	1.150
1.01.02.04	Impostos a Recuperar	1.234	913
1.01.02.05	Devedores Diversos	26.066	25.521
1.01.02.06	Operações c/ Consórcios	7.696	7.277
1.01.03	Estoques	8.285	7.666
1.01.03.01	Materiais e Peças	1.948	1.691
1.01.03.02	Terrenos a Comercializar	6.337	5.975
1.01.04	Outros	599	1.051
1.01.04.01	Seguros Vincendos	134	584
1.01.04.02	Importação em Andamento	62	62
1.01.04.03	Juros Antecipados	110	51
1.01.04.04	Operações c/ Consórcios	293	354
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	153.913	148.880
1.02.01	Créditos Diversos	145.687	141.747
1.02.01.01	Depósitos Judiciais	780	761
1.02.01.02	Empréstimo Compulsório	433	428
1.02.01.03	Operações c/ Consórcios	40.734	4.327
1.02.01.04	Contas a Receber	86.941	86.941
1.02.01.05	Letras Financeiras	6.495	6.495
1.02.01.06	Impostos a Recuperar	2.503	-
1.02.01.07	Adtos. a Fornecedores	2.254	3.112
1.02.01.08	Devedores Diversos	5.547	39.683
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	6.071	5.053
1.02.02.01	Com Coligadas	6.071	-
1.02.02.02	Com Controladas	-	-
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	-	5.053
1.02.03	Outros	2.155	2.080
1.02.03.01	Despesas com Debêntures	2.058	2.045
1.02.03.02	Seguros Vincendos	97	35
1.03	Ativo Permanente	185.960	184.600
1.03.01	Investimentos	2.680	2.690
1.03.01.01	Participações em Coligadas	-	-
1.03.01.02	Participações em Controladas	-	-
1.03.01.03	Outros Investimentos	2.680	2.690
1.03.01.03.01	Participações em Outras Empresas	2.363	2.360
1.03.01.03.02	Participações Incentivos Fiscais	163	163
1.03.01.03.03	Títulos de Capitalização	154	167
1.03.02	Imobilizado	181.768	180.858
1.03.02.01	Imóveis	57.202	50.768
1.03.02.02	Máquinas e Equipamentos Pesados	85.349	85.590
1.03.02.03	Veículos	8.895	8.651
1.03.02.04	Móveis e Utensílios	3.174	3.179
1.03.02.05	Direito ao Uso Telefone	144	141
1.03.02.06	(-) Depreciações e Exaustão	(73.444)	(72.245)
1.03.02.07	Imobilizado em Processo	370	372
1.03.02.08	Operações c/ Consórcios - Imobilizado	226	220
1.03.02.09	Imobilizado - Concessões Rodoviárias	73.998	78.328
1.03.02.10	Direito ao Uso de Lavras	25.854	25.854
1.03.03	Diferido	1.512	1.052
1.03.03.01	Despesas Organização e Métodos	1.502	1.013
1.03.03.02	Despesas Operações c/ Consórcios	10	39

6.2 – BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

<u>Código</u>	<u>Descrição</u>	<u>30/09/1999</u>	<u>30/06/1999</u>
2	Passivo Total	512.927	499.198
2.01	Passivo Circulante	127.281	131.140
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	74.270	73.278
2.01.02	Debêntures	3.757	4.100
2.01.03	Fornecedores	10.907	15.640
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	19.934	21.296
2.01.04.01	Impostos Diversos	13.302	14.733
2.01.04.02	Contribuições Previdenciárias	6.632	6.563
2.01.05	Dividendos a Pagar	686	464
2.01.06	Provisões	2.838	2.471
2.01.06.01	Provisão de Férias	1.883	1.800
2.01.06.02	Provisão 13º Salário	955	671
2.01.08	Outros	14.889	13.891
2.01.08.01	Salários a Pagar	2.672	1.349
2.01.08.02	Credores Diversos	6.806	9.891
2.01.08.03	Títulos a Pagar	902	711
2.01.08.04	Operações c/ Consórcios	273	582
2.01.08.05	Adto. Clientes	543	373
2.01.08.06	Provisão Custo Orçado	3.693	985
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	131.771	115.733
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	10.266	8.793
2.02.01.01	Empréstimo Capital de Giro	6.099	6.862
2.02.01.02	Finame	4.167	1.931
2.02.02	Debêntures	24.639	23.754
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.837	-
2.02.05	Outros	95.029	83.186
2.02.05.01	Impostos a Pagar	16.033	8.628
2.02.05.02	Retenção Subempregada	823	809
2.02.05.04	Operações c/ Consórcios	22.288	22.180
2.02.05.05	Credores Diversos	55.885	51.569
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	87.897	90.624
2.05	Patrimônio Líquido	165.978	161.701
2.05.01	Capital Social Realizado	120.984	121.704
2.05.02	Reservas de Capital	10.578	497
2.05.03	Reservas de Reavaliação	56.374	61.660
2.05.03.01	Ativos Próprios	54.421	59.455
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	1.953	2.205
2.05.04	Reservas de Lucro	677	677
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos não Distribuídos	677	677
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(22.635)	(22.837)



7.1 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

Código	Descrição	01/07/1999	01/01/1999	01/07/1998	01/01/1998
		a 30/09/1999	a 30/09/1999	a 30/09/1998	a 30/09/1998
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	45.820	139.470	-	-
3.02	Deduções da Receita Bruta	(4.136)	(14.310)	-	-
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	41.684	125.160	-	-
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(21.962)	(76.157)	-	-
3.05	Resultado Bruto	19.722	49.003	-	-
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(13.213)	(53.273)	-	-
3.06.01	Com Vendas	(645)	(645)	-	-
3.06.02	Gerais e Administrativas	(3.724)	(14.567)	-	-
3.06.02.01	Despesas Administrativas	(2.774)	(12.330)	-	-
3.06.02.02	Honorários	(311)	(942)	-	-
3.06.02.03	Depreciação	(241)	(328)	-	-
3.06.02.04	Despesas Tributárias	(398)	(967)	-	-
3.06.03	Financeiras	(9.138)	(38.933)	-	-
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.252	4.283	-	-
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(10.390)	(43.216)	-	-
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	319	980	-	-
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(25)	(108)	-	-
3.07	Resultado Operacional	6.509	(4.270)	-	-
3.08	Resultado não Operacional	182	340	-	-
3.08.01	Receitas	848	1.222	-	-
3.08.02	Despesas	(666)	(882)	-	-
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	6.691	(3.930)	-	-
3.11	IR Diferido	(838)	(1.046)	-	-
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	5.853	(4.976)	-	-
	Número Ações, Ex-Tesouraria (Mil)	12.600	12.600	12.600	12.600
	Lucro por Ação	0,46452	-	0,00000	0,00000
	Prejuízo por Ação	-	(0,39492)	-	-

8.1 – COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

COMENTÁRIO DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO TRIMESTRE

Ao encerrar o 3º trimestre de 1999 o resultado acumulado consolidado da companhia continua apresentando resultados negativos em razão dos prejuízos apresentados pelas empresas concessionárias de rodovias no Rio Grande do Sul.

Estes prejuízos ainda são reflexos da política adotada pelo governo estadual em intervir nas tarifas cobradas pelas concessionárias.

Gradativamente estes resultados serão eliminados na medida em que os balanços desta companhia começarem a apresentar ganhos oriundos do restabelecimento e atualização das tarifas.

Item	Razão Social da Controlada / Coligada / CGC	Classificação	% Participação no Capital da Investida	% Patrimônio Líquido da Investidora	Tipo de Empresa	Nº de Ações Detidas no Trimestre Atual (Mil)	Nº de Ações Detidas no Trimestre Anterior (Mil)
01	Pedrasul Construtora Ltda. 89.724.504/0001-68	Fechada Controlada	99,61	13,17	Empresa Comercial, Industrial e Outras	20.042	20.042
02	Contesa Engenharia Ltda. 66.988.817/0001-28	Fechada Controlada	54,67	2,52	Empresa Comercial, Industrial e Outras	2.102	2.102
03	Sulcatarinense Ltda. 76.614.254/0001-61	Fechada Controlada	45,00	6,54	Empresa Comercial, Industrial e Outras	4.500	4.500
04	Sulmat Ltda. 90.318.338/0001-89	Fechada Controlada	98,89	0,87	Empresa Comercial, Industrial e Outras	1.314	1.314
05	Metrovias S.A. 02.393.266/0001-77	Fechada Controlada	27,27	8,51	Empresa Comercial, Industrial e Outras	3.546	3.546
06	Sulvias S.A. 02.419.175/0001-63	Fechada Controlada	26,47	8,51	Empresa Comercial, Industrial e Outras	3.441	3.441
07	PN Turismo Ltda. 00.108.484/0001-97	Fechada Controlada	45,00	2,49	Empresa Comercial, Industrial e Outras	6.780	6.780
08	Sulbrape Construtora Ltda. 94.422.714/0001-31	Fechada Controlada	42,00	0,20	Empresa Comercial, Industrial e Outras	126	126

10.1 – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1	Item	1	2	3
2	Nº Ordem	1	1	3
3	Nº Registro na CVM	DERER/GERER/DEB-93/008	SEP/GER/DEB-94/008	SEP/GER/DEB-97/106
4	Data do Registro CVM	11/12/97	11/12/97	11/12/97
5	Série Emitida	1	2	UN
6	Tipo de Emissão	Conversível	Conversível	Simplex
7	Natureza da Emissão	Particular	Particular	Particular
8	Data da Emissão	01/12/92	01/11/92	15/07/97
9	Data de Vencimento	01/11/00	01/11/00	15/07/07
10	Espécie da Debênture	Real	REAL	REAL
12	Prêmio/Deságio	ANBID+1% a.m.	ANBID+1% a.m.	ANBID+1% a.m.
13	Valor Nominal (Reais)	1.000,00	1.000,00	511.756,00
14	Montante Emitido (Reais Mil)	6.000	4.000	12.026
15	Q. Títulos Emitidos (Unidade)	6.000	4.000	2.350
16	Título Circulação (Unidade)	6.000	4.000	2.350

17.1 – RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL – SEM RESSALVA**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO ESPECIAL**

Ilmo.Senhores
Administradores e Acionistas de
CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

1. Efetuamos nossa revisão das informações trimestrais (ITR) de CONSTRUTORA SULTEPA S.A., referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 1999, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, o relatório de desempenho e as informações relevantes, expressas em valores nominais, conforme a Legislação Societária.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Contadores-IBRACON, em conjunto com Conselho Federal de Contabilidade, e constitui principalmente, de:
 - a) indagação e discussão, com os administradores responsáveis pela área contábil, financeira e operacional da companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais; e
 - b) revisão das informações e dos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da companhia.
3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas para que as mesmas estejam de acordo com os princípios de contabilidade que fundamentam as demonstrações financeiras, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários especificamente aplicáveis a elaboração das informações trimestrais.

Porto Alegre, 16 de novembro de 1999.

IBS Auditores Independentes S/C
CGCMF nº 89.550.271/0001-24
CRCRS nº 2232

Renato Domingos Ginnari Sanzi
Contador – CRCRS nº 25061

19.1 – DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Inclusão de uma Nota Explicativa.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996, 1997 E 1998



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 1996

Prezados Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1996.

1. ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E FINANCEIROS

A continuidade do sucesso do Plano Real no combate à inflação, é a aprovação de algumas reformas administrativas, e o crescimento contínuo dos investimentos, em especial os externos, foram marcas importantes nos anos de 1995 e 1996. No entanto, os meios utilizados para o êxito do programa de manutenção das baixas taxas inflacionárias – como juros altos, restrições ao crédito e a rígida política cambial – influíram em todas as atividades econômicas, fazendo com que a taxa de crescimento industrial em relação aos exercícios anteriores fosse de pouca magnitude. Assim, a empresa obrigou-se a manter o programa de austeridade, reestruturação de custos gerais, com fortes medidas de adaptação, e, felizmente, estamos obtendo ganhos com as providências tomadas nos exercícios de 1995 e 1996.

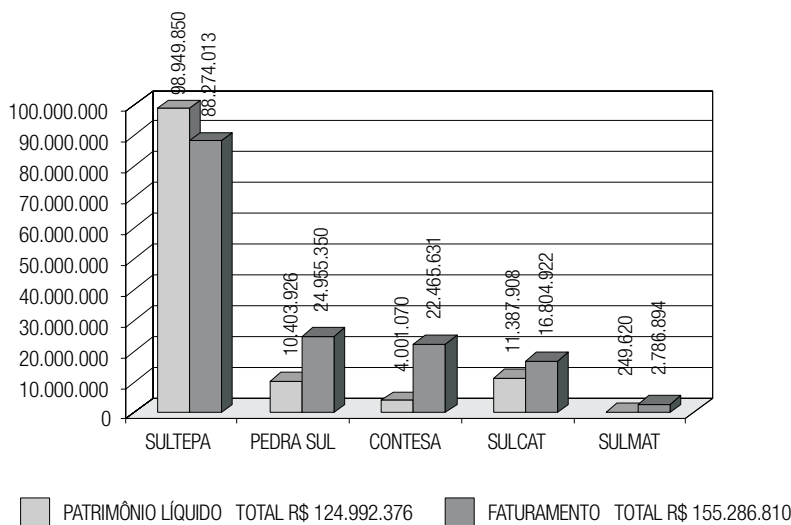
Em relação ao segmento específico de atuação da empresa, o exercício de 1996 apresenta posição muito mais favorável do que a refletida nos exercícios de 1995 e 1994, pois os Governos Federais, Estaduais e Municipais iniciaram seus projetos de investimentos, privatizações e concessões. Como resultado, houve significativo incremento na Carteira de Obras Contratadas, e a empresa obteve uma Margem Bruta de 40% e Líquida de 6%.

2. MERCADO

Continuamos dando prioridade aos nossos principais objetivos, consistentes na agressiva atuação em outros Estados (atualmente, operamos no RS, SC, MA, MG, PR e Distrito Federal), valendo observar que, em janeiro de 1997, iniciamos atividades no Estado do Paraná (BR 116-PR, Corredor São Paulo/Curitiba/Florianópolis, Lote 03/PR), e pretendemos continuar atuando fortemente naquele Estado, pois se trata de Unidade da Federação que, notoriamente, investe sempre em Infra-estrutura e, por isso mesmo, é um dos Estados com maior índice de desenvolvimento do País. Mantemos, também, o máximo empenho em trabalhar sob a regência de parceria com o Governo, nas concessões de obras públicas, a exemplo do que já ocorreu em outros países, principalmente considerando a importância desta alternativa para um País de dimensões continentais como o nosso. A Carteira de Obras contratadas, posição de 31/12/1996, é de R\$ 252.848.421,68 (duzentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e oito mil quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos), e, em 31/03/1997, apresentou o expressivo valor de R\$ 281.294.525,48 (duzentos e oitenta e um milhões, duzentos e noventa e quatro mil quinhentos e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos).

Os números de 1996 revelam a seguinte relação, entre o Patrimônio Líquido e o Faturamento desta companhia, e também das empresas das quais participa:

FATURAMENTO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO 1996



Na diversificação de atividades almejada pela empresa, salienta-se o suprimento de novo segmento de mercado, constituído pelas atividades de inspeção de Segurança Veicular. Tornados obrigatórios, por força da Resolução do Conselho Nacional de Trânsito, a Inspeção de Segurança Veicular será realizada em todo o território nacional. Para se preparar para este novo segmento, o Grupo Sultepa firmou, em Estocolmo, contrato com a Empresa AS Svensk Bilprovning, assegurando desta forma, com exclusividade, o suporte tecnológico, a assistência técnica e a experiência dessa empresa, que faz este tipo de serviço há trinta anos em vários países e que é uma das responsáveis pela condição de liderança da Suécia em segurança veicular no ranking mundial. Com esta iniciativa, demonstra a empresa estar apta, e com todas as possibilidades de atuar, com grande sucesso, nestes novos negócios.

3. RECURSOS HUMANOS

A política de Recursos Humanos da empresa é voltada a sempre dar ênfase às três premissas básicas e fundamentais, que são (1) Profissionalismo, (2) Educação e Desenvolvimento e (3) Qualidade de Vida, pois se tais diretrizes funcionais forem alcançadas em sua plenitude, a Direção, com certeza, terá uma equipe unida, produtiva e motivada, que trabalhará com objetivo de sempre atingir as metas estabelecidas pela empresa (Centro de Lucros).

O Departamento de Treinamento atua com programas pré-estabelecidos, buscando atender todas as necessidades das Áreas Produtivas e Administrativas por meio de cursos, estágios, programas de treinamentos internos e externos. Todos os funcionários são avaliados, semestralmente, para verificação do retorno obtido quanto aos treinamentos realizados, e também com esta medida se apura as condições do Departamento de Treinamento e o grau de eficiência das empresas externas contratadas.

No ano de 1996, a empresa investiu no desenvolvimento profissional de seus funcionários o valor de R\$ 287.432,50 (duzentos e oitenta e sete mil quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos) em 269 cursos nas Áreas Operacionais e Administrativas, sendo relevante registrar que 893 funcionários participaram dos programas de Treinamento.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Ressaltamos que a empresa vem priorizando cursos cujos objetivos principais sejam a qualidade, a produtividade e a tecnologia.

A CONSTRUTORA SULTEPA S.A. proporciona a seus funcionários assistência médico-odontológica, restrições, biblioteca e colabora em todos os eventos da ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO SULTEPA e de COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DO GRUPO SULTEPA LTDA. É um fato relevante o início do Plano de Aposentadoria contratado recentemente com a BRASILPREV, buscando dar maior tranquilidade aos funcionários e à administração da empresa.

Em 31/12/1996, havia 1.227 empregados, representando este número uma redução da ordem de 18% em comparação a dezembro de 1995. Destaca-se que, em nossos Canteiros de Obras, atuaram cerca de 780 pessoas entre transportadores e subempregados, também em quantidade 10% menor do que no exercício anterior.

4. REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL

A empresa deu continuidade ao Projeto de Centro de Lucros e Unidade de Negócios. O sucesso dos programas ficou evidenciado na análise da produtividade por funcionário, na constatação das metas atingidas e nos projetos aprovados, implantados ou em implantação. A comparação das Receitas de Obras por Empreitada, no montante de R\$ 79.594.955,00 (setenta e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil novecentos e cinquenta e cinco reais) em 1996, e no importe de R\$ 63.409.047,00 (sessenta e três milhões, quatrocentos e nove mil e quarenta e sete reais) em 1995, assim como o decréscimo na quantidade de empregados no exercício de 1996 (1.227) em comparação com os existentes em 1995 (1.499), comprovam o sucesso do Programa de Reestruturação Operacional do Grupo Sultepa.

Salientamos que o Comitê Coordenador e Avaliador do Centro de Lucros continuará atuando e sempre aprimorando os mecanismos de análise dos resultados alcançados, e estabelecendo novas metas nas reuniões periódicas, com os Responsáveis pelas Unidades de Negócios e dos Centros de Lucros.

Esta constante ação integradora e participativa de todos os envolvidos nos Programas de Centro de Lucros e Unidade de Negócios faz com que todos os funcionários da empresa sintam-se, como de fato são, parte importante dos projetos e parceiros na busca da qualidade total. A expectativa para 1997, considerando a Carteira de Contratos, é extremamente positiva.

Considerando a Carteira de Contratos, e principalmente o Programa de Qualidade Total, a empresa busca maior produtividade com qualidade, e já investiu, em 1996, o valor de R\$ 3 milhões em equipamentos pesados, e projeta para 1997, investir mais de R\$ 4 milhões, com isto renovando sua frota de equipamentos com alta tecnologia e maior produtividade.

5. ASPECTOS SOCIETÁRIOS

A Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da companhia, realizados em 02/05/1996, aprovou as demonstrações contábeis e financeiras pertinentes ao exercício social de 31/12/1995, e incorporou a correção monetária ao capital social, sem alteração no número de ações. Na mesma oportunidade, foi reduzido o capital social, com o objetivo específico de promover a absorção integral dos prejuízos acumulados. A ata encontra-se arquivada no Órgão do Registro do Comércio e foi publicada no Diário Oficial do Estado do RGS e na Gazeta Mercantil.

No exercício, foram negociadas 864.380 ações preferenciais nas Bolsas de Valores, sendo que, na BOVESPA, as ações de companhia estiveram presentes em 175 pregões, num total geral de 248 pregões.

Destacamos a significativa valorização das nossas ações: em janeiro de 1996, sua cotação era de R\$ 0,51; já em janeiro de 1997 subiu para R\$ 1,61 e, em 16 de abril de 1997, chegou a R\$ 2,25.

Acreditamos que a valorização das ações se deu, principalmente, pelo sucesso do Processo de Reestruturação Organizacional da empresa, pelos resultados obtidos e o aumento significativo da Carteira de Obras Contratadas. Ressaltamos, também, o trabalho desenvolvido junto aos acionistas, analistas de mercado, fundações e instituições financeiras, fornecendo informações trimestrais e até mensais, quando relevantes.

O Departamento de Relações com o Mercado procura sempre estar atento aos programas e eventos das ABAMEC's e demais instituições de Mercado de Capitais.

6. PERSPECTIVAS

A empresa continuará confiante no desenvolvimento do País e, principalmente, na continuidade do êxito do Plano Real e também em uma maior consistência e agilidade nos Programas de Reformas Estruturais do Governo. Considerando que algumas reformas estruturais estão sendo processadas e outras estão ainda em fase de planejamento, devendo ser implementadas, em boa parte, no decorrer de 1997, temos convicção de que o nosso país adentrará numa fase de desenvolvimento significativo, dando condições para investimentos tão necessários nas áreas de infra-estrutura, saúde, habitação, saneamento e educação, segurança etc.

A empresa está preparada para colaborar com o Governo (Federal, Estadual e Municipal) nas iniciativas que visem o desenvolvimento, o crescimento da economia e o atendimento às necessidades primárias do povo brasileiro.

A expectativa de novos investimentos públicos e privados e a carteira atual de obras contratadas fizeram com que a empresa buscasse soluções econômicas, visando à redução das despesas financeiras e o alongamento do perfil da dívida (via debêntures). Desse modo, investiu em novos e modernos equipamentos para atender às necessidades da área operacional, sob o signo de novas tecnologias.

A empresa acredita que o sucesso e o êxito obtidos com suas políticas internas transmite confiança a seus acionistas e credores. Nesse sentido, vale registrar que a companhia promoveu repactuação das debêntures das duas séries de primeira emissão, em Assembléia Especial realizada em 25 de fevereiro de 1997, sob contexto de absoluta serenidade e confiança. Logrando êxito em sua pretensão ulterior – a conversibilidade – a contrapartida estará no fato de seus acionistas já virem a receber dividendos neste exercício, sem perder de vista que as ações da companhia mereceram valorização excepcional, proporcionando maior liquidez.

A SULTEPA está assim preparada para o futuro, pronta para utilizar sua experiência de 41 anos nos segmentos, novas tecnologias e metodologia de trabalhos, que se apresenta como excelente alternativa para realização de obras de porte: sistema de obras por concessão, tanto como concessionárias quanto na qualidade de construtora contratadas pela empresa que detiver a concessão. A retomada de desenvolvimento e crescimento econômico implica, evidentemente, atender às necessidades de investimentos em infra-estrutura, e isto significa constituir e conservar estradas, escolas, hospitais, habitações populares, obras industriais e de saneamento, etc. Nesse sentido a aprovação da reeleição proporcionará a normalização de investimentos relevantes, pelos Governos Federais e Estadual, nas áreas de infra-estrutura e objetivando a melhoria de equipamentos de interesse social.

Para o GRUPO SULTEPA, cada desafio é um estímulo, e a direção e seus funcionários estão aptos a somar forças para ajudar a pavimentar o caminho do crescimento deste maravilhoso País.

Em nossa opinião, os investimentos – sejam públicos ou privados nas áreas e no segmento de atuação da empresa, não poderão ser mais adiados; pois além de terem sido reduzidos até o nível mínimo, nos últimos anos, evidentemente são agora imprescindíveis para o desenvolvimento e crescimento do País. Portanto, as perspectivas são efetivamente, muito boas. Enfatizamos, ainda, que os investimentos não poderão ser adiados. Pois neste caso, haverá um gargalo insuperável para o desenvolvimento do País e sucesso do Mercosul.

7. AGRADECIMENTOS

A Administração manifesta seus melhores agradecimentos aos senhores acionistas, debenturistas, conselheiros, clientes, fornecedores, representantes de entidades governamentais em todos os níveis, e as entidades de classe, pelo apoio, compreensão e confiança recebidos, e externa um especial agradecimento a seus funcionários e colaboradores, pelo empenho e talento com que se desincumbiram de suas funções, superando todas as adversidades.

Estância Velha, 30 de abril de 1997

A Administração

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO

	(Expresso em R\$ 1,00)	
	1996	1995
A T I V O		
CIRCULANTE	<u>90.053.623</u>	<u>84.254.478</u>
DISPONIBILIDADES	<u>1.563.116</u>	<u>2.331.585</u>
Caixa	10.600	6.700
Depósitos Bancários à Disposição	199.314	2.025.617
Aplicações de Liquidez Imediata	1.346.372	257.495
Consórcio Conesul - Disponível	6.830	41.773
CRÉDITOS	<u>85.431.771</u>	<u>78.075.001</u>
Crédito a Receber de Clientes	77.403.530	70.360.038
Cauções e Retenções Contratuais	6.061	693
Adiantamentos Diversos	455.999	95.892
Impostos a Recuperar	172.439	127.854
Devedores Diversos	482.332	135.491
Consórcio Conesul - Créditos	6.911.410	7.355.033
ESTOQUES	<u>2.980.491</u>	<u>3.821.029</u>
Materiais e Peças	839.700	1.390.548
Terrenos a Comercializar	2.140.791	2.430.481
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	<u>78.245</u>	<u>26.863</u>
Seguros Vincendos	47.747	26.863
Juros Antecipados	30.498	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>19.949.346</u>	<u>15.902.188</u>
CRÉDITOS	<u>18.495.362</u>	<u>15.296.640</u>
Crédito em Controlada e Coligadas	9.618.492	6.178.281
Depósitos Judiciais	645.368	591.415
Empréstimos Compulsórios	304.502	276.782
Consórcio Conesul	4.963.802	5.286.964
Créditos com Clientes - Cons. Conesul	2.963.198	2.963.198
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	<u>1.453.984</u>	<u>605.548</u>
Despesas c/ Debêntures	1.453.984	605.548
TOTAL DO CIRCULANTE + REALIZÁVEL L.P.	<u>110.002.969</u>	<u>100.156.666</u>
PERMANENTE	<u>69.635.637</u>	<u>68.924.534</u>
INVESTIMENTOS	<u>24.283.552</u>	<u>21.338.354</u>
Particip. em Controlada e Coligadas	24.083.396	21.095.981
Particip. por Incentivos Fiscais	148.951	148.951
Particip. em Outras Empresas	41.049	93.032
Consórcio Conesul - Investimentos	390	390
Títulos de Capitalização	9.766	-
IMOBILIZADO	<u>45.181.606</u>	<u>47.374.561</u>
Imóveis	41.807.605	42.322.494
Máquinas e Equipamentos	49.886.789	52.393.304
Veículos	6.731.455	7.037.773
Móveis e Utensílios	2.036.029	2.051.401
Direitos ao uso Telefone	32.345	39.129
Imobilizado em Processo	25.145	25.145
(-) Depreciações Acumuladas	(55.589.808)	(56.762.988)
Consórcio Conesul - Imobilizado	252.046	268.303
DIFERIDO	<u>170.479</u>	<u>211.619</u>
Desp. Pré-Operacionais	117.843	68.980
Consórcio Conesul	52.636	142.639
TOTAL DO ATIVO	<u>179.638.606</u>	<u>169.081.200</u>



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

	(Expresso em R\$ 1,00)	
	<u>1996</u>	<u>1995</u>
PASSIVO		
CIRCULANTE	<u>31.895.003</u>	<u>36.701.130</u>
Fornecedores	1.665.109	2.257.438
Instituições Financeiras	11.047.850	11.486.532
Impostos Diversos a Pagar	3.853.290	3.014.982
Contrib.Previdenc. a Pagar	7.693.372	6.572.365
Salários e Ordenados a Pagar	383.591	559.676
Dividendos a Distribuir	431.818	-
Credores Diversos	1.348.540	8.439.446
Adiantamento de Clientes	1.315.897	2.149.402
Provisão p/ Férias	969.770	947.762
Consórcio Conesul	548.777	1.273.527
Debêntures	2.636.989	-
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	<u>45.326.867</u>	<u>33.969.908</u>
Empresas Controladas e Coligadas	3.585.517	3.593.828
Instituições Financeiras	6.048.945	5.440.121
Impostos a Pagar	6.294.928	3.293.289
Provisão Imp. Renda	2.538.705	2.498.678
Retenções de Subempreitada	35.461	23.663
Provisão para Passivo Contingente	2.963.198	2.963.198
Consórcio Conesul	162.109	162.191
Debêntures	23.698.004	15.994.940
TOTAL DO CIRCULANTE + EXIGÍVEL L.P.	<u>77.221.870</u>	<u>70.671.038</u>
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	<u>3.271.784</u>	<u>3.925.527</u>
Receitas a Apropriar	891.886	455.424
Custos a Apropriar	(583.300)	(303.154)
Consórcio Conesul-Result.Exerc.Futuros	2.963.198	3.773.257
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>99.144.952</u>	<u>94.484.635</u>
CAPITAL SOCIAL	<u>73.208.393</u>	<u>72.284.000</u>
Capital Subscr. e Integralizado	73.208.393	72.284.000
RESERVAS DE CAPITAL	-	<u>19.255.449</u>
Correção Monetária do Capital	-	16.237.347
Ágio s/ Ações Emitidas	-	54.904
Reserva de Subvenções-Cons.Conesul	-	2.963.198
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	<u>20.015.208</u>	<u>21.682.377</u>
Reserva de Reavaliação	16.837.848	18.299.986
Reserva de Reavaliação - Coligadas	3.177.360	3.382.391
RESERVA DE LUCROS	<u>224.177</u>	-
Reserva Legal	224.177	-
LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	<u>5.697.174</u>	<u>(18.737.191)</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>179.638.606</u>	<u>169.081.200</u>



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO

	(Expresso em R\$ 1,00)	
	1996	1995
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	88.274.013	77.311.693
Receita de Obra por Empreitada	80.089.668	63.409.047
Receita com Venda de Materiais	1.234.779	674.241
Receita com Venda de Terrenos	561.518	294.804
Consórcio Conesul-Receita Operacional	6.388.048	12.933.601
DEDUÇÕES DA RECEITA	(17.232.141)	(1.122.915)
Subempreiteiros	(15.122.822)	-
Impostos	(2.011.710)	(1.056.222)
Consórcio Conesul - Deduções	(97.609)	(66.693)
RECEITA LÍQUIDA	71.041.872	76.188.778
CUSTOS OPERACIONAIS	(42.550.778)	(44.648.126)
Custos de Obras por Empreitada	(38.067.225)	(37.322.138)
Custos c/ Venda de Terrenos	(690.661)	(85.423)
Consórcio Conesul - Custo Operacional	(3.792.892)	(7.240.565)
LUCRO BRUTO	28.491.094	31.540.652
DESPESAS OPERACIONAIS	(28.958.721)	(35.400.561)
Despesas Gerais e Administrativas	(6.228.396)	(5.294.477)
Despesas Financeiras	(20.118.546)	(23.292.984)
(-) Receitas Financeiras	453.485	153.169
Honorários dos Administradores	(503.735)	(392.810)
Depreciações	(53.246)	(71.638)
Despesas Financeiras - Consórcio Conesul	(895.069)	(1.395.007)
(-) Receitas Financeiras - Consórcio Conesul	27.566	-
Consórcio Conesul - Desp. Operacionais	(1.640.780)	(5.106.814)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	4.476.690	6.069.155
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS CONS. CONESUL	-	2.963.198
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	2.707.546	2.659.253
RESULTADO OPERACIONAL	6.716.609	7.831.697
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	3.898.198	1.511.824
Receitas não Operacionais	3.882.061	1.489.543
Receitas não Operacionais - Consórcio Conesul	16.137	22.281
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(3.592.549)	(1.486.730)
SALDO CORREÇÃO MONETÁRIA	-	(1.848.141)
Resultado Correção Monetária Balanço	-	(1.678.542)
Resultado Cor. Monet. Balanço - Cons. Conesul	-	(169.599)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	7.022.258	6.008.650
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	(2.538.705)	(2.498.678)
RESULTADO DO PERÍODO	4.483.553	3.509.972
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO	0,36	0,28



DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996

(Expressa em R\$ 1,00)

	<u>1996</u>	<u>1995</u>
ORIGENS DOS RECURSOS		
DAS OPERAÇÕES	3.340.288	6.583.354
Resultado Líquido do Exercício	4.265.455	3.509.972
VALORES QUE NÃO AFETAM O CAPITAL CIRCULANTE		
Depreciações	2.127.831	3.174.129
Correção Monetária do Balanço	-	1.848.141
Resultado Equivalência Patrimonial	(2.707.516)	
	(2.858.253)	
Valor Residual do Permanente Balanço/Vendido	218.288	550.898
Variação nos Resultados Exercícios Futuros	(853.743)	139.913
Baixas do Diferido – Consórcio Conesul	90.003	29.540
DE TERCEIROS	10.838.351	15.704.081
Aumento Exigível Longo Prazo	10.838.351	15.708.081
TOTAL DAS ORIGENS	<u>14.178.838</u>	<u>22.299.435</u>
APLICAÇÕES DOS RECURSOS		
DE ACIONISTAS E TERCEIROS	3.551.371	6.702.877
Acréscimo do Diferido	48.863	-
Em Investimentos	278.868	-
Em Imobilizado	807.277	602.990
No Realizável Longo Prazo	2.415.363	6.099.887
TOTAL DAS APLICAÇÕES	<u>3.561.371</u>	<u>6.702.877</u>
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>10.628.268</u>	<u>15.595.558</u>
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO:		
ATIVO CIRCULANTE	5.799.145	27.726.296
No Início do Exercício	84.254.478	56.528.182
No Fim do Exercício	90.053.623	84.254.478
PASSIVO CIRCULANTE	4.829.123	12.128.738
No Início do Exercício	36.701.130	24.571.382
No Fim do Exercício	31.872.007	36.701.150
AUMENTO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>10.628.268</u>	<u>15.596.558</u>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Expressa em R\$ 1,00)

	Reservas de Capital								
	Capital	Corr.		Ágios	Reservas de Reavaliação		Res. Lucros	Prejuízos Acumulados	Totais
	Social	Monetária	s/Ações	Ativos	Ativos de	Reserva			
Realizado	do Capital	Emitidas	Próprios	Controladas	Legal				
SALDOS EM 31/DEZ/94	7.512.073	64.772.705	44.834	17.286.160	3.520.139	-	(61.705.016)	75.340.895	
Capitalização de Reservas	64.771.927	(64.771.927)	-	-	-	-	-	-	
Correção Monetária	-	16.236.569	10.070	3.581.820	689.508	-	(3.530.777)	16.987.190	
Realização Result. – Consórcio Conesul	-	-	-	-	-	-	(1.443.422)	(1.443.422)	
Realização Reserva Reavaliação	-	-	-	(2.567.994)	(827.256)	-	3.395.250	-	
Resultado Exercício	-	-	-	-	-	-	3.509.972	3.509.972	
SALDOS EM 31/DEZ/95	72.284.000	16.237.347	54.904	18.299.986	3.382.391	-	(15.773.993)	94.484.635	
Capitalização de Reserva	16.292.251	(16.237.347)	(54.904)	-	-	-	-	-	
Redução de Capital	(15.367.858)	-	-	-	-	-	15.367.858	-	
Constituição de Reserva	-	-	-	-	-	213.271	(213.273)	-	
Realização Reserva Reavaliação	-	-	-	(1.462.138)	(205.031)	-	1.667.169	-	
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	4.265.455	4.265.455	
Dividendos a Distribuir	-	-	-	-	-	-	(406.822)	(406.822)	
Realização Resultado Consórcio Conesul	-	-	-	-	-	-	608.582	608.582	
SALDO EM 31/DEZ/96	<u>73.208.393</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.837.848</u>	<u>3.177.360</u>	<u>213.273</u>	<u>5.512.976</u>	<u>98.949.850</u>	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996

NOTA 1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 1995

Por determinação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, expressa no fax/CVM/GE2/nº 0209/97, de 31/03/97, e no Ofício CVM/SNC/GNA/nº 777/96, de 30/12/96, esta companhia procedeu ao refazimento do procedimento contábil relativo aos Ajustes dos Exercícios Anteriores, e à constituição das Reservas para subvenções e para Contingências, referentes ao exercício social findo em 31/12/95, mediante os procedimentos contábeis que estão consignados na coluna referente ao ano de 1995 e, desse modo, tais demonstrações financeiras (dos exercícios de 1995 e de 1996) serão assim submetidas à Assembléia Geral de acionistas da Companhia, a saber:

1.1. No que se refere ao item Ajustes de Exercícios Anteriores, os itens do balanço patrimonial atestados pelo procedimento contábil adotado em 31/12/95 – ora retificado pro forma, conforme instruções da CVM – são os seguintes:

- a) a importância de R\$ 237.889 refere-se à Correção Monetária com base na TR, relativamente às antecipações de quotas da Contribuição Social sobre o lucro, pagas pela empresa no exercício de 1991. Tal correção foi reconhecida pela companhia auditada naquele exercício de 1991, mas a Delegada da Receita Federal em Porto Alegre não aceitou sua atualização da contribuição social, agindo na esteira do entendimento sulfageado pelo Eg. Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Dedicatória de Inconstitucionalidade nº 493.0, de 1994, no sentido de que “a Taxa Referencial – TR – não é índice de correção monetária”. Desse modo, trata-se da retificação do erro imputável no exercício de 1994, data em que ficou caracterizada a inaplicação da TR como índice de correção monetária à Contribuição Social antecipada.
- b) o valor restante de R\$ 168.246, refere-se à variação monetária ativa, computada pela TR e também não aceita por devedores do Consórcio Conesul (empresa SULBRAPE Construtora Ltda.), no exercício de 1994. A empresa auditada participa daquele Consórcio, juntamente com duas outras empresas, e o lançamento é reflexo do procedimento Contábil adotado pelo Consórcio.

A corrigente se deu através de extração da conta de Prejuízos Acumulados, do montante de R\$ 406.135, sendo ajustado nas seguintes contas de resultado:

Receitas Financeiras	R\$ 237.889
Desp. Financeiras – Cons. Conesul	R\$ 58.216
Receitas Financeiras – Cons. Conesul	R\$ 110.030
Total	R\$ 406.135

1.2. No que diz respeito à constituição das Reservas para Subvenção e Contingências, objeto de Nota Explicativa nº 12 àquelas demonstrações financeiras de 31/12/95, em atendimento à determinação da CVM (item II do Ofício nº 777/96), a empresa promoveu o registro do valor referente à parcela da verba recebida do Ministério da Educação, no valor de R\$ 2.963.198, para a Implantação da fábrica na Conta “Provisão para Passivo Contingente”, cuja contrapartida foi debitada à conta de Patrimônio Líquido “Reserva para Contingências – Consórcio CONESUL”, revertendo o valor constituído em 31 de dezembro de 1995.

Por outro lado, a empresa consignou, no Ativo Realizável a Longo Prazo, na conta “Créditos com Clientes – Consórcio Conesul”, o valor que representa sua participação no crédito do Consórcio Conesul, junto ao Governo Federal, em virtude do Contrato Administrativo nº CO.06/91, de 13/nov/91, cláusula “7.8”, creditando o valor correspondente em contrapartida no Grupo “Resultado de Exercício Futuro – Consórcio CONESUL”.

1.3. Ainda com o escopo de eliminar a “Reserva de Subvenções”, a empresa procedeu aos seguintes lançamentos contábeis ratificadores, sem modificação do valor do patrimônio líquido da companhia a saber:

Em 1995:

- a) débito Reserva de Subvenções – Consórcio Conesul (R\$ 2.963.198);
- b) crédito Prejuízos Acumulados (reduzido os de R\$ 18.737.191, para R\$ 15.773.993).

NOTA 2. ATIVIDADES OPERACIONAIS

A Construtora Sultepa S.A. é uma empresa de Capital Aberto, com sede em Estância Velha (RS), com administração em Porto Alegre (RS) e escritórios regionais em Florianópolis (SC), Rio de Janeiro (RJ), São Luís (MA), Brasília (DF) e Campina Grande do Sul (PR). A companhia tem por objeto a construção civil em geral, inclusive estudos, projetos, administração de obras de engenharia pública e privada, além de participação em outras empresas.

NOTA 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações da companhia foram elaboradas de acordo com a lei das sociedades por ações – Lei nº 6.404/76 e normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que através de Instrução nº 248/96, tornou facultativa a divulgação das demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante, em função da eliminação da correção monetária de balanço, a partir do 1º de janeiro de 1996, conforme lei nº 9.249/95.

NOTA 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Resultado das Operações

Apurado pelo regime de competência, inclui rendimentos, variações monetárias ou cambiais e encargos contratuais incidentes sobre os ativos e passivos.

b) Aplicações de Liquidez Imediata

Estão demonstradas pelo custo de aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

c) Estoques

Estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excedem ao valor de mercado.

d) Investimentos

Os investimentos em coligadas e controladas estão avaliados pelo método de Equivalência Patrimonial, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 5.

Os demais investimentos estão registrados pelo valor de custo, acrescido da correção monetária até 31/12/1995.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

e) **Imobilizado**

Está demonstrado ao custo de aquisição acrescido da correção monetária até 31/12/1995.

As depreciações foram calculadas pelo método linear, e, na Nota Explicativa nº 6, estão apresentadas as taxas utilizadas.

f) **Diferido**

Está demonstrado pelo custo, deduzido da amortização acumulada, corrigido monetariamente até 31/12/1995.

NOTA 5. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADAS

Os investimentos nas principais empresas controladas e coligadas, bem como as mutações de suas respectivas contas estão representadas no quadro abaixo:

(Expresso em R\$ 1,00)

Descrição Investimentos	Sulmat					
	Sulcatarinense Artefatos de Cimento Ltda.	Pedrasul Construtora Ltda.	Materiais de Construção Ltda.	PN Turismo Ltda.	Contesas Engenharia Ltda.	Sulbrape Construtora Ltda.
Capital Social	5.238.600	20.120.800	1.328.700	3.802.088	1.201.015	300.000
Patrimônio Líquido	11.387.908	10.399.503	249.620	8.251.283	4.001.070	5.839.476
Participação %	45,00	99,61	98,89	45,00	54,67	42,00
Valor Nominal	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 1,00
Mutações nas Contas de Investimentos						
Saldo Inicial	4.557.548	9.491.603	205.998	3.714.135	674.078	2.452.620
Aumento de Investimento	-	-	-	-	279.868	-
Equivalência Patrimonial	567.009	867.342	40.853	(1.058)	1.233.439	(39)
Saldo Final	5.124.558	10.358.945	246.849	3.713.077	2.187.385	2.452.581
Saldo Conta Corrente	1.707.176 D	3.641.937 D	55.542 D	1.948.924 C	194.449 D	-

NOTA 6. IMOBILIZADO

Demonstramos, a seguir, a composição do Imobilizado, com suas respectivas taxas de depreciação:

(Expresso em R\$ 1,00)

Composição	Valor Original Corrigido	Depreciações Acumuladas	Taxa de Depreciação
Imóveis	41.807.605	273.393	4%
Máquinas e Equipamentos	49.886.789	47.798.062	10%
Veículos	6.731.455	5.872.308	20%
Móveis e Utensílios	2.036.029	1.646.025	10%
Direito uso de Telefone	32.345	-	-
Consórcio Conesul	388.831	136.885	-
Imobilizações em Processo	25.145	-	-
TOTAIS	100.908.299	55.726.693	-

NOTA 7. COMPROMISSO DE LONGO PRAZOa) **Empresas Controladas e Coligadas**

Refere-se a operações de Mútuo contratados com empresas ligadas. Na Nota Explicativa nº 5 apresentamos os investimentos em empresas ligadas, bem como saldos em conta corrente.

b) **Instituições Financeiras**

São empréstimos que se destinam a capital de giro e FINAME, contratados em moeda estrangeira e nacional.

Os empréstimos em moeda estrangeira (Resolução nº 63) estão sujeitos a uma taxa mensal de 1,96%.

Os empréstimos em moeda nacional estão sujeitos a uma taxa média ao mês de 2,85%.

Abaixo, demonstramos a composição dos empréstimos de Curto e Longo Prazo em 31/12/1996:

(Expresso em R\$ 1,00)

Empréstimos	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Capital de Giro	4.799.269	5.943.432	9.077	-
Finame	-	23.224	-	82.289
TOTAL	4.799.269	5.966.656	9.077	82.289

c) **Provisão para Imposto de Renda**

Foi constituída provisão de IRPJ sobre a parcela diferida dos lucros proporcionais às receitas não recebidas, decorrentes de contratos com órgãos públicos.

d) **Demais Tributos a Pagar**

Referem-se a Impostos e contribuições parcelados, cujos vencimentos finais ocorrerão ao longo de 1998.

NOTA 8. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de R\$ 193.986.000, sendo que está subscrito e realizado o valor de R\$ 73.208.393, conforme AGO-E de 02/05/1996. Em 31 de dezembro de 1996, a composição do capital subscrito e realizado era a seguinte:

<u>Ações</u>	<u>Quantidades</u>
Ordinárias	7.489.720
Preferenciais	5.110.280
TOTAL	12.600.000

NOTA 9. COBERTURA DE SEGUROS

A companhia adota uma política de seguros em que considera a concentração de riscos e relevância de seus ativos.

Abaixo demonstramos as principais coberturas de seguros vigentes em 31/12/1996.

<u>Descrição</u>	<u>Tipo de Cobertura</u>	(Expresso em R\$ 1,00)
		<u>Importância Segurada</u>
Veículos	Riscos Diversos	5.312.838
Máquinas	Riscos Diversos	2.886.050
Instalações	Incêndio/Riscos Diversos	1.564.216
TOTAL	-	9.763.104

NOTA 10. DIVIDENDOS

A empresa constitui, no exercício, provisão para dividendos somente para as preferenciais, calculados da seguinte forma:

Lucro Líquido do Exercício	4.265.455
Constituição Reserva Legal	(213.273)
Base de Cálculo dos Dividendos	4.052.182
Quantidade de Ações Preferenciais	5.110.280
Dividendos Propostos	408.822

NOTA 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A companhia não possui instrumentos financeiros que envolvem operações com a finalidade de reduzir as exposições a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros.

As aplicações financeiras são realizadas por prazos inferiores a 60 dias e as taxas pactuadas são as de mercado no final do período.

Os instrumentos financeiros Ativos e Passivos em 31/12/1996, não são diferentes no que se refere a valores de mercado bem como quanto os registrados.

NOTA 12. DEBÊNTURES

A composição das debêntures é a seguinte:

<u>1ª Emissão</u>	
1ª Série	9.415.290
2ª Série	8.164.640
TOTAL 1ª EMISSÃO	17.579.930
<u>2ª Emissão</u>	
Série Única	8.755.063
TOTAL DAS DEBÊNTURES	26.334.993

Com relação aos vencimentos, a 1ª emissão terá as seguintes amortizações:

01/11/1997	15% do valor nominal
01/11/1998	20% do valor nominal
01/11/1999	25% do valor nominal
01/11/2000	40% do valor nominal

A 2ª emissão terá seu vencimento em 01.07.2000.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ PORTELLA NUNES
Presidente

SÉRGIO OCTAVIO LINS
Vice-Presidente

Conselheiros:

ASTIR BRASIL SANTOS E SILVA
BENO LUIZ KROEFF
JACY IRENA VEIT
PAULO CESAR BATTASTINI
ANTONIO SALVADOR

DIRETORIA

JOSÉ PORTELLA NUNES
Presidente

ÂNGELO LÚCIO VILLARINHO DA SILVA
Diretor Controller Administrativo

ROBERTO LINS PORTELLA NUNES
Diretor Superintendente Regional

ASTIR BRASIL SANTOS E SILVA
Diretor Financeiro

JOSÉ CARLOS PORTELLA NUNES
Diretor Superintendente Regional

WALDEMAR BARRETO JUNIOR
Diretor de Planejamento e Desenvolvimento

RICARDO LINS PORTELLA NUNES
Diretor Superintendente Regional

POMPÍLO VIEIRA LOGUÉRCIO
Diretor de Obras

ENIO DE OLIVEIRA
Contador - CRC/RS - 42.966
CPF 278.075.410-91

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

18 de abril de 1997.

Aos Administradores e
Acionistas de Construtora Sultepa S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais de Construtora Sultepa S.A. e suas controladas levantados em 31 de dezembro de 1996 e 1995 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a.) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; b.) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c.) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações tomadas em conjunto.
3. Conforme mencionada na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a companhia acatou a determinação da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, de refazer as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 1995, registrando ajustes de exercícios anteriores a débito de resultado do exercício, no total de R\$ 406.135. Conseqüentemente, o resultado daquele exercício foi reduzido naquela importância. De outro lado, ainda em atendimento à determinação da CVM, foi revertida à conta de "Provisão para Passivo Contingente - Cosórcio Conesul", a importância de R\$ 2.963.198, que, segundo a CVM, foi indevidamente consignada à Conta "Reserva de Contingências" no exercício findo em 31 de dezembro de 1995. Outrossim, com base em parecer do Consultor Jurídico, consignou no Ativo Realizável a Longo Prazo, o mesmo montante, não afetando o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1995 mas, alterando o saldo de "Resultado de Exercícios Futuros - Consórcio Conesul".
4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo "1", exceto pela não divulgação das informações sobre os efeitos inflacionários, e observado o contido no parágrafo "3", apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de Construtora Sultepa S.A. e suas controladas, em 31 de dezembro de 1996 e 1995, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária. Tais princípios não requerem o reconhecimento dos efeitos inflacionários, conforme o mencionado na Nota Explicativa 3.

Edemar Ferro
Responsável Técnico
Contador - CRC/RS nº 18.656.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 1997

Prezados Senhores Acionistas

Submetemos à apreciação de Vossa Senhoria as Demonstrações Contábeis da CONSTRUTORA SULTEPA S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1997.

1. ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E FINANCEIROS

O plano econômico, a continuidade do sucesso do Plano Real no combate à inflação e o prosseguimento das reformas administrativas, assim como o crescimento contínuo dos investimentos, em especial os externos, vinham fazendo com que a economia brasileira tivesse uma boa performance até outubro, quando foi abalada pelos reflexos negativos da crise estendida nos países asiáticos. No entanto, devido à ação rápida e correta das autoridades governamentais, com medidas de contenção do déficit público e elevação de taxas de juros, protegendo a economia, neutralizou temporariamente os efeitos da crise.

Em relação ao segmento específico desta companhia, o exercício de 1997 foi beneficiado pelo início dos projetos de investimentos, privatizações e concessões, tanto do Governo Federal como dos Governos Estaduais e Municipais. O resultado foi um crescimento significativo nas Receitas com Serviços Executados, no patamar de 35% em relação ao exercício anterior, valendo destacar que a Margem Operacional ficou em 10% e a Margem Líquida em 8%.

2. MERCADO

A empresa continua priorizando atuar em todos os Estados do País e também no exterior, principalmente, pela proximidade e o bom relacionamento com os Países do MERCOSUL. Atualmente, está atuando nos Estados do RS, SC, RJ, MG, PR e Distrito Federal. A Carteira de Contratos, em 31/12/1997, foi de R\$ 235 milhões e, em 31/03/98, já se situa no atentador patamar de R\$ 244 milhões.

3. CONCESSÕES

A CONSTRUTORA SULTEPA S.A., com o conhecimento acumulado ao longo dos seus 41 anos de atuação no segmento de obras rodoviárias, objetivou, no ano de 1997, a consolidação de sua posição nesse mercado, através de uma agressiva participação nos programas de concessões em diversos Estados brasileiros, como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Minas Gerais e também no programa de concessões federais, especialmente o corredor da BR 101. Para tanto, a empresa moldou-se ao novo perfil de obras rodoviárias sob o regime de contratos administrativos de concessão, adaptando sua estrutura organizacional para esse escopo e especializando-se nas áreas de gestão, operação e na alavancagem financeira para tais empreendimentos.

A empresa adotou uma estratégia bastante sólida de modo a garantir sua participação no mercado, através da associação com empresas também locadas nesta área e igualmente através da criação dentro da empresa, de um novo setor para atuar na análise econômico-financeira, na preparação de propostas e como agentes no "start up" da concessionária.

A companhia já está colhendo resultados dessa política, com a operação de concessão rodoviária no Estado do Rio Grande do Sul, onde já realizou os serviços iniciais e deve iniciar a cobrança de pedágios ao longo deste exercício de 1998, tendo a certeza de atender plenamente os usuários através de uma operação segura e eficaz. Pelo excelente desempenho apresentado nas concessões em andamento, a empresa tem grandes perspectivas para a ampliação de sua carteira de negócios sob o regime de concessão, pois já agregou expressivo "know how" na alavancagem financeira, na gestão e na operação dessa espécie de empreendimento.

Quanto ao segmento da INSPEÇÃO VEICULAR, a empresa continua ativa no setor, inclusive com o incremento da tecnologia que lhe é assegurada pela empresa sueca AB SVENSK BILPROVNING, e continua aguardando para o segundo semestre de 1998 a regulamentação pelo Departamento de Trânsito – DETRAN, conforme o Novo Código de Trânsito.

4. INVESTIMENTOS

A empresa investiu US\$ 8,5 milhões, durante o exercício de 1997, na renovação de seus equipamentos pesados, com o objetivo de alcançar maior produtividade e qualidade nos serviços executados e, conseqüentemente, maior lucratividade. Para o exercício de 1998, a estimativa de investimentos é de mais US\$ 8 milhões.

5. RECURSOS HUMANOS

A empresa está consciente de que, investindo na qualidade e no conhecimento de seus funcionários, obterá maior produtividade e qualidade.

O Departamento de Treinamento teve como objetivo enfatizar o trabalho em equipe, parcerias, e, principalmente, aprimorar o conhecimento de todos, segundo o sistema implantado em 1996, qualificando os diversos setores da companhia como CENTROS DE LUCROS.

Os objetivos principais da política de Recursos Humanos dão ênfase às três premissas básicas e fundamentais perseguidas, que são: "PROFISSIONALISMO", "EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO" e "QUALIDADE DE VIDA", pois, se tais diretrizes funcionais forem alcançadas em sua plenitude, a administração da companhia, com certeza, terá uma equipe unida, produtiva e motivada, que trabalhará com o objetivo de sempre atingir as metas estabelecidas pela empresa (Centros de Lucros).

O Programa do Departamento de Treinamento é pré-estabelecido, no início de cada exercício social, buscando atender a todas as necessidades das Áreas de Produção, de Apoio e Administrativa, fazendo-o por meio de cursos, estágios e programas de treinamento internos e externos. Todos os funcionários treinados são avaliados semestralmente, para verificação do retorno obtido quanto aos treinamentos e/ou cursos ministrados. Com essa medida, são igualmente analisadas as condições do Departamento de Treinamento e o grau de eficiência das empresas externas contratadas.

No exercício de 1997, a companhia investiu, no desenvolvimento profissional de seus funcionários, o valor de R\$ 390 mil em cursos realizados nas Áreas Operacionais e Administrativas, sendo de registrar que 933 funcionários participaram dos programas de Treinamento. Ressaltamos que a empresa vem priorizando cursos cujos objetivos principais são a qualidade, a produtividade e a tecnologia.

A CONSTRUTORA SULTEPA S.A. proporciona a seus funcionários assistência médico-odontológica, refeições, biblioteca e colabora em todos os eventos da Associação dos Funcionários do Grupo Sultepa e da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo do Grupo Sultepa Ltda.

A preocupação da administração da empresa com a política de Recursos Humanos é significativa, valendo salientar, por exemplo, o sucesso obtido junto aos funcionários, com a estruturação do Plano de Aposentadoria contratado com a BRASILPREV.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Em 31/12/1997, havia 1.424 empregados, representando esse número um acréscimo de 16% em comparação com dezembro de 1996. Destaca-se que, além dos funcionários contratados, atuam nas obras da companhia outras 925 pessoas, entre transportadores e subempreiteiros.

A companhia mantém, junto à comunidade, a ESCOLA PROJETO PESCAR, que tem por objetivo preparar o adolescente de baixa renda para o mercado de trabalho, e a CRECHE MARIA DOLABELA, que beneficia crianças carentes.

6. NBR ISO 9002 – BUSCA DA CERTIFICAÇÃO

Na incessante busca da qualidade e, conseqüentemente, da decorrente produtividade, a empresa participa, a três anos, de um dos melhores Programas de Qualidade do País, que é o “PROGRAMA GAÚCHO DE QUALIDADE TOTAL”, coordenado pela FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FIERGS. Cumpre destacar que os certificados anuais vêm sendo outorgados com pontuações crescentes, o que encoraja cada vez mais esta companhia a perseguir sua política de investir em qualidade. Certamente como reconhecimento por esse esforço, a empresa foi agraciada e homenageada em 1997 com o prêmio “TOP DE MARKETING – ADVB”, oferecido por uma das instituições mais sérias e assim reconhecida no País.

Também com o objetivo de alcançarmos o mais rápido possível a certificação NRB ISO 9002, contratamos, em novembro de 1997, a empresa MAGNUS CONSULTORIA A SERVIÇO DA QUALIDADE TOTAL LTDA., com larga experiência nesta área. O prazo estabelecido pela consultoria foi no sentido de, até novembro de 1998, estarmos aptos para avaliação e certificação no escopo dos Departamentos de Recursos Humanos, Treinamento e Segurança.

7. REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA COMPANHIA

A empresa continua dando apoio ao “PROJETO DE CENTRO DE LUCROS E UNIDADES DE NEGÓCIOS”, principalmente neste momento, em que o segmento está voltado para Obras de Privatização, Concessões e Inspeção Veicular, já que em tais obras o elemento diferencial a que se propôs esta companhia, em sua estratégia de ação, é a qualidade dos serviços executados, maneira pela qual tem certeza de poder diferenciar-se das demais concorrentes.

Nesse tipo de obras, efetivamente os serviços não podem ser feitos por erros ou falhas técnicas, pois o preço pago pelo usuário será o mesmo e o tempo de duração da qualidade do serviço executado será o fato determinante do lucro nessa operação.

A administração tem comprovado o êxito do Projeto de Centro de Lucros e Unidade de Negócios pela produtividade aferida por funcionário, em relação à Receita dos Serviços Executados.

Ressalta-se que o Comitê Coordenador e Avaliador do Centro de Lucros está aprimorando cada vez mais os mecanismos de análise dos resultados alcançados mensalmente, através do estabelecimento de metas nas reuniões periódicas com os responsáveis pelas Unidades de Negócios e Centro de Lucros (Operacionais e Administrativos).

8. ASPECTOS SOCIETÁRIOS

A Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da companhia, realizada 02/06/1997, aprovou as demonstrações contábeis financeiras pertinentes ao exercício social de 31/12/1996. A ata encontra-se arquivada no Órgão do Registro do Comércio e foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e na Gazeta Mercantil.

No exercício foram negociadas 927.000 ações preferenciais na Bolsa de Valores e, na BOVESPA as ações da SULTEPA estiveram presentes em 140 pregões, num total de 249.

Destaca-se a significativa valorização das ações da companhia que, em dezembro de 1998, estavam no patamar de R\$ 1,25 e, em dezembro de 1997, situavam-se em R\$ 4,49.

Esta administração entende que a valorização das ações se deve, principalmente, ao sucesso do Projeto de Reestruturação da empresa, e também aos concretos resultados já obtidos, à Carteira de Contratos, e à agressiva participação da companhia nos Programas de Privatização e de Concessões. Destaque-se, outrossim, o trabalho desenvolvido junto aos acionistas, analistas de mercado, jornalistas econômicos, fundações e instituições financeiras. Esses profissionais souberam avaliar com clareza a intenção desta companhia no sentido de fornecer ao mercado informações trimestrais transparentes, e até mensais, quando relevantes.

O Departamento de Relações com o Mercado procura sempre estar atento aos programas e eventos das ABAMEC's e demais instituições de Mercado de Capitais.

9. PERSPECTIVAS

A empresa continua confiante no desenvolvimento do País e na continuidade do êxito do Plano Real, assim como no efetivo engajamento comercial do MERCOSUL. Também está certa de uma maior consistência e agilidade nos Programas de Reformas Estruturais do Governo.

O sucesso dessa reforma fará com que o País entre numa fase de efetiva estabilidade e crescimento, apresentando desenvolvimento significativo, na medida em que estimulará o setor privado, captará recursos internacionais, gerará empreendimentos e conseqüente aquecimento da economia, dando assim reais condições para investimentos prioritários nas áreas de infra-estrutura, saúde, habitação, educação, saneamento, segurança, etc.

A CONSTRUTORA SULTEPA está preparada para colaborar com o Governo Federal, e também com os Governos Estaduais e Municipais, assim como com os Clientes Privados, em todas as formas que visem o desenvolvimento, o crescimento da economia e, principalmente, ao atendimento às necessidades e ao bom estar do povo brasileiro.

Reitere-se a opinião de que os investimentos, sejam públicos ou privados, nas áreas e no segmento de atuação da empresa não poderão ser mais adiados, pois além de terem suas dotações notadamente reduzidas na última década, atualmente são extremamente necessários para o desenvolvimento e crescimento do País.

Esta administração está segura de que sua equipe possui alta capacitação técnica, como resultado do programa de desenvolvimento profissional e pessoal, atuando sempre de acordo com as metas emanadas do Projeto de Gestão Participativa, Unidade de Negócios e Centro de Lucros. Assim, os profissionais da empresa estão aptos a superar os desafios que lhes sejam apresentados. A alta Administração da companhia, em face de significativos investimentos operacionais em modernização e tecnologia, encara o futuro com tranqüilidade e a confiança de um bom desempenho.

10. AGRADECIMENTOS

A administração da empresa manifesta seus melhores agradecimentos aos senhores acionistas, debenturistas, conselheiros, clientes, fornecedores, representantes de entidades governamentais em todos os níveis, entidades de classe, e, especialmente, um agradecimento e uma homenagem especial ao nosso eficiente e dedicado grupo de funcionários e demais colaboradores, enfim, agradecendo a todos pelo apoio, compreensão, confiança e estímulo recebido.

ESTÂNCIA VELHA, em 15 de abril de 1998

A ADMINISTRAÇÃO

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



BALANCETE PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Milhares de R\$)

	Controladora		Consolidado	
	1997	1996	1997	1996
ATIVO				
CIRCULANTE	108.319	90.054	146.274	122.121
DISPONIBILIDADES	554	1.563	1.690	3.117
Caixa	9	11	11	11
Depósitos Bancários à Disposição	432	199	1.055	638
Valores Vinc. ao Merc. Aberto	108	1.346	619	2.461
Consórcio Conesul - Disponível	3	7	3	7
Consórcio TSB - Disponível	2	-	2	-
CRÉDITOS	105.195	85.432	138.757	115.557
Crédito a Receber de Clientes	91.607	77.404	122.245	105.090
Cauções e Retenções Contratuais	92	6	443	173
Adiantamentos Diversos	383	456	2.418	2.543
Impostos a Recuperar	615	172	832	292
Devedores Diversos	5.740	482	6.061	547
Consórcio Conesul - Créditos	6.758	6.912	6.758	6.912
ESTOQUES	2.453	2.981	5.576	3.305
Materiais e Peças	836	840	1.607	997
Terrenos a Comercializar	1.617	2.141	3.969	2.308
IMPORTAÇÃO EM ANDAMENTO	33	-	33	-
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	84	78	218	142
Seguros Vincendos	82	48	216	112
Juros Antecipados	1	30	1	30
Consórcio TSB	1	-	1	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	41.961	16.768	38.655	10.740
CRÉDITOS	39.634	15.532	36.327	9.468
Letras Financeiras	4.610	-	4.610	-
Créditos em Controladas	12.022	6.652	-	-
Créditos com Controladora	4.042	2.966	4.042	2.966
Depósitos Judiciais	663	645	690	651
Empréstimos Compulsórios	354	305	376	324
Contas a Receber	12.935	-	21.601	563
Consórcio Conesul	5.004	4.964	5.004	4.964
Consórcio TSB	4	-	4	-
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	2.327	1.236	2.328	1.272
Despesas com Debêntures	2.308	1.236	2.308	1.236
Seguros Vincendos	19	-	20	36
TOTAL DO CIRCULANTE + REALIZÁVEL L.P.	150.280	106.822	184.929	132.861
PERMANENTE	70.923	69.635	60.933	59.741
INVESTIMENTOS	24.690	24.283	267	512
Participação em Controladas	24.466	24.083	-	-
Particip. por Incentivos Fiscais	149	149	163	163
Particip. em Outras Empresas	41	41	70	339
Títulos de Capitalização	34	10	34	10
IMOBILIZADO	45.970	45.182	60.403	59.059
Imóveis	41.808	41.808	52.811	52.802
Máquinas e Equipamentos	48.996	49.887	66.714	66.788
Veículos	7.160	6.732	8.660	8.260
Móveis e Utensílios	2.114	2.036	2.516	2.346
Direito ao Uso Telefone	48	32	135	117
Imobilizado em Processo	10	25	362	209
(-) Depreciações Acumuladas	(54.388)	(55.590)	(71.017)	(71.715)
Consórcio Conesul - Imobilizado	191	252	191	252
Consórcio TSB - Imobilizado	31	-	31	-
DIFERIDO	263	170	263	170
Desp. Pré-Operacionais	263	118	263	118
Consórcio Conesul	-	52	-	52
TOTAL DO ATIVO	221.203	176.457	245.862	192.602

	Controladora		Consolidado	
	1997	1996	1997	1996
PASSIVO				
CIRCULANTE	<u>53.153</u>	<u>31.872</u>	<u>61.217</u>	<u>39.741</u>
Fornecedores	3.193	1.665	4.346	3.583
Instituições Financeiras	13.533	4.808	14.185	5.737
Debêntures	6.023	2.637	6.023	2.637
Impostos a Pagar	6.384	3.853	8.038	5.347
Contrib. Previd. a Pagar	1.640	7.693	2.011	8.351
Salários e Ordenados a Pagar	547	384	859	678
Dividendos a Distribuir	722	409	722	409
Credores Diversos	10.157	8.904	13.238	10.741
Prov. p/ Férias	854	970	1.695	1.709
Consórcio Conesul	397	549	397	549
Consórcio TSB	9.703	-	9.703	-
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	<u>45.941</u>	<u>42.364</u>	<u>48.119</u>	<u>41.391</u>
Empresas Controladas	1.949	1.949	-	-
Instituições Financeiras	5.368	6.049	5.791	6.320
Impostos a Pagar	11.242	8.834	12.069	9.315
Retenções de Subempreitada	77	35	483	259
Credores Diversos	2.971	1.637	5.442	1.637
Debêntures	24.172	23.698	24.172	23.698
Consórcio Conesul	162	162	162	162
TOTAL DO CIRCULANTE + EXIGÍVEL L.P.	<u>99.094</u>	<u>74.236</u>	<u>109.336</u>	<u>81.132</u>
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	<u>16.395</u>	<u>3.272</u>	<u>20.395</u>	<u>3.272</u>
Receitas a Apropriar	14.328	892	23.338	892
Custos a Apropriar	(896)	(583)	(5.906)	(583)
Consórcio Conesul - Res.Exerc.Futuros	2.963	2.963	2.963	2.963
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.836</u>	<u>7.453</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>105.714</u>	<u>98.949</u>	<u>106.295</u>	<u>100.745</u>
CAPITAL SOCIAL	<u>78.921</u>	<u>73.208</u>	<u>78.921</u>	<u>73.208</u>
Capital Subscr. e Integralizado	78.921	73.208	78.921	73.208
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	<u>19.199</u>	<u>20.015</u>	<u>19.199</u>	<u>20.015</u>
Reserva de Reavaliação	16.247	16.838	16.247	16.838
Reserva de Reavaliação - Coligadas	2.952	3.177	2.952	3.177
RESERVA LEGAL	<u>374</u>	<u>213</u>	<u>374</u>	<u>213</u>
Reserva Legal	374	213	374	213
LUCROS ACUMULADOS	<u>7.220</u>	<u>5.513</u>	<u>7.801</u>	<u>7.309</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>221.203</u>	<u>176.457</u>	<u>245.862</u>	<u>192.602</u>



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997

(Em Milhares R\$)

	Controladora		Consolidado	
	1997	1996	1997	1996
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	<u>119.291</u>	<u>88.274</u>	<u>171.743</u>	<u>153.956</u>
Receita de Obra por Empreitada	102.869	80.090	150.924	140.367
Receita com Venda de Materiais	1.705	1.235	6.090	6.119
Receita com Vendas de Terrenos	540	561	552	1.082
Receita Consórcio Conesul	-	6.388	-	6.388
Receita Consórcio TSB	14.177	-	14.177	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	<u>(25.598)</u>	<u>(17.232)</u>	<u>(28.268)</u>	<u>(21.836)</u>
Subempreiteiros	(22.986)	(15.123)	(22.986)	(16.113)
Impostos	(2.576)	(2.012)	(5.207)	(5.307)
Consórcio Conesul - Deduções	-	(97)	-	(97)
Outros	(36)	-	(75)	(319)
RECEITA LÍQUIDA	<u>93.693</u>	<u>71.042</u>	<u>143.475</u>	<u>132.120</u>
CUSTOS OPERACIONAIS	<u>(70.289)</u>	<u>(42.551)</u>	<u>(107.164)</u>	<u>(91.150)</u>
Custos de Obras por Empreitada	(60.289)	(38.067)	(97.152)	(86.566)
Custos c/ Vendas de Terrenos	(336)	(691)	(348)	(791)
Custo Consórcio Conesul	-	(3.793)	-	(3.793)
Custo Consórcio TSB	(9.664)	-	(9.664)	-
LUCRO BRUTO	<u>23.404</u>	<u>28.491</u>	<u>36.311</u>	<u>40.970</u>
DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(20.242)</u>	<u>(29.177)</u>	<u>(28.958)</u>	<u>(36.356)</u>
Despesas Gerais e Administrativas	(6.960)	(6.228)	(12.175)	(10.805)
Despesas Financeiras	(17.490)	(20.337)	(19.518)	(22.860)
(-) Receitas Financeiras	4.952	453	3.876	732
Honorários dos Administradores	(602)	(504)	(999)	(862)
Depreciações	(58)	(53)	(58)	(53)
Despesas Financeiras - Consórcio Conesul	(167)	(895)	(167)	(895)
(-) Receitas Financeiras - Cons. Conesul	341	28	341	28
Consórcio Conesul - Desp. Operacionais	(257)	(1.641)	(257)	(1.641)
Consórcio TSB - Desp. Operacionais	(1)	-	(1)	-
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	<u>3.024</u>	<u>5.085</u>	<u>872</u>	<u>3.202</u>
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	<u>820</u>	<u>2.708</u>	<u>(48)</u>	<u>(99)</u>
RESULTADO OPERACIONAL	<u>7.006</u>	<u>7.107</u>	<u>8.177</u>	<u>7.717</u>
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	<u>2.808</u>	<u>3.898</u>	<u>3.898</u>	<u>3.898</u>
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	<u>(2.429)</u>	<u>(3.592)</u>	<u>(2.827)</u>	<u>(3.650)</u>
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES IMPOSTOS	<u>7.385</u>	<u>7.413</u>	<u>9.248</u>	<u>7.965</u>
PROVISÃO CONTRIB. SOCIAL	<u>(762)</u>	<u>-</u>	<u>(819)</u>	<u>(4)</u>
REVERSÃO PROVIS. IRPJ - DIFERIDO	<u>2.539</u>	<u>-</u>	<u>2.539</u>	<u>-</u>
PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA	<u>(1.677)</u>	<u>(2.539)</u>	<u>(1.780)</u>	<u>(2.547)</u>
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	<u>7.485</u>	<u>4.874</u>	<u>8.556</u>	<u>6.570</u>
De Minoritários	-	-	581	1.796
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>7.485</u>	<u>4.874</u>	<u>9.137</u>	<u>8.366</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	<u>0,59</u>	<u>0,39</u>	<u>-</u>	<u>-</u>



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Milhares R\$)

	Controladora		Consolidado	
	1997	1996	1997	1996
ORIGENS DOS RECURSOS				
DAS OPERAÇÕES	21.638	4.655	28.292	9.265
Resultado Líquido do Exercício	7.485	4.874	8.556	6.570
VALORES QUE NÃO AFETAM O CAPITAL CIRCULANTE				
Depreciações	1.130	2.128	1.479	2.889
Resultado Equivalência Patrimonial	(820)	(2.707)	48	-
Valor Residual do Perman. Baixado/Vendido	720	1.014	1.086	1.292
Varição nos Reult. Exercícios Futuros	13.123	(654)	17.123	(1.486)
DE ACIONISTAS E TERCEIROS	614	11.357	6.967	8.737
Aumento Exigível L. P.	614	11.357	6.728	8.737
Integralização de Capital	-	-	239	-
TOTAL DAS ORIGENS	<u>22.252</u>	<u>16.012</u>	<u>35.259</u>	<u>18.002</u>
APLICAÇÕES DOS RECURSOS				
Acréscimo Diferido	145	49	-	49
Em Investimentos	24	290	302	479
Em Imobilizado	2.149	807	3.503	1.504
Dividendos Propostos/Distribuídos	721	409	862	-
No Realizável L. P.	22.229	3.829	27.915	5.855
TOTAL DAS APLICAÇÕES	<u>25.268</u>	<u>5.384</u>	<u>32.582</u>	<u>7.887</u>
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE	<u>(3.016)</u>	<u>10.268</u>	<u>2.677</u>	<u>10.115</u>
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO				
ATIVO CIRCULANTE	18.265	5.799	24.153	8.689
No Início do Exercício	90.054	84.254	122.121	113.432
No Fim do Exercício	108.319	90.053	146.274	122.121
PASSIVO CIRCULANTE	21.281	(4.829)	21.476	(1.426)
No Início do Exercício	31.872	36.701	39.741	41.167
No Fim do Exercício	53.153	31.872	61.217	39.741
AUMENTO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>(3.016)</u>	<u>10.628</u>	<u>2.677</u>	<u>10.115</u>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Milhares R\$)

ELEMENTOS	Reserva de Capital			Reserva de Reavaliações		Reserva de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	TOTAIS
	Capital Social	Corr. Monet. do Capital	Ágio s/ ações emitidas	Ativos Próprios	Ativos de Controladas	Reserva Legal		
Saldos em 31/12/95	72.284	16.237	55	18.300	3.382	-	(15.774)	94.484
Capitalização de Reservas	16.292	(16.237)	(55)	-	-	-	-	-
Redução de Capital	(15.368)	-	-	-	-	-	15.368	-
Constituição de Reserva	-	-	-	-	-	213	(213)	-
Realiz. Res. Reavaliação	-	-	-	(1.462)	(205)	-	1.667	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	4.874	4.874
Dividendos a Distribuir	-	-	-	-	-	-	(409)	(409)
Saldos em 31/12/96	73.208	-	-	16.838	3.177	213	5.513	98.949
Capitalização de Reservas	5.713	-	-	-	-	(213)	(5.500)	-
Constituição de Reserva	-	-	-	-	-	374	(374)	-
Realiz. Res. Reavaliação	-	-	-	(591)	(225)	-	816	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	7.485	7.485
Dividendos a Distribuir	-	-	-	-	-	-	(720)	(720)
Saldos em 31/12/97	78.921	-	-	16.247	2.952	374	7.220	105.714

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 1996

Por determinação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, esta companhia procedeu ao refazimento das demonstrações financeiras referente ao exercício de 1996. Tais demonstrações contêm as seguintes correções:

- 1.1. Consolidação das demonstrações financeiras de acordo com as disposições da instrução CVM nº 247/96, relativo ao exercício de 1996.
- 1.2. Estorno da conta de créditos com clientes – Consórcio Conesul, no Ativo Realizável Longo Prazo, atendendo Parecer de Orientação CVM nº 15/87, item 6.
- 1.3. Estorno da conta Realização de resultados – Consórcio Conesul, constante nas mutações do patrimônio líquido.
- 1.4. Estorno da conta Provisão de financiamentos-Consórcio Conesul no Passivo Exigível Longo Prazo, conta esta relacionada ao item 1.2.

NOTA 2. ATIVIDADES OPERACIONAIS

A Construtora Sultepa S.A. é uma empresa de capital abertos, com sede em Estância Velha (RS), com administração em Porto Alegre (RS) e escritórios regionais em Florianópolis (SC), Rio de Janeiro (RJ), São Luís (MA), Brasília (DF) e Campina Grande do Sul (PR). A companhia tem por objeto a construção civil em geral, inclusive estudos, projetos, administração de obras de engenharia pública e privada, além de participação em outras empresas.

NOTA 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. Demonstrações contábeis pela legislação societária

As demonstrações da companhia foram elaboradas de acordo com a lei das sociedades por ações, Lei nº 6.404/76 e normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que através da instrução nº 248/96 tornou facultativa a divulgação das demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante, em função da eliminação da correção monetária de balanço a partir de 01 de janeiro de 1996 através da lei nº 9.249/95.

3.2. Demonstrações contábeis consolidadas

Foram elaboradas conforme previsto na lei das sociedades por Ações, bem como pelas normas emanadas pela CVM, e incluem todas as empresas controladas.

Na consolidação foram eliminadas as participações da empresa Controlada Controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as mesmas.

Os investimentos nas empresas controladas estão demonstrados na nota nº5.

NOTA 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Resultados das Operações

Apurado pelo regime de competência, inclui rendimentos, variações monetárias ou cambiais e encargos contratuais incidentes sobre os ativos e passivos.

b) Aplicação de liquidez imediata

Estão demonstradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

c) Estoque

Estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excedem ao valor de mercado.

d) Investimentos

Os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de Equivalência Patrimonial, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 5.

Os demais investimentos estão registrados pelo valor de custo, acrescido da correção monetária até 31/12/1995.

e) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição e de reavaliações efetuadas, acrescido da correção monetária até 31/12/1995.

As depreciações foram calculadas pelo método linear e na nota explicativa nº 6 estão apresentadas as taxas utilizadas.

f) Diferido

Está demonstrado pelo custo, deduzido da amortização acumulada, corrigido monetariamente até 31/12/1995.



NOTA 5. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS

Os investimentos nas empresas controladas, bem como as mutações de suas respectivas contas, estão representadas no quadro abaixo:

Descrição	(Em R\$ 1,00)					
	Sulcatarinense Artefatos de Cimentos Ltda.	Pedrasul Construtora Ltda.	Sulmat Materiais de Construção Ltda.	PN Turismo Ltda.	Contesa Engenharia Ltda.	Sulbrape Construtora Ltda.
INVESTIMENTOS						
Capital Social	5.238.600	20.120.800	1.328.700	3.802.088	2.938.700	300.000
Patrimônio Líquido	12.107.262	10.197.437	547.832	8.263.495	3.928.520	5.839.170
Participação %	45,00	99,61	98,89	45,00	54,67	42,00
Valor Nominal	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
MUTAÇÕES NAS CONTAS DE INVESTIMENTOS						
Saldo inicial	5.124.558	10.358.945	246.849	3.713.077	2.187.385	2.452.581
Aumento/Redução Investimento	-	-	-	-	(437.360)	-
Equival. Patrimonial	323.710	(201.277)	294.902	5.481	397.697	(130)
Saldo Final	5.448.268	10.157.668	541.751	3.718.558	2.147.722	2.452.451
Saldo em Conta Corrente	2.244.467D	7.775.317D	247.708D	1.948.903C	512.669D	-

NOTA 6. IMOBILIZADO

Demonstramos, a seguir, as taxas de depreciações do ativo imobilizado:

Composição	Taxa de Depreciação
Imóveis	4%
Máquinas e Equipamentos	10%
Veículos	20%
Móveis e Utensílios	10%
TOTAIS	-

NOTA 7. DEPRECIACÕES

As depreciações do imobilizado, estão demonstradas conforme abaixo:

Descrição	(Em R\$ 1,00)	
	Controladora	Consolidado
Imóveis	304.096	304.096
Máquinas e Equipamentos	46.715.690	61.857.323
Veículos	5.750.413	7.073.992
Móveis e Utensílios	1.617.929	1.765.814
TOTAIS	54.388.128	71.001.225

NOTA 8. REAVALIAÇÕES

Em 1994 a empresa efetuou reavaliações em diversas áreas da empresa, que compõem o complexo industrial da britagem, bem como em propriedades de imóveis a comercializar.

Anteriormente foram realizadas reavaliações em veículos, máquinas e equipamentos pesados, de propriedade da empresa controladora, bem como de controladas.

A composição das reavaliações ao término de exercício está assim demonstrada.

<u>Saldo Reavaliações em 31/12/97</u>	<u>Controladora</u>	<u>Controlada</u>
Imóveis	15.112.055	2.774.808
Máquinas	808.432	177.115
Equipamentos	326.317	-
Veículos		
	16.246.804	2.951.923

Ao longo do exercício de 1997, foram transferidos para lucros acumulados, as realizações da Reserva de Reavaliação conforme demonstrado abaixo.

Empresas	(Em R\$ 1,00)	
	1997	1996
Controladora	591.043	1.462.138
Controladas	225.437	205.031



NOTA 9. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO**a) Empresas Controladas e Coligadas**

Refere-se a operações de mútuo, contratados com empresas ligadas. Na nota nº 5 apresentamos os investimentos em empresas ligadas, bem como saldos em conta corrente.

b) Instituições Financeiras

São empréstimos e financiamentos, que se destinam a capital de giro e FINAME, contratados em moeda estrangeira e nacional, com vencimento até o ano de 2002.

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional estão sujeitos a uma taxa média ao mês de 2%+TR.

Os empréstimos em moeda estrangeira (Resolução nº 63) estão sujeitos a uma taxa média de 1,60%+ Variação Cambial.

Em garantia dos empréstimos na modalidade capital de giro, foram oferecidas hipotecas de propriedades da empresa.

Quanto aos financiamentos na modalidade FINAME, foi oferecida em garantia, alienação de máquinas rodoviárias.

Nas operações de financiamentos em dólar, as garantias foram dadas por Notas Promissórias.

	(Em R\$ 1,00)			
	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Capital de giro	12.754.483	1.584.543	240.733	55.820
FINAME	236.776	671.531	300.588	59.642
TOTAL	12.991.259	2.256.074	541.321	115.462

c) Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social

Foi constituída provisão de IRPJ e contribuição social sobre a parcela diferida dos lucros proporcionais às receitas não recebidas, decorrentes de contratos com órgãos públicos. A nota 10 demonstra as provisões efetuadas no exercício.

d) Demais Tributos a Pagar

Referem-se a impostos e contribuições parcelados, conforme previsto na legislação.

Demonstramos abaixo os principais parcelamentos:

<u>Tributos parcelados</u>	(Em R\$ 1,00)	
	<u>Valor em 31/12/1997</u>	<u>Vcto. Final</u>
COFINS	1.291.811	2001
PIS	106.965	1999
INSS	7.177.066	2002
IRPJ	565.820	2001

NOTA 10. PROVISÃO DE IMPOSTOS

A composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro estão demonstrados como segue:

	(Em R\$ 1,00)	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
1) Imposto de Renda		
Imposto de Renda do Exercício	509.426	103.191
Imposto de Renda Diferido	1.167.903	-
2) Contribuição Social		
Contribuição Social do Exercício	380.954	56.773
Contribuição Social Diferido	381.409	-

NOTA 11. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de R\$ 193.986.000,00, sendo que está subscrito e realizado o valor de R\$ 78.921.000,00, conforme AGO-E de 02/06/1997.

Em 31 de dezembro de 1997, a composição acionária do capital subscrito era a seguinte:

<u>Ações</u>	<u>Quantidades</u>
Ordinárias	7.489.720
Prefeituras	5.110.280
TOTAL	12.600.000

NOTA 12. COBERTURA DE SEGUROS

A companhia adota uma política de seguros em que considera a concentração de riscos e a relevância de seus ativos.

Abaixo demonstramos as principais coberturas de seguros vigentes em 31/12/1997.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

<u>Descrição</u>	<u>Tipo De Seguro</u>	(Em R\$ 1,00) <u>Importância Segurada</u>
Veículos	Riscos Diversos	10.001.330
Máquinas	Riscos Diversos	2.840.150
Instalações	Incêndio/Riscos Diversos	1.941.952
TOTAL	-	14.783.432

NOTA 13. DIVIDENDOS

A empresa constituiu, no exercício findo, provisão para dividendos somente para as ações preferenciais.

Demonstramos abaixo o valor provisionado.

	(Em R\$ 1,00)
Lucro Líquido do Exercício	7.484.646
Constituição da Reserva Legal	373.232
Base de Cálculo dos Dividendos	7.110.414
Dividendos Obrigatórios (25%)	1.777.603
Quantidade de Ações Preferenciais	5.110.280
Dividendos a Distribuir	720.549

NOTA 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A companhia não possui instrumentos financeiros que envolvem operações com a finalidade de reduzir as exposições a riscos de mercado no final do período.

Os instrumentos financeiros Ativos e Passivos em 31/12/1997, não são diferentes no que se refere a valores de mercado, bem como quanto os registrados.

NOTA 15. DEBÊNTURES

A composição das Debêntures está demonstrada da seguinte forma:

<u>1ª Emissão</u>	(Em R\$ 1,00)
1ª série	9.554.403
2ª série	7.654.160
	17.208.563
<u>2ª Emissão</u>	
Resgatados	
<u>3ª Emissão</u>	
Série única	12.986.452
TOTAL	30.195.015

VENCIMENTOS

Com relação aos vencimentos, a 1ª emissão terá as seguintes amortizações.

01/02/98	2,5% do valor nominal
01/05/98	2,5% do valor nominal
01/06/98	2,5% do valor nominal
01/07/98	2,5% do valor nominal
01/09/98	2,5% do valor nominal
01/11/98	20% do valor nominal
01/11/99	25% do valor nominal
01/11/2000	40% do valor nominal

A 3ª emissão terá seu vencimento em 15/07/2007.



NOTA 16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS – Em R\$ 1,00

Demonstramos a composição das despesas e receitas financeiras do exercício de 1997.

DESPESAS FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

<u>Descrição</u>	<u>(Em R\$ 1,00)</u> <u>Valor</u>
Despesas Bancárias	560.484
Juros Fornecedores	1.732.262
Var. Monet. Empréstimos	1.691.965
Var. Cambial	60.499
Empréstimos	4.614.737
Encargos Tributários	4.630.054
Encargos Debêntures	4.353.105
Juros Empréstimos	2.042.213
Outros	
TOTAL	19.685.319

RECEITAS FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

<u>DESCRIÇÃO</u>	
Rec. Aplic. Financeira	81.873
Var. Monet. Ativos	3.753.817
Outros	381.678
TOTAL	4.217.368

NOTA 17. DECISÃO JUDICIAL

A companhia obteve decisão favorável em ação ordinária na 17ª Vara Federal/Distrito Federal, tendo como ré o Depto. Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no que diz respeito a atrasos no pagamento de inúmeras medições executadas.

Em 31 de dezembro de 1997 o valor da ação ordinária importa em R\$ 12.935.028,00.

NOTA 18. LETRAS FINANCEIRAS

Em decorrência de negociação de Debêntures, a empresa recebeu R\$ 4.486 mil em Letras Financeiras do Estado de Alagoas (LFT – AL), as quais estão registradas na rubrica “Letras Financeiras”, no ativo realizável a longo prazo.

As atualizações efetuadas destes títulos, são reconhecidas pela taxa ANBID+1% a.m.

NOTA 19. OPERAÇÕES COM CONSÓRCIOS

A empresa participa de empreendimentos na forma de consórcios com outras empresas, com o objetivo de executar obras civis e terraplenagens.

Os consórcios constituídos são:

a) Consórcio Conesul

A empresa participa com 42% no empreendimento, que tem como objetivo a execução das edificações dos Centros de Apoio Integral à Criança – CAIC.

b) Consórcio TSB

Consórcio constituído para os serviços de terraplenagens do complexo automotivo da GM em Gravataí no RS.

A participação da empresa no consórcio é de 37,5%.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ PORTELLA NUNES
Presidente

SÉRGIO OCTÁVIO LINS
Vice - Presidente

Conselheiros:

ASTIR SANTOS E SILVA
BENO LUIZ KROEFF
JACY IRENA VEIT
PAULO CESAR BATTASTINI
ANTONIO SALVADOR

CONSELHO FISCAL

KHALIF ISSAC DAVID

EDUARDO CUNHA MÜLLER

PAULO OIAMA DE MACEDO

DIRETORIA

JOSÉ PORTELLA NUNES
Presidente

ROBERTO LINS PORTELLA NUNES
Diretor Superintendente Regional

JOSÉ CARLOS PORTELLA NUNES
Diretor Superintendente Regional

RICARDO LINS PORTELLA NUNES
Diretor Superintendente Regional

ÂNGELO LÚCIO VILLARINHO DA SILVA
Diretor Controller Administrativo

ASTIR BRASIL SANTOS E SILVA
Diretor Financeiro

WALDEMAR BARRETO JUNIOR
Diretor de Planejamento e Desenvolvimento

POMPÍLIO VIEIRA LOGUÉRCIO
Diretor de Obras

ENIO DE OLIVEIRA
Contador – CRC/RS – 42.966
CPF 278.075410-91

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

18 de abril de 1997

Aos Administradores e

Acionistas de Construtora Sultepa S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais de Construtora Sultepa S.A. e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 1996 e 1995 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a.) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; b.) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c.) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações tomadas em conjunto.
3. Conforme mencionada na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a companhia acatou a determinação da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, de refazer as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 1995, registrando ajustes de exercícios anteriores a débito de resultado do exercício, no total de R\$ 406.135. Conseqüentemente, o resultado daquele exercício foi reduzido naquela importância. De outro lado, ainda em atendimento à determinação da CVM, foi revertida à conta de "Provisão para Passivo Contingente - Consórcio Conesul", a importância de R\$ 2.963.198, que, segundo a CVM, foi indevidamente consignada à Conta "Reserva de Contingências" no exercício findo em 31 de dezembro de 1995. Outrossim, com base em parecer do Consultor Jurídico, consignou no Ativo Realizável a Longo Prazo, o mesmo montante, não afetando o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1995 mas, alterando o saldo de "Resultado de Exercícios Futuros - Consórcio Conesul".
4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo "1", exceto pela não divulgação das informações sobre os efeitos inflacionários, e observado o contido no parágrafo "3", apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de Construtora Sultepa S.A. e suas controladas, em 31 de dezembro de 1996 e 1995, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária. Tais princípios não requerem o reconhecimento dos efeitos inflacionários, conforme o mencionado na Nota Explicativa 3.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1998, elaboradas em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e as disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

1. ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E FINANCEIROS

No ano de 1998, a economia brasileira foi prejudicada pelas condições provenientes da crise econômica mundial, abrangendo desde a crise asiática à moratória russa. Os países emergentes, de modo particular o Brasil, que possuem déficit fiscal e na balança de transações correntes, com dívidas interna e externa de curto prazo, tiveram suas economias seriamente abaladas.

Com o objetivo de defender a estabilidade da moeda e proteger o Plano Real, o Governo brasileiro, em pleno período eleitoral e no meio de uma forte crise de credibilidade, principalmente externa, elevou, significativamente, as taxas de juros, tornando inviável o setor produtivo, independentemente do segmento de atuação. Destacamos, também, o relevante impacto – acima de qualquer expectativa – da flutuação cambial ocorrida nos primeiros meses do corrente ano de 1999, que causou ponderáveis preocupações às empresas.

A partir do segundo trimestre de 1999, a economia certamente começará a apresentar sinais de estabilização, com redução dos juros, ajuste do câmbio e moderado incremento inflacionário. Esses fatores, mantidas as tendências apontadas, farão com que a economia brasileira volte a um crescimento auto-sustentado.

Com relação ao segmento específico da companhia, o exercício de 1998 foi extremamente beneficiado pelos projetos de investimentos, privatizações e concessões, tanto no âmbito do Governo Federal como nas esferas dos Governos Estaduais e Municipais, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul. O resultado foi um crescimento significativo na Receita Operacional Bruta, no patamar de 25% (vinte e cinco por cento) em relação ao exercício anterior.

2. MERCADO

A CONSTRUTORA SULTEPA S.A. continua tendo como prioridade atuar em todos os Estados do País e no exterior, principalmente nos Países do Mercosul, devido à proximidade e ao bom relacionamento do Brasil com as nações vizinhas, no Cone Sul. Atualmente, atuamos nos Estados do RS, SC, PR, RJ, MA, SP e Distrito Federal. A Carteira de Contratos, em 31/12/1998, foi de R\$ 243 milhões, permanecendo nesse patamar no primeiro trimestre de 1999.

3. CONCESSÕES

Com a experiência acumulada ao longo de 42 anos de atuação no segmento de obras rodoviárias, a Construtora Sultepa S.A. objetivou, no ano de 1998, consolidar sua posição nesse mercado, com uma agressiva participação nos programas de concessões nos diversos Estados – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, São Paulo e Minas Gerais. A Companhia, no exercício de 1998, já teve participação significativa com a operação de concessão rodoviária no Rio Grande do Sul, onde procurou primar por um serviço qualificado, que desse aos usuários tranquilidade e, principalmente, segurança nas rodovias sob sua responsabilidade.

Os resultados apresentados pelas empresas concessionárias METROVIAS S.A. e SULVIAS S.A., entretanto, foram negativos, com um prejuízo de R\$ 1.514.380,00 (um milhão, quinhentos e quatorze mil trezentos e oitenta reais). A empresa controlada, PEDRASUL CONSTRUTORA LTDA. é, por sua vez, controladora da concessionária CONVIAS S.A., e também teve um prejuízo de R\$ 638.197,14 (seiscentos e trinta e oito mil cento e noventa e sete reais e quatorze centavos); desse modo, o resultado negativo desses empreendimentos, via equivalência patrimonial, no Demonstrativo de Resultados da companhia, totaliza R\$ 2.152.555,14 (dois milhões, cento e cinquenta e dois mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos).

O desempenho das concessões, durante o ano de 1998, foi afetado pela conjuntura macroeconômica, aumento de juros e desvalorização cambial, porém, nesse período, tivemos como fatos positivos a consolidação da cobrança do pedágio e a otimização das estruturas operacionais, projetando para o ano de 1999 o cumprimento das metas de resultados, previstas para o projeto de concessões.

A CONSTRUTORA SULTEPA S.A. continuará, ao longo dos próximos exercícios, investindo no segmento de concessões públicas, principalmente nas vinculadas ao programa de concessões rodoviárias do governo federal. A empresa montou parcerias consistentes para enfrentar esse mercado altamente competitivo.

Para os próximos exercícios, os resultados das Concessionárias serão melhores, pois os investimentos mais relevantes, como as obras básicas de restauração das rodovias, as reestruturações de algumas estradas, as construções das praças de pedágio, as obras de sinalização, as aquisições de ambulâncias, carros guinchos e outros equipamentos, bem como as edificações dos entornos de apoio, tudo isso já foi realizado.

Quanto ao segmento de INSPEÇÃO VEICULAR, continuamos bastante ativos. Além da parceria tecnológica com a empresa sueca AB SVENSK BILPROVNINGEN, estamos estabelecendo um acordo com outro grupo internacionalmente reconhecido, em fase de tratativas finais, de forma que apresentamos hoje uma posição bastante forte dentre os consórcios participantes. A previsão do DENATRAN é de que o Edital do processo licitatório seja publicado no primeiro semestre de 1999. Assim, estamos mantendo vários contatos com instituições financeiras e fabricantes de equipamentos, no país e no exterior, consolidando nossa estratégia. Isso nos garantirá, por certo, a obtenção de uma fatia de mercado importante nesse segmento.

4. INVESTIMENTOS

A empresa investiu R\$ 7,7 milhões no exercício, com o objetivo de alcançar maior produtividade e qualidade nos serviços executados e, conseqüentemente, maior lucratividade. Para o exercício de 1999, a previsão de investimentos em equipamentos operacionais é de US\$ 5,4 milhões.

Outro investimento importante, iniciado no exercício de 1998, foi na área de informática, com a implantação do Sistema "S A P", integrando a comunicação entre todas as Unidades da Empresa, com o objetivo de racionalizar operações, reduzindo custos administrativos e operacionais.

5. RECURSOS HUMANOS

O GRUPO SULTEPA sempre investiu e continuará investindo no projeto 'Qualidade e Aperfeiçoamento' de seus funcionários, certo de que, com esse enfoque, obterá maior produtividade e qualidade nos serviços prestados.

A prioridade na Política de Recursos Humanos está no quadrinômio 'PROFISSIONALISMO, EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO CONSTANTE e QUALIDADE DE VIDA, e tais diretrizes foram alcançadas em sua plenitude. O resultado obtido revela uma equipe unida, produtiva e motivada, que trabalha sempre visando atingir as metas estabelecidas pela administração da empresa.

O Departamento de Treinamento enfatiza o trabalho em parcerias e, principalmente, consolidou a implantação, em todo o corpo funcional, da noção do Sistema de Centro de Lucros, projeto iniciado em 1996. Assim, não havendo mais 'Centro de Custos' e sim 'Centro de Lucros', todos os departamentos da empresa devem gerar resultados positivos em suas respectivas áreas de atuação.

O programa anual do Departamento de Treinamento é preestabelecido no início de cada exercício social, buscando atender a todas as necessidades das Áreas de Produção, Apoio e Administração, através de cursos, estágios e programas de treinamento internos e externos. Todos os funcionários treinados são avaliados semestralmente, para verificação do retorno obtido, assim como os responsáveis pelos treinamentos, cursos ou palestras, sejam internas ou externas, quanto à qualidade dos trabalhos, porque a empresa está consciente de que os investimentos no pessoal afiguram-se de suma importância para gerar os resultados projetados.

No exercício de 1998, a empresa investiu R\$ 635 mil em cursos realizados nas Áreas Operacionais e Administrativas, sendo de registrar que 807 funcionários participaram dos programas de treinamento.

O GRUPO SULTEPA proporciona a seus funcionários assistência médico-odontológica, refeições, biblioteca e mantém colaborações com a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO SULTEPA e a COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DO GRUPO SULTEPA, para que todos os funcionários tenham um lazer de bom nível e acesso a financiamentos com encargos reduzidos. A empresa também mantém PLANO DE APOSENTADORIA contratado com a BRASILPREV. Esse conjunto de benefícios assegura condições de manter em seu quadro funcionários de ótimo nível.

Em 31/12/1998, havia 1.289 empregados, representando uma redução de 9 % comparada com dezembro de 1997. Destaca-se que, além dos funcionários contratados, atuam nas obras outras 850 pessoas, entre transportadores, subempreiteiros e outros serviços terceirizados.

A companhia se orgulha de manter, junto à Comunidade, a ESCOLA PROJETO PESCAR, que tem por objetivo preparar o adolescente de baixa renda para o mercado de trabalho e a CRECHE MARIA DOLABELA PORTELLA, que beneficia crianças carentes.

6. NBR ISO-9002

Na constante busca da qualidade e produtividade, visando sempre – mesmo que indiretamente – ao aumento do resultado econômico, a empresa está na fase final para obtenção da Certificação da ISO 9002, ou seja, no estágio de auditoria pela Certificadora DET NORSKE VERITAS LTDA., nos escopos de Recursos Humanos, Treinamento e Segurança. Cabe aqui destacar, no processo da busca da ISO 9002, a mobilização e dedicação geral de todos os funcionários da empresa.

A empresa continuará prestigiando e participando do PROGRAMA GAÚCHO DE QUALIDADE, coordenado pela Federação das Indústrias do Estado Rio Grande do Sul-FIERGS, um dos melhores Programas de Qualidade Total do País. Pelos trabalhos apresentados e pela atuação de seus representantes, a empresa tem se destacado e a Certificação outorgada anualmente vem sempre com pontuações crescentes, o que dá mais responsabilidade para a empresa, em investir em qualidade.

7. REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA COMPANHIA

A empresa está ciente de que o Projeto do CENTRO DE LUCROS e UNIDADES DE NEGÓCIOS será essencial para o seu desenvolvimento, principalmente no momento em que os investimentos públicos estão escassos. Desse modo, é necessário criatividade, iniciativa e agressividade buscando novos segmentos de atuação, aproveitando inclusive o momento de investimentos maiores em obras de Privatizações, Concessão e Inspeção Veicular.

A administração tem comprovado o êxito do PROJETO DE CENTRO DE LUCROS e UNIDADES DE NEGÓCIOS pela produtividade dos funcionários em relação à Receita dos Serviços Executados, assim como pelos resultados obtidos nas obras captadas por suas Instalações Operacionais.

Cabe ao Coordenador e Avaliador do Centro de Lucros analisar os Resultados alcançados mensalmente, através do estabelecimento de metas nas reuniões periódicas com os responsáveis pela Unidade de Negócios e Centro de Lucros.

8. ASPECTOS SOCIETÁRIOS

A Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da companhia, realizada em 30/04/1998, aprovou as demonstrações contábeis e financeiras concernentes ao exercício social de 31/12/1997. A ata respectiva encontra-se arquivada no Órgão de Registro do Comércio, e foi publicada no Diário Oficial do Estado e Gazeta Mercantil.

É de destacar que, apesar das dificuldades no final de 1998 e, sobretudo, no início de 1999, nas Bolsas de Valores do País e do mundo, as ações da companhia tiveram um desempenho considerado bom em relação às elevadas baixas nas cotações das ações em geral. Assim, enquanto a Bolsa de Valores de São Paulo registrou uma desvalorização de 33,5%, as ações da SulTEPA desvalorizaram, no mesmo período, apenas 13%. Estiveram presentes em 217 pregões e movimentaram R\$ 1.075.045,55 (hum milhão, setenta e cinco mil quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). O Departamento de Relações com o Mercado continuou procurando dar atenção especial aos acionistas, analistas, jornalistas econômico-financeiros, fundações e instituições financeiras, pois está consciente de que a transparência nas informações é uma obrigação das empresas de capital aberto. Também neste quesito, a companhia quer ter qualidade e se diferenciar das demais concorrentes.



Uma das principais metas do Departamento de Relações com o Mercado é estar atento a todos os eventos das ABAMEC's, BOLSA DE VALORES, ABRASCA, CVM e demais instituições de mercado de capitais do País ou exterior, para participar ou colaborar no êxito dos eventos, e, com isso, fortalecer o mercado de capitais e as empresas de capital aberto.

9. DIVIDENDOS

Na próxima Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no mês de abril de 1999, a administração da empresa irá propor o pagamento de dividendos na ordem de R\$ 461.969,00 (quatrocentos e sessenta e um mil novecentos e sessenta e nove reais) aos acionistas titulares de ações preferenciais. O valor de R\$ 677.338,00 (seiscentos e setenta e sete mil trezentos e trinta e oito reais), referente aos dividendos dos acionistas controladores, serão creditados em conta Dividendos a Distribuir no Exigível a Longo Prazo, com o objetivo de fortalecer o Caixa da Empresa.

O saldo remanescente na Conta Lucros Acumulados será destinado a aumento do Capital Social, incremento necessário face aos investimentos.

10. PERSPECTIVAS

A companhia tem certeza do desenvolvimento do País, confia na continuidade do Plano Real, e principalmente no controle da inflação, e espera que as Reformas Estruturais tenham continuidade para restabelecer a credibilidade interna e externa, para, com isso, criar-se um ambiente propício aos novos investimentos operacionais, que geram empregos e riquezas, possibilitando aos investidores externos aplicarem, com segurança, recursos em nosso País.

Com a falta de recursos públicos (federal, estaduais e municipais), as empresas esperam dos governantes atitudes objetivas quanto à consistência da economia e à viabilização de investimentos privados.

A CONSTRUTORA SULTEPA S.A. está preparada para colaborar com o Governo Federal e também com os Governos Estaduais e Municipais, assim como com os clientes privados em todas as iniciativas que visem ao desenvolvimento e ao crescimento da economia, e, principalmente, ao atendimento das necessidades do povo brasileiro.

Reitera e destaca a opinião de que os investimentos, sejam públicos ou privados, nas áreas e no segmento de atuação da empresa, não poderão ser mais adiados, pois, além de terem suas dotações reduzidas nos últimos dez anos, atualmente são extremamente necessários para o desenvolvimento e crescimento do País, minimizando o chamado Custo Brasil.

Considerando a Carteira de Obras Contratadas, e a agressiva atuação da nossa Área Comercial, buscando novos segmentos, diversificação, qualificação e captação técnica de sua equipe, a Alta Administração no exercício de 1999 espera consolidar seus principais projetos e apresentar um resultado ainda melhor que o apresentado no exercício de 1998.

11. AGRADECIMENTOS

A Administração da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. manifesta seus melhores agradecimentos aos senhores acionistas, debenturistas, conselheiros, clientes, fornecedores e representantes de entidades governamentais, pelo apoio recebido, e agradece também à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.



BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998

(Em milhares R\$)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997
CIRCULANTE	111.429	108.319	160.511	146.274
DISPONIBILIDADES	3.120	554	10.694	1.690
Caixa	12	9	12	11
Depósitos Bancários à Disposição	2.845	432	3.400	1.055
Valores Vinc. ao Merc. Aberto	255	108	7.270	619
Operções c/ Consórcios - Disponível	8	5	12	5
CRÉDITOS	105.597	105.195	138.085	138.757
Crédito a Receber de Clientes	76.829	91.607	109.222	122.245
Cauções e Retenções Contratuais	55	92	379	443
Adiantamentos Diversos	757	383	898	2.418
Impostos a Recuperar	777	615	1.093	832
Devedores Diversos	20.398	5.740	18.983	6.061
Operações c/ Consórcios	6.781	6.758	7.510	6.758
ESTOQUES	2.404	2.453	10.367	5.576
Materiais e Peças	907	836	1.604	1.607
Terrenos a Comercializar	1.497	1.617	8.763	3.969
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	92	84	1.149	218
Seguros Vincendos	92	82	334	216
Juros Antecipados	-	1	815	1
Operações c/ Consórcios	-	1	-	1
IMPORTAÇÃO EM ANDAMENTO	216	33	216	33
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	97.495	41.961	132.617	38.655
CRÉDITOS	95.329	39.634	130.451	36.327
Letras Financeiras	6.495	4.610	6.495	4.610
Créditos em Controladas	6.034	12.022	-	-
Créditos com Controladoras	3.484	4.042	3.484	4.042
Depósitos Judiciais	717	663	728	690
Devedores Diversos	-	-	25.505	-
Impostos a Recuperar	-	-	2.503	-
Empréstimos Compulsórios	397	354	403	376
Créditos por Demanda Judicial	73.810	12.935	86.941	21.601
Operações c/ Consórcios	4.392	5.008	4.392	5.008
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	2.166	2.327	2.166	2.328
Despesas com Debêntures	2.130	2.308	2.130	2.308
Seguros Vincendos	36	19	36	20
TOTAL DO CIRCULANTE + REALIZÁVEL L.P.	208.924	150.280	293.128	184.929
PERMANENTE	124.056	70.923	185.038	60.933
INVESTIMENTOS	29.475	24.690	1.109	267
Participação em Controladas	29.185	24.466	-	-
Particip. por Incentivos Fiscais	149	149	163	163
Particip. em Outras Empresas	45	41	850	70
Títulos de Capitalização	96	34	96	34
IMOBILIZADO	94.045	45.970	183.328	60.403
Imóveis	44.210	41.808	54.122	52.811
Máquinas e Equipamentos	67.998	48.996	84.759	66.714
Veículos	7.255	7.160	8.777	8.660
Móveis e Utensílios	2.662	2.114	3.702	2.516
Direito ao Uso de Lavras	25.691	-	25.809	-
Direito ao Uso Telefone	55	48	159	135
Imobiliz. em Processo	-	10	363	362
Imobilizado Conces. Rodovias	-	-	74.963	-
(-) Depreciações Acumuladas	(54.049)	(54.388)	(69.549)	(71.017)
Operações c/ Consórcios	223	222	223	222
DIFERIDO	536	263	601	263
Desp. Pré-Operacionais	536	263	601	263
TOTAL DO ATIVO	332.980	221.203	478.166	245.862

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997
CIRCULANTE	<u>38.290</u>	<u>53.153</u>	<u>119.174</u>	<u>61.217</u>
Fornecedores	2.389	3.193	22.322	4.346
Instituições Financeiras	11.824	13.533	60.570	14.185
Debêntures	4.298	6.023	4.298	6.023
Impostos a Pagar	10.488	6.384	11.785	8.038
Contrib. Previd. a Pagar	2.299	1.640	3.914	2.011
Salários e Ordenados a Pagar	541	547	1.556	859
Dividendos a Distribuir	468	722	468	722
Credores Diversos	3.976	10.157	8.207	13.238
Prov. p/ Férias	1.174	854	1.982	1.695
Operações c/ Consórcios	57	10.100	287	10.100
Títulos a Pagar	776	-	846	-
Provisão Custo Orçado	-	-	2.939	-
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	<u>63.979</u>	<u>45.941</u>	<u>89.656</u>	<u>48.119</u>
Empresas Controladas	1.949	1.949	-	-
Instituições Financeiras	8.255	2.372	10.140	5.791
Impostos a Pagar	8.895	11.242	10.227	12.069
Dividendos a Distribuir	677	-	677	-
Retenções de Subempregada	188	77	770	483
Credores Diversos	-	5.967	23.827	5.442
Debêntures	22.400	24.172	22.400	24.172
Operações c/ Consórcios	21.615	162	21.615	162
TOTAL DO CIRCULANTE + EXIGÍVEL L.P.	<u>102.269</u>	<u>99.094</u>	<u>208.830</u>	<u>109.336</u>
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	<u>77.210</u>	<u>16.395</u>	<u>97.284</u>	<u>20.395</u>
Receitas a Apropriar	74.944	14.328	98.608	23.338
Custos a Apropriar	(697)	(896)	(4.287)	(5.906)
Operações c/ Consórcios	2.963	2.963	2.963	2.963
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.652</u>	<u>9.836</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>153.501</u>	<u>105.714</u>	<u>151.400</u>	<u>106.295</u>
CAPITAL SOCIAL	<u>86.500</u>	<u>78.921</u>	<u>86.500</u>	<u>78.921</u>
Capital Subscr. e Integralizado	86.500	78.921	86.500	78.921
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	<u>63.779</u>	<u>19.199</u>	<u>63.779</u>	<u>19.199</u>
Reserva de Reavaliação	60.956	16.247	60.956	16.247
Reserva de Reavaliação - Coligadas	2.823	2.952	2.823	2.952
RESERVA DE LUCROS	<u>240</u>	<u>374</u>	<u>240</u>	<u>374</u>
Reserva Legal	240	374	240	374
LUCROS ACUMULADOS	<u>2.982</u>	<u>7.220</u>	<u>881</u>	<u>7.801</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>332.980</u>	<u>221.203</u>	<u>478.166</u>	<u>245.862</u>



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DEZEMBRO DE 1998

(Em milhares R\$)

	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	<u>150.600</u>	<u>119.291</u>	<u>222.057</u>	<u>171.743</u>
Receita de Obra por Empreitada	138.306	102.869	188.026	150.924
Receita com Venda de Materiais	1.905	1.705	6.600	6.090
Receita com Vendas de Terrenos/Imóveis	552	540	2.313	552
Receita c/ Pedágio	-	-	11.444	-
Operações c/ Consórcios	9.837	14.177	13.674	14.177
DEDUÇÕES DA RECEITA	<u>(26.703)</u>	<u>(25.598)</u>	<u>(30.480)</u>	<u>(28.268)</u>
Subempreiteiros	(20.980)	(22.986)	(21.979)	(22.986)
Impostos	(5.694)	(2.576)	(8.395)	(5.207)
Outros	(29)	(36)	(106)	(75)
RECEITA LÍQUIDA	<u>123.897</u>	<u>93.693</u>	<u>191.577</u>	<u>143.475</u>
CUSTOS OPERACIONAIS	<u>(103.126)</u>	<u>(70.289)</u>	<u>(151.635)</u>	<u>(107.164)</u>
Custos de Obras por Empreitada	(92.985)	(60.289)	(127.289)	(97.152)
Custo Vendas	-	-	(1.315)	-
Custos c/ Vendas de Terrenos/Imóveis	(322)	(336)	(1.649)	(348)
Custos c/ Pedágio	-	-	(8.635)	-
Operações c/ Consórcios	(9.819)	(9.664)	(12.747)	(9.664)
LUCRO BRUTO	<u>20.771</u>	<u>23.404</u>	<u>39.942</u>	<u>36.311</u>
DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(23.345)</u>	<u>(20.242)</u>	<u>(45.381)</u>	<u>(28.958)</u>
Despesas Gerais e Administrativas	(7.676)	(6.614)	(20.588)	(11.829)
Despesas Financeiras	(17.584)	(17.490)	(29.146)	(19.518)
(-) Receitas Financeiras	4.409	4.952	7.625	3.876
Honorários dos Administradores	(729)	(602)	(1.178)	(999)
Depreciações	(58)	(58)	(183)	(58)
Despesas Tributárias	(1.422)	(346)	(1.626)	(346)
Despesas Financeiras - Consórcios	-	(167)	-	(167)
(-) Receitas Financeiras - Consórcios	-	341	-	341
Desp. Operacionais - Consórcios	(285)	(258)	(285)	(258)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	<u>8.315</u>	<u>3.024</u>	<u>9.428</u>	<u>872</u>
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	<u>(1.387)</u>	<u>820</u>	<u>(638)</u>	<u>(48)</u>
RESULTADO OPERACIONAL	<u>4.354</u>	<u>7.006</u>	<u>3.351</u>	<u>8.177</u>
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	<u>2.859</u>	<u>2.808</u>	<u>2.978</u>	<u>3.898</u>
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	<u>(2.376)</u>	<u>(2.429)</u>	<u>(2.457)</u>	<u>(2.827)</u>
RESULTADO ANTES DAS PROV. IMPOSTOS	<u>4.837</u>	<u>7.385</u>	<u>3.872</u>	<u>9.248</u>
PROVISÃO CONTRIB. SOCIAL	<u>(516)</u>	<u>(762)</u>	<u>(534)</u>	<u>(819)</u>
REVERSÃO PROV. IRPJ/CONTR. SOC.-DIFERIDO	<u>1.549</u>	<u>2.539</u>	<u>1.549</u>	<u>2.539</u>
PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA	<u>(1.073)</u>	<u>(1.677)</u>	<u>(1.114)</u>	<u>(1.780)</u>
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	<u>4.797</u>	<u>7.485</u>	<u>3.773</u>	<u>9.188</u>
De Minoritários	-	-	(1.581)	581
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>4.797</u>	<u>7.485</u>	<u>3.773</u>	<u>9.188</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	<u>0,38</u>	<u>0,59</u>	<u>0,30</u>	<u>0,73</u>



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Milhares R\$)

	Controladora		Consolidado	
	1998	1997	1998	1997
ORIGENS DOS RECURSOS				
DAS OPERAÇÕES	69.039	21.638	85.775	29.505
Resultado Líquido do Exercício	4.797	7.485	3.773	9.769
VALORES QUE NÃO AFETAM O CAPITAL CIRCULANTE	64.242	14.153	82.002	19.736
Depreciações	1.376	1.130	2.124	1.479
Resultado Equivalência Patrimonial	1.387	(820)	638	48
Valor Residual do Perman.Baixado/Vendido	664	720	2.351	1.086
Varição nos Result.Exercícios Futuros	60.815	13.123	76.889	17.123
DE ACIONISTAS E TERCEIROS	18.038	614	41.537	6.967
Aumento Exigível L.P.	18.038	614	41.537	6.728
Integralização de Capital	-	-	-	239
TOTAL DAS ORIGENS	87.077	22.252	127.312	36.472
APLICAÇÕES DOS RECURSOS				
Acréscimo Diferido	273	145	338	-
Em Investimentos	6.172	24	1.413	302
Em Imobilizado	5.121	2.149	126.829	3.503
Dividendos Propostos/Distribuídos	1.139	721	1.139	862
No Realizável L.P.	55.534	22.229	40.448	27.915
Redução Particip. de Minoritários	-	-	-	1.213
Resultado Cisão ARTSUL	865	-	865	-
TOTAL DAS APLICAÇÕES	69.104	25.268	171.032	33.795
VARIAÇÃO CAPITAL CIRC. LÍQUIDO				
ATIVO CIRCULANTE	3.110	18.265	14.237	24.153
No Início do Exercício	108.319	90.054	146.274	122.121
No Fim do Exercício	111.429	108.319	160.511	146.274
PASSIVO CIRCULANTE	14.863	21.281	57.957	21.476
No Início do Exercício	53.153	31.872	61.217	39.741
No Fim do Exercício	38.290	53.153	119.174	61.217
AUMENTO CAPITAL CIRC.LÍQUIDO	17.973	(3.016)	(43.720)	2.677

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA

	Capital Social	Reserva de Reavaliações		Reserva de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Ativos Próprios	Ativos de Controladas	Reserva Legal		
Saldos em 31/12/96	73.208	16.838	3.177	213	5.513	98.949
Capitalização de Reservas	5.713	-	-	(213)	(5.500)	-
Constituição de Reserva	-	-	-	374	(374)	-
Realiz. Res. Reavaliação	-	(591)	(225)	-	816	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	7.485	7.485
Dividendos a Distribuir	-	-	-	-	(720)	(720)
Saldos em 31/12/97	78.921	16.247	2.952	374	7.220	105.714
Capitalização de Reservas	7.579	-	-	(374)	(7.205)	-
Constituição de Reserva	-	44.994	-	240	(240)	44.994
Realiz. Res. Reavaliação	-	(285)	(129)	-	414	-
Result. Cisão ARTSUL LTDA.	-	-	-	-	(865)	(865)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	4.797	4.797
Dividendos a Distribuir	-	-	-	-	(1.139)	(1.139)
Saldos em 31/12/98	86.500	60.956	2.823	240	2.982	153.501

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1. ATIVIDADES OPERACIONAIS

A Construtora Sultepa S.A. é uma empresa de capital aberto, com sede em Estância Velha (RS), com administração em Porto Alegre (RS) e escritórios regionais em Florianópolis (SC), Rio de Janeiro (RJ), São Luís (MA), Brasília (DF) e Campina Grande do Sul (PR). A companhia tem por objeto a construção civil em geral, inclusive estudos, projetos, administração de obras de engenharia pública e privada, além de participação em outras empresas.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Demonstrações contábeis pela legislação societária

As demonstrações da companhia foram elaboradas de acordo com a lei das sociedades por ações, Lei nº 6.404/76 e normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que através da instrução nº 248/96 tornou facultativa a divulgação das demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante, em função da eliminação da correção monetária de balanço a partir de 01 de janeiro de 1996 através da lei nº 9.249/95.

2.2. Demonstrações contábeis consolidadas

Foram elaboradas conforme previsto na lei das sociedades por Ações, bem como pelas normas emanadas pela CVM, e incluem todas as empresas controladas.

Na consolidação foram eliminadas as participações da empresa Controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as mesmas.

Os investimentos nas empresas controladas estão demonstrados na nota nº 21.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Resultados das Operações

Apurado pelo regime de competência, inclui rendimentos, variações monetárias ou cambiais e encargos contratuais incidentes sobre os ativos e passivos.

b) Aplicação de liquidez imediata

Estão demonstradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

c) Estoque

Estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excedem ao valor de mercado.

d) Investimentos

Os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de Equivalência Patrimonial, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº19.

Os demais investimentos estão registrados pelo valor de custo, acrescido da correção monetária até 31/12/1995.

e) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição e de reavaliações efetuadas, acrescido da correção monetária até 31/12/1995.

As depreciações foram calculadas pelo método linear e na nota explicativa nº4 estão apresentadas as taxas utilizadas.

f) Diferido

Estão demonstrados pelos custos, de aquisições.

NOTA 4. IMOBILIZADO

Demonstramos, a seguir, as taxas de depreciações do ativo imobilizado:

<u>Composição</u>	<u>Taxa de Depreciação</u>
Imóveis	4%
Máquinas e Equipamentos	10%
Veículos	20%
Móveis e Utensílios	10%

NOTA 5. DEPRECIAÇÕES

As depreciações do imobilizado, estão demonstradas conforme abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>(Em R\$ 1,00)</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Imóveis	342.558	385.119
Máquinas e Equipamentos	46.284.244	60.341.951
Veículos	5.804.333	7.012.640
Móveis e Utensílios	1.617.413	1.809.311
TOTAIS	54.048.548	69.549.021

NOTA 6. REAVALIAÇÕES

Em 30/09/98, foi efetuada a avaliação de bens, a preço de mercado, pela empresa especializada SETAE- Serviços Técnicos de Avaliações e Engenharia Ltda, cujo resultado está evidenciado a seguir:

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

<u>Item</u>	<u>Da Avaliação</u>	<u>Res.Contábil</u>	<u>Mais Valia</u>
Terrenos	2.467.608	1.669.725	797.883
Prédios/Benfeitorias	1.978.063	814.137	1.163.926
Direitos de Lavra	63.170.000	37.434.071	25.735.929
Máquinas e Equip. Pesados	18.687.268	1.390.638	17.296.630
TOTAL	86.302.939	41.308.571	44.994.368

Após a agregação dessa mais-valia aos valores já anteriormente reavaliados, a composição ao término de exercício está assim constituída:

	<u>(Em R\$ 1,00)</u>	
<u>Saldo Reavaliações em 31/12/98</u>	<u>Controladora</u>	<u>Controladas</u>
Imóveis	41.505.275	107.285
Máquinas	17.355.677	9.811
Equipamentos Diversos	169.012	120.323
Veículos	221.543	-
Direitos de Lavras	25.690.512	4.001.415
	84.942.019	4.238.834

Ao longo do exercício de 1998, foram transferidos para lucros acumulados, as Realizações da Reserva de Reavaliações conforme demonstrado abaixo:

	<u>(Em R\$ 1,00)</u>	
<u>Empresas</u>	<u>1998</u>	<u>1997</u>
Controladora	284.735	591.043
Controladas	129.063	225.437

NOTA 7. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) **Empresas Controladas e Coligadas**

Refere-se a operações de mútuo, contratados com empresas ligadas. Na nota nº19 apresentamos os investimentos em empresas ligadas, bem como saldos em conta corrente.

b) **Instituições Financeiras**

São empréstimos e financiamentos, que se destinam a capital de giro e FINAME, contratados em moeda estrangeira e nacional, com vencimento até o ano de 2002.

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional estão sujeitos a uma taxa de juros média ao mês de 2%+TR.

Os empréstimos em moeda estrangeira (Resolução nº 63) estão sujeitos a uma taxa de juros média de 1,60%+ Variação Cambial.

Em garantia dos empréstimos na modalidade capital de giro, foram oferecidas hipotecas de propriedades da empresa.

Quanto aos financiamentos na modalidade FINAME, foi oferecida em garantia, alienação de máquinas rodoviárias.

Nas operações de financiamentos em dólar, as garantias foram dadas por Notas Promissórias.

c) **Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social**

Foi constituída provisão de IRPJ e contribuição social sobre a parcela diferida dos lucros proporcionais às receitas não recebidas, decorrentes de contratos com órgãos públicos. A nota nº 12 demonstra as provisões efetuadas no exercício.

d) **Demais Tributos a Pagar**

Referem-se a impostos e contribuições parcelados, conforme previsto na legislação.

Demonstramos abaixo os principais parcelamentos:

	<u>(Em R\$ 1,00)</u>	
<u>Tributos parcelados</u>	<u>Valor em 31/12/1998</u>	<u>Vcto. Final</u>
COFINS	1.118.749	2001
PIS	145.874	2001
INSS	6.197.089	2005
IRPJ/CONTRIB.SOCIAL	463.930	2000

DEMONSTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

	<u>(Em R\$ 1,00)</u>		
	<u>Moeda Nacional</u>		<u>Moeda Estrangeira</u>
<u>Empréstimos</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Curto Prazo</u>
Capital de giro	10.292.096	4.870.235	64.851
FINAME	1.348.310	2.222.971	118.374
TOTAL	11.640.406	8.255.101	183.225



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

NOTA 8. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de R\$ 193.986.000,00, sendo que está subscrito e realizado o valor de R\$ 86.500.000,00, conforme AGO-E de 30/04/1998.

Em 31 de dezembro de 1998, a composição acionária do capital subscrito e integralizado era a seguinte:

<u>Tipo</u>	<u>Quantidades</u>
Ordinárias	7.489.720
Preferenciais	5.110.280
TOTAL	12.600.000

NOTA 9. COBERTURA DE SEGUROS

A companhia adota uma política de seguros em que considera a concentração de riscos e a relevância de seus ativos.

Abaixo, demonstramos as principais coberturas de seguros vigentes em 31/12/1998.

<u>Descrição</u>	<u>Tipo de Seguro</u>	<u>Importância Segurada</u>
Veículos	Riscos Diversos	10.245.953
Máquinas	Riscos Diversos	2.451.044
Instalações	Incêndio/Riscos Diversos	1.413.500
TOTAL	-	14.110.497

(Em R\$ 1,00)

NOTA 10. DIREITO DAS AÇÕES E DIVIDENDOS

Aos acionistas é assegurado o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e art. 7º do Estatuto Social da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na percepção do dividendo.

A proposta do dividendo total relativo ao exercício de 1998, que será encaminhada pela administração da companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, contempla o pagamento ao longo do exercício de 1999, de todos os dividendos relativos a ações preferenciais, ficando para os exercícios seguintes a distribuição de dividendos das ações ordinárias.

Tal medida, se deve à adequação de fluxos de caixa para investimentos que a Empresa realizará.

A seguir demonstramos a base de cálculo dos dividendos:

Lucro Líquido do Exercício	4.797.082
(-) Reserva Legal (5%)	239.854
(=) Base de Cálculo Dividendos	4.557.228
Dividendos Provisionados (25%)	1.139.307
Dividendos por Ação	0,0904
Distribuição por Tipo de Ação	
Ações Ordinárias	677.338
Ações Preferenciais	461.969

NOTA 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A companhia não possui instrumentos financeiros que envolvem operações com a finalidade de reduzir as exposições a riscos de mercado no final do período.

Os instrumentos financeiros Ativos e Passivos em 31/12/1998, não são diferentes no que se refere a valores de mercado, bem como quanto os registrados.

NOTA 12. PROVISÃO DE IMPOSTOS

A composição do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro estão demonstrados conforme abaixo:

a) IMPOSTO DE RENDA - (em R\$ 1,00)

	<u>Controladora</u>	<u>Controlada</u>
Curto Prazo	855.808	40.498
Longo Prazo	217.145	-
TOTAL	1.072.953	40.498

b) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - (em R\$ 1,00)

	<u>Controladora</u>	<u>Controlada</u>
Curto Prazo	438.434	18.730
Longo Prazo	77.166	-
TOTAL	515.600	18.730

NOTA 13. DEBÊNTURES

A composição das Debêntures está demonstrada da seguinte forma:

1ª Emissão	(Em R\$ 1,00)
1ª série	6.203.306
2ª série	4.972.131
	11.175.437

2ª Emissão

Resgatados

3ª Emissão

Série única

15.523.042

TOTAL

26.698.479

VENCIMENTOS

Com relação aos vencimentos, a 1ª emissão terá as seguintes amortizações:

01/11/1999	38.46 % do valor nominal
01/11/2000	61.54 % do valor nominal

A 3ª emissão, terá seu vencimento em 15/07/2007.

NOTA 14. LETRAS FINANCEIRAS

Em decorrência de negociação de Debêntures, a empresa recebeu R\$ 4.486 mil em Letras Financeiras do Estado de Alagoas (LFT – AL), as quais estão registradas na rubrica “Letras Financeiras”, no ativo realizável a longo prazo.

As atualizações efetuadas destes títulos, são reconhecidas pela taxa ANBID+1% a.m.

NOTA 15. OPERAÇÕES COM CONSÓRCIOS

A empresa participa de empreendimentos na forma de consórcios com outras empresas, com o objetivo de executar obras civis e terraplenagens.

Os consórcios constituídos são:

a) Consórcio Conesul

A empresa participa com 42% no empreendimento, que tem como objetivo a execução das edificações dos centros de Apoio Integral à Criança – CAIC. Atualmente este empreendimento está paralisado.

b) Consórcio TSB

Consórcio constituído para os serviços de terraplenagens do complexo automotivo da GM em Gravataí no RS.

A participação da empresa no consórcio é de 37,5%.

NOTA 16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS – Em R\$ 1,00

Demonstramos a composição das despesas e receitas financeiras do exercício de 1998 da empresa controladora.

DESPESAS FINANCEIRAS

<u>Descrição</u>	<u>(Em R\$ 1,00)</u> <u>Valor</u>
Despesas Bancárias	145.409
Juros Fornecedores	663.630
Var. Monet. Empréstimos	1.106.539
Var. Cambial	72.296
Encargos Tributários	1.154.663
Encargos Debêntures	6.691.842
Juros Empréstimos	7.284.109
Outros	465.945
TOTAL	17.584.433

RECEITAS FINANCEIRAS

Rec. Aplic. Financeira	179.229
Var. Monet. Ativos	4.169.945
Outros	60.532
TOTAL	4.409.706

NOTA 17. ADEQUAÇÃO DOS SISTEMAS AO ANO 2000

A empresa vem trabalhando desde 1996 na preparação de seus sistemas para o ano 2000, através de sua equipe interna e de empresas contratadas. Foram investidos neste período aproximadamente R\$ 109.500,00 em serviços de terceiros e R\$ 78.000,00 em mão-de-obra alocada internamente. Estão previstos ainda gastos da ordem de R\$ 30.000,00 em mão-de-obra para conclusão da etapa final, R\$ 33.000,00 em aquisições de hardware e R\$ 17.000,00 em software.

Em 31/12/1998 já estavam em conformidade com os requisitos necessários ao processamento de datas posteriores a 31/12/1999 os sistemas de Controle de Estoques, Gestão de Compras, controle de custos, Contas a Pagar e Tesouraria – sistemas desenvolvidos internamente ou cujas fontes são de propriedade da Empresa. O sistema de Contabilidade, por se tratar de produto de terceiros, foi atualizado em 29/03/1999, com a versão corrigida do software liberada pelo fornecedor em 15/03/1999. Atualmente está em fase de conclusão a adequação do sistema de Folha de Pagamento, cuja finalização está prevista para 31/05/1999.

Em 30/06/1999 serão concluídos os testes adicionais de integração e as simulações de operação, bem como o processo de atualização dos microcomputadores e dos aplicativos de usuários finais.

Independentemente dos esforços na correção do problema, a empresa está paralelamente iniciando um projeto de implantação do software de gestão corporativa SAP R/3.

NOTA 18. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com as empresas controladas são praticadas a preços e condições normais de mercado. Os saldos de empréstimos de mútuo, não possuem prazos de vencimentos e são atualizados mensalmente a uma taxa de juros de 1%.

NOTA 19. EVENTO SUBSEQÜENTE

a) Liberalização do Câmbio

Em meados de janeiro de 1999 o Banco Central do Brasil alterou a política cambial em vigor, extinguindo o que denominou de banda cambial.

Como consequência desta decisão, o Banco Central não interveio no mercado deixando livre as negociações de taxas de câmbio. Com isto, o Real acumulou nos primeiros dias de 1999, uma significativa desvalorização em relação ao dólar norte-americano.

Nesse momento não é possível avaliar os efeitos deste acontecimento na situação patrimonial e financeira da companhia e de suas controladas, bem como no resultado de suas operações e em suas origens e aplicações de recursos.

b) Consórcio TSB

A partir de janeiro de 1999, foi reduzido o ritmo das obras do complexo GM, em Gravataí-RS, em função da indefinição da política de investimentos do atual Governo Estadual.

NOTA 20. DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE

Conforme decisão da administração da companhia, a controlada ARTSUL LTDA., foi dissolvida em agosto de 1998 conforme Distrato Social.

A sociedade já não vinha operando, motivo pelo qual optou-se em dissolvê-la.

A participação da Construtora Sultepa S.A. no acervo da empresa dissolvida era de 99,86%.

NOTA 21. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS

Os investimentos nas empresas controladas, bem como as mutações de suas respectivas contas, estão representados no quadro abaixo:

	(Em R\$ 1,00)							
	Sulcatarinense Artefatos de Cimentos Ltda.	Pedrasul Construt. Ltda.	Sulmat Materiais de Constr. Ltda.	PN Turismo Ltda.	Contesa Engenh. Ltda.	Sulbrape Construt. Ltda.	Metrovias Ltda.	Sulvias Ltda.
INVESTIMENTOS								
Capital Social	10.000.500	20.120.800	1.328.700	3.802.088	2.938.700	300.000	8.515.000	10.410.000
Patrimônio Líquido	15.114.310	8.916.733	574.197	9.842.975	4.526.489	5.838.311	5.463.113	7.873.978
Participação %	45,00	99,61	99,61	45,00	54,67	42,00	27,27	26,47
Valor Nominal	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
MUTAÇÕES NAS CONTAS DE INVESTIMENTOS								
Saldo Inicial	5.448.268	10.157.668	541.751	3.718.558	2.147.724	2.452.451	-	-
Aumento/Redução								
Investimento	1.017.855	-	-	-	-	-	2.322.980	2.765.412
Result.do Exercício	1.149.753	1.106.361	26.365	(279.631)	1.276.961	(859)	(3.289.825)	(2.549.028)
Equival. Patrimonial	335.317	(1.275.710)	30.207	710.781	326.908	(360)	(833.189)	(681.170)
Saldo Final	7.951.193	9.988.319	598.323	4.149.708	3.751.593	2.451.232	(1.800.034)	(464.786)
Saldo em Cta. Corrente	2.591.382 D	1.653.093 D	839.576 D	1.948.903 C	949.750 D	-	-	-

NOTA 22. DECISÃO JUDICIAL

Nos autos do processo nº 96.2144-9 a companhia obteve decisão favorável, transita em julgado (1ª Vara Federal-Distrito Federal) e o valor do crédito respectivo, relatado pela consultoria jurídica da companhia, está registrado no Ativo Realizável a Longo Prazo, tendo como contrapartida a conta de Resultados de Exercícios Futuros.

NOTA 23. CREDORES DIVERSOS

Referem-se a operações efetuadas pela companhia, conforme demonstrado abaixo:

	(Em R\$ 1,00)
Prestadores de Serviços	862.157
Transportadores Particulares	678.619
Subempreiteiros	2.425.294
Outros	9.900

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

NOTA 24. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

O saldo existente em 31/12/98, tem a seguinte composição:

Itens	Controladora		Controladas		Resultados
	Receita	Custo	Receita	Custo	
Processos DNER	73.810	-	8.842	-	82.652
Venda de Imóveis	1.134	(697)	7.008	(3.590)	3.855
Cons. Conesul	2.963	-	-	-	2.963
Obras e Serviços	-	-	7.814	-	7.814
	77.907	(697)	23.664	(3.590)	97.284

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ PORTELLA NUNES
Presidente

SÉRGIO OCTÁVIO LINS
Vice - Presidente

Conselheiros

ASTIR SANTOS E SILVA
BENO LUIZ KROEFF
JACY IRENA VEIT
PAULO CESAR BATTASTINI
ANTONIO SALVADOR

CONSELHO FISCAL

KHALIF ISSAC DAVID

EDUARDO CUNHA MÜLLER

PAULO OIAMA DE MACEDO

DIRETORIA

JOSÉ PORTELLA NUNES
Presidente

ROBERTO LINS PORTELLA NUNES
Diretor Superintendente Regional

JOSÉ CARLOS PORTELLA NUNES
Diretor Superintendente Regional

RICARDO LINS PORTELLA NUNES
Diretor Superintendente Regional

ÂNGELO LÚCIO VILLARINHO DA SILVA
Diretor Controller Administrativo e Rel.c/ Mercado

ASTIR BRASIL SANTOS E SILVA
Diretor Financeiro

WALDEMAR BARRETO JUNIOR
Diretor de Planejamento e Desenvolvimento

POMPÍLIO VIEIRA LOGUÉRCIO
Diretor de Obras

ENIO DE OLIVEIRA
Contador – CRC/RS – 42.966
CPF 278.075410-91



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas de
Construtora Sultepa S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais consolidados de CONSTRUTORA SULTEPA S.A. e de suas controladas, exceto as mencionadas no parágrafo '3', levantados em 31 de dezembro de 1998 e 1997 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações financeiras das empresas Metrovias S.A. e Sulvias S.A., mencionadas na nota explicativa nº 21, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1998, foram examinadas por outros auditores independentes, e a nossa opinião está baseada nos relatórios desses auditores independentes.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a.) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; b.) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c.) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. As demonstrações contábeis da controlada Sulprabe Construtora Ltda. e da sociedade PN Turismo Ltda., referidas na Nota Explicativa nº 21, tomadas para avaliação dos investimentos naquelas empresas pelo valor de patrimônio líquido, bem como o Consórcio Conesul e o Consórcio TSB, referidos na Nota Explicativa nº 15, não foram examinados por auditores independentes, conseqüentemente, nossa opinião sobre as referidas avaliações e valores originários dos consórcios, e respectivos resultados, está baseada exclusivamente no exame de seu processo calculatório e na observação dos valores apresentados nas respectivas demonstrações contábeis. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24, a Controladora e suas Controladas possuem saldos no grupo Resultados de Exercícios Futuros, deixando de transitar no resultado do exercício, o valor aproximado de R\$ 7.506 mil, referente a resultados da venda de imóveis, obras e serviços, e um passivo exigível de R\$ 4.124 mil, de impostos e contribuições.
4. Em nossa opinião, e com base nos pareceres de outros auditores independentes, exceto os efeitos que poderiam resultar do exame das participações e do procedimento mencionado no parágrafo '3' as demonstrações contábeis referidas no parágrafo '1', apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de CONSTRUTORA SULTEPA S.A. e suas controladas, em 31 de dezembro de 1998 e 1997, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária descritos na nota explicativa nº 3.
5. A Sociedade e suas controladas, conforme referido na Nota Explicativa nº 22, seguindo orientação de seus consultores jurídicos, no exercício de 1998 reconheceram contabilmente valores com base em processos judiciais e na forma ali mencionada, ficando a realização de tais créditos dependente do desfecho das referidas demandas.

Porto Alegre, 31 de março de 1999.

IBS - Auditores Independentes S/C

CGC/MF nº 89.550.271/0001-24 - CRC/RS nº 2232

Renato Domingos Ginnari Sanzi,

Responsável Técnico

Contador - CRC/RS 25061/T/RJ/S/RS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran



ANEXOS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ATAS



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONSTRUTORA SULTEPA S.A., REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 1999.

Data, Horário e Local: Aos 17 (dezesete) dias do mês de dezembro de 1999, às 10:30, na sede social da Companhia, na Rua Florianópolis, nº 1.000, em Estância Velha, Rio Grande do Sul. Convocação: Dispensada a convocação prévia conforme faculta o Estatuto Social da Companhia, considerando a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Presença: Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Mesa: Aberta a Reunião, assumiu a Presidência o Sr. José Portella Nunes, que convidou o Sr. Antônio Salvador para secretariar a Reunião. Ordem do Dia: (I) Re-ratificação das condições e características da 4ª emissão pública de Debêntures simples da Companhia, originalmente propostas aos Senhores Acionistas por intermédio de correspondência enviada em 16 de setembro de 1999. Deliberações Tomadas por Unanimidade: (I) Tendo em vista as condições atuais de mercado, e visando maximizar os ganhos da 4ª emissão pública de Debêntures simples da Companhia ("Emissão"), os membros do Conselho de Administração deliberaram e aprovaram, à unanimidade de votos, re-ratificar as condições e características da Emissão, originalmente propostas aos Senhores Acionistas por intermédio de correspondência enviada em 16 de setembro de 1999. A 4ª emissão para distribuição pública de Debêntures simples da Companhia (as "Debêntures") passará a ter as seguintes condições e características: 1. Data de Emissão: A data de emissão das Debêntures será 03 (três) de janeiro de 2000. 2. Valor Total da Emissão: O valor total da emissão, na data da emissão, será de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). 3. Séries: A emissão será realizada em uma única série. 4. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 50.000 (cinquenta mil) Debêntures. 5. Valor Nominal Unitário e Atualização: O valor nominal unitário das Debêntures, na data de emissão, será de R\$ 1.000,00 (hum mil reais). O valor nominal da Debênture não será atualizado. 6. Forma e Espécie: As Debêntures serão nominativas, escriturais, não endossáveis, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante. 7. Data de Vencimento: A data de vencimento das Debêntures será 30 (trinta) de abril de 2003. 8. Preço de Subscrição e Forma de Pagamento: O preço de subscrição das Debêntures será o seu valor nominal acrescido da remuneração definida no item 10, desde a data de emissão até a data de subscrição. As Debêntures serão inscritas ao par. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, ou poderão ser integralizadas mediante créditos, especialmente Debêntures de sua 1ª, 2ª e 3ª emissões ainda em circulação. 9. Procedimento de Colocação: As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13 de 30/09/80, atendida ordem cronológica, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos. 10. Remuneração: As Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 105% (cento e cinco por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), calculadas e divulgadas pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, incidentes sobre o saldo do valor nominal da Debênture, a partir da data de emissão e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo, sendo que: (i) Período de Capitalização é o intervalo de tempo que se inicia na data de emissão das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. O pagamento de juros referente ao primeiro período de capitalização será devido em 30/04/2001, sendo os demais pagamentos efetuados semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, até o seu vencimento, conforme o seguinte planejamento: 2º Pagamento: Pagamento: 30/04/2003; (ii) Subperíodos de Capitalização são os prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que: o primeiro Subperíodo de Capitalização inicia-se na data de emissão das Debêntures e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; os Subperíodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do Subperíodo anterior, e entendendo-se o prazo desta taxa como o novo subperíodo em vigor, sendo que o último Subperíodo de Capitalização terá seu vencimento na mesma data de vencimento do Período de Capitalização; (iii) as taxas dos subperíodos são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis* por dias úteis, se necessário, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização. O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VN \times \left[\left(a_1 \times a_2 \times \dots \times a_n \right) \times \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}} - 1 \right]$$

onde:

J é o valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização; VN é o valor nominal da debênture no início do Período de Capitalização; aj é o fator de variação da Taxa DI relativo ao subperíodo "j"; (a1 x a2 x .x aj) é o produto dos fatores aj no Período de Capitalização; *spread* é igual a 0 (zero) e n é igual ao número de dias corridos do Período de Capitalização. Os termos a1, a2, aj serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$aj = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \frac{FM}{100} \right\} + 1$$

onde:

Taxa DIj é a Taxa DI divulgada pela CETIP, na forma percentual ao ano; FM é o fator multiplicador a ser aplicado sobre a Taxa DI, correspondente a 105. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária, será utilizada, em sua substituição a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, na data de encerramento do último subperíodo de capitalização, acrescida do Fator Multiplicador e do *spread*, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Companhia quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último subperíodo de capitalização. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia-Geral de Debenturistas para definição, de comum acordo com a Companhia, do parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação do parâmetro a ser aplicado será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do Fator Multiplicador e do *spread*, se houver, até a data da deliberação da Assembleia-Geral de Debenturistas. 11. Negociação: As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário por meio do SND – Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, e operacionalizado pela CETIP. 12. Juros Moratórios: Ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos, vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão sujeitos à multa não compensatória de 10% (dez por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sendo ambos computados sobre os valores em atraso acrescidos da remuneração nos termos da Escritura, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial. 13. Vencimento Antecipado: O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das Debêntures objeto desta emissão, e exigir o imediato pagamento pela Companhia, das Debêntures em circulação, pelo valor nominal, acrescido da remuneração,

conforme item 10 acima, na ocorrência das seguintes hipóteses: a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia, cujo valor global ultrapasse R\$ 100.000,00 (cem mil reais), salvo (i) se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia, (ii) se for cancelado ou ainda (iii) se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 3 (três) dias de sua ocorrência; b) pedido de concordata preventiva formulado pela Companhia; c) liquidação ou decretação de falência da Companhia; d) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista na Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso por escrito enviado pelo agente fiduciário. 14. Resgate Facultativo: As Debêntures poderão ser resgatadas a critério do Conselho de Administração da Companhia, respeitados os prazos mínimos, se houver, a contar da data do primeiro dia do início da distribuição pública e mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias. O resgate poderá ser total ou parcial, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração conforme prevista no item 10. Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado com a presença do agente fiduciário e divulgado amplamente pela imprensa. 15. Aquisição Facultativa: A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu Valor Nominal, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou serem novamente colocadas no mercado. Lavratura e Leitura da Ata: como nada mais houvesse a ser tratado, após ter sido oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, ninguém se manifestando, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura dessa ata no livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida, conferida, aprovada, e por todos os presentes assinada. Estância Velha, 17 de dezembro de 1999. José Portella Nunes - Presidente da Reunião; Antônio Salvador - Secretário da Reunião; Conselheiros: José Portella Nunes; Sérgio Octávio Lins; Asitir Brasil Santos e Silva; Beno Luiz Kroeff; Jacy Irena Veit; Paulo Cesar Battastini; Antonio Salvador.

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CONSTRUTORA SULTEPA S.A.,
REALIZADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 1999, LAVRADA SOB A FORMA DE SUMÁRIO.**

Local, Data e Hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de dezembro de 1999, às 15:30 horas, na sede social da Companhia, na Rua Florianópolis, nº 1.000, em Estância Velha, Rio Grande do Sul. Convocação: Edital de Convocação publicado, nos termos do artigo 124, parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404/76, no Diário Oficial do Estado, no Jornal do Comércio de Porto Alegre e na Gazeta Mercantil/Regional São Paulo, edições de 20, 21 e 22 de dezembro de 1999. Presença: Presentes os acionistas da Companhia, representando mais que 88,96% (oitenta e oito inteiros, noventa e seis décimos percentuais) do capital social com direito a voto, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas e, ainda, o representante legal da empresa IBS Auditores Independentes S/C. Mesa: Aberta a Assembléia, assumiu a Presidência o Sr. José Portella Nunes, que convidou o Sr. Antônio Salvador para secretariar a Assembléia. Ordem do Dia: (I) Re-ratificação das condições e características da 4ª emissão pública de Debêntures simples da Companhia, originalmente aprovadas pela Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, ocorrida em 21 de setembro de 1999; (II) Delegação de poderes ao Conselho de Administração relativamente a determinadas condições da emissão de Debêntures, nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404/76; e (III) Outros assuntos de interesse geral da Companhia. Deliberações: Os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade: (I) Re-ratificar as condições e características da 4ª emissão pública de Debêntures simples da Companhia, originalmente aprovadas pela Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, ocorrida em 21 de setembro de 1999. A 4ª emissão para distribuição pública de Debêntures simples da Companhia (as "Debêntures") passará a ter as seguintes condições e características: 1. Data de Emissão: A data de emissão das Debêntures será 03 (três) de janeiro de 2000. 2. Valor Total da Emissão: O valor total da emissão, na data da emissão, será de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). 3. Séries: A emissão será realizada em uma única série. 4. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 50.000 (cinquenta mil) Debêntures. 5. Valor Nominal Unitário e Atualização: O valor nominal unitário das Debêntures, na data de emissão, será de R\$ 1.000,00 (hum mil reais). O valor nominal da Debênture não será atualizado. 6. Forma e Espécie: As Debêntures serão nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante. 7. Data de Vencimento: A data de vencimento das Debêntures será 30 (trinta) de abril de 2003. 8. Preço de Subscrição e Forma de Pagamento: As Debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal acrescido dos juros remuneratórios acumulados, e não pagos, desde a Data de Emissão ou da data da última parcela de pagamento dos juros remuneratórios, até a data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures. A integralização dar-se-á à vista, em moeda corrente nacional ou, a critério da Companhia, em créditos contra a Companhia, especialmente aqueles representados por Debêntures da primeira, segunda e terceira emissões da Companhia, no ato da subscrição. 9. Procedimento de Colocação: As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13 de 30/09/80, atendida ordem cronológica, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos. 10. Remuneração: As Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 105% (cento e cinco por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), calculadas e divulgadas pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, incidentes sobre o saldo do valor nominal da Debênture, a partir da data de emissão e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo, sendo que: (i) Período de Capitalização é o intervalo de tempo que se inicia na data de emissão das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. O pagamento de juros referente ao primeiro período de capitalização será devido em 30/04/2001, sendo os demais pagamentos efetuados semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, até o seu vencimento, conforme o seguinte planejamento: 2º Pagamento: 30/10/2001; 3º Pagamento: 30/04/2002; 4º Pagamento: 30/10/2002 e 5º Pagamento: 30/04/2003; (ii) Subperíodos de Capitalização são os prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que: o primeiro Subperíodo de Capitalização inicia-se na data de emissão das Debêntures e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; os Subperíodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do Subperíodo anterior, e entendendo-se o prazo desta taxa como o novo subperíodo em vigor, sendo que o último Subperíodo de Capitalização terá seu vencimento na mesma data de vencimento do Período de Capitalização; (iii) as taxas dos subperíodos são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis* por dias úteis, se necessário, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização. O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VN \times \left[\left(a_1 \times a_2 \times \dots \times a_j \right) \times \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}} - 1 \right]$$

onde:

J é o valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização; VN é o valor nominal da debênture no início do Período de Capitalização; a_j é o fator de variação da Taxa DI relativo ao subperíodo "j"; $(a_1 \times a_2 \times \dots \times a_j)$ é o produto dos fatores a_j no Período de Capitalização; *spread* é igual a 0 (zero) e n é igual ao número de dias corridos do Período de Capitalização.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Os termos a1, a2, aj serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$a_j = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \frac{\text{FM}}{100} \right\} + 1$$

onde:

Taxa DIj é a Taxa DI divulgada pela CETIP, na forma percentual ao ano; FM é o fator multiplicador a ser aplicado sobre a Taxa DI, correspondente a 105. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária, será utilizada, em sua substituição a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, na data de encerramento do último subperíodo de capitalização, acrescida do Fator Multiplicador e do *spread*, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Companhia quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último subperíodo de capitalização. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia-Geral de Debenturistas para definição, de comum acordo com a Companhia, do parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação do parâmetro a ser aplicado será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do Fator Multiplicador e do *spread*, se houver, até a data da deliberação da Assembleia-Geral de Debenturistas. 11. Negociação: As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário por meio do SND – Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, e operacionalizado pela CETIP. 12. Juros Moratórios: Ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos, vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão sujeitos a multa não compensatória de 10% (dez por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sendo ambos computados sobre os valores em atraso acrescidos da remuneração nos termos da Escritura, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. 13. Vencimento Antecipado: O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das Debêntures objeto desta emissão, e exigir o imediato pagamento pela Companhia, das Debêntures em circulação, pelo valor nominal, acrescido da remuneração, conforme item 10 acima, na ocorrência das seguintes hipóteses: a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia, cujo valor global ultrapasse R\$ 100.000,00 (cem mil reais), salvo (i) se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia, (ii) se for cancelado ou ainda (iii) se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 3 (três) dias de sua ocorrência; b) pedido de concordata preventiva formulado pela Companhia; c) liquidação ou decretação de falência da Companhia; d) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista na Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso por escrito enviado pelo agente fiduciário. 14. Resgate Facultativo: As Debêntures poderão ser resgatadas a critério do Conselho de Administração da Companhia, respeitados os prazos mínimos, se houver, a contar da data do primeiro dia do início da distribuição pública e mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias. O resgate poderá ser total ou parcial, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração conforme prevista no item 10. Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado com a presença do agente fiduciário e divulgado amplamente pela imprensa. 15. Aquisição Facultativa: A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu Valor Nominal, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou serem novamente colocadas no mercado. (I) Delegar ao Conselho de Administração da Companhia os poderes para deliberar sobre (i) determinadas condições da emissão das Debêntures, dentro dos limites estabelecidos no artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404/76 e; (ii) o cancelamento das Debêntures nas hipóteses de sobras de colocação ou de Debêntures em tesouraria, nos termos do Parecer CVM/PJU/nº 012/99. Dessa deliberação deverá participar, obrigatoriamente, o agente fiduciário que irá conferir e declarar a admissibilidade do cancelamento daquelas Debêntures especificadas pelo Conselho de Administração da Companhia. (II) Autorizar a Diretoria da Companhia a (i) contratar com uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais, a colocação pública das Debêntures, (ii) nomear e contratar o agente fiduciário para sua emissão, celebrando a competente Escritura de Emissão, e (iii) tomar junto aos órgãos governamentais, autarquias, entidades públicas e privadas em geral, todas as providências necessárias para emitir as Debêntures, nos termos das deliberações aprovadas nesta Assembleia Geral Extraordinária. Encerramento e Aprovação da Ata: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida e, achada conforme, assinada por todos os acionistas presentes. Estância Velha, 28 de dezembro de 1999. José Portella Nunes - (Presidente da Assembleia); Antônio Salvador - (Secretário da Assembleia); Acionistas: José Portella Nunes; Portella Nunes & Cia. Ltda.; Sultepa Participações S.A.; Antônio Salvador; Astir Brasil Santos e Silva.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONSTRUTORA SULTEPA S.A., REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2000.

Data, Horário e Local: Aos 15 (quinze) dias do mês de fevereiro de 2000, às 10:30, na sede social da Companhia, na Rua Florianópolis, nº 1.000, em Estância Velha, Rio Grande do Sul. Convocação: Dispensada a convocação prévia conforme faculta o Estatuto Social da Companhia, considerando a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Presença: Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Mesa: Aberta a Reunião, assumiu a Presidência o Sr. José Portella Nunes, que convidou o Sr. Antônio Salvador para secretariar a Reunião. Ordem do Dia: (I) Detalhamento da forma de subscrição e integralização das debêntures objeto da 4ª emissão pública de debêntures simples da Companhia ("Debêntures"), conforme faculta a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de dezembro de 1999, dentro dos limites estabelecidos no artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei 6.404/76. Deliberações Tomadas por Unanimidade: (I) Detalhar, conforme faculta a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de dezembro de 1999, dentro dos limites estabelecidos no artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei 6.404/76, a forma de subscrição e integralização das Debêntures. Nesse sentido, ficou estabelecido que a integralização das Debêntures dar-se-á à vista, em moeda corrente nacional ou em créditos contra a Companhia representados por debêntures da primeira, segunda e terceira emissões da Companhia, no ato da subscrição. Lavratura e Leitura da Ata: como nada mais houvesse a ser tratado, após ter sido oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, ninguém se manifestando, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura dessa ata no livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida, conferida, aprovada, e por todos os presentes assinada. Estância Velha, 15 de fevereiro de 2000. José Portella Nunes - Presidente da Reunião; Antônio Salvador - Secretário da Reunião. Conselheiros: José Portella Nunes; Sérgio Octávio Lins; Astir Brasil Santos e Silva; Beno Luiz Kroeff; Jacy Irena Veit; Paulo Cesar Battastini; Antonio Salvador.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ESTATUTO SOCIAL DA SULTEPA



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO**CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, FILIAIS, DURAÇÃO E OBJETO****DENOMINAÇÃO SOCIAL**

Art. 1º - A companhia tem a denominação social de CONSTRUTORA SULTEPA S.A., regendo-se por este Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

SEDE E FILIAIS

Art. 2º - A companhia tem sede e foro na Rua Florianópolis nº 1.000, no Município de Estância Velha, RS.

§ Único - A juízo da Diretoria e por sua exclusiva competência e iniciativa, a companhia poderá abrir, fechar e transferir, temporariamente ou definitivamente, filiais, agências, canteiros de obras, depósitos ou simples escritórios, em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

PRAZO DE DURAÇÃO

Art. 3º - A companhia terá duração por prazo indeterminado.

OBJETO SOCIAL

Art. 4º - O objeto social da companhia consiste na indústria da construção, englobando estudos, projetos, cálculos, administração e execução de obras públicas e privadas, nacionais e internacionais, do ramo de engenharia em geral, montagens e eletromecânicas, e trabalhos conexos, montagem industrial; execução de obras públicas em geral, que possam ter seu custeio privatizado, inclusive sob regime de concessão, autorização ou permissão, inclusive para cobrança de pedágio, na forma da lei aplicável; incorporação imobiliária, compra e venda de imóveis, representação, importação e exportação de materiais correlatos ao ramo da construção civil; prestação de serviços de terceiros, inclusive com uso de explosivos, bem como a pesquisa, mineração, exploração e aproveitamento de jazidas minerais; extração, britagem e comércio de pedra britada.

§ Único - A companhia poderá participar de outras sociedades, congêneres ou não, como acionista ou quotista, cabendo ao Conselho de Administração decidir a respeito.

CAPÍTULO II**CAPITAL SOCIAL, AUMENTOS, AÇÕES, DIREITOS, CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO E PROPORCIONALIDADE****CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO**

Art. 5º - O capital social autorizado é de R\$ 193.986.000,00 (cento e noventa e três milhões, novecentos e oitenta e seis mil reais), dividido em 17.400.000 (dezesete milhões e quatrocentas mil) ações, sem valor nominal, como a seguir é discriminado:

- a) Valor já subscrito e realizado:
R\$ 89.650.000,00 (oitenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), representados pelas seguintes ações:
 - a.1) Ordinárias:
7.489.720 (sete milhões, quatrocentas e oitenta e nove mil setecentas e vinte);
 - a.2) Preferenciais:
5.110.280 (cinco milhões, cento e dez mil duzentas e oitenta);
- b) Valor a realizar, dentro do limite autorizado:
R\$ 104.336.000,00 (cento e quatro milhões, trezentos e trinta e seis mil reais), representados por 4.800.000 (quatro milhões e oitocentas mil) ações preferenciais, a ser subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, ou mediante conversão de Debêntures e conferência de bens, ou, ainda, através de incorporação de reservas.

§ 1º - As ações terão a forma nominativa, sendo mantidas pela companhia em conta de depósito, em nome de seus titulares, junto ao Banco Itaú S.A.

§ 2º - As ações em que se divide o capital social, obrigatoriamente, deverão pertencer, no mínimo, em 51% (cinquenta e um por cento), a cidadãos de nacionalidade brasileira".

AUMENTO DE CAPITAL

Art. 6º - Os aumentos de capital, dentro dos limites do capital autorizado, até o valor indicado na alínea "B" do artigo precedente, serão efetivados por deliberação da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração. O órgão que aprovar o aumento poderá fixar o preço de emissão das ações e as condições gerais de emissão, observadas as disposições legais sobre a matéria. Mediante comunicação do Conselho de Administração, a Diretoria tomará as providências tendentes a registrar a realização do aumento perante o Órgão do Registro do Comércio.

§ 1º - Os aumentos de capital referidos neste artigo não importam em alteração estatutária.

§ 2º - O limite de autorização previsto neste artigo será anualmente corrigido pela Assembléia Geral Ordinária, com base nos índices adotados para a correção da expressão monetária do capital social.

§ 3º - Todas as publicações e documentos em que for declarado o capital da companhia deverão indicar os montantes do capital subscrito e do capital integralizado, além de mencionar o capital autorizado.

§ 4º - Será permitida a criação de ações preferenciais, inclusive de classes diferentes, possibilitando o aumento de classe sem guardar proporção com as demais.

§ 5º - Os acionistas, na proporção das novas ações que possuírem, terão direito de preferência para subscrição de novas ações e/ou valores mobiliários conversíveis em ações.

§ 6º - O prazo para exercício do direito de preferência será de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de publicação, no Diário Oficial, da ata de autorização do respectivo aumento ou do competente aviso. O órgão que autorizar a emissão poderá ampliar o prazo mencionado até o dobro.

§ 7º - Poderá ser excluído, pelo órgão competente para a respectiva emissão, o direito de preferência, em quaisquer emissões de ações, Debêntures, ou partes beneficiárias, conversíveis em ações, e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública, ou permuta de ações em oferta pública de controle, consoante dispuser a lei.

ACÇÕES E RESPECTIVOS DIREITOS

Art. 7º - As ações preferenciais terão prioridade na percepção do dividendo mínimo obrigatório, à razão de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado. De resto, as ações preferenciais usufruirão dos demais direitos sociais, com exceção do direito de voto, e terão prioridade no reembolso no caso de liquidação da sociedade.

§ Único - A quantidade de ações preferenciais não poderá ultrapassar a dois terços do total das ações emitidas.

Art. 8º - As ações ordinárias farão jus à percepção do dividendo mínimo equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, observadas as ressalvas constantes dos parágrafos do mesmo artigo.

§ Único - Cada ação ordinária nominativa confere o direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

TÍTULOS

Art. 9º - A companhia poderá emitir cautelas ou títulos múltiplos de ações, com os mesmos requisitos legais dos títulos definitivos que representam, os quais poderão ser assinados por dois diretores ou dois procuradores, com poderes especiais, admitida a assinatura por chancela mecânica, observadas as prescrições legais.

CAPÍTULO III

ASSEMBLÉIAS GERAIS

ASSEMBLÉIAS GERAIS

Art. 10 - As assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias serão convocadas e funcionarão na forma da lei.

§ Único - As pessoas presentes à assembleia deverão provar sua qualidade de acionista ou de procurador deste.

Art. 11 - A companhia poderá, por decisão da assembleia geral, criar partes beneficiárias para atribuição gratuita a sociedades ou fundações beneficentes de seus empregados, que vierem a ser instituídas.

CAPÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO

ASPECTOS GERAIS

Art. 12 - A companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Art. 13 - O montante da remuneração dos administradores é fixado pela assembleia geral, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer a remuneração individual de seus membros e dos diretores.

Art. 14 - A Assembleia que eleger o Conselho de Administração designará, dentre os eleitos, o Presidente e o Vice-Presidente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 15 - O Conselho de Administração será constituído por 7 (sete) membros, todos acionistas da companhia e residentes no País, eleitos pela assembleia geral para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição ao final do período.

§ 1º - Os conselheiros serão investidos nos seus cargos por termo lavrado no livro de atas do Conselho de Administração e permanecerão nos mesmos até a posse dos seus sucessores.

§ 2º - Os substitutos dos Conselheiros serão designados pelo próprio órgão, nos casos de vaga, ausência ou impedimento, devendo o provimento efetivo ser feito pela primeira assembleia geral ordinária que se seguir à vacância.

§ 3º - O Conselho de Administração se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando um de seus membros convocar os demais, por carta, telegrama ou telex, com pelo menos 48 horas de antecedência, ou quando mais da metade de seus membros estiver presente.

§ 4º - As resoluções do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos conselheiros presentes, observando o 'quorum' mínimo para a instalação da reunião desse órgão: mais da metade de seus membros. Havendo empate nas deliberações, caberá ao Presidente um voto adicional de desempate, salvo quando se tratar de deliberação sobre a matéria de que tratam os incisos II, VII e IX do art. 142 da Lei nº 6.404/76, hipótese em que o Conselho de Administração deverá decidir com o 'quorum' qualificado de, pelo menos, 2/3 de seus membros. As atas de reunião serão lavradas no livro de atas do Conselho de Administração.

Art. 16 - Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições estatutárias e legais: a) eleger e destituir os diretores da companhia; b) examinar os balancetes mensais e manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria, submetendo o relatório anual e os demais documentos pertinentes à assembleia geral, juntamente com a proposta para a destinação dos lucros, observadas as disposições legais e estatutárias; c) realizar, se a assembleia não o fizer, aumentos de capital, no limite da autorização estatutária.

Art. 17 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração e, em seus impedimentos, ao Vice-Presidente do órgão: a) presidir as reuniões do conselho; b) acompanhar e orientar a execução das medidas que o Conselho de Administração recomendar ou determinar à Diretoria.

DIRETORIA

Art. 18 - A Diretoria será composta por até 8 (oito) membros, acionistas ou não, obrigatoriamente cidadãos brasileiros, domiciliados no País, sendo um Diretor Presidente, três Diretores Superintendentes Regionais, um Diretor Controller Administrativo, um Diretor Financeiro, um Diretor de Planejamento e Desenvolvimento, e um Diretor de Obras, todos eleitos ou reeleitos pelo Conselho de Administração, pelo prazo de três (3) anos. As atribuições específicas de cada cargo serão estabelecidas pelo Conselho de Administração, através de aprovação do Regimento Interno da Diretoria.

§ 1º - Os Diretores serão investidos nos seus cargos por termo lavrado no livro de atas e reuniões da Diretoria, e permanecerão nos mesmos até a investidura dos sucessores eleitos.

§ 2º - O Conselho de Administração designará, se assim julgar conveniente, os substitutos dos Diretores, nos casos de vaga, ausência ou impedimento.

§ 3º - A Diretoria se reunirá quando convocada por um de seus membros, com 48 horas de antecedência, ou, independentemente de convocação, com a presença de mais de metade de seus membros.

§ 4º - As resoluções da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, em reunião a que estejam presentes, pelo menos, mais da metade de seus membros. Atas das reuniões serão lavradas em livro próprio.

§ 5º - As divergências porventura suscitadas entre os membros da Diretoria serão resolvidas pelo Conselho de Administração.

§ 6º - Os Diretores poderão acumular funções."

Art. 19 - Competirá, individualmente, (a) ao Diretor Presidente, a representação ativa e passiva da companhia, em juízo ou não, bem como a prática de todos e quaisquer atos de gestão social; (b) a qualquer dos Diretores, receber citações iniciais, intimações, transigir, acordar, discordar, representar a companhia em concorrências públicas, podendo apresentar propostas e firmar documentos, inclusive contratos para fins de participar em licitações, compromissos e instrumentos constitutivos de consórcio, representar a companhia perante as repartições públicas federais, estaduais e municipais, suas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 20 - Ressalvado o disposto nos arts. 21 e 22 deste Estatuto, competirá: I - SEMPRE EM CONJUNTO DE DOIS, aos Diretores Superintendentes, ao Diretor Financeiro e ao Diretor Controller Administrativo, praticar todos os atos de administração da companhia, podendo representá-la, ativa e passivamente, em juízo ou não, constituir procuradores judiciais com poderes para o foro em geral, com os poderes das cláusulas 'ad judicium et extra', abrir e encerrar contas bancárias e contas correntes, emitir e endossar cheques, requisitar talões de cheques, solicitar saldos e extratos de contas, emitir notas promissórias, sacar duplicatas e letras de câmbio, aceitar e endossar títulos de crédito, receber valores, dar e receber quitação, prestar garantias reais ou fidejussórias em negócios de interesse da companhia, assinar quaisquer documentos, contratos de obras, contratos de financiamento com estabelecimentos bancários privados ou oficiais, podendo prestar garantias dos débitos contraídos, inclusive caucionar bens, valores e direitos, adquirir ou alienar bens móveis, podendo ajustar preços, cláusulas e condições de pagamento, receber e transmitir posse, praticar todos os atos de gestão necessários ao funcionamento normal da sociedade, podendo para tais fins constituir procuradores, com poderes expressos em mandato, com vigência limitada a um ano, salvo no que respeita aos instrumentos de mandato para finalidades judiciais, cuja vigência será por tempo indeterminado; criar e extinguir filiais e escritórios, tudo mediante ata a ser lavrada no livro próprio. II - EM CONJUNTO com a maioria simples de seus membros, à Diretoria competirá executar e orientar a política dos negócios sociais, na forma estabelecida pelo conselho de administração; apresentar ao Conselho de Administração o Relatório Anual, acompanhado dos documentos pertinentes, e proposta para destinação dos lucros, observadas as disposições legais e estatutárias a respeito.

§ 1º - O Conselho de Administração definirá a que diretor caberá a incumbência de, sem prejuízo das demais atribuições que exerça, representar a sociedade perante a Comissão de Valores Mobiliários, na qualidade de Diretor de Relações com o Mercado, na forma prevista no art. 5º da instrução CVM nº 32/16.03.84.

§ 2º - Os poderes expressamente outorgados aos Diretores, nos termos do disposto neste artigo, poderão ser exercidos isoladamente pelo Diretor Presidente ou por qualquer Diretor isoladamente, desde que credenciado a tanto pelo Diretor Presidente.

Art. 21 - Os atos que importem na aquisição ou alienação de bens imóveis, ou na sua oneração com hipoteca ou outra garantia real, deverão ser praticados, conjuntamente, por dois diretores, devendo, obrigatoriamente, um deles ser o Diretor Presidente, ou pelo(s) Diretor(es) ou procurador(es) que for(em) designado(s) a tanto em ata de reunião do Conselho de Administração, expressando deliberação com o *quorum* mínimo de dois terços (2/3) de seus membros. É admitida, também, a prática dos atos aqui mencionados, por dois diretores quaisquer, desde que os mesmos sejam devidamente credenciados e autorizados a tanto pelo diretor Presidente, em carta expressa a respeito, na qual constará prazo de validade da credencial específica de que ora se trata, ou através de procurador, constituído pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores — desde que credenciados a tanto pelo Diretor Presidente —, cujo instrumento de mandato especificará os poderes e o prazo do mandato.

Art. 22 - É vedado aos Diretores, individual ou colegiadamente, prestar, em favor de terceiros, fianças e avais em nome da companhia, salvo quando por autorização do Conselho de Administração, ou quando se tratar de sociedades coligadas, subsidiárias, associadas, controladas ou interligadas.

CAPÍTULO V**CONSELHO FISCAL****CONSELHO FISCAL**

Art. 23 - A companhia terá um Conselho Fiscal não permanente e sua instalação dependerá, na forma da Lei, do pedido de acionistas que representem o mínimo legal.

§ 1º - O Conselho Fiscal será composto por, no mínimo, três (3) e, no máximo cinco (5) membros, e igual número de suplentes, acionistas ou não, que preencham os requisitos legais, competindo-lhes as atribuições previstas em lei.

§ 2º - O pedido de instalação do Conselho Fiscal poderá ser formulado em qualquer assembléia geral, ainda que a matéria não conste de anúncio de convocação. Essa mesma assembléia procederá (a) à eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal e (b) à instalação do Conselho Fiscal, cujo funcionamento terminará na primeira assembléia geral ordinária que se realizará após a sua instalação.

Art. 24 - Durante o período de funcionamento do Conselho Fiscal, ao menos um de seus membros deverá comparecer às reuniões da assembléia geral e responder aos pedidos de informações formulados por acionistas.

§ Único - Os pareceres e denúncias do Conselho Fiscal poderão ser apresentados e lidos na assembléia geral, independentemente de publicação e ainda que a matéria não conste da ordem do dia.

Art. 25 - As atribuições e poderes do Conselho Fiscal são os estatuídos no art. 163 da Lei nº 6.404/76, e não podem ser outorgados a outro órgão da companhia.

Art. 26 - A remuneração dos conselheiros em exercício será fixada pela assembléia geral que os eleger, observados os limites mínimos previstos pela legislação vigente.

CAPÍTULO VI

EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, RESULTADO.

EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 27 - O exercício social será encerrado no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 28 - No encerramento de cada exercício social, serão elaboradas, com a observância das disposições legais, as demonstrações financeiras discriminadas na Lei nº 6.404/76.

§ 1º - Poderão ser elaboradas, a critério do Conselho de Administração, no dia 30 de junho de cada ano, demonstrações financeiras que expressem com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no semestre, tudo consoante às determinações legais pertinentes.

§ 2º - O Conselho de Administração está autorizado a declarar dividendos intermediários, a serem distribuídos à conta dos lucros apurados em balanço semestral, bem como à conta de lucros acumulados, ou de reservas de lucros, contas essas existentes nos balanços anual ou semestral imediatamente precedentes.

RESULTADO

Art. 29 - Do resultado do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para imposto de renda, poderá ser destacada uma participação, aos administradores e partes beneficiárias, se existentes, sucessivamente e nessa ordem, em montante não superior, em cada caso, a 10% (dez por cento) dos lucros que ainda remanescerem, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição, aos acionistas, do dividendo mínimo obrigatório.

§ Único - Do lucro líquido que resultar, após as deduções mencionadas no 'caput' deste artigo, será extraída importância legal, até o limite previsto em lei, podendo a assembléia geral, por proposta da administração, determinar a formação de reservas de lucros a realizar, observadas as hipóteses e limites prescritos na lei. Do saldo que remanescer serão distribuídos, proporcionalmente ao número de ações em circulação, preferenciais e ordinárias, o dividendo mínimo obrigatório, no montante de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado.

Art. 30 - O saldo positivo do lucro líquido do exercício findo terá a destinação que a assembléia geral determinar, com base em proposta da administração.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31 - Mediante a aprovação de acionistas que representem a maioria absoluta das ações com direito a voto, poderá a assembléia geral, a qualquer tempo, deliberar acerca da transformação do tipo jurídico da companhia, bem como sobre sua incorporação, fusão ou cisão.

Art. 32 - É facultado à companhia, segundo os termos do preceituado pela instrução CVM nº 10/14.02.80, adquirir ações de sua emissão, para efeito de cancelamento ou de permanência em tesouraria, para ulterior alienação, desde que tal procedimento seja previamente autorizado pelo Conselho de Administração da empresa.

Art. 33 - O quadro de pessoal será sempre constituído, pelo menos, por 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

Art. 34 - Em caso de dissolução ou liquidação da sociedade, competirá à assembléia geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes, definir seus poderes e a respectiva remuneração, bem como eleger o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

Art. 35 - Os casos omissos no presente Estatuto serão regidos pela legislação vigente.



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA
CONSTRUTORA SULTEPA S.A.**



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Pelo presente instrumento particular, (1.) **CONSTRUTORA SULTEPA S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Estância Velha, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Florianópolis, 1.000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 89.723.993/0001-33, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada "EMISSORA"), e, como agente fiduciário nomeado nesta escritura de emissão e nela interveniente, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das Debêntures objeto da presente emissão, (2.) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 500, bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (doravante simplesmente denominado "AGENTE FIDUCIÁRIO"), vêm por esta e em regular forma de direito, celebrar a presente Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples da Construtora Sultepe S.A. (doravante, respectivamente, a "Escritura" e as "DEBÊNTURES"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DA AUTORIZAÇÃO

1. A presente Escritura é celebrada com base na autorização da Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 28 de dezembro de 1999.

Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS

2. A emissão das DEBÊNTURES será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A presente emissão de DEBÊNTURES será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("Emissão" e "CVM"), na forma das Leis nº 6.385/76 e nº 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.2. Arquivamento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária

A Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 1999 foi arquivada no Registro de Comércio, e publicada no dia 7 de janeiro de 2000, no Jornal do Comércio de Porto Alegre e na Gazeta Mercantil, edição São Paulo.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Estância Velha, de acordo com o artigo 62, inciso II da Lei nº 6.404/76.

2.4. Da Delegação de Poderes ao Conselho de Administração

2.4.1. Foram delegados ao Conselho de Administração da EMISSORA poderes para deliberar sobre determinadas condições da Emissão, na forma do disposto no parágrafo primeiro do artigo 59, da Lei nº 6.404/76.

2.4.2. Foram também delegados ao Conselho de Administração da EMISSORA, nos termos do Parecer CVM/PJU/nº 012/99, competência para deliberar sobre o cancelamento das DEBÊNTURES nas hipóteses de sobras de colocação ou de DEBÊNTURES em tesouraria. Dessa deliberação deverá participar, obrigatoriamente, o AGENTE FIDUCIÁRIO que irá conferir e declarar a admissibilidade do cancelamento daquelas DEBÊNTURES especificadas pelo Conselho de Administração da EMISSORA.

Cláusula Terceira - DA EMISSÃO**3.1. Procedimento de Colocação**

3.1.1. O lançamento das DEBÊNTURES será público, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para distribuição no mercado de balcão, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição de acordo com o disposto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

3.1.2. As instituições participantes da Emissão farão a colocação das DEBÊNTURES no mercado de balcão não organizado, mediante o atendimento preferencial aos seus clientes, atendendo à ordem cronológica dos pedidos, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos.

3.2. Negociação

As DEBÊNTURES serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto ("ANDIMA") e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"), conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

Cláusula Quarta - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**4.1. Quantidade e Valor Nominal**

A Emissão será de 50.000 (cinquenta mil) DEBÊNTURES, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) ("Valor Nominal") na data de emissão, definida no item 4.6. abaixo.

4.2. Valor da Emissão

O valor da Emissão será de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na data de emissão, definida no item 4.6., abaixo.

4.3. Séries

A Emissão será realizada em uma única série.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

4.4. Forma e Conversibilidade

As DEBÊNTURES serão nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, servindo para os debenturistas como comprovante de titularidade das DEBÊNTURES, para todos os fins e efeitos, o Relatório de Posição de Ativos expedido pelo Sistema Nacional de Debêntures da CETIP ou a cópia autenticada do Livro de Debêntures Nominativas.

4.5. Espécie

As DEBÊNTURES serão da espécie com garantia flutuante.

4.6. Data de Emissão

A data de emissão das DEBÊNTURES será 3 (três) de janeiro de 2000 (a "Data de Emissão").

4.7. Data de Vencimento

A data de vencimento das DEBÊNTURES será 30 (trinta) de abril de 2003 (a "Data de Vencimento").

4.8. Preço de Subscrição e Forma de Pagamento

As DEBÊNTURES serão subscritas pelo seu valor nominal acrescido dos juros remuneratórios acumulados, e não pagos, desde a Data de Emissão ou da data da última parcela de pagamento dos juros remuneratórios, até a data da efetiva subscrição e integralização das DEBÊNTURES. A integralização dar-se-á à vista, em moeda corrente nacional ou em créditos contra a Companhia representados por debêntures da primeira, segunda e terceira emissões da Companhia, no ato da subscrição.

4.9. Atualização do Valor Nominal

O Valor Nominal das DEBÊNTURES não será atualizado.

4.10. Juros Remuneratórios

4.10.1. As DEBÊNTURES farão jus ao recebimento de juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, equivalentes à 105% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) e no Jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, doravante denominada "Taxa DI", incidentes sobre o Valor Nominal das DEBÊNTURES ("Juros Remuneratórios").

Onde:

- a) "Período de Capitalização" - intervalo de tempo que se inicia na data de emissão das DEBÊNTURES, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

O pagamento de juros referente ao primeiro Período de Capitalização será devido em 30/04/2001, sendo os demais pagamentos efetuados semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, até o seu vencimento, de acordo com a tabela abaixo:

2º Pagamento:	30/10/2001
3º Pagamento:	30/04/2002
4º Pagamento:	30/10/2002
5º Pagamento:	30/04/2003

- b) "Subperíodo de Capitalização" ("Subperíodo") – prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:

- O primeiro Subperíodo de Capitalização inicia-se na data de emissão das DEBÊNTURES e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data;
- Os Subperíodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do Subperíodo anterior, e entendendo-se o prazo desta taxa como o novo Subperíodo corrente, sendo que o último Subperíodo de Capitalização terá seu vencimento na mesma data de vencimento do Período de Capitalização; e
- As taxas dos Subperíodos são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, por dias úteis, se necessário, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VN \times \left[(a_1 \times a_2 \times \dots \times a_n) \times \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}} - 1 \right]$$

onde:

- J = Valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização.
 VN = Valor Nominal da DEBÊNTURE no início do Período de Capitalização.
 aj = Fator de variação da Taxa DI relativo ao Subperíodo "j".
 (a1 x a2 x ... x aj) = Produto dos fatores aj no Período de Capitalização.
 spread = 0 (zero).
 n = Número de dias corridos do Período de Capitalização.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Os termos a1, a2, aj serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$a_j = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \frac{\text{FM}}{100} \right\} + 1$$

onde:

Taxa DIj = Taxa DI divulgada pela CETIP, na forma percentual ao ano.

FM = Fator multiplicador a ser aplicado sobre a Taxa DI, correspondente a 105.

Para fins de elaboração, dos cálculos a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais, divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.10.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização, acrescida do Fator Multiplicador e do *spread*, se houver, até a data do cálculo. Não serão devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da EMISSORA quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização.

4.10.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI, por prazo superior a 5 (cinco) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para definição, de comum acordo com a EMISSORA, do parâmetro a ser aplicado.

4.10.3.1. Até a deliberação do parâmetro a ser aplicado, será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do Fator Multiplicador e do *spread*, se houver, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas.

4.11. Pagamento do Principal e dos Juros Remuneratórios

Os pagamentos a que fazem jus as DEBÊNTURES serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou, na hipótese de debenturista não estar vinculado à CETIP; (ii) na sede da EMISSORA; ou, conforme o caso, (iii) pela instituição financeira contratada para este fim.

4.12. Juros Moratórios e Multa Moratória

4.12.1. No caso de impontualidade da EMISSORA no pagamento de qualquer das parcelas do Principal e dos Juros Remuneratórios, nas datas em que forem devidos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, será devida adicionalmente às DEBÊNTURES, uma taxa de juros de 1% (hum por cento) ao mês ("Juros Moratórios"), calculada desde a data do vencimento da obrigação não cumprida, até a data da regularização dessa obrigação, incidente sobre as parcelas não pagas, sem prejuízo do direito do AGENTE FIDUCIÁRIO declarar o vencimento antecipado das DEBÊNTURES, na forma do disposto no item 4.14. desta Escritura.

4.12.2. Além dos Juros Moratórios, a EMISSORA estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da obrigação não cumprida ("Multa").

4.13. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.12. acima, o não comparecimento do debenturista, para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA com relação às DEBÊNTURES, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de Juros Moratórios, atualização monetária e Multa, no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às DEBÊNTURES e exigir o imediato pagamento, pela EMISSORA, do seu Valor Nominal acrescido dos Juros Remuneratórios acumulados, e não pagos, na ocorrência dos seguintes eventos:

- protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA, cujo valor global exceda R\$ 100.000,00 (cem mil reais), salvo se o protesto (i) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, (ii) se for cancelado o protesto ou (iii) se forem prestadas garantias em juízo no prazo máximo de 3 (três) dias da ocorrência do protesto;
- pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;
- liquidação ou decretação de falência da EMISSORA; e
- falta de cumprimento, pela EMISSORA, de qualquer obrigação prevista na Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso por escrito, enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

4.15. Resgate Antecipado

4.15.1. A EMISSORA reservar-se-á o direito de, conforme decisão do seu Conselho de Administração, a contar da data do primeiro dia após o início da distribuição pública e respeitando o prazo legal mínimo, se houver, promover o resgate das DEBÊNTURES em circulação, mediante o pagamento do seu Valor Nominal acrescido dos Juros Remuneratórios acumulados, e não pagos, respeitado o disposto no artigo 55, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio amplamente divulgado na imprensa, com a presença do AGENTE FIDUCIÁRIO.

4.15.2. A EMISSORA deverá comunicar o resgate antecipado das DEBÊNTURES aos debenturistas, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mediante publicação de aviso nos termos do item 4.18 desta Escritura.

4.16. Aquisição Facultativa

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado DEBÊNTURES em circulação, por preço não superior ao de seu Valor Nominal acrescido dos Juros Remuneratórios acumulados, e não pagos, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55, da Lei nº 6.404/76. As DEBÊNTURES objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou serem novamente colocadas no mercado.

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

4.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de quaisquer obrigações previstas ou decorrentes da presente Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, sem a incidência de qualquer acréscimo nos valores a serem pagos, se o vencimento coincidir: (i) no caso de pagamentos a serem efetuados na sede da EMISSORA, com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de Estância Velha, Estado do Rio Grande do Sul, e (ii) no caso de pagamentos a serem realizados pela CETIP ou pela instituição financeira contratada para o pagamento das DEBÊNTURES, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional.

4.18. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da emissão das DEBÊNTURES, que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos titulares das DEBÊNTURES, deverão ser veiculados, na forma de aviso, no Jornal do Comércio de Porto Alegre e na Gazeta Mercantil, edição regional São Paulo.

Cláusula Quinta - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

5.1.1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia dos demonstrativos financeiros, relativos ao respectivo semestre social;
 - b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos completos, relativos ao respectivo exercício social;
 - c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas nos termos da Instrução CVM nº 202/93, nos prazos ali previstos;
 - d) cópia, na data de sua publicação, de qualquer ato relativo à presente Emissão que venha a ser publicado pela EMISSORA, na forma do item 4.18. da Cláusula Quarta;
 - e) cópia de aviso aos debenturistas contendo informações das datas de pagamento do principal e dos juros;
 - f) imediatamente, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada.
- 5.1.2. Notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO de qualquer ato ou fato que possa causar a interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA por mais de 2 (dois) dias úteis.
- 5.1.3. Não pagar dividendos, exceto os previstos no seu Estatuto Social, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora relativamente ao pagamento dos Juros Remuneratórios das DEBÊNTURES.
- 5.1.4. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame, por empresa de auditoria independente, registrada na CVM.
- 5.1.5. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76.
- 5.1.6. Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das DEBÊNTURES, ou contratar instituições financeiras capacitadas para prestar esse serviço.
- 5.1.7. Manter os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.
- 5.1.8. Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

5.2. A EMISSORA não tem qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que o impeça de exercer plenamente suas funções.

Cláusula Sexta - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO declara:

- a) aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica, e nesta Escritura;
- b) aceitar integralmente a presente Escritura, em todas as suas cláusulas e condições;
- c) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas nos artigos 9º, inciso II, e 10, da Instrução CVM nº 28/83; e
- d) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida.

6.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO exercerá suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura, ou de eventual aditamento relativo à sua alteração, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição.

6.3. Será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e da presente Escritura, remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) o AGENTE FIDUCIÁRIO fará jus à seguinte remuneração:
 - a.i) R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) pela aceitação do serviço, pagos 50% (cinquenta por cento) dois dias após o "de acordo" com a proposta de serviço, e os 50% (cinquenta por cento) restantes, 30 dias após o pagamento da primeira parcela;
 - a.ii) parcelas semestrais de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), devidas a primeira, na data da assinatura da Escritura;
 - a.iii) parcelas de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para: (i) cada Assembléia Geral de Debenturistas ("AGD") ou reunião formal de debenturistas, e (ii) para cada reunião com a EMISSORA que seja por ela solicitada, devidas na data da realização da AGD ou reunião, acrescida do valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à preparação e implementação das decisões tomadas na AGD ou na reunião, devidas até que sejam concluídas as formalidades legais e/ou administrativas, inclusive registrado o aditamento à Escritura de Emissão no cartório de Registro de Imóveis, se for o caso;
- b) a remuneração prevista na letra "a" acima será devida mesmo após o vencimento das DEBÊNTURES, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplência não sanada pela EMISSORA;

- c) a remuneração definida na letra "a" acima será atualizada pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão até as datas de pagamento de cada parcela;
- d) a remuneração tratada no presente item não inclui despesas com publicações, transportes, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO;
- e) ocorrendo inadimplência da Emissora em relação a quaisquer obrigações por ela assumidas nesta Escritura, fica desde já acordado que todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;
- f) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, em decorrência da remuneração de que trata a letra "a" supra, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa de 10% (dez por cento) e juros de mora, na forma definida para as obrigações tratadas na presente Escritura;
- g) as remunerações serão acrescidas dos seguintes Tributos: Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS ou qualquer outro tributo que venha a sucedê-lo), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o imposto de renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 6.4. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO observará as seguintes condições:**
- a) nos casos de vacância, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, será realizada assembleia dos debenturistas para escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das DEBÊNTURES em circulação, ou pela CVM.
- b) caso a convocação não ocorra em até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.
- 6.4.1. A substituição permanente do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, devendo o mesmo ser averbado no registro de imóveis juntamente com a Escritura. A substituição fica sujeita à comunicação prévia à CVM e sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos impostos na Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.**
- 6.4.2. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das DEBÊNTURES, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia de debenturistas especialmente convocada para esse fim.**
- 6.4.3. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, mediante publicação nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão.**
- 6.4.4. Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO substituído a parcela de remuneração, calculada *pro rata temporis*, até a data da efetiva substituição.**
- 6.5. São deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO, com observância das obrigações previstas na legislação e regulamentação específica:**
- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das DEBÊNTURES, se houver;
- h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protestos, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localize a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;
- i) solicitar, quando necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- j) convocar, quando necessário, a assembleia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão;
- l) comparecer à assembleia dos debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- m) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b" da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- m.i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;
- m.ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
- m.iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital social;
- m.iv) posição da distribuição ou colocação das DEBÊNTURES no mercado;
- m.v) aquisições realizadas no período, bem como vendas de debêntures efetuadas pela EMISSORA;
- m.vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão das DEBÊNTURES, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

- m.vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - m.viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura;
 - m.ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;
 - m.x) pagamento da remuneração.
- n) colocar o relatório de que trata a alínea anterior à disposição dos debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:
- n.i) na sede da EMISSORA;
 - n.ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, em local por esta indicado;
 - n.iii) na CVM;
 - n.iv) nas bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso; e
 - n.v) em estabelecimento da instituição que liderou a colocação das DEBÊNTURES.
- o) publicar, nos órgãos da imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "n" acima.
- p) manter atualizada a relação de debenturistas e seus endereços mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA.
- q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da presente Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer.
- r) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- r.i) à CVM; e
 - r.ii) às bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso.
- 6.5.1.** O AGENTE FIDUCIÁRIO é responsável pela verificação da suficiência e exequibilidade das garantias,
- 6.6.** O comunicado aos debenturistas, no sentido de informá-los de que o relatório anual referido na alínea "m" do item anterior, está à disposição, e será publicado no prazo máximo previsto na alínea "n" do mesmo item, no jornal onde a EMISSORA deva realizar as publicações relativas à presente Emissão.
- 6.7.** A notificação de que trata a alínea "r" do item 6.5., sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por publicação no jornal onde a EMISSORA deva realizar as publicações relativas à presente Emissão e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. As despesas decorrentes de eventuais ações judiciais serão de responsabilidade e cobertura dos debenturistas.
- 6.8.** O AGENTE FIDUCIÁRIO, após decisão da assembleia de debenturistas, obedecido o *quorum* de instalação previsto no item 8.4. desta Escritura, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:
- a) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;
 - b) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA;
 - c) requerer a falência da EMISSORA se não mais existirem bens para garantir as obrigações da EMISSORA; e,
 - d) declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura, nas hipóteses previstas no item 4.14. da presente Escritura.
- 6.8.1.** O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "c", e "d" do item 6.8 anterior se a assembleia de debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares das DEBÊNTURES em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria simples dos titulares das DEBÊNTURES em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "b" do mesmo item.
- 6.8.2.** Se qualquer quantia devida aos debenturistas, em virtude desta Escritura, for paga por meio de ação judicial, ou sua cobrança for feita por meio de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura, os honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido à cobrança.
- 6.9.** A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.
- 6.9.1.** O ressarcimento a que se refere o item 6.9. supra, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos debenturistas.
- 6.9.2.** As despesas a que se refere o item anterior compreendem, inclusive, o seguinte:
- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - b) extração de certidões;
 - c) locomoção entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
 - d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridade nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

Cláusula Sétima - DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

Cláusula Oitava - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 8.1. Os titulares das DEBÊNTURES objeto desta Escritura poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia especial a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 8.2. A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das DEBÊNTURES em circulação, ou pela CVM.
- 8.3. Aplicar-se-á à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre a Assembléia Geral de Acionistas.
- 8.4. A assembléia instalar-se-á em primeira convocação, com a presença de debenturistas titulares de metade, no mínimo, das DEBÊNTURES em circulação, e, em segunda convocação com qualquer número. A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela CVM.
- 8.5. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA e/ou seus procuradores nas assembléias dos debenturistas.
- 8.6. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 8.7. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 70% (setenta por cento) das DEBÊNTURES em circulação.
 - 8.7.1. As alterações, no entanto, da data de vencimento das DEBÊNTURES e da taxa de Juros Remuneratórios dependerão da aprovação da unanimidade dos titulares das DEBÊNTURES em circulação.
- 8.8. Para efeito da constituição do quorum a que se refere esta cláusula, serão excluídas as DEBÊNTURES que a EMISSORA eventualmente possua em tesouraria.

Cláusula Nona - DO FORO

- 9.1. Fica eleito o foro da comarca do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias porventura surgidas com relação a esta Escritura.
E, por estarem assim justas e contratadas, firmam esta Escritura a EMISSORA e, na qualidade de interveniente, o AGENTE FIDUCIÁRIO, em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 2 (duas) testemunhas que assinam abaixo.

Estância Velha, 10 de janeiro de 2000

[Handwritten Signature]

CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Por: José Portella Nunes
Cargo: Diretor Presidente

[Handwritten Signature]

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

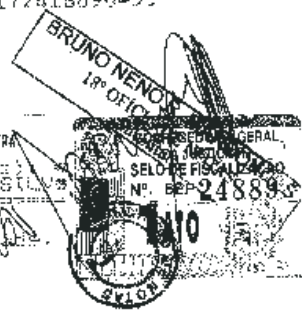
Por: Antonio Amaro R. O. Silva
Cargo: Procurador

Testemunhas

1. *[Handwritten Signature]*
 Nome: Arcando Pulgati
 RG: 7016160892
 CPF: 008051900-82

2. *[Handwritten Signature]*
 Nome: Kaul Hex Portella
 RG: 5025024599
 CPF: 172416690-53

1ª Oficina de Notas - CARCA - Matrícula: LUIZ VISENTINO VIEIRA TAVETRA
 Av. Coronel Isidoro, 96 - 11.º andar - RJ - Tel. 475-1370 - Nº 43669
 Registrado por: EMISSORA: CONSTRUTORA SULTEPA S.A. - Matrícula:
 ANTONIO AMARO RIBEIRO DE OLIVEIRA E SILVA
 Nº 557111 - Matrícula: 17 de fevereiro de 2000 às 10:17:45
 Em Testemunho
 Selo nº 410
 Valor: R\$ 1,00 - Fica 0,41 - Total R\$ 0,59



Forma: 7- Fim(es) recoberto(s) no(s) 11(s) No 16
 Tabelionato de Estância Velha - RJ



Proibida a reprodução deste documento sem a autorização da Pefran

EMISSORA

Construtora Sultepa S.A.
CNPJ nº 89.723.993/0001-33
Rua Florianópolis nº 1.000
Estância Velha - RS

COORDENADOR

Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio S.A.
CNPJ nº 33.753.740/0001-58
Avenida República do Chile nº 230 - 9º andar
Rio de Janeiro - RJ

AGENTE FIDUCIÁRIO

**Oliveira Trust Distribuidora
de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**
CNPJ nº 36.113.876/0001-91
Avenida das Américas nº 500, bloco 13 - sala 205
Rio de Janeiro - RJ

BANCO MANDATÁRIO

Banco Itaú S.A.
CNPJ nº 60.701.190/0001.04
Rua Boa Vista nº 176
São Paulo - SP

ASSESSORES LEGAIS

**Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr.,
Moherdau e Quiroga - Advogados**
Rua Sete de Setembro nº 54 - 12º andar
Rio de Janeiro - RJ

Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran